



Diário Oficial

REPÚBLICA
FEDERATIVA
DO BRASIL

ANO CXXVIII — Nº 120

SEGUNDA-FEIRA, 25 DE JUNHO DE 1990

BRASÍLIA — DF

Sumário

	PÁGINA
ATOS DO CONGRESSO NACIONAL	12159
ATOS DO PODER EXECUTIVO	12159
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	12192
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	12193
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	12195
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA	12195
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	12196
MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL	12205
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA	12206
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO	12213
CONTRATOS, EDITAIS E AVISOS	12232
INEDITORIAIS	12246
ÍNDICE	12250

Atos do Congresso Nacional

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL aprovou, nos termos do art. 49, inciso I, da Constituição, e eu, NELSON CARNEIRO, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte:

DECRETO LEGISLATIVO Nº 13, DE 1990

Aprova o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, celebrada em Budapeste, em 20 de junho de 1986, assim como o Protocolo, acordado no mesmo local e data, que a integra.

Art. 1º - É aprovado o texto da Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e a Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Hungria, celebrada em Budapeste, em 20 de junho de 1986, assim como o Protocolo, acordado no mesmo local e data, que a integra.

Art. 2º - São sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da presente Convenção, bem como aqueles que se destinem a estabelecer-lhe ajustes complementares.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

SENADO FEDERAL, EM 22 DE JUNHO DE 1990

SENADOR NELSON CARNEIRO
Presidente

Atos do Poder Executivo

MEDEIA PROVISÓRIA Nº 192, DE 22 DE JUNHO DE 1990.

Estabelece hipóteses nas quais fica suspensa a concessão de medidas liminares, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Artigo 1º - Pelo prazo de trinta meses, a contar de 15 de março de 1990, nos feitos judiciais que versam matéria contida nas Leis nºs 8.012, de 4 de abril de 1990, 8.014, de 6 de abril de 1990, 8.021, 8.023, 8.024, 8.029, 8.030, 8.032, 8.033, 8.034, todas de 12 de abril de 1990, 8.035, de 27 de abril de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.039, de 30 de maio de 1990, fica suspensa a concessão de liminares em mandados de segurança e nos procedimentos cautelares de que tratam os artigos 796 e seguintes do Código de Processo Civil.

Parágrafo único - Nos feitos referidos neste artigo, a sentença concessiva da segurança, ou aquela que julgar procedente a ação, estará, sempre, sujeita ao duplo grau de jurisdição, somente produzindo efeitos após confirmada pelo respectivo tribunal.

Artigo 2º - Esta Medida Provisória entra em vigor na data da sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 22 de junho de 1990; 169º da Independência e 102º da República.

FERNANDO COLLOR
Bernardo Cabral

Decreto N.º 99.338, de 22 de junho de 1990

Concede à empresa AMERICAN AIRLINES INC. autorização para funcionar no Brasil.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 84, item IV, da Constituição, tendo em vista o Decreto nº 92.319, de 23 de janeiro de 1986 e a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986,

DECRETA:

Art 1º - É concedida à AMERICAN AIRLINES INC., com sede no Estado de Delaware, Estados Unidos da América do Norte, autorização para funcionar no Brasil como empresa regular de transporte aéreo, com o Contrato Social e Estatuto que apresento, e com o capital destinado às suas operações estimado em 1.000 (um mil) BTN - Bônus do Tesouro Nacional, obrigada a cumprir integralmente as leis e os regulamentos em vigor ou que venham a vigorar sobre o objeto da presente autorização.

Art 2º - Este Decreto é acompanhado pelo Contrato Social, Estatuto e demais documentos mencionados no artigo 2º do Decreto nº 92.319, de 23 de janeiro de 1986.

Art 3º - O exercício efetivo de qualquer atividade da AMERICAN AIRLINES INC. no Brasil, relacionada com os serviços de transporte aéreo regular, ficará sujeito à legislação brasileira no que for aplicável.

Art 4º - Ficam, ainda, estabelecidas as seguintes cláusulas:

I - A AMERICAN AIRLINES INC. é obrigada a ter, permanentemente, um representante no Brasil, com plenos e ilimitados poderes para tratar e, definitivamente, resolver as questões que se suscitarem para

(*) O Texto da Convenção acompanha publicação deste Decreto Legislativo no D.C.N. (Seção II), de 22/06/90.

com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela empresa.

II - Todos os atos praticados no Brasil ficarão sujeitos unicamente às respectivas leis, regulamentos e à jurisdição de seus tribunais judiciais ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida empresa reclamar exceção, fundada no Contrato Social e no Estatuto, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente à execução das obras ou serviços a que eles se referem.

III - A empresa não poderá realizar no Brasil os objetivos constantes do seu Contrato Social, do seu Estatuto, e da Certidão nº 18358, de 30 de abril de 1980, que são vedados a empresas estrangeiras, e só poderá exercer os que dependam da permissão governamental, depois desta obtida e sob as condições em que for concedida.

IV - Qualquer alteração que a empresa fizer em seu Contrato Social ou Estatuto dependerá de aprovação do Governo Federal para produzir efeitos no Brasil.

V - Ser-lhe-á cassada a autorização para funcionamento no Brasil se infringir as cláusulas anteriores e as disposições constantes do Acordo sobre Transporte Aéreo entre o Brasil e os Estados Unidos da América do Norte, firmado no dia 21 de março de 1989 ou se, a juízo do Governo brasileiro, a empresa exercer atividades contrárias ao interesse público.

VI - A transgressão de qualquer das cláusulas para a qual não exista cominação especial, e a prática de infrações de tarifas de transporte aprovadas ou autorizadas pela Autoridade brasileira competente, serão punidas com as multas estabelecidas pela legislação interna. No caso de reincidência, poderá ser cassada a autorização concedida.

VII - Para efeito do artigo 59 do Acordo sobre Transporte Aéreo, ser-lhe-ão aplicadas as leis e os regulamentos brasileiros relativos à entrada, permanência ou saída de aeronaves, bem como à entrada, permanência ou saída de passageiros, tripulação ou carga das aeronaves.

Art 59 - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília-DF, 22 de junho de 1990; 1699 da Independência e 1029 da República.

FERNANDO COLLOR
Sócrates da Costa Monteiro

ARMANDO DE SALMONT CAMPBELL - Eu, infra assinado, Tradutor Público Juramentado e Interpretador Comercial nesta Praça e Estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, com FE Pública em todo o Território Nacional, matriculado na Secretaria de Justiça - Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 21, CERTIFICO e DOU FE que me foi apresentado um documento exarado no idioma inglês, para que o traduzisse para o vernáculo, o que aqui faço em virtude de meu ofício Público, a pedido de parte interessada, para constar onde convier, como segue:

TRADUÇÃO Nº 12166

CONTRATO SOCIAL da empresa AMERICAN AIRLINES, INC. tal como aditado, e em vigor a partir de 09 de junho de 1987. Reproduzido do instrumento de escritura original, lançado em registro competente.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Imprensa Nacional

SIO - Quadra 8, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF
Telefones: (PABX) (061) 321-5566; Telex: (061) 1536 DIMN BR
CGC/MF nº 00394494/0018-12

CESAR BADO
Diretor-Geral

NELSON JORGE MONAIAR
Diretor Substituto de Publicações de Órgãos Oficiais

DIÁRIO OFICIAL - Seção I

Órgão destinado à publicação de atos normativos

Jornalistas Responsáveis:

Jorge Luiz Alencar Guerra Isabel Cristina Orré de Azevedo
José Edmar Gomes Hécia Vieira Cordeiro

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo).
Matérias entregues até às 16 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

Preços	Diário Oficial		Diário da Justiça	
	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
Portas:				
Brasil (superfície)	Cr\$ 534,60	Cr\$ 267,96	Cr\$ 977,46	Cr\$ 534,60
Brasil (aéreo)	Cr\$ 2.138,40	Cr\$ 1.072,50	Cr\$ 3.910,50	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICO/M/S/DIV)

Telefones: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2566

Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:30h.

Nos, os signatários, por meio do presente nos associamos para constituir uma Companhia, em consonância com um ato legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Delaware, denominado "Um Ato (com força de lei) disposto e aprovado por uma Lei Comum das Sociedades Comerciais", aprovado em 10 de março de 1899, e em consonância com os atos aditivos e complementares ao referido ato, e pelo presente certificamos:

PRIMEIRO: O nome da Companhia é AMERICAN AIRLINES, INC.

SEGUNDO: A sede social da Companhia é a sede social da Companhia no Estado de Delaware, deverá ser localizada em 1209 Orange Street, na cidade de Wilmington, condado de New Castle. O nome de seu representante (agente) residente é The Corporation Trust Company, 1209 Orange Street, Wilmington, Delaware.

TERCEIRO: O objetivo da Companhia é o engajamento em quaisquer atos ou atividades lícitas para o atinimento dos quais as Companhias podem se constituir sob o abrigo da Lei Comum das Sociedades Comerciais do Estado de Delaware.

QUARTO: O número total das ações de todas as classes do capital autorizado que a Companhia terá autoridade para emitir é de 1.000 Ações Ordinárias fixadas no valor de \$1,00 por ação.

QUINTO: Os nomes e locais de residência de cada um dos sócios originais são os seguintes: NOME: J. Vernon Pimm - Filadélfia, Pensilvânia; NOME: Albert G. Bauer - Filadélfia, Pensilvânia; NOME: R.L. Spurgeon - Wilmington, Delaware.

SEXTO: O patrimônio particular dos acionistas não estará sujeito a nenhuma parte, seja qual for - à alienação para pagamento de dívidas da Companhia, e nenhuma ação da Companhia será interpretada como um consentimento tácito para tal responsabilidade.

SETIMO: A Administração dos negócios da Companhia competirá à Diretoria.

1. Todos os poderes e atribuições da Companhia serão exercidos pela Diretoria, exceto quando disposto por lei, de forma diferente.

2. Não será exigido que os Diretores sejam acionistas ou residentes no Estado de Delaware.

3. O número de Diretores que constituirão a Diretoria será aquele, de tempos em tempos estabelecido pelos Estatutos, ou da forma disposta nos mesmos, mas em nenhum caso este número poderá ser inferior a três.

4. Poderão ser adotados originalmente, pelos sócios fundadores, Estatutos Sociais da Companhia para a extração de suas propriedades, para a regulamentação de gerência de seus negócios, e para a certificação e transferência de seu capital acionário. Posteriormente os Diretores terão o poder, de tempos em tempos, para instituir, alterar ou revogar os Estatutos, porém qualquer Estatuto Social instituído pela Diretoria poderá qualificar-se para alterar, adotar ou revogar os Estatutos, em qualquer assembleia geral ordinária de acionistas ou em qualquer assembleia geral extraordinária, contanto que, na notificação de convocação de tal assembleia geral seja incluído um aviso a respeito de tal proposta de alteração, aditamento ou revogação.

5. Os acionistas e diretores poderão, se assim for disposto nos Estatutos, realizar suas assembleias em qualquer escritórios ou escritórios, fora do território do Estado de Delaware.

6. A Diretoria poderá, através de resolução ou resoluções aprovadas pelo voto da maioria da Diretoria, nomear uma ou mais comissões, sendo que cada comissão deverá ser constituída por dois ou mais Diretores, ou quais dos membros do disposto em tais resoluções ou resolução, ou disposto nos Estatutos da Companhia, tendo o poder de exercer os poderes outorgados à Diretoria para a administração dos negócios e transações da Companhia, e poderão ter o direito de autorizar que o Selo Oficial da Companhia seja afixado àqueles documentos que assim o exigirem.

7. A Diretoria, de tempos em tempos, determinará se e até que ponto, em que medida, em que ocasiões, em que locais e sob quais condições, e de acordo com quais regulamentações, as contas e os livros contábeis da Companhia, ou qualquer um deles, deverão ser abertos para a inspeção por parte dos acionistas, mas nenhum acionista terá qualquer direito de inspecionar qualquer conta, qualquer livro contábil ou documento da Companhia, exceto quando assim autorizado por dispositivo do Estatuto ou assim autorizado por meio de resolução aprovada pela Diretoria.

8. A Diretoria, de tempos em tempos, terá o poder de fixar a quantia que constituirá a reserva de capital da Companhia, além de seu capital social realizado, para fixar, determinar e manter o montante do capital de giro da Companhia, e para determinar qual o uso e a forma de disposição do capital social e de qualquer valor excedente ou relativo a lucros líquidos que ultrapassem o capital social realizado.

9. Em todas as assembleias de acionistas e em todas as eleições de diretores, cada detentor do capital social terá direito a um voto, por cada ação constitutiva do capital social, registrada em seu nome nos livros sociais da Companhia.

10. Em todas as assembleias de acionistas - os detentores (titulares) de um terço do número de ações ordinárias emitidas e não realizadas, com direito a voto em tal assembleia, que tenham comparecido pessoalmente ou que estejam representados por procuradores, poderão exercer o quorum necessário para a eleição de diretores e para a deliberação de outros negócios e transações, exceto quando disposto de outra forma em lei.

11. Na medida em que isto não vá de encontro às leis do Estado de Delaware, nenhum contrato ou outra transação entre a Companhia e quaisquer outras companhias, associações, organizações ou sociedades ou pessoas, será afetado ou sujeito à invalidade devido ao fato de ser ou serem qualquer um ou mais de um dos diretores desta Companhia diretor ou funcionário ou diretores ou funcionários de tais outras corporações, associações, organizações ou sociedades, ou devido ao fato de serem tais outras corporações, associações, organizações ou sociedades proprietárias ou detentoras de qualquer parte do capital social desta Companhia, ou terem algum interesse em sua propriedade, ou pelo fato de qualquer diretor ou diretores serem, individual ou conjuntamente, parte interessada ou partes interessadas em qualquer contrato ou transação desta Companhia, ou no qual esta Companhia, ou no qual esta Companhia, ou não será afetado ou invalidado qualquer contrato, ato ou transação desta Companhia, com qualquer pessoa ou pessoas, empresa ou corporação, associação, organização ou sociedade, devido ao fato de ser ou

serem, qualquer um ou mais de um dos diretores desta Companhia, parte interessada ou partes interessadas em tal contrato, ato ou transação, ou de ser ou serem de alguma forma relacionados com tal pessoa ou tais pessoas, empresas, corporações, associações ou sociedades, e, cada uma ou todas as pessoas que possam vir a se tornar um diretor desta Companhia, por meio do presente estão liberadas de qualquer tipo de responsabilidade que, de outra forma, poderia advir do fato de estar realizando negócios com esta Companhia em seu próprio benefício ou em benefício de qualquer empresa, corporação, associação, organização ou sociedade, na qual tal pessoa poderia estar, de alguma forma interessada.

12. Qualquer contrato, ato ou transação da Companhia ou da Diretoria que tenha sido ratificado através da maioria dos votos daqueles acionistas com direito a voto, em qualquer assembleia geral ordinária, ou assembleia geral extraordinária, terá tanta validade, e será tão vinculatório, como se tivesse sido ratificado por cada um e todos os acionistas da Companhia desde que, no entanto, qualquer falha, por parte dos acionistas, em ratificar ou aprovar tal contrato, transação ou ato se e quando o mesmo foi submetido à aprovação, não venha a ser considerada, de alguma maneira, como motivo para invalidar o referido contrato ou para privar a Companhia, seus diretores e funcionários graduados, de seu direito de proceder à execução de tal contrato, transação ou ato.

NOM: Nenhum diretor da Companhia será passível de responsabilidade, perante a Companhia e seus acionistas, pelo pagamento de reparações monetárias por infração de seu dever fiduciário como diretor, mas poderá ser responsabilizado nos seguintes casos: (i) por qualquer violação, enquanto diretor, de suas obrigações de lealdade para com a Companhia e seus acionistas; (ii) por omissões ou atos não realizados de boa fé ou que envolvam má conduta intencional ou uma violação, consciente, da lei; ou (iii) no caso previsto no Artigo 174 da Lei Comum das Sociedades Comerciais do Estado de Delaware, ou (iv) por qualquer transação, através da qual o diretor obteve, impropriamente, benefícios pessoais.

DECIMO: Sempre que for proposto um compromisso (ajuste) ou composição entre esta Companhia e seus credores ou qualquer classe dos mesmos, e/ou entre esta Companhia e seus acionistas ou qualquer classe dos mesmos, qualquer tribunal de jurisdição competente, do Estado de Delaware, poderá, mediante a apresentação de requerimento sumário, seja por parte desta Companhia ou de qualquer credor ou acionista da mesma, ou através de requerimento apresentado por qualquer liquidante ou liquidantes nomeados para esta Companhia, em consonância com o disposto no Artigo 3883 do Código Revisado de 1915 do referido Estado, ou mediante requerimento do síndico da extinção de sociedade ou de qualquer liquidante ou liquidantes nomeados para esta Companhia, em consonância com o disposto no Artigo 43 deste Capítulo, proceder à convocação dos credores ou de qualquer classe de credores e/ou de acionistas ou qualquer classe de acionistas desta Companhia, seja o caso qual for, sendo que esta convocação deverá ser realizada da maneira estipulada pelo referido tribunal. Se, em número, uma maioria representativa de três quartos do valor devido, formadas por credores ou classe de credores e/ou acionistas ou classe de acionistas, concordar com qualquer compromisso ou composição, ou com qualquer reorganização desta Companhia que resultar de tal compromisso ou composição, o referido compromisso ou composição será, se sancionado pelo Tribunal a que tiver sido submetido o referido requerimento, vinculatório para todos os credores ou classe de credores e/ou acionistas ou classe de acionistas desta Companhia, e, em sendo este o caso, será igualmente vinculatório para esta Companhia.

DECIMO PRIMEIRO: Nenhum acionista da Companhia terá qualquer direito de preempção ou preferencial nem, como uma questão de direito, terá título para tal, quando da subscrição ou da aquisição de qualquer parte de qualquer nova emissão ou emissão adicional de ações da Companhia, relativa a qualquer classe de ações, seja esta emissão autorizada ou não, agora ou no futuro, ou seja feita ou realizada para fins de capitalização ou objetivando outra remuneração que não moeda corrente, ou qualquer emissão de debêntures conversíveis em ações.

DECIMO SEGUNDO: A Companhia se reserva o direito de aditar, alterar, modificar ou revogar qualquer dispositivo constante do presente contrato social, da forma estipulada agora ou posteriormente nos Estatutos; e todos os direitos, através do presente, conferidos aos acionistas, estão condicionados a esta reserva de direito por parte da Companhia.

EM TESTEMUNHO DO QUE aplicamos ao presente nossas assinaturas e selos, neste 11º dia de abril de 1934. J. VERNON PIMM (a) ALBERTO G. BAUER (a) R.L. SPURGEON (a), Presidente de: H.B. MARTIN, Presidente do ESTADO DE PENNSILVANIA - CONDADO DA FILADELFA. A saber: QUE POR TODOS SEJA LEMBRADO que neste 11º dia de abril de 1934, compareceram pessoalmente perante mim, Geo. H.B. Martin, um Tabelião Público no Estado e no Condado anteriormente mencionados, J. Vernon Pimm, Albert G. Bauer e R.L. Spurgeon, sendo, todos, partes interessadas no Contrato Social anteriormente apresentado e todos por mim reconhecidos como tal, e eu, tendo primeiramente lido para todos, e para cada um, o teor do referido Contrato, e eles, tendo cada um reconhecido separadamente que todos firmaram, selaram e fizeram entrega do Contrato, por se tratar de ato e pacto individual, sendo o depoimento de cada um que os mesmos expressam a vontade e a intenção de cada um, e que tudo aquilo que entre eles havia sido pactado.

DADO, com minha assinatura e Selo de Ofício, no dia e no ano acima mencionados. GEO. H.B. MARTIN - Tabelião Público (Minha comissão expirará aos 2 de abril de 1937) - Em testes menores à esquerda: GEO. H. B. MARTIN - Tabelião Público - Condado de Filadélfia - Filadélfia - Estado de Pensilvânia - E RA O QUE CONSTA DO referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FE. Dado no Rio de Janeiro, aos 5 de abril de 1990. - POR TRADUÇÃO CONFORME.

TRADUÇÃO Nº 12171

CERTIFICADO: Eu, Charles D. Marlett, Secretário da Companhia American Airlines, Inc., uma Companhia devidamente constituída e legalmente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, pelo presente certifico que o documento anexo ao presente, é uma cópia fiel e correta do Contrato Social da American Airlines, Inc.

EM TESTEMUNHO DO QUE, Eu, firmo o presente e aponto o Selo da American Airlines aos 19 dias de fevereiro de 1990. - Firmado: Charles D. Marlett, Secretário da Companhia.

Constava ao lado da assinatura, a seguinte, o Selo Corporativo, em relevo, da American Airlines, Inc., Delaware.

NOTARIZACAO: Jurado e firmado perante mim, aos 19 dias de fevereiro de 1990. - Firmado: DEBRA J. DOUGLAS, Tabelião Pública. Estado do Texas. Sua comissão expira em 11.08.92.

PROTONOTARIZACAO: ESTADO DO TEXAS - SECRETÁRIO DE ESTADO - Letterhead. - O infra-assinado, como Secretário de Estado, do Estado do Texas, PELO PRESENTE CERTIFICO, que, de acordo com os arquivos desta repartição, DEBRA J. DOUGLAS, está qualificada como uma Tabelião Pública para o Estado do Texas, em 8 de novembro de 1988, para o mandato que terminará em 8 de novembro de 1992.

EM TESTEMUNHO DO QUE, Eu firmo oficialmente o presente e fiz com que o Selo de Estado fosse aposto ao presente, no meu gabinete, na cidade de Austin, aos 6 de fevereiro de 1990. - Firmado: George S. Bayoud J., Secretário de Estado. GSB/NO/vr.

LEGALIZACAO CONSULAR: Constava da firma e da qualidade de George S. Bayoud, passada de Dallas, Texas, aos 29 de fevereiro de 1990, por Felix Valois Pires, Consul Interino, o Selo Oficial do Consulado do Brasil para Dallas, obliterava estampilhas consulares no valor total de Cr\$ 20,00 ouro.

ERA O QUE CONSTAVA do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FE. Dado do Rio de Janeiro, aos 4 de abril de 1990. POR TRADUÇÃO CONFORME:

TRADUÇÃO Nº 12164

ESTATUTO SOCIAL DE AMERICAN AIRLINES, INC. (conforme aditado em 29 de setembro de 1989).

ARTIGO I - SEDE - A sede registrada da Companhia no Estado de Delaware será localizada na cidade de Wilmington, Condado de New Castle. A Companhia poderá ter outros escritórios, dentro e fora do território do Estado de Delaware.

ARTIGO II - ASSEMBLEIA DE ACIONISTAS - § 1. - Assembleias Gerais Ordinárias. Será convocada e realizada anualmente uma assembleia geral de acionistas para eleger os Diretores e para deliberar sobre tais outros assuntos cuja decisão seja de competência da assembleia, a qual será realizada na terceira Quarta Feia de maio de cada ano, ou em tal outro dia, em tal hora e em tal local, dentro ou fora do território do Estado de Delaware, conforme estipulado, de tempos em tempos, pela Diretoria e pelo presidente do Conselho de Administração.

Qualquer acionista que desejar submeter um assunto à deliberação da assembleia ordinária, deverá notificar o secretário da Companhia a este respeito com uma antecedência nunca menor do que sessenta dias e nunca superior a noventa dias, da data de realização da assembleia. Tal notificação deverá ser escrita e deverá informar o assunto a ser submetido à assembleia, conter a identificação do acionista e deverá revelar qual o interesse do acionista no negócio proposto.

§ 2. Assembleias Gerais Extraordinárias. Será convocada uma assembleia geral extraordinária dos acionistas, pelo Secretário, quando do recebimento de uma solicitação escrita da Diretoria, do Presidente do Conselho ou do Presidente da Companhia.

Qualquer tal assembleia deverá realizar-se no local em que a Companhia tem sua sede, a menos que a Diretoria tenha indicado outro local para a realização da mesma, na data especificada pelo grupo ou pelas pessoas que solicitaram a convocação desta assembleia.

§ 3. Indicação de Nomes para a Eleição de Diretores. As indicações de nomes para eleição de Diretores, com exceção daquelas feitas pela Diretoria ou por instrução da mesma, deverão ser notificadas ao Secretário em tempo oportuno, apresentando, com relação a cada nome indicado, a qualificação do mesmo, conforme exigido para inclusão numa declaração de procuração de poderes especiais, em consonância com as regulamentações sobre procuração com direito a voto, de Comissão de Títulos e Valores Mobiliários. Se tal evento ocorrer durante uma assembleia geral ordinária, deverá ser notificado, em tempo oportuno, com relação ao nome indicado, se atende às exigências de tais regulamentações sobre procurações e poderes especiais, para as propostas dos titulares de ações que serão apresentadas durante a assembleia geral ordinária. Se tal eleição ocorrer durante uma assembleia geral extraordinária, a notificação será considerada como dada em tempo oportuno, se recebida com uma antecedência mínima de noventa dias da data de realização de tal assembleia.

§ 4. Anúncio de Convocação de Assembleia. Deverá ser enviada notificação escrita sobre convocações ordinárias e extraordinárias, informando o local, data e hora da assembleia e, no caso de uma assembleia extraordinária, o objeto ou objetos da convocação da assembleia. A menos que esteja de outra forma previsto na lei, tal notificação será enviada por carta, postagem paga, a cada acionista com direito a voto em tal assembleia, para o endereço que consta dos registros da Companhia, com uma antecedência não inferior a dez dias e não superior a sessenta dias da data de realização da assembleia. Quando uma assembleia for adiada e houver de efetuar-se em outro local e em outra data, não haverá necessidade de enviar notificação sobre a realização da assembleia adiada, se a data e o local da mesma forem anunciados durante a assembleia na qual o adiamento foi decidido, a menos que se trate de um adiamento superior a trinta dias ou se for adotada uma nova data de registro de títulos para a assembleia adiada, sendo que neste caso deverá ser enviada uma notificação sobre a assembleia assim adiadada a todos os acionistas registrados com direito a voto durante a assembleia.

§ 5. Presidente e Secretário da Mesa. Em qualquer assembleia ordinária de acionistas o Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência o Presidente da Companhia, ou, caso nenhum destes dois esteja disponível, uma pessoa indicada pela Diretoria presidirá a mesa e atuará como Presidente da assembleia. O Secretário, ou em sua ausência uma pessoa indicada pelo presidente da mesa, atuará como Secretário da assembleia.

§ 6. Procuradores com Poderes Especiais. Cada acionista com direito a voto numa assembleia ordinária poderá autorizar outra pessoa ou pessoas para representá-lo como procurador, mas nenhum procurador poderá votar ou atuar como tal depois de três anos da data da procura-

ção, a menos que a procuração estipule um período mais longo de representação.

§ 7. Quorum. Em todas as assembleias de acionistas os detentores (titulares) de um terço do número das ações ordinárias emitidas e não realizadas, com direito a voto em tal assembleia, que tenham comparecido pessoalmente ou que estejam representadas por procurador, constituirão o quorum necessário para eleição de diretores e para deliberação de outros negócios e transações, exceto quando disposto, por lei, de maneira diferente, de qualquer outra forma no contrato social ou por qualquer deliberação da Diretoria criando quaisquer séries de Ações Preferenciais.

Se os titulares do número de ações exigido para constituir um quorum não estiverem presentes em pessoa ou representados por procuradores em qualquer assembleia ordinária os acionistas com direito a voto em tal assembleia, presentes em pessoa ou representados por procuradores terão o poder de adiar a assembleia, de tempos em tempos, até que esteja presente em pessoa ou representado, o número exigido para constituir um quorum. Em qualquer tal assembleia adiada na qual o número de presentes ou representados constituir um quorum, será considerado qualquer quorum que a maioria já deliberado a respeito na assembleia tal como originalmente convocada.

§ 8. Votação. Em qualquer assembleia de acionistas, exceto se de outra forma disposto ou na lei ou no contrato social ou por qualquer deliberação da Diretoria criando quaisquer séries de Ações Preferenciais, cada detentor registrado de uma ou mais ações de capital social na data registrada para determinar quais os acionistas com direito a voto em tal assembleia, terá o direito a um voto em pessoa ou representado por procurador por cada ação do capital social de que é detentor. (b) Os diretores serão eleitos pela maioria relativa dos votos dados pelos detentores de Ações Ordinárias presentes em pessoa ou representados por procurador. (c) Cada um dos outros assuntos apropriadamente submetidos à deliberação de qualquer assembleia de acionistas será decidido pela maioria dos votos dados, a respeito deste assunto, pelos acionistas com direito a voto em tal assembleia. (d) As eleições de diretores serão através de votação secreta, porém a votação a respeito de qualquer outro assunto somente será secreta se assim determinado pelo Presidente da mesa ou se assim solicitado pelos acionistas, presentes em pessoa ou representados por procuradores, com direito a voto a respeito do assunto e que sejam detentores de pelo menos 10% das ações com direito a voto neste assunto.

§ 9. Ação por Acordo Escrito. Qualquer acionista que pretenda atuar ou o consentimento escrito dos acionistas deverá notificar o Secretário, por escrito, de sua intenção, e deverá solicitar à Diretoria para estipular uma data de registro para determinar quais os acionistas com direito a votar por acordo. A notificação deverá especificar quais os atos a serem realizados e, no caso de se tratar de uma eleição, a respeito de qual objetivo a indicação de um ou mais indivíduos para diretores, deverá incluir com relação a cada nome indicado, a qualificação do mesmo conforme exigido para inclusão numa declaração de procurador com poderes especiais, em consonância com as regulamentações sobre procurações com poderes especiais da Comissão de Títulos e Valores Mobiliários. O registro deverá ser feito no décimo quinto dia a partir do recebimento de tal solicitação ou tal data posterior, conforme especificado pelo acionista solicitante.

A data para determinar se tal ato recebeu o acordo do número exigido de acionistas será o trigésimo primeiro dia a partir da data em que os formulários de acordo escritos foram enviados aos acionistas ou, se não houver necessidade de enviar este material pelo correio, o trigésimo primeiro dia a contar da data do registro.

§ 10. Lista de Acionistas. Pelo menos dez dias antes da realização de cada assembleia de acionistas, deverá ser preparada uma lista completa dos acionistas com direito a voto na assembleia, em ordem alfabética, e indicando o endereço de cada acionista e o número de ações registradas em nome de cada acionista. Esta lista permitirá a disposição de qualquer acionista, para exame por qualquer motivo pertinente à assembleia, durante as horas normais de expediente comercial, seja num local, dentro da cidade na qual a assembleia será realizada, local este que deverá ser especificado na notificação de convocação da assembleia, ou, caso não seja especificado, no local em que a assembleia será realizada. A lista será igualmente apresentada e mantida no local em que será realizada a assembleia, pela duração da mesma, e poderá ser examinada por todos os acionistas presentes.

§ 11. Juizes da Eleição. Sempre que for realizada, durante uma assembleia ordinária uma votação secreta, ou sempre que se objetivar um acordo escrito para uma atuação, as procurações, os votos e os acordos escritos deverão ser recebidos por dois juizes de eleição, que se encarregarão de cuidar dos mesmos, e que decidirão sobre todas as questões relacionadas com a qualificação dos votantes e com a validade das procurações e dos acordos escritos e da aceitação ou rejeição dos votos. No caso de uma assembleia ordinária de acionistas, tais juizes de eleição serão escolhidos pelo Diretor ou, se não houver assembleia, e caso não tenha sido feita tal designação, serão nomeados pelos acionistas durante a assembleia. No caso de uma solicitação de acordo, tais juizes de eleição deverão ser nomeados pela Diretoria na data ou antes da data de registro para determinar quais os acionistas com direito a voto em tal assembleia, e caso não tenha sido feita tal nomeação, caberá ao Presidente do Conselho ou ao Presidente da Companhia fazê-la. Se por qualquer motivo um dos juizes de eleição previamente nomeado não comparecer ou recusar a indicação ou não puder atuar como juiz, será indicado um novo juiz de eleição em lugar do qual não pôde comparecer, recusou a nomeação ou não pode atuar, pela Diretoria, pelos acionistas presentes à assembleia, pelo Presidente do Conselho ou pelo Presidente da Companhia.

ARTIGO III - DIRETORES: NÚMERO, ELEIÇÃO, ETC.

§ 1. Número. A Diretoria consistirá de tal número de membros, nunca menor de três, que a Diretoria poderá, de tempos em tempos, estabelecer mediante resolução e mais tais outras pessoas adicionais que os detentores de Ações Preferenciais poderão ter o direito de, de tempos em tempos, de acordo com o disposto em qualquer resolução da Diretoria criando qualquer série de Ações Preferenciais, eleger para a Diretoria.

§ 2. Eleição. Prazo de Gestão, Vacância. Os Diretores serão eleitos a cada ano na assembleia ordinária dos acionistas, exceto como disposto em seguida, e ocuparão o cargo até a próxima eleição anual e até que seus sucessores sejam devidamente eleitos e investidos. As

vacâncias e as Diretorias recém criadas, resultantes de qualquer aumento no número autorizado de Diretores poderão ser preenchidas pela contagem da maioria de votos dos Diretores então no cargo, embora menos do que um quorum.

§ 3. Renúncia. Qualquer Diretor poderá renunciar em qualquer ocasião, notificando por escrito tal renúncia à Diretoria, ao Presidente do Conselho, ao Presidente da Companhia ou ao Secretário. Qualquer tal renúncia se tornará efetiva na data da renúncia e atribuições conferidas à Diretoria por estes estatutos e pelo contrato social expressamente, a Diretoria poderá exercer todos tais poderes da Companhia e realizar todos os atos lícitos, e outros atos cuja execução não é exigida ou de competência dos acionistas, seja pela lei, ou pelo contrato social ou por estes estatutos.

§ 4. Demissão. Qualquer Diretor poderá ser demitido do cargo a qualquer tempo, com ou sem causa, através da votação da maioria de um quorum de acionistas com direito a voto em qualquer assembleia regular, ou em qualquer assembleia geral extraordinária, convocada para este fim.

§ 5. Remuneração. Os Diretores receberão a remuneração por fixada, de tempos em tempos, pela Diretoria.

ARTIGO IV - REUNIÕES DOS DIRETORES

§ 1. Reuniões Regulares. As reuniões regulares da Diretoria serão realizadas nos escritórios principais da Companhia, ou em tal outro local (dentro ou fora do território do Estado de Delaware), ou em tal data como de tempos em tempos venha a ser determinado pela Diretoria ou pelos acionistas. A reunião anual regular da Diretoria, para a eleição dos funcionários e para a transação de outros negócios será realizada na mesma data da assembleia geral ordinária dos acionistas ou em tal outra data e em tal local, conforme determinado pela Diretoria. Não há necessidade de comunicar a realização de qualquer reunião regular.

§ 2. Reuniões Extraordinárias. As reuniões extraordinárias da Diretoria poderão ser realizadas em tal local (dentro ou fora do território do Estado de Delaware) e em tal data que, de tempos em tempos, for determinada pela Diretoria ou conforme venha a ser especificada na convocação e notificação de qualquer reunião. Qualquer tal reunião será realizada por convocação do Presidente do Conselho, do Presidente da Companhia, do Secretário ou de dois ou mais Diretores. A notificação da realização de uma reunião extraordinária de Diretores deverá ser enviada pelo correio a cada Diretor, com uma antecedência de pelo menos três dias da data da reunião, desde que, em lugar da notificação, anúncio possa ser feito a cada Diretor, individualmente, ou por telefone, ou enviado por telegrama, pelo menos um dia antes da data da reunião.

§ 3. Desistência de Notificação. Em lugar da notificação sobre a realização da reunião, será considerada equivalente à mesma, a desistência por escrito ao recebimento da mesma, assinada pela pessoa ou pessoas que seriam direito a recebê-la quer antes ou depois da data estipulada na mesma. Qualquer Diretor que comparecer pessoalmente a uma reunião da Diretoria será considerado como tendo desistido da notificação sobre a data e o local da reunião.

§ 4. Ato Sem Reunião. A menos que seja de outra forma rescrito pelo contrato social, qualquer ato cuja efetivação é exigida, permitida em qualquer reunião da Diretoria ou de qualquer comissão da mesma, poderá ser efetivado sem a realização de uma reunião, caso todos os membros da Diretoria ou de tal comissão, seja o caso qual quer, consentirem por escrito na referida atuação, e o consentimento escrito ou os consentimentos escritos serão arquivados juntamente com a ata da reunião da Diretoria ou de tal comissão.

§ 5. Quorum. Em todas as reuniões da Diretoria, a presença de um terço do número total de Diretores constituirá quorum para a deliberação de negócios. O ato da maioria dos Diretores presentes em qualquer reunião na qual há quorum qualificado será o ato da Diretoria, exceto nos casos em que a lei exige especificamente que se aja de maneira diferente.

Se, em qualquer reunião o número de presentes for menor que o quorum exigido, a maioria dos presentes (ou, no caso de um só estar presente, então voto deste um) poderá votar no sentido de adiar a reunião, de uma data para outra, sem necessidade de qualquer outra notificação que o anúncio feito na reunião, até que o número de presentes constitua o quorum exigido. Em tal reunião adiada, na qual há quorum, qualquer assunto que poderia ser deliberado a respeito na reunião originalmente marcada, poderá ser igualmente deliberado a respeito.

§ 6. Deliberações. A menos que de outra forma indicado na notificação da reunião ou exigido por lei, pelo contrato social ou pelos estatutos da Companhia, todos e quaisquer assuntos poderão ser deliberados a respeito durante as reuniões de Diretoria.

ARTIGO V - COMPETÊNCIA DA DIRETORIA - A administração de todas as propriedades e negócios da Companhia e regulamentação e gestão de seus negócios serão de competência da Diretoria. Além dos poderes e atribuições conferidos à Diretoria por estes estatutos e pelo contrato social expressamente, a Diretoria poderá exercer todos tais poderes da Companhia e realizar todos os atos lícitos, e outros atos cuja execução não é exigida ou de competência dos acionistas, seja pela lei, ou pelo contrato social ou por estes estatutos.

ARTIGO VI - COMISSÕES

§ 1. Comissão Executiva. A Diretoria poderá, através de uma resolução aprovada pela maioria de toda a Diretoria, designar uma comissão executiva, composta de cinco ou mais membros. O Diretor Executivo chefe mais três outros membros da comissão executiva constituirão o quorum exigido.

A comissão executiva terá e poderá exercer todos os poderes e competência da Diretoria na administração dos negócios e assuntos da Companhia, com exceção de tais poderes e competência especificamente reservados para Diretoria, seja por lei ou por resolução adotada pela Diretoria.

§ 2. Comissão de Auditoria. A Diretoria poderá, através de uma resolução aprovada pela maioria de toda a Diretoria, designar uma comissão de auditoria, que será composta de dois membros ou mais, nenhum dos quais poderá ser empregado ou funcionário graduado da Companhia. A metade mais um dos membros da comissão de auditoria constituirá o quorum exigido.

A comissão de auditoria deverá, de tempos em tempos, examinar e fazer recomendações para a Diretoria com relação à seleção de auditores independentes, os honorários a serem pagos a tais auditores, a

adequação dos procedimentos de auditoria e contabilidade da Companhia e tais outros assuntos que são, especificamente, delegados à comissão de auditoria pela diretoria. Neste sentido, a comissão de auditoria deverá, a seu próprio pedido, efetuar reuniões com os representantes dos auditores independentes e com os executivos da área financeira da Companhia, conjunta ou separadamente.

§ 3. Comissão de Remuneração e Nomeação. A Diretoria poderá, através de uma resolução aprovada pela maioria da Diretoria, designar uma comissão de remuneração e nomeação, que será composta de cada membro da Diretoria, exceto que nenhum membro da comissão de remuneração e nomeação poderá ser um empregado ou funcionário graduado da Companhia. A metade mais um dos membros da comissão de remuneração e nomeação constituirá o quorum exigido.

A comissão de remuneração e nomeação deverá, de tempos em tempos, examinar e fazer recomendações para Diretoria em relação à política de administração de salários da Companhia, inclusive mas não limitadas a, níveis salariais e benefícios adicionais dos Diretores eleitos, outros planos de remuneração tais como planos de incentivo financeiro, remuneração diferida e planos de opção de compra de ações, remuneração dos Diretores e benefícios adicionais, e tais outros assuntos que poderão ser especificamente delegados à competência da comissão por parte da Diretoria.

Em acréscimo, a comissão de remuneração e nomeação deverá fazer recomendações à Diretoria (i) com relação a candidatos apropriados para serem eleitos para a Diretoria, (ii) com relação às nomeações para as comissões da Diretoria, e (iii) com relação a promoções, mudanças e sucessões entre os executivos seniores da Companhia, e deverá desempenhar tais outras atribuições que forem especificamente delegadas à comissão por parte da Diretoria.

§ 4. Comissão Procedimentos. (a) As comissões executivas de remuneração e nomeação e de auditoria deverão manter atas de todas suas reuniões, as quais serão apresentadas à Diretoria, bem como deverão estipular suas regras e procedimentos. (b) As comissões executivas de auditoria, de remuneração e nomeação poderão, cada uma, autorizar que o selo da Companhia seja afixado a todos os papéis emitidos em obediência ao requisito de que a assinatura de um membro de qualquer comissão, os membros desta comissão em questão, presentes à reunião e não impedidos de votar, quer constituam ou não o quorum exigido, poderão, unanimemente indicar outro membro da Diretoria para atuar na reunião, em lugar de tal membro ausente ou impedido.

§ 5. Comissões. A Diretoria poderá, de tempos em tempos, através de resolução aprovada pela maioria de toda a Diretoria, designar uma ou mais de uma comissões especiais. Cada uma de tais comissões terá tantas atribuições e poderá exercer tantos poderes quantos os que forem outorgados na resolução que designa os membros da mesma. Cada uma destas comissões fixará suas próprias regras de procedimento.

ARTIGO VII - INDENIZAÇÃO.

§ 1. Natureza da Indenização. A Companhia indenizará qualquer pessoa que foi ou é parte ou está ameaçada de se tornar parte de qualquer processo judicial, ação ou procedimento processual, ameaçado, pendente ou acabado, seja de caráter civil, penal, administrativo ou constitutivo de direito ocasionado pelo fato de ser esta pessoa ou ter sido ou de ter concordado em se tornar um Diretor ou executivo da Companhia, ou por estar ou por ter estado, ou por ter concordado em estar a serviço da Companhia, a pedido da Companhia, como diretor executivo, de outra Companhia, sociedade, empresa em conta de participação, fundo de reserva ou outra firma, ou por motivo de qualquer ato que tenha alegadamente efetivado ou se omitido em efetivar, enquanto diretor ou executivo, e poderá indenizar qualquer pessoa que foi ou é parte ou está ameaçada de se tornar parte de tal processo judicial devido ao fato de ser de ter sido ou de ter concordado em se tornar um funcionário ou agente da Companhia, ou por estar ou por ter estado, ou por ter concordado em estar a serviço da Companhia, por solicitação da Companhia, como funcionário ou agente de outra companhia, sociedade, empresa por conta de participação, fundo de reserva ou outra firma, contra despesas (inclusive honorários advocatícios), sentenças, multas e quantias pagas como quitação ou acerto, verdadeira e razoavelmente incorridas por tal pessoa ou em seu nome, relacionadas com tal processo judicial, ação ou procedimento processual e qualquer recurso dos mesmos, se tiver agido em boa fé e de uma maneira que razoavelmente acreditada ser no melhor interesse da Companhia, e em relação a qualquer processo ou procedimento judicial de caráter penal em que não tem motivo razoável para acreditar que sua conduta foi ilícita; exceto que, no caso e um processo ou procedimento judicial em que a Companhia tem o direito de procurar obter uma sentença em seu próprio favor, (1) tal indenização ficará limitada a despesas (inclusive honorários advocatícios) verdadeira e razoavelmente incorridos por tal pessoa para se defender ou na quitação ou acerto de tal processo ou procedimento processual, e (2) nenhuma indenização será paga com relação a quaisquer reivindicações ou pretensões, ou assunto a respeito do qual tal pessoa tenha sido sentenciada como responsável perante a Companhia, a menos que e somente na medida que o Tribunal de Equidade de Delaware ou o Tribunal perante o qual tal processo ou procedimento processual foi submetido determinar mediante requerimento que, apesar da sentença de responsabilidade, a existência das despesas (inclusive honorários advocatícios) verdadeira e razoavelmente incorridas devido a tais despesas que o Tribunal de Equidade de Delaware ou tal outro Tribunal considerar apropriado.

A extinção de qualquer ação, processo ou procedimento processual através de sentença, ordem judicial, quitação ou acerto, conciliação ou mediante a vista da circunstância do caso, tal pessoa (neste contêndere) ou seu equivalente, não criará, por si, uma presunção de que a pessoa não agiu de boa fé e de uma maneira que acreditava razoavelmente ser no melhor interesse da Companhia, e não ao contrário, e que, em relação a qualquer ação ou processo de caráter penal, tinha motivos razoáveis para acreditar que sua conduta era ilícita.

§ 2. Defesa Bem Sucedida. Na medida em que um Diretor, executivo, funcionário ou agente da Companhia tiver sido bem sucedido na apuração do mérito ou de outra forma, na defesa de qualquer ação, processo ou procedimento judicial mencionado no § 1. acima, ou na defesa de qualquer reivindicação pretensão, ou matéria constante daquele processo, ele será indenizado das despesas (inclusive honorários advocatícios) verdadeira e razoavelmente incorridas por ele, em conexão com tal ação.

§ 3. Determinação de que a Indenização é Correta. Qualquer indenização a um Diretor ou executivo da Companhia, de acordo com o § 1. acima (a menos que por ordem judicial), deverá ser paga pela Companhia, a não ser que seja verificado que o pagamento da indenização ao Diretor ou executivo da Companhia não seria correto, em tais circunstâncias, devido ao fato de não ter, o Diretor ou executivo, atendido às normas de conduta aplicáveis, estabelecida no § 1. do presente Artigo. Qualquer indenização a um empregado ou agente da Companhia, de acordo com o § 1. do presente (a menos que por ordem judicial), poderá ser paga pela Companhia, se verificado que a indenização ao empregado ou agente é correta, em tais circunstâncias, porque tal empregado ou agente atendeu às normas de conduta aplicáveis, estabelecidas no § 1. do presente. Qualquer tal verificação será determinada: (1) pela Diretoria ou pelo voto da maioria de um quorum constituído dos Diretores que não foram partes de tal ação, processo judicial ou procedimento processual, ou (2) se tal quorum não for obtido, ou mesmo se for obtido, se um quorum constituído de Diretores Imparciais assim o determinar, pela decisão escrita apresentada por computadores jurídicos independentes, ou (3) pelos acionistas.

§ 4. Adiantamentos Para Pagamento de Despesas. As despesas incorridas por um Diretor ou executivo em sua defesa numa ação, processo judicial ou procedimento processual civil ou penal, serão pagas pela Companhia, antes da prescrição legal de tal ação, processo judicial ou procedimento processual, mediante o recebimento de uma garantia dada pelo, ou em nome do Diretor ou executivo, no sentido de que devolverá tal quantia se, no final, for determinado que ele não tem direito a ser indenizado pela Companhia, da forma autorizada neste Artigo. Tais despesas incorridas por outros empregados, agentes ou funcionários, mediante tais termos e condições, se houver algum, que forem julgadas apropriadas pela Diretoria. A Diretoria poderá autorizar que o advogado da companhia represente o Diretor, executivo, empregado ou agente, em qualquer ação, processo judicial ou procedimento processual, quer a companhia seja ou não parte da referida ação, processo judicial ou procedimento processual.

§ 5. Procedimento Para Indenização de Diretores ou Executivos. Qualquer indenização a um Diretor ou executivo da Companhia, de acordo com os §§ 2 e 3, ou o adiantamento de custos, encargos e despesas a um Diretor ou executivo, de acordo com o § 4, deste Artigo, deverão ser pagos prontamente, em qualquer caso, dentro de 60 dias, mediante uma solicitação escrita do Diretor ou executivo. Se a Companhia falhar em responder dentro do prazo de 60 dias, então a solicitação será considerada como aprovada. O direito à indenização ou aos adiantamentos, tal como concedido no presente Artigo, será executável por qualquer Diretor ou executivo em qualquer Tribunal de jurisdição competente, em qualquer caso, no todo ou em parte, no todo ou em parte. Os custos e despesas incorridos por tal pessoal em conexão com a demonstração bem sucedida de seu direito à indenização, em todo ou em parte, em qualquer tal ação, serão também indenizados pela Companhia. Será usado como defesa da Companhia, em qualquer tal ação de execução (quando não uma ação obstativa) executar uma reivindicação ou obrigação de adiantamento de custos, encargos e despesas, de acordo com o § 1. deste Artigo, em que a garantia exigida, se a houver, tiver sido recebida pela Companhia) o fato de que o requerente não atendeu às normas de conduta aplicáveis, estabelecidas no § 1. deste Artigo, mas o ônus da prova desta defesa caberá à Companhia. Nem a falha da Companhia (inclusive de seus diretores, seu consultor jurídico independente ou seus acionistas) em não ter feito uma verificação antes do início de tal ação, de que a indenização do reclamante é correta, em tais circunstâncias, porque o mesmo atendeu às normas de conduta aplicáveis, estabelecidas no § 1. deste Artigo, nem o fato de que já tenha havido uma verificação verdadeira por parte da Companhia (inclusive sua Diretoria, seu consultor jurídico independente e seus acionistas) não constituirá uma defesa em tal ação ou criar uma presunção de que o reclamante não atendeu às normas de conduta aplicáveis.

§ 6. Sobrevivência, Preservação de Outros Direitos. Os dispositivos acima mencionados relativos à indenização não serão considerados como em contradição com a Companhia e cada Diretor, executivo, empregado e agente que presta serviços nesta capacidade, em qualquer tempo, enquanto estes dispositivos, bem como os dispositivos pertinentes da Lei das Sociedades Comerciais de Delaware estiverem em vigor e qualquer revogação ou modificação dos mesmos não afetará qualquer direito ou obrigação então existente em relação a quaisquer alegações, existentes então ou previamente, ou qualquer ação, processo judicial ou procedimento processual, previamente ou posteriormente apresentado ou ameaçado de ser apresentado ao Tribunal, com base no todo ou em parte de tais alegações. Tal direito garantido em contrato não poderá ser modificado retroativamente sem o consentimento de tal Diretor, executivo, empregado ou agente.

A indenização prevista neste Artigo VII não será considerada excludente de quaisquer outros direitos aos quais aqueles indenizados poderiam ter direito em consonância com qualquer estatuto, acordo, voto de acionistas ou Diretores Imparciais ou outros acordos, tanto quando estiverem agindo em sua capacidade oficial como quando estiverem agindo em outra capacidade, enquanto ocupantes de tais cargos, e continuará a ter efeito com relação a uma pessoa que já deixou de ser Diretor, executivo, empregado ou agente e continuará a ter efeito em benefício de seus herdeiros, executores e inventariantes.

§ 7. Seguro. A Companhia fará e manterá seguros em nome de qualquer pessoa que, ou foi ou concordou em se tornar um Diretor ou executivo da Companhia, ou está ou estava servindo, por solicitação da Companhia, como Diretor ou executivo de outra companhia, sociedade, empresa em conta de participação, companhia fiduciária, ou outra empresa, contra qualquer responsabilidade declarada, com dele, e incorrida por ele ou em seu nome em qualquer tal capacidade, ou resultante de sua posição como tal, tenha ou não a companhia poder para indenizá-lo contra qualquer tal responsabilidade, de acordo com o disposto no presente Artigo, contanto que tal seguro possa ser feito em condições aceitáveis, o que será determinado pela maioria de votos de toda a Diretoria.

§ 8. Cláusula Especial. Cláusula que isenta pessoas de seu cumprimento ou protege direitos adquiridos. Se este Artigo ou qualquer parte do mesmo for invalidado sob qualquer fundamento por qualquer Tribunal de jurisdição competente, então a Companhia deverá, apesar

diaso, indenizar cada Diretor ou executivo, e poderá indenizar cada empregado ou agente da Companhia com relação a custos, encargos e despesas (inclusive honorários advocatícios), sentenças, multas e quantias pagas com quitação e acerto, com relação a qualquer ação, processo judicial ou procedimento processual, quer civil ou penal, administrativo ou constitutivo de direito, inclusive uma ação por ou no direito da Companhia, na medida total do permitido por qualquer parte aplicável deste Artigo que não tenha sido invalidado e na medida total do permitido pela legislação aplicável.

ARTIGO XVIII - EXECUTIVOS.

§ 1. **Gerai.** Os executivos da Companhia serão o Presidente do Conselho, o Presidente da Companhia, um ou mais Vice-Presidentes (inclusive Vice-Presidentes executivos e Vice-Presidentes seniores) um secretário, um auditor-supervisor, e tais outros executivos subordinados que poderão, de tempos em tempos, ser designados ou eleitos pela Diretoria.

§ 2. **Outros Executivos.** O Presidente do Conselho e o Presidente da Companhia serão escolhidos pela Diretoria dentre seus próprios pares. Os outros executivos da Companhia poderão ser ou não ser Diretores.

§ 3. **Prazo de Gestão.** Os executivos da Companhia serão eleitos pela Diretoria e ocuparão seus respectivos cargos durante o prazo que aprovar a Diretoria e qualquer executivo poderá ser demitido de seu cargo, a qualquer tempo, com ou sem causa, pela maioria dos votos da Diretoria. Cada executivo deverá ocupar o cargo desde a data de sua indicação e qualificação até a data da próxima eleição anual de executivos ou até a sua prematura renúncia ou demissão, exceto que, quando da eleição para o cargo, um prazo menor de gestão poderá ser determinado pela Diretoria para o substituto.

§ 4. **Remuneração.** A remuneração dos executivos da Companhia será determinada, de tempos em tempos, pela Diretoria.

§ 5. **Vacância.** No caso de ocorrer a vacância de um cargo por morte, renúncia, aposentadoria, desqualificação, demissão, ou por qualquer outro motivo, a Diretoria poderá exigir o cargo de qualquer dos seguintes de presidente, secretário e tesoureiro) ou eleger outro executivo para preencher este cargo.

ARTIGO XIX - DEVERES DOS EXECUTIVOS.

§ 1. **Presidente do Conselho - Presidente da Companhia.** O Presidente do Conselho será o executivo-chefe da Companhia. Terá poderes supervenientes gerais sobre todos os outros executivos, empregados e agentes da Companhia, com relação ao desempenho correto de seus deveres e terá igualmente os poderes e deveres gerais de supervisão e administração geralmente investidos no executivo-chefe de uma Companhia. O Presidente da Companhia será o executivo-chefe operacional da Companhia e, sujeito à direção geral do Presidente do Conselho, terá todos os poderes e deveres gerais de supervisão e administração geralmente investidos no executivo-chefe de operações de uma companhia. O Presidente do Conselho presidirá e atuará como o presidente da mesa de todas as reuniões da Diretoria. O Presidente da Companhia poderá presidir qualquer reunião da Diretoria no caso de ausência do Presidente do Conselho. Os cargos de Presidente do Conselho e Presidente da Companhia poderão ser ocupados pelo mesmo indivíduo.

§ 2. **Vice-Presidentes.** Cada Vice-Presidente deverá desempenhar aqueles deveres que lhe serão atribuídos pela Diretoria, pelo Presidente do Conselho e pelo Presidente da Companhia.

§ 3. **Secretário.** O secretário transcreverá todas as atas das reuniões da Companhia, das assembleias de acionistas e reuniões da Diretoria, e deverá desempenhar todos os outros deveres que lhe serão atribuídos pela Diretoria, pelo Presidente do Conselho ou pelo Presidente da Companhia. Qualquer parte ou todos os deveres do secretário poderão ser delegados a um ou mais secretários adjuntos.

§ 4. **Auditor-Supervisor (Controllor).** O Auditor-Supervisor deverá desempenhar aqueles deveres que lhe serão atribuídos pelo Presidente do Conselho, pelo Presidente ou por aquele Vice-Presidente que for o responsável pelos assuntos financeiros. Qualquer um ou todos os deveres do auditor-supervisor poderão ser delegados a um ou mais auditores adjuntos.

§ 5. **Tesoureiro.** O tesoureiro terá, sob a direção do Presidente do Conselho, do Presidente ou daquele Vice-Presidente que for responsável pelos assuntos financeiros, a custódia dos recursos e valores mobiliários da Companhia, sujeito àquelas regras que poderão ser impostas pela Diretoria. Ele depositará ou fará com que sejam depositadas todas as quantias outros valores em nome ou ordem da Companhia creditados em tais depositários que venham a ser indicados pela Diretoria ou conforme for indicado pelos executivos apropriados, de acordo com uma resolução emanada da Diretoria. Ele desembolsará ou fará com que sejam desembolsados os recursos da Companhia, da maneira que lhe for ordenada pela Diretoria ou pelos executivos apropriadamente autorizados para tal, recebendo comprovantes e faturas corretas dos desembolsos feitos. Se assim exigido pela Diretoria, dará à Companhia uma garantia, de tal valor, e em tal forma e com tanta proteção quanto for considerado satisfatório pela Diretoria, pelo fiel desempenho de seus deveres e atribuições no cargo. Deverá desempenhar tais outros deveres que lhe serão atribuídos pela Diretoria, pelo Presidente da Companhia ou por aquele Vice-Presidente que for responsável pelos assuntos financeiros. Qualquer um ou todos os deveres do tesoureiro poderão ser delegados a um ou mais tesoureiros adjuntos.

§ 6. **Deveres dos Outros Executivos.** Cada um dos outros executivos deverá desempenhar tais deveres e ter tais responsabilidades que lhe serão delegados pelo executivo ao qual é subordinado por indicação do Presidente do Conselho ou pelo Presidente da Companhia.

§ 7. **Ausência ou Impedimento.** A Diretoria ou o Presidente do Conselho poderá delegar os poderes e deveres de qualquer executivo ausente ou incapacitado a qualquer outro executivo ou a qualquer outro Diretor enquanto tais circunstâncias. No caso de ausência ou impedimento temporário do Presidente do Conselho, o Presidente da Companhia assumirá seus deveres e poderes enquanto estiver ausente ou assim impedido.

ARTIGO XX - AÇÕES.

§ 1. **Certificados.** Os certificados de ações da Companhia serão assinados por, ou em nome da Companhia por: o Presidente do Conselho, o Presidente da Companhia, um Vice-Presidente, o pelo tesoureiro ou por um tesoureiro adjunto, ou pelo secretário ou por um secretário adjunto da Companhia. Se tal certificado estiver contrafirmado

(1) por um agente de transferência (corretor, caixa de liquidação, instituição depositária ou financeira autorizada) que não a Companhia ou seus empregados, ou (2) por oficial de registro que não a Companhia e seus empregados, então qualquer outra assinatura no certificado, poderá ser fac-símile. No caso de qualquer executivo, agente de transferência ou oficial de registro, que tenha assinado ou cujo fac-símile da assinatura tenha sido colocado no certificado venha a deixar de ser tal executivo, agente de transferência ou oficial de registro antes da emissão de tal certificado, o certificado poderá ser emitido pela Companhia e ter a mesma validade, como se fosse tal executivo, agente de transferência ou oficial de registro na data da emissão.

§ 2. **Transferências.** A transferência das ações operar-se-á em termo lavrado nos livros da Companhia, pelo cedente da titularidade das mesmas, em pessoa ou representado por seu advogado, mediante a entrega de tal certificado com a locução endossada e a validação, de acordo com o mesmo, devidamente assinada e com tal comprovação da autenticidade das assinaturas que a Companhia poderá razoavelmente exigir. A Diretoria poderá, de tempos em tempos, nomear tais agentes de transferência ou oficiais de registro, da maneira que julgar conveniente e poderá definir seus poderes e atribuições. Nenhum destes agentes de transferência ou oficiais de registro precisam ser empregados da Companhia.

§ 3. **Titular Registrado.** A Companhia poderá tratar o titular registrado de quaisquer ações do capital social como o total proprietário das mesmas, com direito a receber dividendos e a votar nas convenções e assembleias, e será obrigada a reconhecer qualquer interesse, por parte de qualquer outra pessoa, quer venha ou não a ter notícia sobre isto.

§ 4. **Certificados Perdidos e Danificados.** A Companhia poderá emitir um novo certificado de ações para substituir um certificado alegadamente perdido, roubado, destruído, ou mutilado, de acordo com tais termos e condições que a Diretoria possa, de tempos em tempos determinar.

§ 5. **Marcação de Data de Registro.** A fim de que a Companhia possa determinar quais os acionistas com direito a receber notificação de realização de assembleia e que têm direito a votar nas convenções e assembleias, a Companhia poderá, para expressar consentimento para alguma ação da Companhia, por escrito, sem realização de assembleia, ou que têm direito a receber pagamento de algum dividendo ou outra distribuição ou rateio de quaisquer direitos, ou que têm direito a exercer quaisquer direitos com relação a alguma mudança, convenção ou troca de ações, ou que tenham qualquer outro direito, a Diretoria poderá marcar antecipadamente, uma data de registro, a qual não será superior a sessenta dias nem inferior a dez dias da data de realização de tal assembleia, nem superior a sessenta dias antes de qualquer outra ação.

ARTIGO XXI - DIVERSOS.

§ 1. **Ano Fiscal.** O ano fiscal da Companhia começará no primeiro dia de janeiro e terminará no 31º dia de dezembro de cada ano. (Exercício).

§ 2. **Fiscalização dos Livros e Registros por Parte de Acionistas.** A Diretoria, de tempos em tempos, deverá determinar se, em que medida, e em que forma e local e sob quais condições e regras as contas e livros contábeis da Companhia, ou algum deles, serão abertos à inspeção por parte de um acionista ou acionistas, e nenhum acionista terá o direito de inspecionar qualquer conta, livro contábil ou documento da Companhia, exceto se assim concedido pelo estatuto ou autorizado por meio de uma resolução da Diretoria.

§ 3. **Selo.** O selo da Companhia será da formato circular e terá inscrito no mesmo o nome da Companhia e as palavras: "CORPORATE SEAL, DELAWARE".

ARTIGO XII - ADITAMENTOS AOS ESTATUTOS. - Sujeito ao que for disposto em qualquer resolução da Diretoria, criando quaisquer séries de Ações preferenciais, a Diretoria terá o poder, de tempos em tempos, para fazer alterar ou revogar os estatutos, porém qualquer estatuto feito pela Diretoria poderá ser alterado, aditado ou revogado pelos acionistas em qualquer assembleia geral ordinária, ou em qualquer assembleia geral extraordinária, contanto que um aviso sobre tal alteração, aditamento ou revogação proposta esteja incluída na notificação de convocação de tal assembleia geral extraordinária.

ERA O QUE CONSTAVA DO referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FE. Dado no Rio de Janeiro, aos 5 de abril de 1990. POR TRANSCRIÇÃO CONFORME:

TRANSCRIÇÃO Nº 12172

CERTIFICADO. Eu, Charles D. Marlett, Secretário da Companhia American Airlines Inc., uma Companhia devidamente constituída e legalmente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, pelo presente certifico que o documento anexo, ao presente, é uma cópia fiel e correta dos Estatutos da American Airlines, Inc.

EM TESTEMUNHO DO QUE, Eu, firmo o presente e aponho o Selo da American Airlines aos 19 dias de Fevereiro de 1990. - Firmado: Charles D. Marlett, Secretário da Companhia.

Constava ao lado da assinatura supra o Selo Corporativo, em relevo da AMERICAN AIRLINES, INC. - Delaware.

NOTIFICAÇÃO: Juramento firmado perante mim, aos 19 dias de fevereiro de 1990. - Firmado: DEBRA J. DOUGLAS, Tabela Pública. Estado do Texas. Sua comissão expira em 11.08.92.

PROTONOTARIATIZADO: ESTADO DO TEXAS - SECRETÁRIO DE ESTADO - Letterhead.

O infra-assinado, como Secretário de Estado, do Estado do Texas, PELO PRESENTE CERTIFICA que, de acordo com os arquivos nesta repartição, DEBRA J. DOUGLAS, está qualificada como uma Tabela Pública para o Estado do Texas, em 8 de novembro de 1988, para um mandato que terminará em 8 de novembro de 1992.

EM TESTEMUNHO DO QUE, Eu firmo oficialmente o presente e fiz com que o Selo do Estado fosse aposto e colocado nos presentes e com a cidade de Austin, aos 6 de fevereiro de 1990. - Firmado: George S. Bayoud J., Secretário de Estado GSB/NO/vr.

LEGALIZAÇÃO CONSULAR: Constava da firma e da qualidade de, George S. Bayoud, passada de Dallas, Texas, aos 29 de fevereiro de 1990, pelo Felix Valdez, Consul Interino, e pelo Oficial do Consulado do Brasil em Dallas, obliterava estampilhas consulares no valor total de Czf 20,00 ouro.

ERA O QUE CONSTAVA do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FÉ. - Dado do Rio de Janeiro, aos 4 de abril de 1990. - POR TRADUÇÃO CONFORME:

TRADUÇÃO Nº 12165

CERTIFICADO DE INCUMPRÊNCIA. Eu, o infra assinado, Charles D. Marlett, Secretário da Companhia American Airlines, Inc. (A "Companhia"), uma sociedade devidamente constituída e legalmente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, PELO PRESENTE CERTIFICO que as pessoas cujos nomes estão apresentados no Anexo A do presente, são os Diretores e funcionários executivos da Companhia, devidamente qualificados nesta data, e tendo sido devidamente nomeados e eleitos para os cargos indicados no referido anexo A.

EM TESTEMUNHO DO QUE, firmo minha assinatura e afixo o Selo da Companhia, aos 19 dias de fevereiro de 1990. - AMERICAN AIRLINES, INC. - Firmado: Charles D. Marlett - Secretário da Companhia.

Constava o Selo em relevo, da American Airlines, Inc. Notarização: Jurado e firmado perante mim, aos 19 dias de fevereiro de 1990. Firmado: DEBRA J. DOUGLAS, Tabelião Pública, Estado do Texas. Sua comissão expira em 08.11.92. Constava o Selo em relevo da referida Tabelião Pública.

Protonotarização: Estado do Texas - Secretário de Estado. Letterhead.

O infra-assinado, como Secretário de Estado, do Estado do Texas, PELO PRESENTE CERTIFICA que, de acordo com os arquivos desta repartição, DEBRA J. DOUGLAS, está qualificada como uma Tabelião Pública para o Estado do Texas, em 8 de novembro de 1988, para um mandato que terminará em 8 de novembro de 1992.

EM TESTEMUNHO DO QUE, firmo oficialmente a presente e fiz com que o Selo de Estado fosse apostado ao presente, no meu gabinete, na cidade de Austin, aos 6 de fevereiro de 1990. - Firmado: George S. Bayoud Jr., Secretário de Estado. - GSB/NO/vr.

Legalização Consular: Constava da firma e da qualidade de George S. Bayoud Jr., Passado de Dallas, Texas, aos 29 de fevereiro de 1990, por Felix Valois Pires, Consul Interino, o Selo Oficial do Consulado do Brasil em Dallas, obliterava estampilhas consulares no valor total de Cz\$ 20,00 ouro.

ERA O QUE CONSTAVA do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FÉ. - Dado do Rio de Janeiro, aos 5 de abril de 1990. - POR TRADUÇÃO CONFORME:

DIRETORIA: Edward A. Brennan; Thomas S. Carroll; Albert V. Casey; Robert L. Crandall; Christopher P. Edley; Antonio Luis Ferré; Charles T. Fischer, III; Dee J. Kelly; John D. Leitch; General William Lyon; Charles H. Ristior, Jr.; Joe M. Rodgers; Maurice Segall; Edward O. Vetter; Eugene F. Williams, Jr.; Nilo Plantation; - **FUNÇÃO EXECUTIVA:** Robert L. Crandall; Roberto W. Baker; Donald J. Carty; Peter Dolzlar; Michael J. Durham; Michael W. Gunn; Max D. Hopper; David L. Kruse; Anne H. McNamara; Richard D. Pearson; Barbara R. Amster; G.J. Arpey; William B. Boesch; Michael A. Buckman; William J. Burhop; R.P. Cravisor; M. Culhane; Joseph J. D'Ambrósio; Lowell C. Duncan, Jr.; G.R. Ferguson; D.P. Garton; Arnold J. Grossman; G.J. Gunn; R.A. Hale, Jr.; George A. Hof, Jr.; Jerry B. Jacob; C.R. Jacoby; Henry C. Joyner; Thomas J. Kierman; Charles D. Marlett; Hans Mirka; Kathleen M. Misunas; George L. Mueller; Donald P. O'Hare; Melvin E. Olsen; Stephen D. O'Sullivan; Ralph L. Richards; Robert E. Stegemann; Ted Tedesco; James E. Walsh III. ERA O QUE CONSTAVA do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FÉ. - Dado do Rio de Janeiro, aos 5 de abril de 1990. - POR TRADUÇÃO CONFORME:

TRADUÇÃO 12170

CERTIFICADO. Eu, Charles D. Marlett, Secretário da Companhia American Airlines, Inc., uma Companhia devidamente constituída e legalmente existente segundo as Leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, pelo presente certifico que American Airlines é uma subsidiária que pertence totalmente a AMR Corporation e que AMR Corporation detém 100 por cento das ações da American Airlines.

EM TESTEMUNHO DO QUE, Eu, firmo o presente e aponto o Selo da Companhia, aos 13 dias de fevereiro de 1990. - Firmado: Charles D. Marlett, Secretário da Companhia.

Constava ao lado da assinatura supra, o Selo Corporativo, em relevo da American Airlines, Inc. - Delaware.

NOTARIZAÇÃO: Jurado e firmado perante mim, aos 13 dias de fevereiro de 1990. Firmado: DEBRA J. DOUGLAS Tabelião Pública, Estado do Texas. Sua comissão expira em 08.11.92. Constava Selo em relevo.

PROTONOTARIZAÇÃO: ESTADO DO TEXAS - SECRETÁRIO DE ESTADO - Letterhead.

O infra-assinado, como Secretário de Estado, do Estado do Texas, PELO PRESENTE CERTIFICA que, de acordo com os arquivos nesta repartição, DEBRA J. DOUGLAS, está qualificada como uma Tabelião Pública para o Estado do Texas, em 8 de novembro de 1988, para um mandato que terminará em 8 de novembro de 1992.

EM TESTEMUNHO DO QUE, firmo oficialmente a presente, e fiz com que o Selo de Estado fosse apostado ao presente, no meu gabinete, na cidade de Austin, aos 5 de dezembro de 1989. - Firmado: George S. Bayoud Jr., Secretário de Estado. - GSB/NO/vr.

Legalização Consular: Constava da firma e da qualidade de George S. Bayoud Jr., Passado de Dallas, Texas, aos 28 de fevereiro de 1990, por Felix Valois Pires Consul Interino, o Selo Oficial do Consulado do Brasil em Dallas, obliterava estampilhas consulares no valor total de Cz\$ 20,00 ouro.

ERA O QUE CONSTAVA do referido documento, ao qual me reporto, e por ser verdade, DOU FÉ. - Dado do Rio de Janeiro, aos 4 de abril de 1990. - POR TRADUÇÃO CONFORME:

JOGO DE MAGALHÃES CARVALHO DE MORAES, Eu, abaixo assinado, Tradutor Público e Interpretador Comercial, para a praça do Rio de Janeiro, devidamente nomeado, CERTIFICO que me foi apresentado um documento redigido em idioma inglês, a fim de traduzi-lo para o vernáculo, o que cumpro em razão do meu ofício, como segue:

TRADUÇÃO Nº JM-014/05/90

Departamento de Transportes dos EUA - Administração de Programas de Pesquisas e Especiais - Transportadora Aérea: American Airlines, Inc. - Operação: Sistema.

DEMONSTRAÇÃO DE OPERAÇÕES EM 31/12/1989.

RECEITAS DE OPERAÇÃO	Quantia \$(000)
Passageiros - 1ª Classe	1,126,398
Passageiros - Classe "Coach"	7,709,754
Mala Postal	106,027
Bens - Frete	255,640
Bens - Excesso de Bag. de Pass.	11,193
Arfretamento - Passageiros	3,106
Arfretamento - Carga	-
Taxas de Cancel. de Reservas	-
Receitas de Operação Diversas	46,207
Receitas de Serviços Publ. (Subsid)	-
Receitas Relacionadas a Transporte	702,622
Total das Receitas de Operação	9,960,947
DESPESAS DE OPERAÇÃO	-
Operações de Voo	2,537,842
Manutenção	1,013,598
Serviços de Passageiros	1,055,580
Manutenção de Aeronaves e Tráfego	1,679,871
Promoção e Vendas	1,760,479
Gerais e Administrativas	503,603
Gerais e Administrativas	-
Depreciação e Amortização	581,577
Despesas relacionadas a Transporte	97,601
Total das Despesas de Operação	9,230,151
Lucro ou Perda Operacional	730,796

RECEITA E DESPESA NÃO RELACIONADAS A OPERAÇÕES	-
Juros sobre Empr. a Longo Prazo e Arrendamentos de Bens de Capital	212,986
Outras Reservas c/Juros	59,569
Lucros e Perdas c/Câmbio Estrang.	-
Ganhos e Perdas de Capital	5,132
Outras Receitas e Despesas Líquidas	87,078
Receita e Despesas não Relacionadas a Operação	61,207
Lucros Antes dos Tributos à Renda	669,589
IMPOSTOS À RENDA REF. AO PERÍODO EM CURSO	246,489
Lucros antes do término de operações, itens extraordinários e alterações contábeis	423,100
OPERAÇÕES TERMINADAS	-
ITENS EXTRAORDINÁRIOS	-
Impostos à renda aplicáveis a itens extraordinários	-
ALTERAÇÕES CONTÁBEIS	423,100
Lucro Líquido	-

BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/1989

ATIVO	Quantia \$(000)
ATIVO CORRENTE	-
Dinheiro em Caixa e em Bancos	108,239
Investimentos a curto prazo	471,023
Notas a receber	1,133
Contas a receber	859,725
Menos: Reserva para dívidas incobráveis	13,285
Notas e contas a receber-Líquido	847,573
Sobresalientes e suprimentos-Líquido	451,670
Itens pagos adiantadamente	88,857
Outros ativos correntes	3,093
Total do Ativo Corrente	2,000,453
INVESTIMENTOS E FUNDOS ESPECIAIS	-
Investimentos em companhias associadas	2,605
Outros investimentos e valores a receber	82,400
Fundos Especiais	51,386
Total dos Investimentos e Fundos Especiais	136,391
BENS E EQUIPAMENTOS DE OPERAÇÃO	-
Equipamento de Voo	5,652,482
Terra-Bens e Equipamentos	2,167,539
Menos: Reservas para Depreciação	3,077,888
Bens e Equipamentos-Líquido	4,742,133
Terrenos	11,503
Depósitos e Adiantamentos para Compra de Equipamentos	997,036
Obras de construção em Andamento	559,215
Arrendamento de Bens de Capital	1,172,682
Arrendamentos de Bens de Capital - Amortização Acumulada	542,398
Total dos bens e equipamentos de operação	7,460,174
BENS E EQUIPAMENTOS NÃO RELACIONADOS A OPERAÇÕES	-
Menos: Reserva para depreciação/amortização acumulada	-
Bens e Equipamentos Não Relacionados a Operações	-
OUTRAS CONTAS ATIVAS	-
Antecipações a Longo Prazo	156,129
Custos de Desenvolvimento e Preoperações Não Amortizados	8,892
Outros Bens e Despesas Diferidas	467,823
Total de Outros Bens do Ativo	632,844
TOTAL DO ATIVO	10,229,862

PASSIVO E PASSIVO INEXIGÍVEL	Quantia \$(000)
Vencimentos correntes de Débitos a Longo Prazo	147,176
Notas a Pagar - Banco	-
Notas a Pagar a Terceiros	-
Contas a Pagar a Fornecedores	948,376
Contas a Pagar a Terceiros	494,559
Obrigações Correntes por Arrendamentos de Bens de Capital	58,768
Salários a pagar	223,151
Férias a Pagar	185,059

Juros a Pagar	99,574
Tributos a Pagar	92,148
Dividendos Declarados	-
Responsabilidade Civil de Tráfego Aéreo	869,364
Outros passivos Correntes	556,321
Total do Passivo Corrente	3,674,511
PASSIVO NÃO CORRENTE	
Débitos a Longo Prazo	641,142
Adiantamentos de companhias associadas	-
Responsabilidade de Pagamento de Pensões	3,468
Obrigações Não correntes referentes a	
Arrendamentos de Bens de Capital	1,485,239
Outros Passivos Não Correntes	18,867
Total do Passivo Não Corrente	2,148,716
CRÉDITOS DIFERIDOS:	
Tributos à Renda Diferidos	814,283
Créditos Diferidos de Incentivos Fiscais	-
Outros Créditos Diferidos	474,109
Total de Créditos Diferidos	1,288,392
PASSIVO INEXIGÍVEL	
Capital Social:	
Ações Preferenciais Emitidas	-
Ações Ordinárias Emitidas	-
Subscritas e Não Emitidas	-
Total do Capital Social	-
Capital Adicional Investido	698,659
Total do Capital Integralizado	698,660
Lucros em Suspense	2,419,583
Total do Passivo Inexigível	3,118,243
Menos: Ações Recomendadas do Próprio	
Capital - Ações	-
Passivo Inexigível Líquido	3,118,243
TOTAL DO PASSIVO E PASSIVO INEXIGÍVEL	10,229,862

CERTIFICADO: Eu, Arnold J. Grossman, Vice-Presidente da American Airlines, Inc., sociedade anônima devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, certifico, pela presente, que o apenso é uma cópia fiel e exata da Demonstração de Operações em 1989, acompanhada do Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1989, da American Airlines, Inc.

EM TESTEMUNHO DO QUE, firmei a presente à qual apuso minha assinatura e o selo da Sociedade, no dia 10 de maio de 1990. - (a) Arnold J. Grossman, Vice-Presidente de "Marketing" e Planejamento Internacional. - Rio de Janeiro, RJ, 25 de abril de 1990.

Firmado e jurado perante mim no dia 10 de maio de 1990. - (a) Debra J. Douglas, Notário Público. - (Estava o selo em relevo do citado Notário, constando em anexo uma folha com o timbre e selo do Estado do Texas, em que constava certificada a titularidade do referido Notário pelo Secretário do Estado do Texas, e, no verso, o reconhecimento consular em vernáculo da assinatura do mencionado Secretário de Estado).

NADA MAIS. Era o que continha o referido documento ao qual me reporto e DOU FE. Rio de Janeiro, 09 de maio de 1990.

TRADUÇÃO NO JM-033/04/90

CERTIFICADO: Eu, Robert L. Crandall, como "Chairman" da Diretoria, Presidente e Principal Titular Executivo da American Airlines, Inc., uma sociedade anônima devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, agindo consoante as Resoluções de Diretoria aprovadas em 14 de junho de 1989 e 15 de março de 1989, declaro pela presente que: a. American Airlines decidiu registrar-se como sociedade anônima estrangeira a saber filial na República Federativa do Brasil, e b. O valor do capital a ser atribuído a esta filial pela American Airlines será suficiente para os seus fins, não sendo inferior a US\$10,000.00 ou o seu equivalente em moeda brasileira. (a) Robert L. Crandall. - Atesto: (a) Charles D. Marlett - Secretário da Sociedade. - (Selo) Firmado e jurado perante mim aos 10 dias do mês de abril de 1990. - (a) Debra J. Douglas, Notário Público. (Em anexo, com o timbre e selo do Estado do Texas, estava uma folha com o reconhecimento da firma do supracitado Notário pelo Secretário de Estado do Estado do Texas, sendo-se no verso o reconhecimento consular em vernáculo de sua assinatura).

NADA MAIS: Era o que continha o referido documento ao qual me reporto e DOU FE. - Rio de Janeiro, RJ, 25 de abril de 1990.

TRADUÇÃO NO JM-007/05/90

CERTIFICADO: Eu, Robert L. Crandall, como "Chairman" da Diretoria, Presidente e Principal Titular Executivo da American Airlines, Inc., uma sociedade anônima devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, declaro pela presente que: a. American Airlines decidiu registrar-se como sociedade anônima estrangeira e abrir filial na República Federativa do Brasil, mediante a qual a Sociedade poderá dedicar-se a prestação de serviços públicos de transporte aéreo de passageiros, de bagagem, carga e mala postal, bem como a serviços suplementares correlatos em terra, tais como manutenção e reparo de equipamentos, serviços de segurança e vigilância, serviços de "marketing" e promocionais, manuseio em terra, uso e "marketing" de sistemas de reservas, treinamento de pessoal, arrendamento ou afretamento de aeronaves a terceiros. b. O valor do capital a ser atribuído a esta filial pela American Airlines, Inc. será adequado para seus fins e não será inferior a \$10,000. (a) Robert L. Crandall. - (Estava o selo em relevo da aludida Sociedade) - Atesto: (a) Secretário da Sociedade. (Selo).

Firmado e jurado perante mim aos 30 dias do mês de abril de 1990. - (a) Barbara R. Lavender, Notário Público. (Estavam o carimbo e selo em relevo do aludido Notário, constando em anexo uma folha com o timbre do Secretário de Estado do Estado do Texas, com o reconhecimento da firma e titularidade do aludido Notário pelo citado Secretário de Estado, cuja firma estava reconhecida em vernáculo no verso pelo Consulado do Brasil em Dallas, Texas, EUA).

NADA MAIS. Era o que continha o referido documento ao qual me reporto e DOU FE. POR TRANSCRIÇÃO CONFORME. Rio de Janeiro, 04 de maio de 1990.

TRADUÇÃO NO JM-031/04/90

PROCURAÇÃO: Na Cidade de Fort Worth, Condado de Tarrant, Estado do Texas, Estados Unidos da América aos 17 dias do mês de abril

de 1990, perante mim, Debra J. Douglas, Notária Pública, devidamente nomeada e empossada para o desempenho de minhas funções legais, e na presença das testemunhas abaixo nomeadas, compareceu o Sr. Charles D. Marlett, maior, domiciliado na Cidade de Grapevine, Texas, Estados Unidos da América, o qual, agindo em sua qualidade de Secretário da Sociedade da American Airlines, Inc., sociedade anônima constituída e existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, de acordo com os documentos que me foram apresentados, isto é, os Atos Constitutivos e Estatutos Sociais, declarou que, agindo em nome da American Airlines, Inc., na forma das Resoluções constantes em Ata da Reunião de Diretoria, seja outorgada procuração tão ampla e suficiente quanto seja exigida em lei a JOSÉ GERALDO GARCIA DE SOUZA, LOURENÇO HELENA MOREIRA DE CARVALHO, HUGO MAURICIO SIGELMANN, CARLOS EUGÊNIO LOPES, EDUARDO COLLE MOREIRA LIMA e MARIO ALBERTO PUCHEU, brasileiros, advogados, residentes na Cidade do Rio de Janeiro, portadores respectivamente das carteiras de identidade de nos. 2.936, 10.447, 7.895, 15.244, 234-2 e 9.559, emitidas pela Ordem dos Advogados do Brasil, e inscritos no C.P.F./M.F. sob os números 003.359.597-68, 003.359.407-49, 005.121.927-15, 042.176.917-34, 212.222.668-49 e 007.344.117-15 (doravante aqui denominados "Outorgados") com escritórios em Garcia e Kenner Aeronáutica, Avenida Rio Branco, 92 e 159 andar, 20040 Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, para que, em todos os Outorgados, agindo conjuntamente ou cada um de per si, e independente de ordem de nomeação possam representar a Outorgante na República Federativa do Brasil, perante todas e quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais e terceiros em geral, com relação ao registro, estabelecimento e administração de uma filial da Outorgante naquele país, para obtenção das licenças, permissões e alvarás necessários para que a Outorgante possa estabelecer, operar, servir e transportar aéreo em direção à aludida República Federativa do Brasil e a partir dela, bem como realizar todas as operações comerciais a eles correlatas ou com eles de qualquer forma relacionadas. Para tal fim os Outorgados ficam pela presente autorizados a: (1) elaborar, firmar, apresentar e/ou ingressar com requerimentos, petições e todos e quaisquer documentos, cumprir quaisquer exigências e praticar todos os atos necessários para obter o registro da Outorgante na República Federativa do Brasil, e a autorização para a Outorgante operar e exercer todas as suas atividades na cidade República do Brasil, inclusive a aceitação de condições estabelecidas pelo Estado do Brasil, inclusive a aceitação a Outorgante no tratamento de assuntos perante as autoridades federais, estaduais e/ou municipais da República Federativa do Brasil, e perante terceiros em geral; (2) representar, apoiar e defender os direitos e interesses da Outorgante em todos e quaisquer assuntos, quer materiais ou imateriais, perante quaisquer pessoa física, jurídica ou natural em foro especial, inclusive e porém sem qualquer caráter limitativo, entidades públicas autárquicas pertencentes às administrações diretas, ou indiretas, federais, estaduais e/ou municipais, inclusive, porém também sem qualquer caráter limitativo, todos os Ministérios Federais, o Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, as Secretarias de Estado, e todos e quaisquer departamentos, divisões, subdivisões, órgãos e/ou outros organismos e/ou entidades a eles subordinados ou afetos, tais como, inter alia, o DAC (Departamento de Aviação Civil), a CERNAT, a CACEX, INPI, Juntas Comerciais dos Estados e quaisquer outros, bem como perante terceiros em geral, sendo os Outorgados, para tal fim, autorizados a iniciar quaisquer ações ou processos, em nome da Outorgante, e apoiar e defender os direitos e interesses da mesma em qualquer processo iniciado por qualquer de tais entidades, autoridades e/ou funcionários das mesmas podendo requerer toda a sorte de atos, processos e recursos administrativos, inclusive o "do gratia" consoante as regras de direito administrativo; (4) representar a Outorgante em todos e quaisquer assuntos perante os tribunais, inclusive, em tal caso, seja em caráter de advogado, tal como são definidos na legislação brasileira, perante todos e quaisquer tribunais de justiça, e/ou instâncias e em qualquer foro, para o fim de iniciar processos e/ou prosseguir e participar em qualquer espécie de ação, inclusive, sem caráter limitativo, requerer medidas preventivas, preliminares ou cautelares de qualquer natureza, inclusive, inter alia, injunções, mandados de segurança, protestos, citações e notificações, queixas, reivindicações e reconvenções, ofertas, oposições, recusas e contestações e apresentação de provas, bem como defender a Outorgante de todas essas ações e/ou processos, de qualquer natureza, que venham a ser instituídos ou apresentados contra a Outorgante, e para tanto esteja autorizada esta Outorgante a Outorgados para tal fim, e em tal qualidade, autorizados a dar e receber quitações, apresentar requerimentos, depoimentos, declarações, apresentar e receber ou aceitar citações, notificações ou intimações de qualquer espécie, inclusive citação inicial, bem como interposições judiciais ou administrativas, para a ampla defesa e apelo dos direitos e interesses da Outorgante na República Federativa do Brasil, podendo, para tal, agir, dentro dos limites desta Procuração, negociar condições, ajustar, acordar, prestar depoimentos sob juramento, inclusive admissões ou confissões, renunciar a reivindicações e direitos com relação à solução de disputas, inclusive prazos, retirar queixas concordar com o estabelecimento de juízo arbitral e realizar acordos, instituir, contestar, responder e/ou apresentar oposição a qualquer tipo de ação, proposta e/ou processo, até sua solução final e definitiva, com plena utilização de todos os recursos permitidos ou previstos em lei, prestar declarações, ratificar declarações, ações e processos, exigir compensações, apresentar provas e/ou testemunhas, fazer reivindicações, apresentar exceções e reconvenções e opor ou contestar exceções e reivindicações e/ou reconvenções apresentadas por terceiros, contestar e desautorizar documentos, apresentar propostas, negociar, contratar, depositar, modificar e contestar fianças e caucões, como seja necessário para a defesa dos direitos e interesses da Outorgante em qualquer processo fiscal ou outro, administrativo e/ou judicial, e como tais, e para isso, introduzir terceiros em ações como garantidores de evicção e/ou fiadores, e, de um modo geral, cumprir qualquer ato processual exceto os expressamente excluídos deste mandato, cumprindo tudo o que julgarem conveniente para a melhor defesa dos direitos e interesses da Outorgante, a American Airlines, Inc., visto que os poderes aqui mencionados são limitativos e não exclusivos, e como tais, a presente procuração deverá ser interpretada de modo extenso e jamais

de forma limitativa; (5) requerer o registro de marcas de comércio, de serviço, nomes de comércio, patentes, direitos de reprodução ou autorais, e de um modo geral, praticar outros atos em quaisquer processos referentes a registro, pedidos, requerimentos, modificações, oposições, reivindicações, defesas, cancelamentos, renovações, recursos, e quaisquer outras providências em juízo ou fora dele, relativos ou pertencentes a direitos de propriedade industrial e intelectual; (6) representar a Outorgante, com os poderes de cláusula "ad negotia", com relação à administração das atividades cotidianas da filial da Outorgante na República Federativa do Brasil, com poderes para efetuar cobranças, celebrar contratos de arrendamento ou aluguel referentes a imóveis, bem como a bens móveis, e por prazos de um ou mais anos, movimentar contas bancárias, em nome da Outorgante, e de acordo com as instruções escritas expressa da Outorgante emitindo e endossando cheques e outros instrumentos negociáveis, tão somente para depósito nas contas bancárias da Outorgante na República Federativa do Brasil, ou no exterior, outorgar e receber recibos e quitações, emitir ordens de pagamento ou notas promissórias em favor da Outorgante, emitir recibos, efetuar pagamentos, receber notas e dotações em dinheiro em favor de terceiros, e, em suma, praticar os atos necessários relativos à operação normal da aludida filial, inclusive o seu registro em todas as autoridades competentes; (7) de acordo com as instruções escritas expressas da Outorgante, outorgar procuração bastante com poderes limitados a terceiros para o tratamento de outros assuntos que os Outorgados não estejam melhor habilitados a tratar, em nome da Outorgante, mediante o presente mandato; (8) no exercício de seus poderes, cada um, o procurador supracitado não poderá, em qualquer hipótese, sem o consentimento e autorização expressos por escrito da Diretoria da Outorgante: a) abrir e encerrar contas bancárias em nome da Outorgante; b) comprar, vender, arrendar, hipotecar, ou de qualquer modo gravar os bens imóveis da Outorgante; c) comprar, vender, penhorar ou de qualquer modo gravar os bens móveis da Outorgante que não sejam de qualquer modo afetos às atividades cotidianas da Outorgante, nem contrair empréstimos em dinheiro em nome da Outorgante. - AMERICAN AIRLINES, INC. - (a) Charles D. Marlett. Cargo: Secretário da Sociedade.

Firmada e jurada perante mim, aos 17 dias do mês de abril de 1990. - (a) Debra J. Douglas, Notária Pública. (Em anexo, sob o timbre e Selo do Estado do Texas, estava uma folha com o reconhecimento da firma da supracitada Notária pelo Secretário de Estado do Estado do Texas vendo-se no verso o reconhecimento consular em vernáculo de sua assinatura).

NADA MAIS. Era o que continha o referido documento, ao qual me reporto e DOU F.F. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1990.

(Nº 42.042 - 22/06/90 - Cr\$ 190,526,00)

Decreto nº 99.339, de 22 de junho de 1990.

Declara a desnecessidade de cargos e empregos do Quadro e Tabela Permanentes do extinto Ministério do Trabalho e das outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe conferem os Arts. 84, inciso IV e 41, § 3º, da Constituição e o disposto na Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990,

D E C R E T A:

Art. 1º São declarados desnecessários os cargos e empregos do Quadro e Tabela Permanentes do extinto Ministério do Trabalho, integrantes do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os ocupantes dos cargos e empregos a que se refere o artigo anterior, relacionados no Anexo II deste Decreto, são colocados em disponibilidade remunerada.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 22 de junho de 1990; 169ª da Independência e 102ª da República.

FERNANDO COLLOR

Bernardo Cabral
Mário César Florés
Carlos Tinoco Ribeiro Gomes
Francisco Rezak
Carlos Chiarelli
Sócrates da Costa Monteiro
Alceni Guerra
Zília M. Cardoso de Mello
Antonio Cabrera Mano Filho
Antônio Magri
Ozires Silva
Margarida Procópio

ANEXO I DO DECRETO Nº 99.339/90
CATEGORIAS FUNCIONAIS EXISTENTES NAS DRT'S

CATEGORIAS FUNCIONAIS	QUANTIDADE
Administrador	09
Agente Administrativo	451
Agente de Atividades Agropecuárias	04
Agente Cinegrafia e Microfilmagem	01
Agente de Colocação	10
Agente de Higiene e Segurança do Trabalho	17
Agente de Portaria	47
Agente de Serviços de Engenharia	01
Agente de Telecomunicações e Eletricidade	05
Agente de Vigilância	51
Analista de Sistema	04
Arquiteto	05
Arquivista	14

Artífice de Artes Gráficas	01
Artífice de Carpintaria e Marcenaria	04
Artífice de Eletricidade e Comunicações	03
Artífice de Estrutura, Obras e Metalurgia	03
Artífice de Mecânica	10
Assistente Jurídico	17
Assistente Sindical	22
Assistente Social	01
Auxiliar de Assuntos Educacionais	02
Auxiliar de Enfermagem	02
Auxiliar Operacional de Serviços Diversos	21
Bibliotecário	02
Carteiro	02
Condutor de Malas	03
Contador	03
Cozinheiro	01
Datilógrafo	25
Desenhista	01
Economista	03

CATEGORIAS FUNCIONAIS EXISTENTES NAS DRT'S

CATEGORIAS FUNCIONAIS	QUANTIDADE
Enfermeiro	02
Engenheiro	28
Engenheiro Agrônomo	19
Estatístico	02
Fiscal do Trabalho	395
Guarda	01
Identificador Datiloscópico	10
Médico	05
Médico do Trabalho	35
Médico Veterinário	02
Motorista	11
Motorista Oficial	53
Odontólogo	01
Operador de Computação	01
Pesq. Téc. Agrícolas	02
Psicólogo	01
Sociólogo	01
Técnico em Assuntos Educacionais	15
Técnico em Comunicação Social	03
Técnico de Colonização	110
Técnico de Contabilidade	50
Técnico do Planejamento	01
Telefonista	03
Telegrafista	01
Zootecnista	01
Total	1501

ANEXO II DO DECRETO Nº 99.339/90

ESTADO: AC	HOME
MATRÍCULA	DEMONSTRAÇÃO DO CARGO
1496	ANTONIO RODRIGUES KADOR
748852	AG. ATIV. AGROPECUARIAS C
1158	ARLENTA OLIVEIRA VIELA
1576	AGENTE ADMINISTRATIVO A
68333	ERILSON ROBERTO DE ARAUJO VIEIRA
3239	AGENTE DE VIGILANCIA A
1453	GILSON ERICHTH DE SOUZA
25343	MOTORISTA OFICIAL A
10397	JOAO LIMA DE FREITAS
5479	AG. ATIV. AGROPECUARIA
7191	JOAQUIM FREIRE DA SILVA
4362	AGENTE DE PORTARIA B
1726	JOSE DE CASTRO ROCHA
9921	AGENTE ADMINISTRATIVO B
16376	JOSE GOMES DINIS
	TEC. COLONIZACAO
	JOSE VICENTE DA SILVA
	MOTORISTA OFICIAL A
	LUIZ ALVES BOGIRA
	ENGENHEIRO AGRONOMO
	MANOEL PINTO MALACUNDI
	MOTORISTA OFICIAL B
	MARIA JOSE HERY DE FREITAS
	DATILOGRAFO B
	MARIA MENDES CHAVES
	AGENTE ADMINISTRATIVO A
	RAIMUNDO NONATO FERREIRA PEREIRA
	ASSISTENTE SINDICAL A
	TREZINHA DA CUNHA BRZSO
	AGENTE ADMINISTRATIVO B

Original com Defeito

12168	SEÇÃO 1	DIÁRIO OFICIAL	SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990
0319	WALMIR ALVES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO C	ESTADO: AM MATRÍCULA NOME DEMONINACAO DO CARGO	1129905 ANTONIO AUGUSTO BUREL DO AMARAL FISCAL DO TRABALHO
1985	ALMERICO GOMES PITA TEC DE CONTABILIDADE S	17398 CARLOS ALBERTO DA SILVA TEC COLONIZACAO	
2339575	AMARO CLAUDIO PEREIRA ART CARPINT MARCENARIA C	1801 DAYSE GONCALVES AMAZONAS FISCAL DO TRABALHO C	
2296	ANA MARIA DE SOUZA FISCAL DO TRABALHO		DORIS DAY DE OLIVEIRA PESSOAL AGENTE ADMINISTRATIVO
2364349	BENEDITA AMARAL DA SILVA DATILOGRAFO C	15790 FRANCISCO FREIRE DA SILVA ENGENHEIRO C	
	CICERO JOSE DA NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO S	23514 FRANCISCO GUERRA RODRIGUES TEC COLONIZACAO	
	DALMO JATUBA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO	21900 FRANCISCO SAVIO ARAUJO LEITA TEC COLONIZACAO	
	DEJANETE DE SOUSA CLINACO AGENTE ADMINISTRATIVO	21964 HERIBERTO DUCAO REDIG-METO TEC COLONIZACAO	
6548	EDSON VICENTE COSTA AGENTE DE VIGILANCIA S	0158 JAIME ANTONIO BORNELAS END AGRONOMO	
	ELSA PEREIRA DO CARMO AGENTE ADMINISTRATIVO	83546 JOEL JORGE SILVA DE OLIVEIRA TEC DE CONTABILIDADE A	
2190366	GERALDO CAMPOS FERRI AGENTE ADMINISTRATIVO C	2342611 LINDALVA VITALINO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO S	
18396	ISAAC BARROS SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO A	1963 MANOEL CATHARINO DOS SANTOS GOMES FISCAL DO TRABALHO	
130491383	JOSE LOPES DOS SANTOS AGENTE DE VIGILANCIA S	1199222 MARCELO DE SOUZA PAULIS FISCAL DO TRABALHO S	
6610362	JOSE RODRIGUES TENORIO AGENTE DE VIGILANCIA S	11693 MARCOS AFRONSO SILVA CHAVES TECNICO EM COLONIZACAO A	
5239	JOSIVAL LUCIANO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO C	19495 NATANAEL SABINO DE ARAUJO MOTORISTA OFICIAL	
18398	KLINGER DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO A	21886 OGENILSON NED TEC COLONIZACAO	
982283	LUIZ ALVES DE LIMA ART ESTRUT OU METALURGIA S	18032 RAIMUNDO DA COSTA BRANDAO TEC COLONIZACAO	
369289	MARCEL GODOI DA SILVA FILHO ART ESTRUT OU METALURGIA S	21911 RAIMUNDO ALMEIDA MOREIRA FILHO TEC COLONIZACAO	
6832	MARCO ANTONIO LEAO FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO C	2382796 RAQUEL DE PAULA MELO AGENTE ADMINISTRATIVO S	
	MARIA JOSETE DE BARROS FIBEIRO TEC DE CONTABILIDADE A	2384721 SINTE BARROS DE MORAIS AGENTE ADMINISTRATIVO S	
1959	MARIA LUCIA DE PAULA REGO TEC ASSUNTOS EDUCACIONAIS C	ESTADO: RN MATRÍCULA NOME DEMONINACAO DO CARGO	
	MARILDA FERREIRA FREITAS TEC ASSUNTOS EDUCACIONAIS	18436 ADA VALERIA BARRETO AGENTE ADMINISTRATIVO	
27987	MAELI MORAES BENTES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO S	184735 ADAILTON SAO PAULO DE JESUS AGENTE ADMINISTRATIVO	
6456	MAURICIO FERREIRA DA MACEDO MEDICO DO TRABALHO C	18150 ANGELA MARIA MARTINS SEPULVEDA ENGENHEIRA	
2384495	MONCIR LEITE PINHEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO S	21740 ANTONIO ALVES TEIXEIRA JUNIOR TECNICO EM COLONIZACAO	
2842236	NEWTON FERREIRA BASTOS AGENTE ADMINISTRATIVO S	15924 ANTONIO CARLOS ROCHA AGENTE DE VIGILANCIA	
2198377	NICIA SILVA MOTA AGENTE ADMINISTRATIVO S	2648 ANTONIO CARLOS VILASBOAS LEO TECNICO EM CONTABILIDADE	
7188	NORMA PEREIRA PINTO ASSISTENTE SINDICAL S	26216 ANTONIO COELHO DOS SANTOS AGENTE DE VIGILANCIA	
198389	PLINIO XAVIER BISPO AGENTE ADMINISTRATIVO S	23877 ANTONIO SEBASTIAO LISBOA FARIAS TECNICO EM COLONIZACAO	
2385158	ROBERTO VASCONCELOS ALVES AGENTE ADMINISTRATIVO S	3501 ANTONIO MANOEL DO NASCIMENTO FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO	
	VICENTE FERREIRA DE LIMA AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSO	2651 ARIOSVALDO ANTUNES DA LUZ TECNICO EM COLONIZACAO	
	VICENTE FERREIRA DE LIMA AUX. OPERACIONAL SERV. DIVERSOS	177 CELIA SANTANA DE ARAUJO TEC CON SOCIAL	
		6668 CELMA LEAL BORGES AGENTE ADMINISTRATIVO	

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12169

21740	DESARIO DOS REIS TEIXEIRA TEC EM COLONIZACAO	15704	JOSE CARLOS PEREIRA SILVA AGENTE DE VIGILANCIA
20235	CLARINDO FONSECA DE ALMEIDA AGENTE DE VIGILANCIA	3634	JOSE GABRIEL MACEDO BELTRAO FISCAL DO TRABALHO
2663	CLAUDIVINO ALVES DAS NEVES MOTORISTA	2973	JOSELTIL BISPO DE MATOS TEC EM CONTABILIDADE
2707	CRISTOVAO RODRIGUES JANTAS AGENTE DE VIGILANCIA	2834	JAREZ DE SOUZA BRITO TEC EM COLONIZACAO
2432	DAVI BARTETO NETO TEC EM COLONIZACAO	23044	JUSCELY DE SOUZA SANPAIO TEC EM COLONIZACAO
10365	DAYSE IONE ARAUJO R. COUVEIA AGENTE ADMINISTRATIVO	7402	LICIA ASSUMACAO RIBEIRO ASSISTENTE SINDICAL
3528	EDNALDO BATISTA SANTOS TEC EM COLONIZACAO	21324	LUIZ ANTONIO SEVERINO BORGES TEC EM COLONIZACAO
21300	EDNALDO CARLOS DOURADO TEC EM COLONIZACAO	3327	MARX MULLER AGENTE ADMINISTRATIVO
20720	EDSON CRUZ SILVA TEC EM COLONIZACAO	90705	MARLENE FRANCO DE SOUZA ROCHA FISCAL DO TRABALHO
2460	EDSON MIRANDA LUIZ TEC EM COLONIZACAO	21912	MAURO LUCIANI GONCALVES TEC EM COLONIZACAO
22935	ENIO BRANDAO RAMOS TEC EM COLONIZACAO	10230	MIRIAM DE ARAUJO SANTOS TEC EM COLONIZACAO
23034	ERNILSON DO NASCIMENTO VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	21727	NATILSON BITTENCOURT ROTONDANO TEC EM COLONIZACAO
9381	EVANDRO FAGUNDES PEREIRA MOTORISTA	2307459	NILO ALENCAR DE LIMA CONDUTOR DE MALAS
0072	EVERALDO ROCHA DE QUEIROZ ART. MECANICA	2362121	NILTON SOUZA COSTA AGENTE DE PORTARIA
23022	FLORISVALDO SEIXAS BARBOSA AGENTE DE VIGILANCIA	1990065	OTAVIO TOURINHO DANTAS MEDICO DO TRABALHO
9704	GEORGINA S DOS SANTOS MELO TELEFONISTA	9117	PEDRO FERREIRA BATISTA ENGENHEIRO DO TRABALHO
21036	GILBERTO DE OLIVEIRA BASTOS TEC EM COLONIZACAO	10450	ROBERTO ANTONIO MATOS DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO
19759	MELIO JOAO DOS SANTOS TEC EM COLONIZACAO	2528	ROBERTO LUIS ARAUJO ROCHA TEC EM COLONIZACAO
62394	HILTON ALVES BARRETO TEC EM COLONIZACAO	22931	RONILSON SOUZA NOVAIS TEC EM COLONIZACAO
2354932	IVANILTON SOUZA LIMA FISCAL DO TRABALHO	2302	ROSA LIA GONDIM DE CASTRO TEC EM COLONIZACAO
700146	JAIME DE A QUEIROZ FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO	2706	SILVIO DA CRUZ FREIRE TEC EM COLONIZACAO
0596	JAIME VILAS BOAS BORGES AGENTE DE VIGILANCIA	7451	JANIA AZEVEDO OLIVEIRA ASSISTENTE SINDICAL
2053	JAIR CARVALHO TEC EM COLONIZACAO	15857	ULMAR BISQUITA GUARANI TEC EM COLONIZACAO
2440	JEFFERSON CERVASIO MATOS SANPAIO TEC EM COLONIZACAO		ANTONIO CARLOS SANTOS AGENTE DE VIGILANCIA
22022	JEO BATISTA SANTOS ENGENHEIRO AGRONOMO		
1933	JEO JOAQUIM DE CARVALHO FISCAL DO TRABALHO	ESTADO: CE	NOE
8395	JORGE DE JESUS SILVA AGENTE DE VIGILANCIA	MATRICULA	DENOMINACAO DO CARGO
6597	JORGE ROBERTO DOS SANTOS SACRAMENTO AGENTE DE VIGILANCIA	3707	ALOISIO ALVES MARTINS TEC CONTABILIDADE
2968	JOSE AGRA MELO MOTORISTA	1198923	ALUIO DA SILVA COELHO FISCAL DO TRABALHO S
2932	JOSE ALENCAR ASSUMACAO JUNIOR TEC EM COLONIZACAO	1845	ANTONIA YLANDA REGO COELHO FISCAL DO TRABALHO S
2929	JOSE ANCHIETA AKURIN-CUNHA TEC EM COLONIZACAO	3440	ANTONIO CAMUTO FREIRE MOTORISTA OFICIAL A
3307	JOSE ANISTO CALAZANS FISCAL DO TRABALHO	1057	ANTONIO EDUARDO FREIRE FISCAL DO TRABALHO
10440	JOSE ANTONIO DA SILVA GERBASE TEC ASS EDUCACIONAIS	15697	ANTONIO FERNANDO DE MENDONÇA SANTIAGO AGENTE DE VIGILANCIA A
2602	JOSE ARNALDO OLIVEIRA BRITO TEC EM COLONIZACAO	3597	ANTONIO GOMES MOREIRA TEC COLONIZACAO
1942	JOSE CARLOS DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO	20939	ANTONIO IRANHA L BANDEIRA TEC COLONIZACAO
		03137	ANTONIO LEITAO MOREIRA TEC ASSUNT EDUCACIONAIS S

Original com Defeito

12170	SEÇÃO I	DIÁRIO OFICIAL	SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990
00233918	ANTONIO SIQUEIRA CAMPOS FILHO MOTORISTA OFICIAL S	1139	JOAO BATISTA ARAUJO ARAUJO FISCAL DO TRABALHO S
2209147	AMELINA DOS SANTOS MACIEL AGENTE ADMINISTRATIVO S	3365	JOAO CARLOS PAULO TEC COLONIZACAO
1044679	BENEDITO ENRIQUE TELES ROSA AGENTE ADMINISTRATIVO S	3505	JOAO MAURICIO DA SILVA CAVALCANTE MOTORISTA OFICIAL A
5510	BRAZ DE SOUSA MAIA FISCAL DO TRABALHO C	21935	JOAQUIM VALENTIM DE M NETO TEC COLONIZACAO
2135678	CANDIDA MATOS DANTAS AGENTE ADMINISTRATIVO S	7799	JOSE ALVARO DE ARAUJO TEC COLONIZACAO
3573	CARLOS ALBERTO DO AMARAL AGENTE DE VIGILANCIA A	3658	JOSE DALNIR M E SILVA TEC COLONIZACAO
18874	CARLOS ALBERTO L DE OLIVEIRA TEC COLONIZACAO	2156377	JOSE EDKILSON QUEIROGA CARTEIRO A
3622	CARLOS CRUZ SARAIVA ENG AGRONOMO	1024189	JOSE GALVAO PRAIA ASSISTENTE JURIDICO S
9338	CARLOS HENRIQUE VIEIRA DE F MEDIEROS MEDICO DO TRABALHO A	3524	JOSE IRANILSE BRITO DE SOUSA ENG AGRONOMO
1199988	CESAR SANTIAGO REIS FISCAL DO TRABALHO S	20646	JOSE ITALO JORGE DA SILVA TEC COLONIZACAO
1554	CICERO VITORIANO DE SOUZA PEB TEC AGRICULTAS	136922	JOSE MARIA VIEIRA FILHO AG ADMINISTRATIVO
21028	DASIO DE SOUSA RODRIGUES TEC COLONIZACAO	17240	JOSE NOELIO M DE ARAUJO TEC CONTABILIDADE
7994	ERANUEL GUIMARAES SANTOS ASSISTENTE JURIDICO A	9152	JOSE ROBERTO FUJIMOTO ARRUDA FISCAL DO TRABALHO A
2964	FABIO LIMA BANDEIRA TEC COLONIZACAO	1729	JOSE ROSALVO DE A FARIAS MOTORISTA
3561	FENELON GOMES CAVALCANTE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO S	20294	JOSE TAVARES LEITE TEC COLONIZACAO
2136060	FRANCISCA DE PAIVA FRANCA AGENTE HIG SEG TRABALHO S	3521	JOSE WILTON BITU BEZERRA TEC COLONIZACAO
2664033	FRANCISCA MARIA DE VASCONCELOS REGADAS FISCAL DO TRABALHO S	7227	LEONIDAS CAVALCANTE FERNANDES ENGENHEIRO AGRONOMO
6505	FRANCISCO CARLOS XERES AG HIGIENE SEG TRABALHO S	7225	LUIZ FERNANDES BORGES NETO MEDICO DO TRABALHO C
2851926	FRANCISCO CESAR DE OLIVEIRA FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO S	2721927	LUIZ ARRUDA AGENTE DE PORTARIA S
12655	FRANCISCO DA CHAGAS DE OLIVEIRA LIMA TEC DE CONTABILIDADE A	13031	LUIZ DAMASCIO DE M BATISTA TEC COLONIZACAO
2261925	FRANCISCO DE ASSIS GUSTAVO MOTORISTA OFICIAL C	2107217	LUIZ GUSTAVO DA COSTA AG ADMINISTRATIVO
3414	FRANCISCO GEORGE CAVALCANTE TEC DE CONTABILIDADE A	13043	MARIA ARAUJO FERREZ TEC COLONIZACAO
3174	FRANCISCO JOSE PONTE ALBUQUERQUE TEC COLONIZACAO	0772023	MARIA DA PENHA ARAUJO DE MATOS ASSISTENTE JURIDICO S
7155	FRANCISCO JUSTA TAVARES FISCAL DO TRABALHO C	7137204	MARIA DOLORES CAVALCANTE DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO S
3675	FRANCISCO LEITE DE FREITAS TEC COLONIZACAO	2135681	MARIA ELSA LIMA FISCAL DO TRABALHO C
3451	FRANCISCO MILVAN MARCOLINO AGENTE DE PORTARIA S	9668	MARIA ERIQUELDE CARLOS FEITOSA OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO C
7051	FRANCISCO MUNES DE AZEVEDO IDENT DATILOSCOPICO S	45702	MARIA FATIMA C PONTE SILVA ENFERMEIRA
3914	FRANCISCO SOARES CAVALCANTE AGENTE COLONIZACAO S	2137222	MARIA MARTA THES LUDOVICO FRAGA AGENTE ADMINISTRATIVO S
20682	FRANCISCO WILSON LEITE TEC COLONIZACAO	3018	MARY ILANE AQUIAR GUIMARAES TECNICO EN COLONIZACAO A
18434	GILMARIO ADOSSINHO DOS SANTOS TEC COLONIZACAO	1850	MARY RODRIGUES SANTABAYA DE LIMA FISCAL DO TRABALHO S
03110	GILSEMBERG DE OLIVEIRA RODRIGUES MOTORISTA S	6174	MOISES DOROTEN DE SOUZA DATILOGRAFO
26155	GUSTAVO PUCCI SCHULMANN AGENTE ADMINISTRATIVO A	5403	PEDRO OLIVEIRA FILHO AGENTE DE VIGILANCIA A
3699	HELIO RODRIGUES CAMPOS TEC COLONIZACAO	5445	RAIMUNDO DIAS DANTAS TEC COLONIZACAO
4283	JACSON SARAIVA CRUZ AGENTE ADMINISTRATIVO C	3025	RAIMUNDO ELIEZIO DE SOUSA MOTORISTA
2064041	JOAO ALVES ERVEDOZA AGENTE ADMINISTRATIVO S	6747	RAIMUNDO WILSON CHAVES MARTINS MEDICO DO TRABALHO S

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12171

17579	REGISLANE COUTO ALMEIDA AG. ADMINISTRATIVO	7856	HELIO TEODORO DE ALBUQUERQUE AD. HIGIENE SEG. TRABALHO
7713	RONALDO MACARENHAS DOS SANTOS JUNIOR AD. HIGIENE SEG. TRABALHO S	3426	GERALDO PEREIRA DA SILVA MEDICO DO TRABALHO
315576	SARA MARIA FARIAS LIMA FISCAL DO TRABALHO S	4368	GUIDO DE ARAUJO BARBOSA FISCAL DO TRABALHO
3520	SEBASTIAO CIPRIANO DE OLIVEIRA TEC. COLONIZACAO	10283	HELENA LOPES PENETRA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
3426	SEBASTIAO GOMES SOARES TEC. COLONIZACAO	2274461	ILTER AFONSO AG. TELEC. E ELETRICIDADE
2197966	TEREZINHA NINAY DE SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO S	2198243	IZABEL BAMBINO JANQUES AGENTE ADMINISTRATIVO
3768	VICENTE ALVES MOREIRA TEC. COLONIZACAO	1947	JOANIL VIEIRA DA CUNHA FISCAL DO TRABALHO
20660	VICENTE GOMES DE SOUSA TEC. COLONIZACAO	2193235	JOAO IVO DE MORAES AGENTE ADMINISTRATIVO
3316	VICENTE TAVARES LEITE TEC. COLONIZACAO	2758	JOAO LUIZ LOBO MENDES AG. HIGIENE SEG. TRABALHO
3648	WANDERLEY CAVALCANTE PINHEIRO TEC. COLONIZACAO	3966	JOAO TAVARES FILHO ENGENHEIRO
2683	JILSON GENTEFER NUNO AG. VIGILANCIA	2717	JORGE LUIZ QUEIROZ DE SOUSA AG. HIG. SEG. TRABALHO
ESTADO: CE		29641	JOSÉ GLEBER DUARTE CUEDES ENGENHEIRO
NATACULA	NOME	7458	JOSE TADEU BRAGA LOPES AG. HIGIENE SEG. TRABALHO
6189	ABELTON APARECIDA DOS SANTOS MOTOSISTA OFICIAL	6844	JUDITH COTRIM FISCAL DO TRABALHO
1549522	ALICE FORTES FONSELE E LIMA AGENTE DE PORTARIA	5471	LEILA RODRIGUES DE ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO
3796	ALMEIDA CARLOS XAVIER PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	4378	LUCIA REGINA DE OLIVEIRA MIRANDA FISCAL DO TRABALHO
4284	AMARU CANUTO DE MELO ARQUIVISTA	2198259	MANOEL HESSIAS DA CONCEICAO ARQUIVISTA
1557420	ANTONIO PINTO DE MESQUITA FISCAL DO TRABALHO	6942	MARCO AURELIO BOCACCIO FISCITELLI MEDICO DO TRABALHO
8354	ASTROGILDO GOMES DE ARAUJO AGENTE DE VIGILANCIA	5972	EMERSON MARIA ELIAS DA SILVA AGENTE DE PORTARIA
2613	AURECIR ISIDIO DAS NEVES JIAKAMA CONTADOR	1065684170	MARIA BEZERRA DA SILVA LIMA AGENTE DE PORTARIA
5696	BOLIVAR LEITE COUTINHO MEDICO	08448467522	MARIA DA CONCEICAO GUMBERTO DE BRITO AGENTE ADMINISTRATIVO
2571	BETSIDIA FREIRE LIMA TEC. DE CONTABILIDADE	5125	MARIA DA GLORIA DOS SANTOS BITTENCOURT FISCAL DO TRABALHO
1379	CENYRA DE CAMPOS FISCAL DO TRABALHO	1089921	MARLENE DE ARAUJO SILVA ASSISTENTE JURIDICO S
4065	CIZALTA SOUZA DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO	9545	MAURILIO DE SANTANA FILHO FISCAL DO TRABALHO A
10972	COSE AUGUSTO REBELO DE AMORIM FISCAL DO TRABALHO	2064116	ODEMAR NEDEIROS PONTES FISCAL DO TRABALHO C
6677	DAVI GONCALVES FISCAL DO TRABALHO	4566	OSVALDO CARMOA MEDICO DO TRABALHO S
4285	DELZA BRANDAO PAULA AGENTE DE COLOCACAO	5547	PAULO DE HOJRA MOUTELLA MEDICO DO TRABALHO
6058	DIVALDO PIRES DA CUNHA ENGENHEIRO	1216933	PAULO ROBERTO FREIRE SEM AGENTE ADMINISTRATIVO
1877	DULCELINDA DORCAS BITTENCOURT FISCAL DO TRABALHO	6767	PETRONILIA XAVIER DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
1198331	FLAVIA MARCELO QUEIROGA AGENTE ADMINISTRATIVO	2381944	RAIMUNDO NUNATO FROTA AGENTE ADMINISTRATIVO S
8489	FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO	2122309	SEBASTIAO GARCIA SILVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO S
1054	FRANCISCO DE PAULA E OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO	1899941	WALTER PINTO ALVES FISCAL DO TRABALHO A
2627	FRANCISCO LEITAO NETO DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO		
21982427	FRANCISCO RODRIGUES DE LIMA AGENTE ADMINISTRATIVO	ES'ADO: ES	
2064042	GEORGE COSTA VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	NATACULA	NOME
			DEMONSTRACAO DO CARGO
		1027845	DANILO EDISON DUARTE ASSISTENTE JURIDICO

Original com Defeito

12172	SEÇÃO I	DIÁRIO OFICIAL	SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN-1990
2247515	JULITA ADIZATGE MIRANDA AGENTE ADMINISTRATIVO	19259	LEONCIO PINTO DA SILVA AGENTE DE VIGILANCIA
12228125	LISANDRO AYRES NICOLETTI MEDICO DO TRABALHO	6675	MARCELO LUIZ MAUAD MEDICO DO TRABALHO
2386	LUIZ PEDRO DE ROSSI FISCAL DO TRABALHO		MARINALDO HENRIQUE BEZERRA LEITE DATILOGRAFO
2003874	MILTON MARHO ASSISTENTE JURIDICO	44008074	PRICANOR SENA PASSOS ASSISTENTE SINDICAL
1005560	ALBERICO AVILA AGENTE ADMINISTRATIVO	7492	ONOFRE RODRIGUES DE SOUZA FISCAL DO TRABALHO
2016042	ALVARO CORREA VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	3546	PAULO FERNANDO FRANCO TEC COLONIZACAO
0747	ANTONIO CARLOS DE JESUS RAMOS MOTORISTA OFICIAL	1510	PAULO ROBERTO DOS SANTOS TEC COLONIZACAO
9312	ANTONIO LUIZ AVELAR PAIVA FISCAL DO TRABALHO	2209	RAUL GONCALVES GIL FISCAL DO TRABALHO
1519	ARNALDO MARTINS DE AGUIAR FISCAL DO TRABALHO	6199	SANDRO DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO
10144	CARLOS FERNANDO OLIVEIRA MORAES MOTORISTA OFICIAL	10225	SEBASTIAO CLAUDINO TEC COLONIZACAO
10144	COLOMBO MODARI CASSOLI FISCAL DO TRABALHO A	7802	WAIDES RODRIGUES DE OLIVEIRA IDENT DATILOSCOPICO
19353	DANIEL ANTONIO KAISER AGENTE DE PORTARIA	26742	WILIAN SALES PINHEIRO MOTORISTA FISCAL
3887	EDISON ELIAS FISCAL DO TRABALHO	ESTADO: MA	
3893	ELIZIRA COSTA BÔTELHO AGENTE ADMINISTRATIVO	MATRICULA	NONE
1282	HERNANZILWA DANAZZO DOELLINGER FISCAL DO TRABALHO		DEMONINACAO DO CARGO
1113420	JACY PIRES CARONE AGENTE ADMINISTRATIVO	3157	ANTONIO COELHO SOARES FISCAL DO TRABALHO C
2016175	JAIINE BERNARDO AGENTE ADMINISTRATIVO	9985	ANTONIO LIDBDA SILVA FILHO MOTORISTA OFICIAL A
3394	MARNE SEARA BORGES FISCAL DO TRABALHO	9760	ANTONIO ROBERTO MELLO TORRES MOTORISTA OFICIAL
1075202	OLIVER DE OLIVEIRA RIAL AGENTE ADMINISTRATIVO	2119448	BENEDITO GUIMARAES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO C
2364461	RUBENS CARLOS RAMOS AUX OF SERV DIVERSOS	10268	DIRUTHA ELISA CECIL TEC DE CONTABILIDADE
2016197	SEBASTIAO CHAMAO AGENTE ADMINISTRATIVO	2933	CACILDA NORA PINTO MOREIRA TEC DE CONTABILIDADE S
4163	WALKIRIA RAMALHO TAVARES OLIVEIRA SOCIOLOGO	4836	CARLITO ARAUJO SILVA MOTORISTA OFICIAL C
72004454	WILSON PEIXOTO MONTEIRO ECONOMISTA	7222	EDIMAR BARROSO DA SILVA IDENT DATILOSCOPICO S
ESTADO: GO			
	NONE		
	DEMONINACAO DO CARGO		
21764	ADENIR ROCHA CANDIDO TEC COLONIZACAO	9115	EDUARDO JORGE FIALHO ABDALA MEDICO DO TRABALHO A
19283	ANTONIO DOMIZETE IVO ART DE MECANICA	9776	ELI DOS SANTOS NEDEIROS FISCAL DO TRABALHO A
10249	ANTONIO MAURO DA SILVA TEC COLONIZACAO	1690	HELIO COELHO DA SILVA FISCAL DO TRABALHO S
50230116	CIRIACO FERREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	2018522	JORAO BOSCO FURTADO AGENTE ADMINISTRATIVO S
3080	DALCY ALVES FERREIRA TEC COLONIZACAO	2119341	JOAQUIM SANTANA MUNIZ AGENTE ADMINISTRATIVO S
23364	EDINOLON RODRIGUES BARROSO TEC COLONIZACAO	4983	JOSE ANDRE DE MESQUITA MOTORISTA OFICIAL C
9487	ELEUSTIA BATISTA RANGEL DATILOGRAFO		JOSE DE ANCHIETA DE FREITAS LOPES AGENTE DE COLCACAO
3940	JIDEAO JOSE VIEIRA TEC COLONIZACAO	9274	JOSE DE RUHAPAR PINTO FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO
10274	JOSE AGAMENON BORGES DA FONSECA TEC DE COLONIZACAO	9275	JOSE MARIA DINIZ AGENTE ADMINISTRATIVO C
1191256	JOSE DE ASSIS DRUMOND ASSISTENTE JURIDICO	119911	JOSE SANTOS VILELA AGENTE ADMINISTRATIVO S
9959	KATIA APARECIDA DE FARIAS AGENTE DE PORTARIA	5771	LUIZ CARLOS TAVARES COSTA ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO C
		7453	MARIA ALICE DE AZEVEDO VERAS AGENTE ADMINISTRATIVO S
		6168	MARIA APARECIDA MELLO TELEFONEIA
		9897	MARTA BENEDITA AZEVEDO AGENTE DE PORTARIA A

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12173

5912	MARIA DAS CANDEIAS MAIA AGENTE DE PORTARIA A	292524	AUGUSTO DE FARIA AGENTE ADMINISTRATIVO S
5709	MARIA JOSE COSTA DE SOUSA AGENTE DE PORTARIA	4752	DENEIDTO CARLOS CARINA TEC COLONIZACAO S
4280	MARIA LUZENIRA DO NASCIMENTO MACHADO AGENTE ADMINISTRATIVO A	2261924	DENEIDTO FRANCISCO SILVA TEC DE CONTABILIDADE S
9652	MARRO SERGIO AMARAL SANTOS IDENT DATILOSCOPICO A	691	CARLOS ALBERTO DIAS BENTO ECONOMISTA C
6793	MARCENIR JOSE EN PAZ FURTADO AGENTE ADMINISTRATIVO A	2237	DELL FERREIRA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO C
6602	WALTER CEZAR DIAS FIQUEIREDO DATILOGRAFO A	1575	DEJILIA LHAENS COELHO FISCAL DO TRABALHO S
9978	MARDELEI MOO NICLOS AGENTE ADMINISTRATIVO A	2101932	DELY ALVES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO S
ESTADO: MG		5396	CEZAR DECILTO DE JESUS MACHADO AGENTE ADMINISTRATIVO C
MATRICULA	NOME	8737	CEZAR DE OLIVEIRA MEDICO DO TRABALHO A
	DESCRIÇÃO DO CARGO	9134	CLECIENNE SOUZA RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO A
2156706	APADIA DE LOURDES TOBIAS AGENTE ADMINISTRATIVO S	2292	DELFSON PEDRO DA SILVA FISCAL DO TRABALHO C
19955	ADAIR DE SOUZA SILVEIRA TEC DE CONTABILIDADE A	2382549	DARCY REINALDO LIMP AGENTE ADMINISTRATIVO S
2381405	ADAIR JOSE SILVEIRA TEC DE CONTABILIDADE A	1084520	DELIO FISSOLATI FISCAL DO TRABALHO B
	ADELIA ALKIMIN PACHECO AGENTE ADMINISTRATIVO S	2092097	DIOGO OTAVIANO DE ARRUDA AGENTE ADMINISTRATIVO S
	ADELSON WANDER SILVA AGENTE DE VIGILANCIA A	1266974	DIRCE CAMPOS RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO S
4959	ADILSON SILVA FREIRE AGENTE ADMINISTRATIVO A	1604640	DURVAL ALVARES DE SOUZA FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO S
1023804	AFRANIO VIANA DE SOUZA FISCAL DO TRABALHO S	3668	DYRCE MARIA VILELA VIEIRA FISCAL DO TRABALHO C
2113585	ALAOZ SOARES CARTEIRO A	2235984	ELCIO STEPHANI AGENTE ADMINISTRATIVO S
2382317	ALCIDES FERREIRA DO AMARAL AGENTE ADMINISTRATIVO S	2129545	ELIO ERMINIO FACCON AGENTE ADMINISTRATIVO C
2078709	ALTAIR GONCALVES DA ENCARNACAO AGENTE ADMINISTRATIVO S	7325	ELIZABETH MARIA DE VASCONCELOS FISCAL DO TRABALHO B
2381317	ALVARO CORREA CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVOS S	2325908	ELY DOMIFACIO SILVERIO CONDUTOR DE MALAS A
1583633	ANA DA COSTA VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO C	2332150	ELYSEU DE SOUZA GUERRA AGENTE ADMINISTRATIVO S
9872	ANA ELDIRA MARTINS DO PINHO AGENTE ADMINISTRATIVO A	5848	ENY CUNHA AGENTE ADMINISTRATIVO B
2010	ANDREA ANDRADE RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO S		EULALIA GONCALVES PEREIRA DE SOUZA TEC DE CONTABILIDADE A
3829	ANILDA COUTINHO MATHIAS AGENTE ADMINISTRATIVO S	1935365	EVERALDINO DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO B
2670069	ANNA ALVES VIGTTI AGENTE ADMINISTRATIVO S	2198173	FLAVIO LEHOS AGENTE ADMINISTRATIVO S
2190105	ANOR PINTO DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO C	6705	FLAVIO LUCIO DE ANDRADE ENGENHEIRO C
275057	ANTONIA TAVARES SANTIJO AUX OF SERV DIVERSOS C	9165	FRANCISCO DE ASSIS DA ROCHA MEDICO DO TRABALHO A
0924074	ANTONIO JOSE AMORIM AGENTE ADMINISTRATIVO B	6967	FRANCISCO DE ASSIS FERREIRA PINTO FISCAL DO TRABALHO B
2198623	ANTONIO CASSIANO DE PAULA CONDUTOR DE MALAS A	224754	FRANKLIN SILVA GONCALVES AGENTE ADMINISTRATIVO S
1537	ANTONIO CELIO HENRIQUES CANONICO FISCAL DO TRABALHO S	1177794	BARBALDE LEAL DA SILVA ESTADISTICO S
2382513	ANTONIO CELSO TOMEIRAO MOTORISTA OFICIAL S		GEM ABDOLAHIA FISCAL DO TRABALHO
1023488	ANTONIO DE OLIVEIRA PINTO TEC DE CONTABILIDADE S	1004520	GERALDA BATISTA ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO S
2078703	ANTONIO FERREIRA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO S	238153	GERALDO ALVES SINGES AGENTE ADMINISTRATIVO S
7774	ANTONIO LOURENCO CRISPIM AGENTE ADMINISTRATIVO A	2450366	GERALDO BORGES DA CRUZ FISCAL DO TRABALHO B
2373071	ANTONIO RAFAEL PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO S		
1595	ANTONIO SANTA CRUZ CALVARIO FISCAL DO TRABALHO S		

Original com Defeito

12174	SEÇÃO I	DIÁRIO OFICIAL	SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990
2325151	GERALDO GONCALVES TOSTES FISCAL DO TRABALHO S	42900	JOSE ALEXANDRE AGENTE ADMINISTRATIVO S
2962943	GERALDO SARMENTO ARAGÃO FISCAL DO TRABALHO C	4288	JOSE ALONSO SHUES DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO S
6401006	GETULIO FERREIRA FURTADO ENGENHEIRO A	3943	JOSE ANTONIO DA SILVA AGENTE DE VIGILANCIA S
2000975	GILBERTO DUMONT FISCAL DO TRABALHO S	3922	JOSE ANTONIO ROSA FISCAL DO TRABALHO C
3199	GLAUCIEL MARIA FANTONI ENGENHEIRO A	7155	JOSE EUZEBIO NETTO ENGENHEIRO A
24926760	GUILHERMINO MOY RAMALHO AGENTE ADMINISTRATIVO S	1646	JOSE FERREIRA NATA FISCAL DO TRABALHO S
8921	HELIO DA SILVA XAVIER FISCAL DO TRABALHO A	2081696	JOSE FRANCISCO DE PAULA TOSTES AGENTE ADMINISTRATIVO C
2078794	HELIO FERRARI AGENTE ADMINISTRATIVO S	1053765	JOSE GLADSTONE MALVEIRA CAMARA AGENTE ADMINISTRATIVO S
7331	HENRIQUE NÔMINATO ASSISTENTE SINDICAL S	8035	JOSE GONCALVES GOULART FISCAL DO TRABALHO S
3936	HERCÍDIO FRANCISCO DOS SANTOS ART DE MECANICA C	2019597	JOSE GUDES QUELHAS AGENTE ADMINISTRATIVO S
9112	HILÁRIO DE FARIA GROSSI MEDICO DO TRABALHO A	2294	JOSE HOMEN DE REZENDE FISCAL DO TRABALHO S
2190165	IGNEZ ROCHA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO S	2325139	JOSE LOPES XAVIER AGENTE ADMINISTRATIVO S
2190146	IRINEU DA COSTA SAMPAIO FISCAL DO TRABALHO S	2078754	JOSE LUCIANO MONTINI AGENTE ADMINISTRATIVO S
1601	IRINEU RODRIGUES DA SILVA FISCAL DO TRABALHO C	2382379	JOSE LUIZ MOREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO S
	IRMA MACHADO DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO S	1515859	JOSE MOREIRA DA SILVA AG TELEC E ELETRECIDADE S
2346	IRONÉ MARTINS DE SAMPAIO FISCAL DO TRABALHO S	2247044	JOSE MOLASCO BITTENCOURT AGENTE ADMINISTRATIVO S
6642	ITAMAR DE SOUZA ENGENHEIRO C	2025	JOSE ROTHIER FOLISSENI FISCAL DO TRABALHO S
2372401	IVAN BARBABELLA FISCAL DO TRABALHO B	2190169	JOSE TIBIRICA FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO B
9153	IVON THEO VALADARES DE PAULA ENGENHEIRO A	7730	JOSE VIANA FISCAL DO TRABALHO B
2032355	JAJME RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO S	2373111	JOSEPH CAPDEVILLE AGENTE ADMINISTRATIVO S
2932213	JANOT MOREIRA DO NASCIMENTO AG TELEC E ELETRECIDADE S	8924	JUDITE PAIVA DO BEM FISCAL DO TRABALHO A
22920749	JARBAS TARGINO DA SILVA AUX OP SERV DIVERSOS S	1325119	JUVENAL MARTINS DE ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO S
8969	JESUM ANTONIO DE ASSIS MEDICO C	3452	JUVENCIO GONCALVES DE MORAES MEDICO S
2190125	JOAO ALBERTO BARROSO AGENTE ADMINISTRATIVO S	6387	KATIA NOVAES SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO C
1445644	JOAO BENTO DA SILVA FISCAL DO TRABALHO C	4561	LACY PEDROSA DE MACEDO FISCAL DO TRABALHO S
1612	JOAO COELHO FRAZAO DE BARROS FISCAL DO TRABALHO S	1645	LEA GOMES DO CARMO FISCAL DO TRABALHO S
6533	JOAO EURÍPEDES SABINO ENGENHEIRO S	000007	LEDA MARIA NARDY MOUTINHO AGENTE ADMINISTRATIVO C
1064621	JOAO GABRIEL CARDOSO FISCAL DO TRABALHO B	6985	LEONARDO GOMES CONSENZA MEDICO DO TRABALHO C
	JOAO MASSAMIOL FISCAL DO TRABALHO	1639	LIGIA MARIA DE REZENDE FISCAL DO TRABALHO S
2329	JOAO ROBERTO MACHADO FISCAL DO TRABALHO S	2307	LINDBERGH HASTENREITER CAMPOS DE REZENDE FISCAL DO TRABALHO C
01075535	JOAO SIMPLICIO ALVES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO S	21050219	LOURIVAL PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO S
2382557	JOAQUIM BERNARDO FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO S	6942	LOURIVAL RODRIGUES CLÓVES AGENTE DE VIGILANCIA S
7824	JOAQUIM DORTIVAL PEREIRA ENGENHEIRO S	2373442	LUCY VIANA SANTOS AGENTE DE PORTARIA S
6299	JOAQUIM ELEGIO DE CARVALHO FISCAL DO TRABALHO B	6925	LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA CHAVES MEDICO DO TRABALHO C
2323	JOSÉ ABÍDIAS OLIVEIRA DE BRITO FISCAL DO TRABALHO C	2078689	MAGDAHEIRAN TELES AGENTE ADMINISTRATIVO S

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12175

4537	MARCO ANTONIO MACHADO DA SILVA ENGENHEIRO C	1349513	ORLANDO ANTONIO DE ABREU AGENTE ADMINISTRATIVO S
18799	MARCO ALAELIO TAVARES TECNICO EM COLORIZACAO A	2517405	OSWALDO ALVES SANCIA AGENTE ADMINISTRATIVO S
9413	MARCOLINO DE MIRANDA CUNHA FISCAL DO TRABALHO A	1954625	PAULO ELVETIO BALEN MEDICO DO TRABALHO S
1589	MARIA DA CONCEICAO LADEIRA DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO S	1841547	PAULO EPHIGENIO DONTIJO AGENTE ADMINISTRATIVO S
1854142	MARIA DA GLORIA PINTO DA ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO	4309	PAULO GONCALVES DE MELO FISCAL DO TRABALHO C
0376	MARIA DAS GRACAS FONSECA ZEPLOTINI TEC DE CONTABILIDADE	6671	PEDRO LUCIO TAVARES RAMOS MEDICO DO TRABALHO C
	MARIA DO CARMO PEREIRA TEC DE CONTABILIDADE	3392473	PERPETUA SOCORRO ASSIS AGENTE ADMINISTRATIVO S
2103347	MARIA GILDA LANGHAMER DOS SANTOS AUX ASSUNT EDUCACIONAIS	6681	RAIMILDES DOS SANTOS ADMINISTRADOR A
245216965	MARIA JOSE DE AGUIAR AGENTE ADMINISTRATIVO S	09284935	REGINA CELIA PIMENTA TEC DE CONTABILIDADE A
3066	MARIA LUCIA DE SOUZA FERREIRA FISCAL DO TRABALHO C	2381499	RENATO GERALDO DE LELIS AGENTE ADMINISTRATIVO S
1898	MARIA LUCIS DOS SANTOS MIRANDA FISCAL DO TRABALHO S	8715	RICARDO DAMASCENO DA ROCHA MEDICO DO TRABALHO A
2373805	MARIA SQUEIRA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO S	3449	RICCIOTTI PIANA FILHO MEDICO DO TRABALHO C
9258	MARIA VIRGINIA ESTOLANO BROSSI FISCAL DO TRABALHO A	6782	RITA CONCEICAO GOMES DA SILVA TEC. ASSUNTOS EDUC.
7042	MARILDA CONCEICAO RODRIGUES ASSISTENTE SINDICAL S	8422	RODRIGO JORGE PFELSTICKER AGENTE ADMINISTRATIVO C
2103369	MARINETE PEREIRA REIS AUX ASSUNT EDUCACIONAIS S	5911322	ROSALINA VALE DA SILVA REIS AGENTE ADMINISTRATIVO A
41240378	MARIO LUCIO FERREIRA DE MELO OTORISTA OFICIAL	2382531	RUBENS DE SOUZA LOBO AGENTE DE PORTARIA S
7342	MARIO ROBERTO DE SOUZA SANTIAGO FISCAL DO TRABALHO A	2299	RUY BARBOSA FIDELFREDO FISCAL DO TRABALHO S
2630527	MARISE CARMELINDA TOLLENDAL ALVARENGA AGENTE ADMINISTRATIVO S	3453	RUY DE CASTRO NELLO MEDICO DO TRABALHO S
	MAURO BORGES DE RZENDE FISCAL DO TRABALHO	2353	SANDRA DE SAUTO MESQUITA FISCAL DO TRABALHO C
1620	MAXIMINA AUGUSTA GOMES MEMBRI FISCAL DO TRABALHO S	2302467	SEBASTIAO CILIO DE MORAIS AGENTE ADMINISTRATIVO S
	MILTON SOUZA LYMA DITLOGRAFO A	21028924	SEBASTIAO FERREIRA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO S
	MOACIR ANTONIO LOPES AGENTE DE PORTARIA A	2285	SEBASTIAO ISIDORO PINTO FISCAL DO TRABALHO C
2247725	MOACIR CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO S	5109	SEBASTIAO LUIZ PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO C
2073096	MOCIRVO TEIXEIRA AG. PORTARIA		SEBASTIAO TEODORO AUX. OP. SERV. DIVERSOS
2373117	MOISES NETO CARDOSO AGENTE ADMINISTRATIVO S		SILAS GUERSON AG. ATIV. AGROPECUARIA
0210896	NATHANIEL FERREIRA DA CUNHA AGENTE DE PORTARIA S	1627	SIRLEY ALVES AFFONSO FISCAL DO TRABALHO S
2932535	NEUZA DA SILVA CAMPOS FISCAL DO TRABALHO S	2032171	STENE SOARES DE ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO S
5105	NILCE BATISTA ROCHA ASSISTENTE SINDICAL S	2381344	TARCISIO DE BARROS FAGUNDES AGENTE ADMINISTRATIVO S
2870756	NILIO RODRIGUES ASVELO AGENTE ADMINISTRATIVO S		VALERIA NEPOMUCENO CONTADOR
6579	NILTON SANTOS MASCIMENTO FISCAL DO TRABALHO A	6327	VALQUIRIA MAGNOLIA SILVA MANHAES TEC DE CONTABILIDADE A
5245	NILZA ALVES DUARTE PERPETUO TEC DE CONTABILIDADE S	2373429	VICENTE DE JESUS CUNHA AGENTE ADMINISTRATIVO S
472107	NILZA MARIA CAMALARI PINTO TEC DE CONTABILIDADE S	2382483	VICENTE SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO S
2247546	ODILON MENDES DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO C	24521932	WALDEMAR BILAC DOS ANJOS AG. TELECOM. E ELETRICIDADE S
2239509	ODILON PINTO RIBEIRO AG. ADMINISTRATIVO	24498306	WALDEMAR VENTURA FISCAL DO TRABALHO B
5115	OLIVIA APARECIDA COSTA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO C	6992	WALDIVIA QUEIROZ DE CARVALHO MEDICO DO TRABALHO C

Original com Defeito

12176

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

2362536 WALTER CASARÍO DE CASTRO
AGENTE ADMINISTRATIVO S1199661 WALTER JOSE DO ANCHIETA ROSA
AGENTE ADMINISTRATIVO S2325144 WANDA LUCIA MENDONÇA
AGENTE ADMINISTRATIVO S1853779 ZALERI MEMEAS
AGENTE ADMINISTRATIVO S23918399 ZENÍDIA CARDOSO
ARQUIVISTA AESTADO: RJ
MATRÍCULA NOME
DENOMINAÇÃO DO CARGO8772 ADOLFO JOSE DE AQUINO
AGENTE DE VIGILÂNCIA S5949903 ALVARINO COELHO
AGENTE ADMINISTRATIVO S2381917 ARLINDO DE FIGUEIREDO VITORIO
AGENTE ADMINISTRATIVO S1052 ERÍLIO JOSE DE LIMA
FISCAL DO TRABALHO S92381914 HORIZONTINO DA CONCEIÇÃO
AGENTE ADMINISTRATIVO S19257 JERONIMO IVO DA CUNHA
FISCAL DO TRABALHO A8783 JOSE ANTONIO PEREIRA
FISCAL DO TRABALHO B3001901 LIDIA FERREIRA SANTANA
MOTORISTA OFICIAL C5094654 MILTON PENHA DE MACEDO
AGENTE ADMINISTRATIVO C92897467 NAZI SOARES DA CRUZ
AGENTE ADMINISTRATIVO C01621546 NELSON VIEIRA LOPES
FISCAL DO TRABALHO C92381921 ORIVALDO FIGUEIREDO DE SIQUEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO C32995549 OSWALDO FERRAZ ALVES
AGENTE ADMINISTRATIVO S5949354 RUBENS RAMOS DOS SANTOS
AGENTE DE PORTARIA S3773 SEBASTIÃO BARBOSA
FISCAL DO TRABALHO C92381904 WALDEMAR BARBOSA DE SOUZA
AGENTE DE PORTARIA S7095 WALDIR GOMES DE MOURA
AGENTE ADMINISTRATIVO AESTADO: RJ
MATRÍCULA NOME
DENOMINAÇÃO DO CARGO1902626561 WENIL DE ARRUDA
CONTADOR1994759697 ARLINDO EVANGELISTA PIRES
FISCAL DO TRABALHO104263651 SERICIDIO LUIZ DE AMORIM
FISCAL DO TRABALHO19424477391 CARLOS ROBERTO BRIZERRA
TEC. DE COLONIZAÇÃO17022430223 CAROLINO AYRES COSTA
FISCAL DO TRABALHOELEUSITA BATISTA RANGEL
DATILOGRAFO19936402548 JACYNARA COSTA SALLES SANTANA
FISCAL DO TRABALHO19023759955 JOAO MARQUES FONTES
AUX. OP. SERV. DIVERSOS19941932835 MARIA JOSE TAGUES SALDANHA
ENFERMEIRO19913960551 MARIA MONTEIRO DA SILVA
FISCAL DO TRABALHO19017638566 VICENTE BENEDITO PINTO
FISCAL DO TRABALHOESTADO: PA
MATRÍCULA NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

7154 AFRONSO MARIO SOARES DE BARROS
AD. HIGIENE SEG. TRABALHO S19870 ALCIAR LIMA COSTA
TEC DE CONTABILIDADE A14389 ALEXANDRE CORRE DE MENESE
MOTORISTA OFICIAL A5928 ANTONIO FERNANDO BOTELHO DA CUNHA
AGENTE ADMINISTRATIVO22197 ANTONIO JOSE PORTINO DE OLIVEIRA
TEC DE CONTABILIDADE ACARLOS MARQUES PESSOA
AGENTE ADMINISTRATIVO19682 CRISTINA MORAES DE SOUZA
DATILOGRAFO ADINAIR MENDES DA SILVA
AGENTE DE PORTARIA2199587 FERNANDO GOMES
AGENTE ADMINISTRATIVO S7215 FIRMINO JOSE DA SILVA LEAO
AD. HIGIENE SEG. TRABALHO SFRANCISCO JOSE DE OLIVEIRA
MOTORISTA OFICIAL9442 FREDE SOUZA DA SILVEIRA
FISCAL DO TRABALHO A97346 HENRIQUE VIEIRA DE MORAES
MOTORISTA OFICIAL9445 ISAÍAS MEDEIROS DE OLIVEIRA
FISCAL DO TRABALHO213275 JCEL SANTANA DA SILVA
AGENTE ADMINISTRATIVO S07537 JOSE CARLOS DE MORAIS SANTOS
AGENTE DE PORTARIA B07546 MARIA DE NAZARE DA SILVA BRITO
DATILOGRAFO A16345 MARIA DE NAZARE PROTÁZIO BOTELHO
AGENTE ADMINISTRATIVO B19458 MARIA FRANCINEIDE LEAL BARRETO
AGENTE ADMINISTRATIVO A7547 NEIVALDO JOSE FERREIRA ALVES
AGENTE ADMINISTRATIVO C17169 RAIMUNDO ANDREON DA SILVA
AGENTE DE VIGILÂNCIA A97228 RAIMUNDO DONALVES OLIVEIRA-FREIRES
ART. DE MECÂNICA A04337 RAIMUNDO NUNATO DA SILVA
MOTORISTA OFICIAL C63483 RAIMUNDO PEDRO PINTO
MOTORISTA OFICIAL C4136 SATURINO NASCIMENTO
MOTORISTA OFICIAL C90904389 SEBASTIÃO GOMES DA SILVA
AGENTE DE PORTARIA S19457 VALENTI DA SILVA NOBRE
AGENTE ADMINISTRATIVO A18947 WERNER MARIO JARD DE OLIVEIRA
DATILOGRAFO AESTADO: RJ
MATRÍCULA NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

2864412 AECIO LEAL FREIRE
AGENTE ADMINISTRATIVO S1931648 ALBERTINO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE
FISCAL DO TRABALHO2132466 ALCIDES RAMOS DE ANDRADE
AGENTE ADMINISTRATIVO102996 ANTONIA MARQUES DA SILVA
AUX. ENFERMAGEM

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12177

103697	ANTONIO FELIX DA SILVA MOTORISTA OFICIAL	472336	WALTER LICHIO SOUTO BRANDAO AGENTE ADMINISTRATIVO
216945	CERES SIDOU RAMIRES AGENTE ADMINISTRATIVO S	2064100	WALTER PIMENTEL CHAVES AGENTE ADMINISTRATIVO
3295	FRANCISCO DE HORAS LIMA FISCAL DO TRABALHO	2064100	ZITA VIEIRA DE OLIVEIRA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
113928	HELIO DE LUCENA FERMANDES AG ADMINISTRATIVO		ESTADO: PE MATRICULA: NONE DENOMINACAO DO CARGO
114116	HENRIQUE FRANCISCO M TAVARES ODONTOLOGO	10017624037	AMADEU ALFREDO DE SENA AGENTE ADMINISTRATIVO
2170619	IREMAR SOURENTINO COSENTINO PAIVA AGENTE ADMINISTRATIVA	1001762045	SANTONIO DA COSTA REVOREDO AGENTE ADMINISTRATIVO
5059	JAIR ARAUJO BARBOSA FISCAL DO TRABALHO	1782467389	ACARLOS ALBERTO BARROS DO NASCIMENTO AGENTE ADMINISTRATIVO
4720	JOSÉ ALBERTO DE C LIMA AG VIGILANCIA	17811759155	CLAUDIO HONORIO DE ALBUQUERQUE MEDICO DO TRABALHO
0336	JOSE BRANQUINHO FIMMEIRO FISCAL DO TRABALHO	10329692041	GERIVALDO GUIMARAES ARAUJO AG. HIGIENE SEQ. TRABALHO
13109745	JOSE DA SILVA PACIFICO AUX OF SERV DIVERSOS	10052810290	JALMA COARES DE LIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
9254	JOSE PEREIRA DE MELO FILHO MOTORISTA OFICIAL	1782413702	EDMILSON VIEIRA DA MOTA ART. DE MECANICA
2150599	JOSEFA CRISPIM DE AZEVEDO AGENTE ADMINISTRATIVO	10017621935	SEVANDRO AFONSO DE MELO AGENTE ADMINISTRATIVO
3151	JOSÉILDA ALVES DA SILVA AGENTE DE PORTARIA	12031659203	FLIEGER DA SILVA MATOS PIRES ASSISTENTE SINDICAL
18570	JYANILSON ALVES DE CARVALHO AGENTE DE VIGILANCIA	10059556924	FRANCISCO LUIZ DE CARVALHO BRANCO MOTORISTA OFICIAL
1009501	LUIZ GONZAGA LEMOS DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO	10017624794	INALDO BARROS DA SILVA SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2383335	MANOEL CARVALHO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	10019660062	JOEVA LOPES DA SILVA IDENT. DACTILOSCOPICO
2064486	MARIA DA CONCEICAO FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	10017621735	JORO ALVES CORREA ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO
2064110	MARIA LUIZA MEHINO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	140399080019	JOAO BONIS DARETO AGENTE DE VIGILANCIA
2064486	MARIA NATALICE SANTOS RODRIGUES AGENTE ADMINISTRATIVO	10671430860	JOSÉ AGACIO DA SILVA MOTORISTA OFICIAL
10212	NECI LACERDA PORFIRIO DE SOUSA IDENT. DACTILOSCOPICO	17824074825	JOSE ALBERTO VENANCIO WANDERLEY AGENTE ADMINISTRATIVO
2064099	NILSON SIQUEIRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	10015043154	JOSÉ JOVELINO CARNEIRO DA SILVA AGENTE DE PORTARIA
2064197	NORRMANO BEZERRA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	17042137337	JOSE TORRES NETO MOTORISTA OFICIAL
2298633	ORLANDO PAES BARRETO AGENTE ADMINISTRATIVO	10015780420	LEONILDO NUNES DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
1033817	OTAVIO RODRIGUES DA SILVA FISCAL DO TRABALHO	17000851301	LUIZ ANTONIO CORREA BRAGA FISCAL DO TRABALHO
131577	OTONIEL DE FIGUEIREDO MELO AG ADMINISTRATIVO	10017620359	LUIZ HERMINIO DA SILVA AGENTE DE PORTARIA
5	REMAN DOMES BARRETO PSICOLOGO	17015259743	OSMARNO ROMEI TENORIO DE SOUZA MOTORISTA OFICIAL
4486	RENILDA LUNA E SILVA FISCAL DO TRABALHO	10785270506	MARGARIDA MARIA FERREIRA DE LIMA DACTILOGRAFO
2621	RINALDO HENRIQUE DE LIMA MOTORISTA OFICIAL	12070826416	MARIA CRISTINA BARBOSA CATAO ENGENHEIRO
2064498	ROCHELANE RODRIGUES DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO	12022040430	SILVIA GUSHAO RAMOS AGENTE ADMINISTRATIVO
4483	ROSILENE LIRA AMORIM FISCAL DO TRABALHO	10642683735	SELY CONCEICAO P. S. TORRES DACTILOGRAFO
	SOLANGE OLIVEIRA DOS SANTOS TECNICO DE CONTABILIDADE	17013169464	VICENTE ALBUQUERQUE NETO AGENTE DE VIGILANCIA
3204	THELMA CALDAS CAVALCANTI FISCAL DO TRABALHO		ESTADO: PI MATRICULA: NONE DENOMINACAO DO CARGO
1003450	VALDÉRCIO LEITE DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	1523604	AFONSO RODRIGUES DE CARVALHO FISCAL DO TRABALHO
2278723	WALDEMAR TOMAZ DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	09340	ANTONIO CARLOS VIEIRA LIMA MOTORISTA OFICIAL
2064486	WALDÉTE PIMENTEL CHAVES FISCAL DO TRABALHO		

Original com Defeito

12178

SEÇÃO I

DIÁRIO-OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

09192 BENICIO BARROS ALVES
AGENCIADO EM COLONIZACAO

08966 BERNARDO BORGES DOS SANTOS JUNIOR
AGENTE ADMINISTRATIVO

2251873 D.JALMA PEREIRA-NUNES
AG. SERV. DE ENGENHARIA

EDILSON-NEVES
AGENTE DE VIGILANCIA

EMANUEL MAZZA DE CASTRO
AGENTE ADMINISTRATIVO

09253 ENOI CORREA BONA
AGENTE ADMINISTRATIVO

1850764 ESODAS-MIRANDA CASTRO
AGENTE ADMINISTRATIVO

09265 FLAVIO BONA AMORADE
AGENTE ADMINISTRATIVO

FRANCISCA ANDRADE SOARES
AGENTE ADMINISTRATIVO

GOMCALO BARBOSA DE SOUZA
ART DE MECANICA

2004946 TARA BATISTA RODRIGUES DE ARAUJO
AGENTE ADMINISTRATIVO

JOSE BORGES DA COSTA
AGENTE DE VIGILANCIA

JOSE MARTINO RIBEIRO PAES
TECNICO DE CONTABILIDADE

JOSE QUEIROZ DO AMARAL
AGENTE ADMINISTRATIVO

JOSE RODRIGUES NETO
AGENTE DE VIGILANCIA

JURACIDIR DE SOUSA PAES
TECNICO DE CONTABILIDADE

2381386 LEONEL FERREIRA LIMA
AGENTE ADMINISTRATIVO

MARIA DE DEUS CARVALHO FERREIRA LIMA
FISCAL DO TRABALHO

MARIA VALDILINE MARQUES DE SOUSA
AGENTE DE PORTARIA

MILTON SANTANA
ARTIFICE DE ELET E COMUNICACOES

09216 RAIMUNDO GOMES DE OLIVEIRA
TEC. COLONIZACAO

2217991 VICENTE DE PAULO SARAIVA DE MENEZES
AUX. OP. SERV. DIVERSOS

ESTADO: PR
MATRICULA

NOME

DEMONINACAO DO CARGO

1195720 ANNA-MATHIAS MONTIRO DE BARROS
FISCAL DO TRABALHO

02345484 ANTONIO MARTINS
MOTORISTA OFICIAL S

2214 ANTONIO RODAKOVSKI
FISCAL DO TRABALHO S

2075649 APARECIDA VARETTI GOMDOLFO
AGENTE ADMINISTRATIVO S

14930 ARI DANIELE
TECNICO-EN COLONIZACAO

ARTIBANO MADRUSSEN ROSSI
MOTORISTA OFICIAL

1395715 BENIZANT ALVES DA SILVA
AGENTE ADMINISTRATIVO

1087626 BENONI CAMALCANTI
AGENTE ADMINISTRATIVO S

2109920 ENIO LUIZ BORDIN
FISCAL DO TRABALHO S

1057206 EUGENIO DIN
AGENTE ADMINISTRATIVO S

000032187920 GUILHERME JORGE MOREIRA GUIMARAES
AGENTE ADMINISTRATIVO S

1461 HAZAEL NOVES DE CAMARGO
FISCAL DO TRABALHO S

270 ILDA VIEIRA PEREIRA
MEDICO DO TRABALHO C

4015 IRAN SILVEIRA
FISCAL DO TRABALHO C

2199-632 JRECE DELLA BIANCA LOBO
AGENTE ADMINISTRATIVO S

2196 JOAO BELMIR DOS SANTOS
FISCAL DO TRABALHO C

2099737 JOAO MARIA MULLER
AGENTE ADMINISTRATIVO S

2194437 JOAQUIM FERNANDES
AGENTE ADMINISTRATIVO S

2247731 JOSE CALDEIRA
FISCAL DO TRABALHO S

2158474 JOSE LOPES DE OLIVEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO S

JOSE MIGUEL DOS SANTOS
TECNICO DE CONTABILIDADE

1941180 LIDIA HORT RIBEIRO
TEC DE CONTABILIDADE S

2159473 MARIO NUNES FILHO
FISCAL DO TRABALHO C

2187 MARIO TOYOSHIMA
FISCAL DO TRABALHO S

1751777 NAIYA FERRO
FISCAL DO TRABALHO S

2109956 ORLANDO XAVIER DA SILVA
AGENTE ADMINISTRATIVO S

2135085 PAULO REZENDE DE CARVALHO
AGENTE ADMINISTRATIVO S

RAIMUNDO FERREIRA
MOTORISTA OFICIAL

1972847 RUI JOAO DOS SANTOS
ADMINISTRADOR C

SCYLAS PEDROSO
MOTORISTA OFICIAL

SEVERINO FRANCISCO DA SILVA
AGENTE DE VIGILANCIA

5398 TANTA APARECIDA DE OLIVEIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO A

VERA LUCIA VENCIGUSCULO BERNARDELLI
AGENTE ADMINISTRATIVO

ESTADO: RJ
MATRICULA

NOME

DEMONINACAO DO CARGO

2262339 ACHILES AMARAL
AGENTE ADMINISTRATIVO

ADA DA SILVA
AGENTE ADMINISTRATIVO

0209357 ADELIA CARBOSO MADEDO
AGENTE ADMINISTRATIVO

ADYLTON JOSE FERNANDES
AGENTE ADMINISTRATIVO

1197292 AFRONSO SOARES BARBOSA
FISCAL DO TRABALHO

AGAR DE AZEVEDO COSTA PEREIRA
FISCAL DO TRABALHO

ALAIR DE VASCONCELOS
ART. ARTES GRAFICAS

ALBERTO VIEGAS
AGENTE ADMINISTRATIVO

1932262 ALDO DA SILVA CORREA
FISCAL DO TRABALHO

1009311 ALFREDO LUIZ PINTO RODRIGUES
AGENTE ADMINISTRATIVO

ALFREDO PEREIRA
AGENTE ADMINISTRATIVO

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12179

2305049	ALVARO ROSA MAGALHÃES MOTORISTA OFICIAL		1878594	CLECIO MOREIRA DE SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO
2302745	ALZIRA MARTINS DITILOGRAFA		1421566	CLODALDO DOS SANTOS PEREIRA FISCAL DO TRABALHO
1632294	AMARI SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO		1102325	CYRILANO GOMES FISCAL DO TRABALHO
1197676	AMERICO DIAS FISCAL DO TRABALHO		0832	DACY NERUJO CARNEIRO FISCAL DO TRABALHO
4234	ANA FURTADO DA SILVEIRA TCC ASSORTO EDUCACIONAIS			DARLENE DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO
	ARABELLA DA COSTA SANCHES CONTOLÓGO		1131157	JARAIL SOARES DE VASCONCELOS AGENTE ADMINISTRATIVO
	AMRISIO MACIEL CARBOSO AGENTE ADMINISTRATIVO			DAULO EDUARDO CARNEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO
	ANGELINA LOURENÇO NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO		1308932	DELDIRA MARTINS SILVA FISCAL DO TRABALHO
	ANITA ETIENE ROHEU FISCAL DO TRABALHO		1197286	DELZILITA NOGUEIRA DA SILVA TCC CONTABILIDADE
1714579	ANTENOR MACEDO DOS SANTOS FISCAL DO TRABALHO		2202795	DEMORVAN SOARES DE MATOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2263755	ANTONIO AFONSO AGENTE ADMINISTRATIVO		2263386	DENLITA IVANES DA FONSECA AGENTE ADMINISTRATIVO
	ANTONIO CARLOS AZEVEDO COUTINHO ASSISTENTE SINDICAL		3374	DINAIR MEADES DA SILVA AGENTE DE PORTARIA S
	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES RIOS ARQUITETO			DIONE DA SILVEIRA COUTINHO MASSI AGENTE ADMINISTRATIVO
1013390	ANTONIO MARCEL DE BARROS FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO		1194627	DORELA GOMES PIETRI FISCAL DO TRABALHO
2263395	ANTONIO RIBEIRO DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO		1790940	DIONIZIO ALFREDO DIAS FISCAL DO TRABALHO
1197239	ARLEY DE SOUZA ESTEVES FISCAL DO TRABALHO		1199096	DIONYSA BRANDAO ROCHA FISCAL DO TRABALHO
1190841	ARMANDO CARABEIZ FISCAL DO TRABALHO		2382793	DOMINGOS CLAUDIO DA SILVA AGENTE PORTARIA
1939709	ARXANDR MENDES FISCAL DO TRABALHO		1919644	EDISON GOMES VIEIRA FISCAL DO TRABALHO
1194237	ARTHUR GOMES DE CASTRO FISCAL DO TRABALHO		2302081	EDVALDO DE CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO
	ATILAU MENDONÇA MARTINS MOTORISTA OFICIAL		1008381	EMILIA HELENA SCHIMANSKI FERREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
	AYZEUF JOSE DA SILVA RIBEIRO MOTORISTA OFICIAL		1197971	ENILA SOARES DAHIAO ASSISTENTE SOCIAL
1004536	AUGUSTO ANTONIO REGIS FISCAL DO TRABALHO			ERCILHA DOS ANJOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2303530	ALIELIO COSTA FISCAL DO TRABALHO		2382042	ERZILIA DA PENHA MAIA DE JESUS ORÇUVISTA
2405484	AURIENE ALVES DE MENESES FISCAL DO TRABALHO		1118137	ESTEFANIO FARA FISCAL DO TRABALHO
1192693	AYRTON COELHO TEIXEIRA FISCAL DO TRABALHO		1196402	ESTHER EMEIDA DA ROCHA BENEOLAK FISCAL DO TRABALHO
2191582	AYRTON DA SILVA BULCAC AGENTE ADMINISTRATIVO		1952967	EUDILTON APARECIDO DOODE FISCAL DO TRABALHO
1017140	BENEDITA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO		3992	EUDOCIA SABINO VIEIRA TELEFONISTA
2304055	BENTO GOMES PYNTEL AGENTE PORTARIA		10070813	EVANGELINA VAZ FREIRE AGENTE ADMINISTRATIVO
2109758	BERNARDINO TELLES AGENTE ADMINISTRATIVO			FERNANDO AZAMOR NETO DOS REIS ADMINISTRADOR
1197300	BONINERY DE SOUZA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO		1006507	FEARNEGO DA CRUZ RIBEIRO CONTOLÓGO
	CARLOS ALBERTO DA SILVA DE SOUSA CALDAS AGENTE ADMINISTRATIVO		1725913	FERNANDO SENEZ SENEZ AGENTE ADMINISTRATIVO
1199269	CARLOS LEAO DOS SANTOS IDENT. DITILOSCOPICO		1199181	FRANCISCA ADELJULIA SALES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
1276732	CARMEN DOLORES LUNA DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO		3666	FRANCISCO SENEZ FILHO FISCAL DO TRABALHO
	CARMEN LUCIA HASTROBIOVANI CANEPA ENFERMEIRO		2202126	GALVINO LUCIO QUADRO AGENTE DE VIGILANCIA
	CATHARINA HOLANDO AGENTE ADMINISTRATIVO		2382162	GENEZIO LUIZ DA SILVA AGENTE DE PORTARIA
1196879	CAJATY DOS SANTOS NOBIE FISCAL DO TRABALHO		1194559	GERALDO DE ANDRADE MONTEIRO FISCAL DO TRABALHO
2104178	CELIA DE LIMA CORREIO AGENTE ADMINISTRATIVO			GERMAN MEJIA RIOS MEDICO DO TRABALHO
1200550	CELIA NELLÓ GOMES CONTOLÓGO		1067500	GETHER VICENTE DE FIGUEIREDO AGENTE DE VIGILANCIA
2302064	CELIA BENEDITA DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO		1027903	GILBERTO RABELO AGENTE ADMINISTRATIVO
	CLACI SERAPHIM AGENTE ADMINISTRATIVO		1190958	GLAUCIO DE SOUZA LIMA FISCAL DO TRABALHO
1196456	CLAUDIO DA SILVA LIMA FISCAL DO TRABALHO		190776	GRACINDA DE SOUZA AGENTE ADMINISTRATIVO
2263312	CLAUDIONOR NUNES AGENTE ADMINISTRATIVO		008615	GUARACY NORTA FISCAL DO TRABALHO
1008079	CLEBEO FIGUEIREDO AGENTE ADMINISTRATIVO		1745027	GUILHERME CARLOS CUNHA TEIXEIRA FISCAL DO TRABALHO
			1199805	HEITOR RIBEIRO DE CASTRO FISCAL DO TRABALHO

Original com Defeito

12180	SEÇÃO I	DIÁRIO OFICIAL	SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990
01940754	HELIO COELHO SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO	2362192	JOSE MARTINHO PEREIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
2247791	HELIO ESTEVES PEREIRA DE MATOS MEDICO	0180548	JOSE MARTINS SAMPAIO AGENTE ADMINISTRATIVO
2247595	MERCULANO DA CONCEICAO AGENTE ADMINISTRATIVO		JOSE MAURICIO FERREIRA SOARES ANALISTA DE SISTEMAS
2065021	MORACIO OTTO FERREZ DE CALDAS ADMINISTRADOR	108498	JOSE NATALICIO DE ANDRADE CARNEIRO TEC.COMMUNIC.SOCIAL
657182	HUGO DE LACERDA COUTINHO FISCAL DO TRABALHO	2254668	JOSE PEREIRA DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
1199925	IDA DE OLIVEIRA SILVA ESTATISTICO	2789807	JOSE SIMOES AGENTE ADMINISTRATIVO
1250389	IDELER CORREA COMES AGENTE ADMINISTRATIVO	4992	JOSUE DECORTE AGENTE ADMINISTRATIVO
937691044	ILKA DETTES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	1943215	JUCENITA VENTURA CASTELLO FISCAL DO TRABALHO
2297561	IRENE COITO AGENTE ADMINISTRATIVO	1199314	JULIO LEITE DE FIQUEIREDO FISCAL DO TRABALHO
	IRENE FERREIRA DE LAGOS SALEM AGENTE ADMINISTRATIVO	1785587	JUVENAL MARQUES FILHO FISCAL DO TRABALHO
	ISAÍAS JOAQUIM DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	2169707	KLEBER RODRIGUES ORNELAS ECONOMISTA
02071137	IVAN DA SILVA PAIXAO ASSISTENTE JURIDICO	1743923	LAURO DE ALMEIDA SOARES FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO
	IVETTE BEZERRA DE SOUSA AGENTE ADMINISTRATIVO	2248229	LAURO DE ARAUJO SILVEIRA ARTIFICE DE MECANICA
90764145	JAYNE NEDEIROS DE SOUZA AGENTE DE PORTARIA	2240664	LEA DA ROCHA PEREIRA ARTIF.DE-ELETRIC.COMUNIC.
1197111	JAYNE SILVA FILHO FISCAL DO TRABALHO	1199895	LEAN CARVELO DE SA ASSISTENTE JURIDICO
1006640	JELSER JOSE FERREIRA CAMPELO FISCAL DO TRABALHO	2297445	LECY SALLES COMES AGENTE ADMINISTRATIVO
2194532	JOANA CAROLINA MACEDO TEODALDO AGENTE ADMINISTRATIVO	3318	LEILA JOSE AZAR FISCAL DO TRABALHO
23445371	JOAO COELHO AGENTE ADMINISTRATIVO	2247957	LENITA CASTRO NEVES AGENTE ADMINISTRATIVO
1190052	JOAO PEDRO DE MOURA MACHADO AGENTE ADMINISTRATIVO	4369	LEONARDO DA VINCE BORRIELLO FISCAL DO TRABALHO
23164221	JOAO PINTO DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO		LIGIA ISABEL NUNES BARBOSA ADMINISTRADOR
1199399	JOAO RINALDO FERREIRA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO		LINDENBERGUE DA SILVA DATILOGRAFO
ESTADO: RJ MATRICULA	NONE DENOMINACAO DO CARGO		LIZETE CICERO DE SA AGENTE ADMINISTRATIVO
1198738	JOAQUIM VIEIRA SOARES FISCAL DO TRABALHO	4209	LOURENCO LEHRER CARDOZO ANALISTA DE SISTEMAS
	JOES VICENTE ROTA VASCONCELOS AGENTE ADMINISTRATIVO	1196289	LOURIVAL MACHADO DE MOURA MOTORISTA OFICIAL
1000650	JORGE DE ALMEIDA PARAIZO FISCAL DO TRABALHO	1196124	LUIZ ANTONIO AREIA JUNIOR FISCAL DO TRABALHO
1193802	JORGE DE ANDRADE MONTEIRO FISCAL DO TRABALHO	1196602	LUIZ CARLOS GONZ FISCAL DO TRABALHO
	JORGE FONTELELL AGENTE ADMINISTRATIVO	1196995	LUIZ CARLOS LASSANCE ANTUNES FISCAL DO TRABALHO
2248234	JORGE IRINEU DA SILVA ART.ESTRUT.DO.METALURG.	2263357	LUIZ FERNANDES ROCHA AGENTE ADMINISTRATIVO
1000457	JOSE AMARI C.L. BITETTI FISCAL DO TRABALHO	1199520	MALVA LACERDA DA SILVA LENE AGENTE ADMINISTRATIVO
1004676	JOSE ARGILEO DA SILVA JUNIOR FISCAL DO TRABALHO	2298197	MARCEL LAMAS AGENTE ADMINISTRATIVO
1193172	JOSE BORGES DE FREITAS NETTO FISCAL DO TRABALHO	1194195	MARCEL PATRICIO DE ARAUJO FISCAL DO TRABALHO
	JOSE CARLOS FARIAS COMES ART. CARP. MARCENARIA	6661	MARIA APARECIDA DE ANDRADE AZEVEDO FISCAL DO TRABALHO
75297	JOSE DA SILVA SALLES MOTORISTA OFICIAL	2169900	MARIA CONSUÉLO AGENTE ADMINISTRATIVO
1240274	JOSE DE ARAUJO PINHO AGENTE DE PORTARIA	1193505	MARIA DE LOURDES DA COSTA ADMINISTRADOR
2002166	JOSE DE CASTRO QUINTAS FISCAL DO TRABALHO		MARIA FERNANDA MARQUES CASEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
2247671	JOSE GOMES PARENTE DE ARAUJO ARQUITETO	1501051	MARIA JOSE FREITAS PRAZERES AGENTE ADMINISTRATIVO
2362575	JOSE INACIO TEIXEIRA AGENTE DE PORTARIA	2169800	MARIA JOSE MARQUES RENEVIDES TEC. DE CONTABILIDADE
1196590	JOSE JORGE CALIL AGENTE ADMINISTRATIVO		
1190777	JOSE LUIZ PEREIRA TEC. DE CONTABILIDADE		

2247701	MARIA LUCIA NEBINA ASSISTENTE JURIDICO		
1606810	MARIA LUIZA INICOLAS CAMARGO FISCAL DO TRABALHO	4199	PAULO DE AZEVEDO LOPES AGENTE ADMINISTRATIVO
1197398	MARIA THEREZA-CUNHA MONTEIRO FISCAL DO TRABALHO		PAULO HENRIQUE PINTO DENIZOT FISCAL DO TRABALHO
1476042	MARIO ANTONIO PEREIRA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO	13432	PEDRO GONCALVES CORREA NETO FISCAL DO TRABALHO
2002031	MARIO JOSE FARIAS AGENTE DE PORTARIA		PEDRO-PAULO CATTETE TEC. DE ASS. EDUCACIONAIS
119066732	MARYSE ALVES COELHO ASSISTENTE JURIDICO	1109437	PERY GONCALVES VALENCA AGENTE ADMINISTRATIVO
1199210	MAURA ZILLI SILVA ADMINISTRADOR		RAUL DE FIGUEIREDO FISCAL DO TRABALHO
	MURICIO SOARES AGENTE ADMINISTRATIVO	2573073	REGINA MARIS RAMOS VIANNA AGENTE ADMINISTRATIVO
1196925	MAURO JOSE RODRIGUES ARAUJO FISCAL DO TRABALHO	1400235	RENE DE BRITO MEDICO DO TRABALHO
1001717	MAVIEL DO PRADO SAMPAIO FILHO ENGENHEIRO	1120631	RICARDO DORNELAS FILHO FISCAL DO TRABALHO
1194105	MAVR FERREIRA DA COSTA FISCAL DO TRABALHO	1199105	ROGER NEIRA KIRELLI AGENTE ADMINISTRATIVO
1164550	MILTON CAMPOS VIANA FISCAL DO TRABALHO	1273	RUIE PEIXOTO CARRAO FISCAL DO TRABALHO
	MILTON DA SILVA ART. ELET. COMUNICACOES	4197	SADY DE FIGUEIREDO FILHO ANALISTA DE SISTEMAS
	MILTON PIMENTA AGENTE ADMINISTRATIVO	1199800	SALVADOR DURAN BATALLIA FISCAL DO TRABALHO
2138791	MOACYR DE SANT ANNA AGENTE ADMINISTRATIVO	1163751	SANDIVAL DE SOUZA BIBLIOTECARIO
2243397	MOACYR OUTRA AGENTE ADMINISTRATIVO	1008787	SEBASTIAO PEREIRA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO
	MURIAM ALVES DE OLIVEIRA AG. CULCACAO	2104990	SEBASTIAO TEODORO AUX. OP. SERV. DIVERSOS D
2302266	MADIA BARBOSA PASCOA AGENTE ADMINISTRATIVO	1166834	SERAPHIM DECIO ITALIANO FAVORITO ARQUIVISTA
1196481	MAIR CORREA GUIMARAES FISCAL DO TRABALHO	2243381	SERVULO RODRIGUES DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2201937	MAZIR BATISTA AGENTE ADMINISTRATIVO	208141	SIRLEY PEREIRA DE CARVALHO ARQUIVISTA
2302757	MELSON DA SILVA SERRA AGENTE ADMINISTRATIVO	224823	SIDNEY MARTINS DE SOUZA ANAL. MEDICA
1196946	NELSON DIAS PEREIRA FISCAL DO TRABALHO	2037413	SIRLEY GURSEL DE ALENCAR AGENTE ADMINISTRATIVO
1992	NELSON FIALHO RITA FISCAL DO TRABALHO		SOLANGE MATA DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
02302961	NELSON PESTANA AUX. OP. SERV. DIVERSOS		SOMIA REGINA RAMOS DE FREITAS DITLOGRAFO
2263241	NEWTON VILLELA DE AVELAAR FISCAL DO TRABALHO	3078	SUELY MACHADO LEONARDO FISCAL DO TRABALHO
7206	NEY OSORIO FISCAL DO TRABALHO	201-403	SYLTIO TILIO ADMINISTRADOR
2263337	NIGIA MOREIRA PEIXOTO AGENTE ADMINISTRATIVO	1199192	SYLVIO CATTERHOL ROCHA FISCAL DO TRABALHO
106006	NILIO SOARES-SOMES FISCAL DO TRABALHO	1192245	SYLVIO DARCIA DE MATOS FISCAL DO TRABALHO
2278145	NOVEY SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	1004707	TIBOR SULIK AGENTE ADMINISTRATIVO
01002550	OTACILIO CARVALHO AGENTE ADMINISTRATIVO	10080800	TRAJANO DA COSTA MARTINS FILHO FISCAL DO TRABALHO
20-12-10	OTAVIO LESSA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	2302290	URCECINA MARIA EUGENIO CASANOVA AGENTE ADMINISTRATIVO
	OLEA GONCALVES DA SILVA ARAUJO OPER. COMPUTACAO		VALDEMIRO LIBERATO PINTO FISCAL DO TRABALHO
4194	OSLANDO SEDA ANALISTA DE SISTEMAS	2302300	VANDA DOS SANTOS TOLEDO AGENTE ADMINISTRATIVO
2002151	OSCAR JOHN GRIFFITHS DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO	2082144	VERA LUCIA MACHADO PINTO ASSISTENTE SINDICAL
2290133	OSMA DE LACERDA THULLER AGENTE ADMINISTRATIVO	4164	VERA LUCIA RIBEIRO RODRIGUES DITLOGRAFO
1741490	OSMAR MATIAS DE SOUZA FISCAL DO TRABALHO	4645	VICTOR JOSEPH RAPHAEI FISCAL DO TRABALHO
	OSMAR VIEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	1954870	WALDIRA CAJACIARA PEREIRA FISCAL DO TRABALHO
2290103	OSVALDO BRASILEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO	2263341	WALTER BATISTA DE AZEVEDO AGENTE ADMINISTRATIVO
519149	OTAVIO DE AGUIAR AGENTE ADMINISTRATIVO	1091201	WALTER PINTO AGENTE ADMINISTRATIVO
	OTO DAMAS RICHTER AG. CINE. MICROFILMAGEN	1030608	WANDERLEY R DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO
			WETER DE SOUSA PINTO NOGUEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
		1191362	WILSON FERNANDES FARIAS FISCAL DO TRABALHO
		1199101	YARA CARVALHO DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO
		2030122	YOLANDA FARIAS MEIRELLES AGENTE ADMINISTRATIVO
		1199029	ZILDA DO AMPARO AGENTE ADMINISTRATIVO
			ZILMAR CARDOSO TEC. ASS. EDUCACIONAIS

Original com Defeito

12182

SEÇÃO 1

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

ESTADO: RN

MATRÍCULA

NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

1147 ANA LELIA PROCOPIO BANDEIRA

FISCAL DO TRABALHO S

1006 CARLOS FERREIRA DO ANARAL

AGENTE ADMINISTRATIVO C

2285526 EDILSON MEDEIROS DA FONSECA

ENGENHEIRO S

2046922 GERALDO-FELIX DE MEDEIROS

MOTORISTA OFICIAL S

7005 SERALDO MOLICK BRANDAO

ENGENHEIRO C

2192956 GERALDO-PEREIRA DA SILVA

AUX OP SERV DIVERSOS C

2967 JOAO GONCALVES DE OLIVEIRA

TEC DE CONTABILIDADE S

11998702634 JOSE DOS SANTOS MADRUGA

AGENTE DE PORTARIA S

12006 JOSE LOPES DE ARAUJO

AGENTE ADMINISTRATIVO S

3198 MARIA CONSUELO BASTOS DA SILVA

FISCAL DO TRABALHO S

8223 MARIA DE FATIMA ALVES CAMARA

AGENTE ADMINISTRATIVO A

4466 MARIA DO SOCORRO DE LIMA BARROS

FISCAL DO TRABALHO S

1009732 MARIA QUEIROGA DA NOBREGA

DATILOGRAFO C

3195 MARISE DE VASCONCELOS IGLESIAS

FISCAL DO TRABALHO C

1033996 SAULO DOS SANTOS-LEITE

ASSISTENTE JURIDICO S

4468 SUEYDE DIAS ROEIRO

FISCAL DO TRABALHO S

137992 WANDA FAIA

AGENTE ADMINISTRATIVO S

ESTADO: RO

MATRÍCULA

NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

121321 ELIO DIAS DE BARROS

AGENTE ADMINISTRATIVO B

1007 OSCAR GALVAO RABELO

AGENTE DE ATIVIDADES AGROPECUARIAS

227111 PAULO ALVES DE FRANCA

ART DE MECANICA C

33472 SANDRA MARIA DE ALMEIDA BARROS

TEC DE CONTABILIDADE S

ESTADO: RS

MATRÍCULA

NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

10017653573000 CARDOZO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10245159611ALDA MARIA FAIA

FISCAL DO TRABALHO

10015654650ALIRIO FONTES MARQUES

AGENTE DE COLOCACAO

10017654057ANTONIO LOUREIRO LUCIO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017654812COLBERTO ANTONIO PANDOLFO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10024295628DELICINO SERAFIN DA SILVA

TEC DE CONTABILIDADE

10098857893EDON FELDENS

FISCAL DO TRABALHO

10017654138FELICIANO EDO-HOFFMANN

AGENTE DE PORTARIA

12091349668GILBERTO JOAO PAVANI

AGENTE ADMINISTRATIVO

100176532906ILBERTO WALLACE BATILANA

AGENTE ADMINISTRATIVO

10060548091JOSE CARLOS DE RAMOS

TECNICO EM COLONIZACAO

1003886700OLEDA FERREIRA-DE OLIVEIRA

BIBLIOTECARIO

10017654863LEO JUNQUEIRA GUEDES

FISCAL DO TRABALHO

10220137118LEONILDO FAZINI

FISCAL DO TRABALHO

10017607805LILA LIMA GONCALVES

DATILOGRAFO

10017651950MARIA CAMARGO LUZ

AGENTE ADMINISTRATIVO

3704789802MARIA MATILDE PASSUALDO CABREIRA

AGENTE DE VIGILANCIA

10017654616MILTON SOARES

AGENTE ADMINISTRATIVO

10780829090NACIA JOSEBERTOLAZI

AGENTE DE VIGILANCIA

MAIR ROSSETO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017654162OLINTO OVIDIO DE OLIVEIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017654093PAULO ROBERTO PEREIRA CASSEHINO

ASSISTENTE JURIDICO

10017653999PEDRO BRAZ ROGA DA OLIVEIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO

10074079425PLINIO-ALEXANDRE DE SOUZA LEAL

ASSISTENTE JURIDICO

10013372577RAMAO KACHADO-SANCHES NETO

FISCAL DO TRABALHO

10017653956RENAN MACEDO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10033501306ROBERTO DOMINGUES DE OLIVEIRA

TEC DE CONTABILIDADE

10017655420ROSA LUIZ RODRIGUES

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017653335SERGIO DA ROCHA-BENDER

FISCAL DO TRABALHO

1701793022811VIA HELENA COSTA QUEIROLO

ASSISTENTE JURIDICAL

11305930072TEREZINHA LOURDES PEREIRA LAGO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10252793967URBANO MAUE

FISCAL DO TRABALHO

17021268703VALERIO UIRAJARA GODOINHO TEIXEIRA TORRE

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017654987VITOR CAMARGO

AGENTE ADMINISTRATIVO

10064633535VITOR HUGO AL ALM KOTZ

AGENTE ADMINISTRATIVO

10017652001YOLANDA XAVIER DOS SANTOS

AGENTE ADMINISTRATIVO

9.13 JERENIZE LAGRAWHA DO ANARAL VIEIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO

ESTADO: SC

MATRÍCULA

NOME

DENOMINAÇÃO DO CARGO

01366200 ARTUR JACINTO

FISCAL DO TRABALHO S

2201435 AURELIO SOARES DOS SANTOS

AGENTE ADMINISTRATIVO S

02248200 IORAHIM SERGIO BACHA

AGENTE ADMINISTRATIVO C

1021440 JAIWER REIS DE SIENS

DATILOGRAFO C

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12183

	JANDIRA JORGE ZANELATO AGENTE ADMINISTRATIVO	9967	ALVARO JORGE GREGORIO AGENTE DE H E SER TRAB
217634	LEOPOLDO COLZANI AGENTE ADMINISTRATIVO S	110120	ALYRIO ALVES LIMA FISCAL DO TRABALHO
9391	WALTER AZEVEDO FISCAL DO TRABALHO C	6390	ALZIRO MAGAYI KAKUTA FISCAL DO TRABALHO
ESTADO: SE			AMARI DO AMARAL TEC. EM COLONIZACAO
MATRICULA	NOME DENOMINACAO DO CARGO	2139	ANA-MARIA ALVES MARCON FISCAL DO TRABALHO
2081373	ADALTO SILVA AGENTE DE COLOCACAO S		ANDERSON ENILIO QUATRINE TEC COLONIZACAO
3480	ADEMAR TELES ALVES FISCAL DO TRABALHO	09219442	ANGELO DE SIHOHI AGENTE ADMINISTRATIVO
107798	ANTONIO MARCALHO DE ALMEIDA TEC ASSUMI EDUCACIONAIS S	00100082	ANTONIO ALVES ART CARP MARC
9314	ARISTOTELES LIMA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO A	0464	ANTONIO CARLOS AQUINO ENGENHEIRO
6804	GILTON MACHADO RESENDE FILHO AGENTE ADMINISTRATIVO C		ANTONIO CARLOS AVANCINI ENGENHEIRO AGRONOMO
0196	JOSE AILTON FRANCO SOUZA AGENTE DE VIGILANCIA S		ANTONIO CARLOS DEZZOIT AG VIGILANCIA
4360	JOSE AIRTON DOS SANTOS MOTORISTA OFICIAL S	8949	ANTONIO CREMON FISCAL DO TRABALHO
13011	MAHOEL VELITON AMARAL MOTORISTA OFICIAL S	3881	ANTONIO CUNHA DATILOGRAFO
14109	MARCOLINO GUILHERME NETO TEC COLONIZACAO	2073765	ANTONIO FERNANDES CANDALVES AGENTE ADMINISTRATIVO
2081401	OTACILIO DE MELO SILVA TEC COMUNICACAO SOCIAL A	2383746	ANTONIO MARTINS CHAVES ARQUIVISTA
ESTADO: SP		2383350	ANTONIO VALERIO FILHO AG ADMINISTRATIVO
MATRICULA	NOME DENOMINACAO DO CARGO	11954	APARECIDA A SILVA TIAGAS AG ADMINISTRATIVO
1076075	AULIO BERNARDO BARRETO FISCAL DO TRABALHO	2137	APARECIDA IARA BETTI MATROROSA FISCAL DO TRABALHO
1527819	AULIO DE BARROS ALVES FISCAL DO TRABALHO	1158491	APUDI DE BARROS FISCAL DO TRABALHO
2363764	ACAO JOSE FELICIANO AG ADMINISTRATIVO	1197534	ARABELA FRANCO CAMARGO FISCAL DO TRABALHO
1199930	ADELIO BRUNO FISCAL DO TRABALHO	3841	ARGENIRA VILELA ARAUJO AGENTE ADMINISTRATIVO
10432	ADEMIR PIO FERREIRA ENGENHEIRO AGRONOMO	3391	ARI RAMOS NOGUEIRA FILHO FISCAL DO TRABALHO
10431	ADONIS AP SANTO NICOLA AG COLOCACAO	10031	ARLEI VICENTE CABRAL FISCAL DO TRABALHO
1158001	ADRIANO SALLES DE TOLETO CARVALHO FISCAL DO TRABALHO	1199441	ARNALDO CARACCILO FISCAL DO TRABALHO
21539	ALBERTO DOS SANTOS MOTORISTA OFICIAL	0611771	ASSIS SALES DE OLIVEIRA AG ADMINISTRATIVO
2029075	ALBERTO FACCIULLI AG ADMINISTRATIVO	1946410	AUREO DE MATOS FISCAL DO TRABALHO
1079421	ALBERTO VOSS CONSTANZIO AG ADMINISTRATIVO	2011793	AYRTON APARECIDO VILACA AGENTE ADMINISTRATIVO
	ALDO ANTONIO FERRARI TEC COLONIZACAO	2383652	AZARIAS ISABEL SANTIAGO ARQUIVISTA
1118124	ALDO D ANELO FISCAL DO TRABALHO	2312582	BALDUINO GUEDES DE PAIVA FISCAL DO TRABALHO
1170505	ALDO FUSCO FISCAL DO TRABALHO	0932450	BEATRIZ RODRIGUES PEREIRA TEC CONTABILIDADE
2161364	ALEXANDRE DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	1769431	BENEDITA ANTONIA MILLER FISCAL DO TRABALHO
1197641	ALFREDO GARCEZ FISCAL DO TRABALHO	1197797	BENEDITO FERREIRA DA ROCHA FISCAL DO TRABALHO
1407	ALVARO ANTONIO ARAUJO FISCAL DO TRABALHO	104407	BENEDITO PINHEIRO DOS SANTOS FILHO ART CARP MARC
1197549	ALVARO DA SILVA FISCAL DO TRABALHO	1731261	BENJAMIM ALVES VIANA ASSISTENTE SINDICAL
1199418	ALVARO GUERETA FISCAL DO TRABALHO		

Original com Defeito

12184

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

1197756	BENTO-BISPO DE JESUS AG. POSTARIA	5742	DENISE DE TORO V. COELHO TEC. ASS. EDUCACIONAIS
2333638	DANILDO BORGES NETTO AGENTE ADMINISTRATIVO	2011192	DIOGENY MARIA RUCHA FISCAL DO TRABALHO
9988	CARLOS ALBERTO DE ARAUJO MOTORISTA	2312984	DIRECU MAGALHAES AG. ADMINISTRATIVO
09221947	CARLOS ANTONIO MALDONADO TEC. COLONIZACAO	1198517	DIVA APARECIDA A DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2181629	CARLOS BRIDES DE OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO		DOMINGOS CRUZ FILHO ZOOTECISTA
1088744	CARLOS C SILVA FISCAL DO TRABALHO		DOMINGOS RODRIGUES TEC. CONTABILIDADE
10973	CARLOS HENRIQUE R. MAROTTI AGENTE ADMINISTRATIVO	11977678	DONATO BARCEZ FISCAL DO TRABALHO
10637	CARLOS JOSE CORREIA ENGENHEIRO AGRONOMO	1197741	DOROTHI LEFAGE DE CARVALHO FISCAL DO TRABALHO
	CARLOS ROBERTO FRANCISCO DE ANDRADE TEC. ASS. EDUCACIONAIS	2320454	DOROTHY ARZUDA PAULA AGENTE ADMINISTRATIVO
02930697	CARMEN N. DA C SILVA AG. DE COLOCACAO	3274	EDEMIR ANTONES FISCAL DO TRABALHO
09212568	CASSIM AMIN IBRAHIM AG. ADMINISTRATIVO	1199862	EDER DE CARVALHO TORRES AGENTE ADMINISTRATIVO
	CASSIMIRO FERREIRA DE PROENÇA MOTORISTA	20194	EDIS MAZALIA TEC. CONTABILIDADE
1306	CELIA MARIA DE SANT. ANNA FISCAL DO TRABALHO	10633	EDUARDO DE OLIVEIRA NETO ENG. AGRONOMO
1076456	CELSO CONTI GEDIOTTIS AGENTE ADMINISTRATIVO	10633	EDUARDO DE OLIVEIRA NETO ENGENHEIRO AGRONOMO
1050261	CELSO OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO	7243	EDSON BTH ENGENHEIRO
2117314	CIPRIANO RODOLFO OLIVEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO	2825	EDSON FERREIRA DE SOUZA AG. AG. SER. TRABALHO
2905439	CLARINDA GAMA CATER ADMINISTRADORA	136792	EDMUNDO PIRES TEC. CONTABILIDADE
20419	CLARITA ALONSO R. SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO		ELAINE CARDOZO ALVES ENGENHEIRO AGRONOMO
2371335	CLAUDETE TEREZINHA R. CAMPELO DITILOGRAFA		ELIETE CONCEICAO-PELICIANI TEC. CONTABILIDADE
20779	CLAUDIO JOSE PEREIRA-RIOS DITILOGRAFO	2011177	ELIPHAS RUCH AG. ADMINISTRATIVO
09280445	CLEIDE CAVALCANTE CARLOS TECNICO DE CONTABILIDADE	2011197	ELLEN NICE GARCIA AMARAL FISCAL DO TRABALHO
0746094521	CLILIA DE MELO BALESTINO TEC. PLANEJAMENTO E OPER.	2011189	ELZA DE ALMEIDA FISCAL DO TRABALHO
	CLELIO LEITE PINTO FISCAL DO TRABALHO	3562	EMILIA DE CASTRO PAIVA 3582 FISCAL DO TRABALHO
5736	CLIO MATZENBACHER DE MOURA TEC. EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	1199305	EMILIA NICOLA FISCAL DO TRABALHO
8122	CLODOWIRO MAIOR DEVERA FISCAL DO TRABALHO	1164056	ERIO VAZ VIEIRA ASSISTENTE JURIDICO
10029	CRISTIANE SILVESTRE AG. ADMINISTRATIVO	1068792	ERNESTO FRANCISCO DOS SANTOS FILHO FISCAL DO TRABALHO
3342	CRISTIANO CESAR ARZUDA ALVES PASSOS FISCAL DO TRABALHO	4552	ETOCIA DOS SANTOS FISCAL DO TRABALHO
	CRISTINA MARIA N. C. SOULLEI TEC. ASS. EDUCACIONAIS		EDUARDO CORREA DE MORAES TEC. COLONIZACAO
1197582	CYRUS DE OLIVEIRA COFFONE IDENT. DACTILOSCOPTO	2345795	EZUICE GALLES DITILOGRAFO
15273199	CYRO FESSEL FAZZIO ENGENHEIRO	2819	EVONILDO FERREIRA FISCAL DO TRABALHO
1197741	DEA MARQUES FISCAL DO TRABALHO	1198176	EVONILDO MARQUES FISCAL DO TRABALHO
	CECIO JOSE BENEDICIO AG. ADMINISTRATIVO	2011781	FLORNY BEZES PANDU BAIO AG. ADMINISTRATIVO
1197743	DECIO KUDENS VICENTE FISCAL DO TRABALHO	5764	FRANCINETE SILVA HONZAM AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS
	DENEGIO DA SILVA AUX. SERV. DIVERSOS	1195105	FRANCISCO ANTONIO FIORI FISCAL DO TRABALHO
		5693	FRANCISCO COUTO VALE NETO AG. ADMINISTRATIVO

1197995	FRANCISCO LEO NUHARI FISCAL DO TRABALHO	1199494	IONEZ REIS FISCAL DO TRABALHO
1199491	FRANCISCO PALMA NETO FISCAL DO TRABALHO	1197591	IRACEMA CESAR DE ALMEIDA ASS SINDICAL
2282094	FRANCISCO PINTO BRANDAO FISCAL DO TRABALHO	1517355	IRENE PICCOLOTTI PAPASSONI AGENTE ADMINISTRATIVO
1199516	GASTAO COELHO FISCAL DO TRABALHO	141256	ISALINO RODRIGUES DE CARVALHO AG VIGILANCIA
1197863	GASTAO DOS SANTOS MOREIRA FILHO FISCAL DO TRABALHO	9750	ISAURA XIMENES VIEIRA DOS SANTOS FISCAL DO TRABALHO
7248	GENESIO AUGUSTO CESAR AG. HIG. SES. DO TRABALHO	2011175	IVA MORETTO FRIGOLIETTI ARQUIVISTA
	GENESIO DE SOUZA AUX DE ENFERMAGEM	9542	IVETE BEDIN PRADO MEDICO DO TRABALHO
1199409	GENTIL DE OLIVEIRA REIS FISCAL DO TRABALHO	2382605	IVO SANTIAGO ARQUIVISTA
1392621	GERALDO APARECIDO ALBINO AG ADMINISTRATIVO	2674344	IZABEL ALVES ASS SINDICAL
1103875	GERALDO ARANTES AG ADMINISTRATIVO	12974	JAIR SEVERINO COO- TEC COLONIZACAO
2611707	GERALDO BENTO MARANHATO AGENTE ADMINISTRATIVO	0150	JAUREKIR DA SILVA COSTA ASSISTENTE SINDICAL
6164	GERSONILZA OLIVEIRA BASTOS AGENTE ADMINISTRATIVO		JAYNE WHITACKER JUNIOR AG ADMINISTRATIVO
1199280	GETULIO ALVES DA NEIROS FISCAL DO TRABALHO	2170	JEDOU GONCALVES FISCAL DO TRABALHO
1199433	GILBERTO ALVES FISCAL DO TRABALHO	2674043	JESS DORGES VILELLA MOTORISTA OFICIAL
2383177	GILBERTO GIARDINI AGENTE ADMINISTRATIVO		JESUINO BEIXAS DE OLIVEIRA MOTORISTA OFICIAL
1931956	GONDOHAR PEREGRINO MONTENEGRO FISCAL DO TRABALHO	14640	JOANA APARECIDA DOS SANTOS ROS AG ADMINISTRATIVO
2049	GISEL DE DOMENICO FISCAL DO TRABALHO	2911179	JOAO ALBERTO ERRA FISCAL DO TRABALHO
1197723	GUARACY DE SOUZA SAKAIO FISCAL DO TRABALHO	5158416	JOAO AZEMHA FISCAL DO TRABALHO
2371598	GUSTAVO RONALD HITCHIKY FISCAL DO TRABALHO		JOAO BATISTA FCO DE ANDRADE TEC COLONIZACAO
09200060	HASSEN HALVEN TEC. EM PESQUISAS AGRICOLAS		JOAO BATISTA TIMOTEO MOTORISTA OFICIAL
4392	HELICIO CECILIO FILHO AG ADMINISTRATIVO	233700	JOAO CARLOS DOS SANTOS FILHO AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS
1199311	HELENA MARCONDES MACHADO CASSIANO FISCAL DO TRABALHO		JOAO EUGENIO B CHAIN- TEC. COLONIZACAO
1197568	HELENA MARQUES PRIETO ARQUIVISTA	197445	JOAO GEVALDO DIAMOLA FISCAL DO TRABALHO
1199312	HELENA SITTA FISCAL DO TRABALHO	147	JOAO GUILHERME EMERTON AG HIG SES TRABALHO
1197391	HELIA SILVA CURTOLO ASS SINDICAL	46	JOAO JOSE DA ROCHA MEDICO DO TRABALHO
1198207	HELIDO ERASTE FISCAL DO TRABALHO	21581	JOAO JOSE DE OLIVEIRA AG VIGILANCIA
208	HELIO ANTONIO DE CARVALHO FISCAL DO TRABALHO	17453	JOAO MANOEL COMANDO RIBEIRO AGENTE ADMINISTRATIVO
22505	HELIO GONCALVES AGENTE ADMINISTRATIVO	142908	JOAO MARTINS DOS SANTOS AUX OP SERV DIV
1003742	HELIO GASHANI AG ADMINISTRATIVO	143078	JOAO SODOS AG ADMINISTRATIVO
	HELIO MARTINS TEC COLONIZACAO	1760	JOAOZIN SOARES COSTA ARQUIVISTA
1197203	HELIO PASSARINI FISCAL DO TRABALHO	1199317	JOEL DAMIANI FISCAL DO TRABALHO
	HELIO TOMAZINI AG VIGILANCIA	1144996	JORGE ALVES MOTA FISCAL DO TRABALHO
	HORACIO DONIZETE TALAMONI MOTORISTA OFICIAL	2383769	JORGE DE MATTOS AGENTE ADMINISTRATIVO
2675	HORACIO BORIN FISCAL DO TRABALHO		JORGE MAENURA TEC CONTABILIDADE
440226	IGNACIO ANTONIO DA FONSECA AGENTE DE PORTARIA		JOSE ANDRE ROBERTO HAZZER TEC COLONIZACAO

Original com Defeito

12186

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

	JOSE ANTONIO DO AMARAL NETO ART MEC ESPECIALIZ	11000710	LAURITA NUNES GONZALES AGENTE ADMINISTRATIVO
2078	JOSE ANTONIO RODRIGUES FISCAL DO TRABALHO	1189025	LAZARO APARECIDA RUIVO LAROCCA ASSISTENTE SINDICAL
2829099	JOSE AUGUSTO ROCHA FISCAL DO TRABALHO	2174	LAZARO GARCIA FISCAL DO TRABALHO
	JOSE BARRESE NETO TEC. COLONIZACAO	10485	LEILA C F CARVALHO SILVA AG ADMINISTRATIVO
	JOSE CARLOS GOMES TEC. COLONIZACAO	11975865	LIA MARZACAO TOMAZINI FISCAL DO TRABALHO
	JOSE CELSO VIEIRA SOARES ENGENHEIRO AGRONOMO	1198636	LUCIA IAMINI TRETIN AG ADMINISTRATIVO
10436	JOSE CELSO VIEIRA SOARES ENGENHEIRO AGRONOMO	1198294	LUCIA ROLIN DIAS DE AMORADE FISCAL DO TRABALHO
1199451	JOSE FIRMO PIAZZA FISCAL DO TRABALHO	09219480	LUIZ ANTONIO FARAT SOARES TEC CONTABILIDADE
7025	JOSE GERALDO DINIZ FISCAL DO TRABALHO	8086	LUIZ ANTONIO MASEBART ENGENHEIRO
20330820	JOSE SILBERTO PENLIRA TRID AG ADMINISTRATIVO	703024	LUIZ CARLOS SOARES FISCAL DO TRABALHO
1312033	JOSE ILIDORO RIGUE AGENTE ADMINISTRATIVO	2083096	LUIZ JOAO DA SILVA AGENTE ADMINISTRATIVO
1046471	JOSE JOAO DE ANDREIM AGENTE DE PORTARIA	2203031	LUIZ PHELIPPE DA SILVA FISCAL DO TRABALHO
09220059	JOSE LUIZ FILHO MOTORISTA OFICIAL	2063031	LUIZ PINTO CORREIA ADMINISTRATIVO
	JOSE LUIZ GOMES TEC COLONIZACAO	2199003	LYRIA MARIA M CARVALHO PEREIRA AG ADMINISTRATIVO
	JOSE MARIA G DE FRANCA JUNIOR TEC DE COLONIZACAO	2000004	MARCELA J JUSTI SCARPA AG ADMINISTRATIVO
1197650	JOSE MARIA PEREIRA DE AZEVEDO FISCAL DO TRABALHO	1000000	MARCELO ALVES AG ADMINISTRATIVO
1031577	JOSE MARIA WHITAKER TEC CONTABILIDADE	1000000	MARCELO ALVES AG ADMINISTRATIVO
1198415	JOSE N P SALLES FISCAL DO TRABALHO	1198007	MARCEL SOFELAO RODRIGUES FISCAL DO TRABALHO
10360	JOSE MIZARENO RIZZO STELLA TEC COLONIZACAO	09020505	MARCEL CARDOZO DA SILVA AG PORTARIA
1198451	JOSE PASCHONAL MARQUELLO FILHO FISCAL DO TRABALHO	3078	MARCEL DE SOUZA BARBEIRO FISCAL DO TRABALHO
41700	JOSE RENATO REIS ARQUITETO	00011700	MARCEL JOAO RUFINO AG VIGILANCIA
1050302	JOSE RIBAMAR DE HOLANDA CARVALHO ODONTOLOGO	10500	MARCEL MARCIANO AGENTE ADMINISTRATIVO
1197792	JOSE RIBAMAR MOTA TEIXEIRA FISCAL DO TRABALHO	07011131	MARCIA APARECIDA PRINCEZELLI TEC CONTABILIDADE
0710	JOSE RICARDO FERREIRA ENGENHEIRO	0810	MARCIA CRISTINA ALVES M RIBEIRO AG ADMINISTRATIVO
00020809	JOSE ROBERTO GIORGETTI AG VIGILANCIA		MARCIO GOMES AG ADMINISTRATIVO
	JOSE ROBERTO SILVESTRE MOTORISTA OFICIAL	07011704	MARCO ANTONIO SILVA MONTEIRO AG VIGILANCIA
9564	JOSE RUBATAN CARVALHO VIEIRA FISCAL DO TRABALHO	1000000	MARCO ANTONIO ZAFFALIN AG ADMINISTRATIVO
1940976	JOSE VASCO DE ASSIS FISCAL DO TRABALHO		MARCUS ANTONIO SANPAOLO E SILVA TEC. COLONIZACAO
2011160	JOSEYNA DA SILVA NETO FISCAL DO TRABALHO	7007	MARIA APARECIDA DE SOUZA NUNES FISCAL DO TRABALHO
20727631	JOVELINO FELIPE DA SILVA OUVARA	2153130	MARIA ASSIS PALMA ASSIST SINDICAL
1197074	JUNKEZ ALVES CYRINO FISCAL DO TRABALHO	1000000	MARIA DA G V DE QUEIROZ AG ADMINISTRATIVO
2110412	JULIA DARIOA EBDIC GALLO AGENTE ADMINISTRATIVO	1000000	MARIA DA GLORIA D DE OLIVEIRA AGENTE DE PORTARIA
2000705	JURACI DE CARVALHO AG ADMINISTRATIVO	2100000	MARIA DOLORES PACHECO AGENTE DE COLOCACAO
2011709	KERIMILDO BRUNO DA SILVA AG ADMINISTRATIVO		MARIA ESTER DELANEZZI AG ADMINISTRATIVO
1199303	LAURINHA DE ARAUJO BELEN FISCAL DO TRABALHO		

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN-1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12187

311774	MARIA EUNICE DE SOUZA TEC ASS EDUCACIONAIS	1197774	NELSON CORAZZA ENGENHEIRO
339545	MARIA FREITAS BELLAS AGENTE ADMINISTRATIVO	1198019	NEUSA DE CASTRO BORELAI AGENTE ADMINISTRATIVO
34411	MARIA GARCIA MAURICIO FISCAL DO TRABALHO	1698559	NEUSA MARTINS DE SA ASSISTENTE SINDICAL
34201	MARIA HELENA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO	1199616	NEWTON HARQUES FISCAL DO TRABALHO
3427470	MARIA HELENA DE CAMPOS AGENTE ADMINISTRATIVO		NEWTON MENDES DE CARVALHO MEDICO VETERINARIO
3417004	MARIA HELENA DE NORONHA PRIETO DESENHISTA	1199389	NEY HARQUES FISCAL DO TRABALHO
34284	MARIA INES MAGALHES AGENTE ADMINISTRATIVO	265003	NILTON SERGIO DE PAULA PINEIRO AG ADMINISTRATIVO
3421548	MARIA JOSE DA SILVA MACIEL TECHICO DE CONTABILIDADE	2036	NIVALDO LUIS DE OLIVEIRA AG NIG DO TRABALHO
3424434	MARIA JOSE SILVA COSTA AGENTE ADMINISTRATIVO	3311350	NORMA APARECIDA GOMES PRIMOS FISCAL DO TRABALHO
342453	MARIA LUCIA S F DE SOUZA FISCAL DO TRABALHO	1197702	NORMA BANCHIERE TEIXEIRA ASSISTENTE JURIDICO
34119	MARIA ROSA FIRMINO NUNES AG ADMINISTRATIVO	1198247	OCTAVIO ALVES FILHO FISCAL DO TRABALHO
119425	MARIA TERESINHA J R U CAMARGO ASSISTENTE JURIDICO	7005	ODAIR ELWICO ROSSINI FISCAL DO TRABALHO
	MARIANO LUIZ VIEIRA AG VIGILANCIA	1199340	ODAIR SALLES FISCAL DO TRABALHO
1958794	MARIDELVA MIRANDA DOS SANTOS AGENTE ADMINISTRATIVO	2149000	ODETE GARCIA DA SILVA FISCAL DO TRABALHO
9221568	MARILDA R DEL BIANCO CAMATO AG ADMINISTRATIVO	03336	ODETE COSTA FERREIRA FISCAL DO TRABALHO
	MARILIA CECILIA CUSTODIO TEC ASS EDUCACIONAIS	2313926	ORESTES NARAINHO AGENTE ADMINISTRATIVO
1199580	MARILU DE FARIAS PAROS FISCAL DO TRABALHO	10401	OSMAR ARTSUNI SUYAMA AG ADMINISTRATIVO
	MARINA SCARAZZATO FISCAL DO TRABALHO	2161	OSMAR RODOLPHO FISCAL DO TRABALHO
	MARIO DOMIZETE FREIRE PEREIRA AG VIGILANCIA	1573759	OSSENIER GUINARES FISCAL DO TRABALHO
0111012	MARIO ELIAS DE FREITAS AGENTE DE PORTARIA	5317	OSNALDO VARIK FISCAL DO TRABALHO
	MARIO LUIS M CROSARIOL AGENTE VIGILANCIA	21617	OTACILIO RODRIGUES DA MORA AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS
341184	MARIO SATILIANO FISCAL DO TRABALHO	2513155	OTAVIO-FELIPE JACINTO IDENT DACTILOSCOPIO
341493	MARLENE HOBRIZI AGENTE ADMINISTRATIVO	1198251	OTILIA BASPAR TIWOCO FISCAL DO TRABALHO
340547	MARY APARECIDA GONZALES AGENTE PORTARIA	1197337	PAULO ARCHIMÉDES BERNUSI TEC COLONIZACAO
34091	MATEUS EVANGELISTA DAVOLF TEC COLONIZACAO		PAULO BASTISTA DE ALVIA TEC COLONIZACAO
1199346	MERCEDIS DE OLIVEIRA FISCAL DO TRABALHO	1603	PAULO DA COSTA CALDEIRA AGENTE ADMINISTRATIVO
1197730	MILTON CASARES FISCAL DO TRABALHO	1198417	PAULO EDGARDO SAMPALTO FISCAL DO TRABALHO
1196103	MILTON ETCHEGHERE FISCAL DO TRABALHO		PAULO EDUARDO BENEZ MEDICO VETERINARIO
4932064	MOMCI EDUARDO ARMELIN MEDICO	09212461	PAULO IKUMA TEC COLONIZACAO
2105	MUNIR ANTONIO JEHA FISCAL DO TRABALHO		PAULO JOSE R FELICIO TEC COLONIZACAO
10210	MAIR FERRARI DE MORAES SARDE FISCAL DO TRABALHO	1197675	PAULO R OLIVEIRA FILHO FISCAL DO TRABALHO
10115	MARCI HERNANDES DE NELLO AGENTE DE PORTARIA	1434943	PAULO RUBENS DE ALMEIDA AGENTE ADMINISTRATIVO
2049	MARCILENE DE JESUS MARTINS AG ADMINISTRATIVO		PAULO SERGIO SCHTABEL MOTORISTA OFICIAL
07360705	MELITA HARQUES DA SILVA COZINHEIRA	2302972	PEDRO BATISTA MOTORISTA
1921323	NELSON BELMIOR DOS SANTOS AGENTE DE COLOCACAO	1187713	PEDRO DE ALCANTARA KALUNE FISCAL DO TRABALHO

Original com Defeito

12188

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

2190299	PEDRO DE SOUZA RAMOS FISCAL DO TRABALHO	11970	SAULO BENEDITO DA COSTA MOTORISTA
1197747	PEDRO GUIMARAES ASSISTENTE SINDICAL		SEBASTIAO ARCANDELO AG PORTARIA
196101	PEDRO LOURIVAL ALPISTE FISCAL DO TRABALHO	1538794	SEBASTIAO CARDEIRO DE OLIVEIRA IDENT CATILOSCOPIO
	PEDRO LUIS PAULINO TEC COLONIZACAO	2080714	SEBASTIAO DIAS AGENTE ADMINISTRATIVO
1999413	PEDRO PENERARI AGENTE ADMINISTRATIVO	2691750	SEBASTIAO RODRIGUES DE CASTRO AG ADMINISTRATIVO
1921547	PEDRO RODRIGUES MACHADO TELEGRAFISTA	19631	SEBASTIAO SOUZA SANTOS AG VIGILANCIA
1436	PEDRO SIQUEIRA TEC CONTABILIDADE	314897	SELMA MARIA APPEL AUX. OP. SERV DIVERSOS
2018560	PELROS SOARES DE CARVALHO AGENTE DE PORTARIA	2829800	SENEVAL ROCHA ASS SINDICAL
	RAFAEL MENDES GARCIA ENGENHEIRO AGRONOMO	5643	SERGIO MAUJOIS AGENTE ADMINISTRATIVO
1199733	RAUL ALEXANDRINO DOS SANTOS FISCAL DO TRABALHO	95524	SERGIO ROBERTO HILTON AGUIAR ARQUITETO
1199586	RAUL KUSCHAROFF FISCAL DO TRABALHO	95524	SERGIO ROBERTO HILTON AGUIAR ARQUITETO
10448	RAYMUNDO LOPES DA SILVA AO TEL ELTRICIDADE	3302671	SEVERINO VALERIANO DE OLIVEIRA AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS
	REGINALDO COELHO CRUZ TEC. COLONIZACAO	91098972	SHIRLEY BENICHO CORRADO AG ADMINISTRATIVO
02221949	REGINALDO MALVESTIO TEC COLONIZACAO	9731	SILVIA HELENA BURCHI ENGENHEIRA
1457	RENATO DE MACEDO VIEIRA FISCAL DO TRABALHO		SILVIA MARIA SIMONE ROMARO FISCAL DO TRABALHO
	RICARDO LEITE GESUATO TEC COLONIZACAO	1197426	SILVIA MENDES DE PAULA FISCAL DO TRABALHO
3775	RICARDO PINCZOWSKI MEDICO DO TRABALHO	9069	SILVIO GUIMARAES MOREIRA FISCAL DO TRABALHO
04219039	ROBERTO FCO LEMOS DE CASTRO ENG AGRONOMO	09212595	SOTERIO JERONIMO MOTORISTA
1408	ROBERTO FRANCISCO LEIROS DE CASTRO ENGENHEIRO AGRONOMO	1197661	TADAO ANZE FISCAL DO TRABALHO
1199413	ROBERTO MACHADO MOREIRA FISCAL DO TRABALHO	9559	TANIA APARECIDA DE OLIVEIRA MASCHIO AGENTE ADMINISTRATIVO
11975	ROBERTO MARTINS FIGUEIREDO ENGENHEIRO AGRONOMO	97490799	TEREZA PEREIRA LARA AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS
9011	ROBERTO ROMIOLI AUX. OP. SERVICOS DIVERSOS		TEREZINHA FERREIRA MINETTI FISCAL DO TRABALHO
9011	ROBERTO SA BORGES FISCAL DO TRABALHO	7736	TEREZINHA PEREIRA DA CRUZ FISCAL DO TRABALHO
0772	RODOLFO ALFREDO LESER FISCAL DO TRABALHO	1198335	THEREZINHA HAIDA DE REZENDE FISCAL DO TRABALHO
119447	ROHEU PEREIRA DE SOUZA AG ADMINISTRATIVO	4573	THEO JOSE CHABEE FISCAL DO TRABALHO
	RONALDO MUNIZ TEC COLONIZACAO	1190457	UDOMERY DE CARVALH FISCAL DO TRABALHO
1198472	RONALDO TARSO MADUREIRA CARDIERI FISCAL DO TRABALHO		VALDECI BAZAR CATILOSCAFO
1198454	ROSA ALVES DA SILVA FISCAL DO TRABALHO		VALDONIRO ALVES PEREIRA AG VIGILANCIA
1197620	ROSA GALLATI DE LIMA FISCAL DO TRABALHO	216874	VALMIR CARILHO MARCIANO AG ADMINISTRATIVO
8858	ROSA KAZUMI MASUI AGENTE ADMINISTRATIVO		WALTER HAYASHI ENGENHEIRO AGRONOMO
8661	ROSARIA APARECIDA DE FREITAS DOS SANTOS AGENTE DE PORTARIA		WALTER JOSE DA SILVA TEC CONTABILIDADE
6322	ROSEMARY SOARES ANDRADE AGENTE ADMINISTRATIVO	1285	WALTER LUIZ FERNANDO DIAGIONI FISCAL DO TRABALHO
9212363	RUBENS DE OLIVEIRA ELIZARIO AG ADMINISTRATIVO	2314005	WALTER MARQUES AG ADMINISTRATIVO
9089	RUMIVAN MACKLE MEDICO DO TRABALHO	9293	WALTER MARQUES CELESTINO FISCAL DO TRABALHO
5519	RUTH BUTTENCOURT PEREIRA FISCAL DO TRABALHO	1197620	VARA PEREIRA DOS SANTOS FISCAL DO TRABALHO

4732	VERA REGINA DE CARVALHO-SUGIYAMA FISCAL DO TRABALHO
02187750	VIVIANNE G. LOUREIRO PENTEADO AGENTE ADMINISTRATIVO
3560	VOLODIA CERCASSIN FISCAL DO TRABALHO
1197679	WALDEMAR MURACO FISCAL DO TRABALHO
11917	WALDONIRIO ALVES PEREIRA AG. DE VIGILANCIA
1-99811	WALTER JOSE LOPATO TEIXEIRA FISCAL DO TRABALHO
1198289	WALTER MARTINS AG ADMINISTRATIVO
201165	WANDA CAMPILONGO FISCAL DO TRABALHO
09211832	WILSON SILVA SENA TEC. COLOQUIZACAO
1197693	WILLEN FÁBIO BLANES DE ARAUJO FISCAL DO TRABALHO
1199347	YVETE MONTEIRO PINTO FISCAL DO TRABALHO
2011166	ZENATIDE PUPPIO NUSSAUS AGENTE ADMINISTRATIVO
7758	SIDNEI LITTERO MEDICO DO TRABALHO
7465	RONALDO PRADO SAMPALHO AG. HIG. SEGURANCA DO TRABALHO
6936	MARGARIDA M. D. MAUAD MEDICO DO TRABALHO
8885	LUIZ ANTONIO DE ARAUJO SANTANA MEDICO DO TRABALHO
2244461	JOSÉ NICOLAU P. DOLLI MEDICO DO TRABALHO
1098972	CLAUDIO GIBIN ENGENHEIRO
2824	IVALDO DE ALMEIDA CABRAL AG. HIG. SEGURANCA DO TRABALHO

Decreto nº 99.340, de 22 de junho de 1990

Promulga o Tratado de Extradicação,
entre a República Federativa do
Brasil e o Reino da Espanha.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VIII, da Constituição, e

Considerando que o Congresso Nacional aprovou pelo Decreto Legislativo nº 75, de 29 de novembro de 1989, o Tratado de Extradicação, celebrado entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, celebrado em Brasília, a 2 de fevereiro de 1988;

Considerando que o referido Tratado entrará em vigor em 30 de junho de 1990, na forma de seu art. XXIII.

DECRETA:

Art. 1º O Tratado de Extradicação, entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha, apenso por cópia ao presente Decreto, será executado e cumprido tão inteiramente como nele se contém.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, em 22 de junho

de 1990;

169ª da Independência e 102ª da República.

FERNANDO COLLOR
Francisco Rezek

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO

BRASIL E O REINO DA ESPANHA

A República Federativa do Brasil

e

O Reino da Espanha

(doravante denominados "Estados"),

Conscientes dos intensos vínculos históricos que unem ambas as Nações, e

Desejosos de traduzir tais vínculos em instrumentos jurídicos de cooperação nas áreas de interesse comum, entre elas as de cooperação que facilite a justiça em matéria penal,

Acordam o seguinte:

TÍTULO I
Do Objeto do Tratado

ARTIGO I

Os Estados obrigam-se reciprocamente a entregar, de acordo com as condições estabelecidas no presente Tratado, e de conformidade com as formalidades legais vigentes no Estado requerente e no Estado requerido, dos indivíduos que respondam a processo penal ou tenham sido condenados pelas autoridades judiciárias de um deles e se encontrem no território do outro.

TÍTULO II
Casos que Autorizam a Extradicação

ARTIGO II

1. Autorizam a extradição os fatos a que as Leis do Estado requerente e do Estado requerido imponham pena privativa de liberdade superior a um ano, independentemente das circunstâncias modificativas e da denominação do delito.

2. Se a extradição for solicitada para execução de uma sentença, será necessário que a parte da pena ainda não cumprida seja superior a um ano.

3. Quando o pedido de extradição referir-se a mais de um delito, e alguns deles não cumprirem com os requisitos dos parágrafos 1 e 2 deste Artigo, a extradição poderá ser concedida se um dos delitos preencher as referidas exigências.

4. A extradição é cabível quanto a autores, co-autores e cúmplices, qualquer que seja o grau de execução do delito.

5. Autorizam igualmente a extradição os fatos previstos em acordos multilaterais, devidamente ratificados por ambos os Estados.

6. Em matéria de infrações penais fiscais contra a Fazenda Pública - incluídas as de contrabando - e relativas a controle cambial, a extradição será concedida com observância deste Tratado e da legislação do Estado requerido. A extradição não poderá ser negada em razão de a lei do Estado requerido não estabelecer o mesmo tipo de imposto ou taxa, ou não contemplar o mesmo tipo de regulamentação que a lei do Estado requerente.

TÍTULO III
Casos que não Autorizam a Extradicação

ARTIGO III

1. Quando a pessoa reclamada for nacional do Estado requerido, este não será obrigado a entregá-la. Neste caso, não sendo concedida a extradição, o indivíduo será processado e julgado no Estado requerido, a pedido do Estado requerente, pelo fato determinante do pedido de extradição, salvo se tal fato não for punível pelas leis do Estado requerido.

2. No caso acima previsto, o Estado requerente deverá fornecer os elementos de convicção para o processo e julgamento do acusado, obrigando-se o outro Estado a comunicar-lhe a sentença ou resolução definitiva sobre a causa.

3. A condição de nacional será determinada pela legislação do Estado requerido, apreciada no momento da decisão sobre a extradição, e sempre que a nacionalidade não tenha sido adquirida com o propósito fraudulento de impedi-la.

ARTIGO IV

1. NÃO será concedida a extradição:

- a) quando o Estado requerido for competente, segundo suas leis, para julgar o delito;
- b) quando, pelo mesmo fato, a pessoa reclamada esteja sendo ou já tenha sido julgada no Estado requerido, ou tenha sido anistiada ou indultada no Estado requerido;
- c) quando a ação penal ou a pena já estiver prescrita, segundo as leis do Estado requerente ou do Estado requerido;
- d) quando a pessoa reclamada tiver de comparecer, no Estado requerente, perante Tribunal ou Juízo de exceção;
- e) quando a infração penal pela qual é pedida a extradição for de natureza puramente militar;
- f) quando a infração constituir delito político ou fato conexo;
- g) quando o Estado requerido tiver fundados motivos para supor que o pedido de extradição foi apresentado com a finalidade de perseguir ou punir a pessoa reclamada por motivo de raça, religião, nacionalidade ou opiniões políticas; bem como supor que a situação da mesma seja agravada por esses motivos;

2. A apreciação do caráter do crime caberá exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

3. A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição se o fato constituir, principalmente, infração da lei comum. Neste caso, a concessão da extradição ficará condicionada ao compromisso formal por parte do Estado requerente, de que o fim ou motivo político não concorrerá para a agravação da pena.

4. Para os efeitos deste Tratado, considerar-se-ão delitos puramente militares as infrações penais que encerrem atos ou fatos estranhos ao direito penal comum e que derivem, unicamente, de uma legislação especial aplicável aos militares e tendente à manutenção da ordem ou da disciplina nas Forças Armadas.

5. Não serão consideradas como infrações de natureza política:

- a) o atentado contra a vida de um Chefe de Estado ou Governo estrangeiro, ou contra membro de sua família;
- b) os atos de terrorismo;
- c) os crimes de guerra e os que se cometam contra a paz e a segurança da humanidade.

TÍTULO IVDas Garantias à Pessoa do ExtraditandoARTIGO V

1. A pessoa extraditada em virtude deste Tratado não poderá:

- a) ser entregue a terceiro país que a reclame, salvo se nisso convier o Estado requerido, e
- b) ser processada e julgada por qualquer outra infração cometida anteriormente, a menos que o próprio indivíduo, expressa e livremente, nisso consinta; ou, ainda, se posto em liberdade e advertido das consequências a que o

exporá sua permanência, por prazo superior a 30 dias, no território do Estado onde for julgado, nele permanecer além desse prazo.

2. Quando a qualificação do fato imputado vier a modificar-se durante o processo, a pessoa reclamada somente será processada ou julgada na medida em que os elementos constitutivos do delito que correspondem à nova qualificação permitam a extradição.

ARTIGO VI

1. A extradição não será concedida sem que o Estado requerente dê garantias de que será computado o tempo da prisão que tiver sido imposta ao reclamado no Estado requerido, por força da extradição.

2. Quando a infração determinante do pedido de extradição for punível com pena de morte, prisão perpétua ou penas atentatórias à integridade física, tratamentos desumanos ou degradantes, o Estado requerido poderá condicionar a extradição à garantia prévia, dada pelo Estado requerente, por via diplomática, de que, em caso de condenação, tais penas não serão aplicadas, convertendo-se as duas primeiras na pena máxima privativa de liberdade prevista na legislação do Estado requerido.

ARTIGO VII

Se a pessoa reclamada tiver sido condenada à revelia, a extradição não será concedida se, a juízo do Estado requerido, o processo que deu origem à sentença não tiver respeitado os direitos mínimos de defesa reconhecidos a toda pessoa acusada de um delito. Poderá, porém, conceder-se a extradição se o Estado requerente der garantias suficientes de que a pessoa reclamada poderá utilizar os recursos e outras garantias processuais previstas na legislação do Estado requerente.

ARTIGO VIII

O Estado requerido poderá recusar a extradição de um reclamado a quem tenha concedido ou tencione conceder asilo. Neste caso, aplicar-se-á o previsto no Artigo III.

TÍTULO V
Do ProcedimentoARTIGO IX

1. O pedido de extradição será feito por via diplomática, mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) quando se tratar de indivíduo não condenado: original ou cópia autêntica do mandado de prisão ou do ato de processo criminal equivalente, emanado da autoridade estrangeira competente;
- b) quando se tratar de condenado: original ou cópia autêntica da sentença condenatória, e certidão de que a mesma não foi totalmente cumprida e do tempo que faltou para seu cumprimento.

2. As peças ou documentos apresentados deverão conter a indicação precisa do fato imputado, a data e o lugar em que foi praticado, bem como dados ou antecedentes necessários à comprovação da identidade da pessoa reclamada. Deverão ainda ser acompanhadas de cópias dos textos da lei aplicados à espécie no Estado requerente, dos que fundamentem a competência deste, bem como das disposições legais relativas à prescrição da ação penal ou da condenação.

3. O Estado requerente apresentará ainda provas ou indícios de que a pessoa reclamada ingressou ou permanece no território do Estado requerido.

4. A apresentação do pedido de extradição por via diplomática constituirá prova suficiente da autenticidade dos documentos exibidos para esse fim, os quais serão, assim, havidos por legalizados.

5. Os documentos que instruem o pedido de extradição serão acompanhados de sua tradução na língua do Estado requerido. Em caso de urgência, o pedido de prisão preventiva poderá ser formulado na língua do Estado requerente.

6. Nas hipóteses dos Artigos IV parágrafo 3, VI e VII, o Estado requerente oferecerá as garantias aí previstas.

ARTIGO X

Se o pedido de extradição não estiver devidamente instruído, o Estado requerido solicitará ao Estado requerente que, no prazo de 60 dias, supra as deficiências observadas; decorrido esse prazo, o pedido será julgado à luz dos elementos disponíveis.

ARTIGO XI

A pessoa reclamada serão permitidas ampla defesa, de acordo com a legislação do Estado requerido, a assistência de um defensor e, se necessário, de intérprete.

ARTIGO XII

O Estado requerente poderá solicitar, em caso de urgência, a prisão preventiva do reclamado, assim como a apreensão dos objetos relativos ao delito. O pedido deverá conter a declaração da existência de um dos documentos enumerados no Artigo IX e ser seguido da apresentação, dentro de 80 dias, do pedido formal de extradição devidamente instruído. Não sendo formalizado o pedido no prazo supra, o reclamado será posto em liberdade e só se admitirá novo pedido de prisão, pelo mesmo fato, se instruído na forma do Artigo IX.

ARTIGO XIII

1. Concedida a extradição, o Estado requerido comunicará imediatamente ao Estado requerente que o extraditando se encontra à sua disposição.

2. Se, no prazo de 60 dias contados de tal comunicação, o reclamado não tiver sido retirado pelo Estado requerente, o Estado requerido dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pelo mesmo fato delituoso.

3. A entrega da pessoa reclamada ficará adiada, sem prejuízo da efetividade da extradição:

- a) quando enfermidade grave impedir que, sem perigo de vida, seja ela transportada para o Estado requerente;
- b) quando se achar sujeita à ação penal do Estado requerido, por outra infração; neste caso, se estiver sendo processada, sua extradição poderá ser adiada até o fim do processo e, em caso de condenação, até o momento em que tiver cumprido a pena; ou
- c) quando circunstâncias excepcionais de caráter pessoal e suficientemente sérias a tornarem incompatível com razões humanitárias.

ARTIGO XIV

Caso haja sido negada, a extradição da pessoa reclamada não poderá novamente ser solicitada pelo mesmo fato determinante do pedido original. A denegação total ou parcial será motivada.

ARTIGO XV

O Estado requerente poderá enviar ao Estado requerido, com prévia aquiescência deste, agentes devidamente autorizados, quer para auxiliarem o reconhecimento da identidade do extraditando, quer para o

conduzirem ao território do primeiro. Esses agentes não poderão exercer atos de autoridade no território do Estado requerido e ficarão subordinados às autoridades deste; os gastos que fizerem correrão por conta do Estado requerente.

ARTIGO XVI

1. O trânsito, pelo território de qualquer dos Estados, de pessoa entregue por terceiro Estado a um dos Estados, é que não seja nacional do país de trânsito, será permitido, independentemente de qualquer formalidade judiciária, mediante simples solicitação feita por via diplomática, acompanhada da apresentação, em original ou cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

2. O trânsito poderá ser recusado por graves razões de ordem pública, ou quando o fato que determinou a extradição seja daqueles que, segundo este Tratado, não a justificariam.

3. Não será necessário solicitar o trânsito do extraditando quando se empreguem meios de transporte aéreo que não prevejam aterrissagem em território do Estado de trânsito, ressalvado o caso de aeronaves militares.

ARTIGO XVII

Correrão por conta do Estado requerido as despesas decorrentes do pedido de extradição, até o momento da entrega do extraditando aos agentes devidamente habilitados do Estado requerente, e por conta do Estado requerente, as posteriores à dita entrega, inclusive as despesas de trânsito.

ARTIGO XVIII

1. Ressalvados os direitos de terceiros, e atendidas as disposições da legislação do Estado requerido, todos os objetos, valores, ou documentos que se relacionem com o delito e, no momento da prisão, tenham sido encontrados em poder do reclamado, serão entregues, com este, ao Estado requerente.

2. Os objetos, valores e documentos em poder de terceiros e que tenham igualmente relação com o delito serão também apreendidos, mas só serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

3. Atendidas as ressalvas acima expressas, a entrega dos referidos objetos, valores e documentos ao Estado requerente será efetuada, ainda que a extradição, já concedida, não se tenha podido efetuar, por motivo de fuga ou morte do reclamado.

4. O Estado requerido poderá conservá-los temporariamente, ou entregê-los sob a condição de que sejam restituídos, caso forem tais objetos, valores e documentos necessários à instrução de um processo penal em trâmite.

ARTIGO XIX

O indivíduo que, depois de entregue por um Estado a outro, lograr subtrair-se à ação da justiça e adentrar o território do Estado requerido, será detido mediante simples requisição feita por via diplomática, e entregue, de novo, sem outra formalidade, ao Estado ao qual já fora concedida a sua extradição.

ARTIGO XX

O Estado que obtiver a extradição comunicará ao que a concedeu a decisão final proferida sobre a causa que deu origem ao pedido de extradição, se tal decisão inócentar o reclamado.

TÍTULO VI

Do Concurso de Pedidos

ARTIGO XXI

1. Quando a extradição de uma mesma pessoa for pedida por mais de um Estado, será dada preferência, pela ordem:

a) ao Estado com o qual houver Tratado de Extradição;

b) ao Estado em cujo território a infração tiver sido cometida, se se tratar do mesmo fato;

c) ao Estado em cujo território tiver sido cometida a infração mais grave, a juízo do Estado requerido;

d) ao Estado que tiver apresentado o pedido em primeiro lugar, se se tratar de fatos distintos que o Estado requerido reputa de igual gravidade;

e) ao Estado de origem ou domicílio do extraditando, se os pedidos forem simultâneos.

2. Nos casos omissos, decidirá sobre a preferência o Estado requerido.

TÍTULO VII Disposições Gerais

ARTIGO XXII

O presente Tratado aplicar-se-á a pessoas que ingressem no território do Estado requerido em qualquer momento após a sua entrada em vigor; ou às que nele se encontrarem 45 dias após sua entrada em vigor, qualquer que seja a data em que o delito tiver sido cometido.

ARTIGO XXIII

O presente Tratado está sujeito a Ratificação e entrará em vigor no último dia do mês seguinte ao da troca de Instrumentos de Ratificação, que terá lugar na cidade de Madrid.

ARTIGO XXIV

O presente Tratado terá duração indeterminada. Contudo, qualquer dos Estados poderá denunciá-lo mediante notificação escrita, por via diplomática. A denúncia terá efeito a partir do último dia do sexto mês seguinte ao da notificação.

Feito em Brasília, aos 02 dias do mês de fevereiro de 1986, em dois exemplares em português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL:

PELO REINO DA ESPANHA:

Paulo Tarso Flecha de Lima

Fernando Ledesma Bartret

DECRETO Nº 99.337, DE 21 DE JUNHO DE 1990

Declara a desnecessidade de cargos e empregos do Quadro e Tabela Permanentes dos órgãos que menciona e dá outras providências.

(Publicado no Diário Oficial de 22 de Junho de 1990 - Seção I)

RETIFICAÇÃO

Na página 12079, 1ª coluna, no anexo relativo aos servidores da SUPAC MG, onde se lê:

10014704363 EXPEDITO VALDEMIRO DE CARVALHO
TECNICO DE LABORATORIO
10014709004 FAUSTO FRANCISCO MOTTA
TECNICO DE LABORATORIO

LEIA-SE

10014704363 EXPEDITO VALDEMIRO DE CARVALHO
TECNICO DE LABORATORIO
17012407311 FAUSTO ANTONIO LUIZ COLEN
AG DE SAUDE PUBLICA
10014709004 FAUSTO FRANCISCO MOTTA
TECNICO DE LABORATORIO

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MESSAGEM

Nº 494, de 21 de junho de 1990. Encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que "Autoriza o Poder Executivo a conceder pensão especial à Senhora MARIA REGINALDA VIEIRA RADUAN".

Nº 495, de 22 de junho de 1990. Solicitação ao Congresso Nacional da retirada da Mensagem nº 671, de 24 de outubro de 1989.

Nº 496, de 22 de junho de 1990. Encaminhamento ao Congresso Nacional do projeto de lei que "Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas e das outras providências".

Nº 497, de 22 de junho de 1990. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo, por troca de Notas, para a Modificação do Regime Operacional do Acordo sobre Transportes Aéreos, de 6 de julho de 1976, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino dos Países Baixos, em Brasília, a 17 de agosto de 1989.

Nº 498, de 22 de junho de 1990. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto do Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China, em Brasília, a 18 de maio de 1990.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

PORTARIA Nº 919, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O PRESIDENTE INTERINO DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regulamento Interno aprovado pela Portaria nº 445-GM/MINTER, de 16/08/89 publicada no D.O.U. em 17/08/89, tendo em vista o Decreto nº 68.459 de 01/04/71 e a Portaria MINTER nº 094 de 13/03/90, publicada no D.O.U. em 15/03/90, resolve:

I - Autorizar a 1ª (Primeira) prorrogação, pela empresa LEAL SANTOS PESCADOS S/A, sediada na 4ª Seção da Barra, Distrito Industrial, na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul, do contrato de arrendamento da embarcação atuneira de bandeira japonesa, denominada "EBISU MARU Nº 751" pertencente à MR. TAKASHI HATAKEYAMA, domiciliado em 259 Hanishibitachi Harakuwacho Motoyodohigashi, província de Miyagi, Japão.

II - Esta autorização é concedida pelo prazo de 1 ano e a embarcação destinar-se-á à pesca de atum no mar territorial brasileiro e na sua Zona Econômica Exclusiva, tudo em conformidade com a legislação em vigor e com os elementos constantes no Processo nº 21184.001978/88-36.

TÂNIA MARIA TONELLI MUNHOZ

(Of. nº 327/90)

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

Comissão Nacional de Energia Nuclear

PORTARIA Nº 196, DE 22 DE JUNHO DE 1990

O Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 1º do Decreto nº 99.295, de 12 de junho de 1990, RESOLVE:

1º) transferir a Presidência da CENEN para a Capital Federal; 2º) determinar ao Departamento do Pessoal que adote as providências necessárias, no que se refere aos atos de pessoal para concretização do disposto no item 1 desta Portaria.

JOSÉ LUIZ DE SANTANA CARVALHO

(Of. nº 62/90)

PARECERES DA CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Informações: Seção de Divulgação da IN.

Fones: (061) 321-5566 - R. 305 e 309 e 226-2586

Secretarias de Estado

Ministério da Justiça

SECRETARIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CIDADANIA E JUSTIÇA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Expedição de passaporte para asilado

PROCESSO Nº 08000-005.628/90-98 - VAFA MALAKI

"Usando das atribuições que me confere a Portaria Ministerial nº 342/90, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 03/05/90, e diante da manifestação do Departamento de Estrangeiros, que aprovo, autorizo a saída do território nacional, sem renúncia à condição de asilado, do nacional iraniano VAFA MALAKI, bem como pela concessão de passaporte para estrangeiro em seu favor, nos termos dos artigos 29 e 55 da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, observado o prazo de validade do asilo político territorial concedido, findo o qual não tendo ocorrido seu retorno ao País, importará em perda de sua condição de asilado".

PROCESSO Nº 08434-000 076/90-86 - TITUS NAGA ZIRBAE

"Usando das atribuições que me confere a Portaria Ministerial nº 342/90, publicada no Diário Oficial da União, Seção II, de 03/05/90, e diante da manifestação do Departamento de Estrangeiros, que aprovo, autorizo a saída do território nacional, sem renúncia à condição de asilado, do nacional sul africano TITUS NAGA ZIRBAE, bem como pela concessão de passaporte para estrangeiro em seu favor, nos termos dos artigos 29 e 55 da Lei nº 6.815/80, alterada pela Lei nº 6.964/81, observado o prazo de validade do asilo político territorial concedido, findo o qual não tendo ocorrido seu retorno ao País, importará em perda de sua condição de asilado".

CARLOS EDUARDO DE ARAÚJO LIMA

Departamento de Estrangeiros

DESPACHO DO DIRETOR
Pedido de recondição

PROCESSO Nº 08270-000 104/90-01 - LAWRENCE EDMUND FETTER E JUDITH ANNE FETTER

"Estou de acordo com o pronunciamento da Divisão de Permanência de Estrangeiros, notadamente porque a manifestação de vontade do casal estrangeiro em permanecer no Território Nacional foi válida e tempestiva.

Assim, o correto seria instruir a solicitação de prorrogação de prazo como pedido de permanência, posteriormente apresentando como retificação a inicial.

Portanto, torno insubsistente o despacho indeferido, publicado no Diário Oficial da União de 12 de abril de 1990, com o efeito desta forma, a permanência definitiva, ante a correta instrução processual, a LAWRENCE EDMUND FETTER e sua mulher JUDITH ANNE FETTER".

FRANCISCO XAVIER DA SILVA GUIMARÃES

Divisão de Permanência de Estrangeiros

DESPACHOS DO CHEFE DE DIVISÃO
Permanências definitivas indeferidas

PROCESSO Nº 08505-000 157/90-87 - HIROSHI HARA

"Indefiro o presente pedido de permanência definitiva, tendo em vista que não se encontra o interessado amparado pela condição de inexistência de vínculo, a que se refere o art. 75, item II, da Lei nº 6.815/80, já que a prole brasileira encontra-se no exterior, com a genitora".

PROCESSO Nº 08388-000 371/88-20 - CARLOS RAFAEL MERELES COLMAN

"Indefiro o presente pedido de permanência definitiva, tendo em vista que a prole brasileira não se encontra, efetivamente, sob a guarda e dependência econômica do requerente".

Prorrogações de prazo de estada no País deferidas

PROCESSO Nº 08390-002.573/89/20 - PILAR FALCON WIEDERKHO, até 11/01/91
PROCESSO Nº 08000-003.015/90/SE - FELIX EDUARDO BIET, GABRIELA BUCETA DE BIET, FELIX JUAN PABLO BIET E FREDERICO ANDRES BIET, até 11/04/92
PROCESSO Nº 08000-004.604/90/94 - YOSHIO SHIRAKAWA, até 25/03/92
PROCESSO Nº 08000-004.610/90/97 - STEVEN DENNIS BOONE, até 16/05/91
PROCESSO Nº 08000-004.844/90/06 - HIROMASA KAKUDA, até 20/06/91
PROCESSO Nº 08000-004.863/90/42 - DENIS MAURICE FERNAND GAY, MARIE GABRIELLE GAY, LAURENT MICHEL PASCAL GAY E SANDRA CELINE DESREE GAY, até 28/07/92
PROCESSO Nº 08000-005.121/90/16 - JERRY EDWIN HAY E RYAN JEFFREY HAY, até 09/06/92
PROCESSO Nº 08000-005.225/90/11 - ULRICH STEINEL, até 23/06/92
PROCESSO Nº 08230-000.171/90/94 - GUALBERTO DE HONORATO JOÃO, até 09/08/90
PROCESSO Nº 08295-000.367/90/51 - HUGO FERNANDO CULQUI ZAPATA, até 08/03/91
PROCESSO Nº 08360-000.107/90/82 - PATRICIA ROLANDO RIBERA AQUINO, até 03/01/91
PROCESSO Nº 08386-000.019/90/74 - PATRICIA VICTORIA MUÑOZ VARGAS, BEATRIZ EUGENIA CABADA MUÑOZ E DANIEL JOSÉ CABADA MUÑOZ, até 14/01/91
PROCESSO Nº 08390-000.692/90/81 - EDUARDO MARIA GOWLAND LLOBET, até 08/04/91
PROCESSO Nº 08444-000.389/90/61 - EDUARDO HUMBERTO PINO NECULQUEO, até 12/03/91
PROCESSO Nº 08460-000.781/90/01 - PEDRO ANDRE LIDADOR VIGARIO, até 02/04/91
PROCESSO Nº 08492-000.016/90/32 - ROBERTO MARCOS HOLWAY, até 16/02/91
PROCESSO Nº 08505-002.166/90/49 - RAUL ENRIQUE MUÑOZ PAIZA E MARIA ALEJANDRA SOTO ARAYA, até 06/02/91
PROCESSO Nº 08505-005.108/90/59 - JORGE HUMBERTO AGUDELO FRANCO, até 30/04/91
PROCESSO Nº 08505-005.112/90/26 - JOSE LUIS MOLINA LEAÑOS, até 19/02/91
PROCESSO Nº 08506-001.668/89/36 - JOSE EDUARDO GARCIA CASTRO, até 31/01/91

Prorrogações de prazo de estada no País indeferidas

PROCESSO Nº 08460-000 984/90-80 - FREDDY RODRIGUEZ GARCIA

"Indefiro, tendo em vista a concessão ao interessado de prazo de estada no País, até 06/03/91, sendo vedada pelo artigo 25 do Decreto nº 86.715/81 nova prorrogação, além do prazo de dois anos".

PROCESSO Nº 08000-016.254/89-48 - JURGEN SUDAU E EVA INGEBORG SUDAU
PROCESSO Nº 08460-012.755/89-56 - NUBIA MARIA CANAVESSI DIAZ

"Indefiro, nos termos do parecer da Diretoria Nacional de Emprego/MTSP".

PROCESSO Nº 08460-004.318/90-20 - ENRIQUE ALONSO CHAPARRO ARANGUREN

"Indefiro o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País, tendo em vista encontrar-se vencido o prazo estabelecido pelo art. 25, II, do Decreto nº 86.715/81, já que o interessado obteve anterior prorrogação de sua estada".

(Of. nº 85/90)

LUIZ PAULO TELES FERREIRA-BARRETO

Departamento de Classificação Indicativa

PORTARIA Nº 31, DE 19 DE JUNHO DE 1990

O Diretor do Departamento de Classificação Indicativa SINDJ/NU, no uso de suas atribuições e considerando o que dispõe os artigos 2º e 3º do Decreto nº 86.715/81, torna público os atos de Classificação a seguir relacionados:

Processo nº 6282/90
Nº do Certificado: 6685

Distribuidora: Warner Bros,
(South) Inc.

Data da Emissão: 05/06/90

Filme: Dificil de Matar
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 14 ANOS
Local: cinema
Justificativa: Policial - cenas de violência moderada.
Data da Validade: 25/05/95

Processo nº 6682/90
Nº do Certificado: C/6704-T/6710
Distribuidora: Warner Bros.
(South) Inc.
Data da Emissão: 04/06/90

Filme: Uma Linda Mulher
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 10 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Drama
Data da Validade: 04/06/95

Processo nº 8795/90
Nº do Certificado: T/6731
Distribuidora: United International Films Inc.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Os Jetsons
Classificação: LIVRE
Local: Cinema
Justificativa: Desenho Animado
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 7140/90
Nº do Certificado: C/6732-T/6733
Distribuidora: Alvorada Produção
Dist. e Exibição de Filmes Ltda.
Data da Emissão: 12/06/90

Filme: O Sequestro de Patty Hearst
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 16 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Drama-cenas de violência
Data da Validade: 12/06/95

(Of. nº 133/90)

CÂNDIDO FURTADO MAIA NETO

Processo nº 7141/90
Nº do Certificado: C/6734-T/6735
Distribuidora: Alvorada Produção
Dist. e Exibição de Filmes Ltda.
Data da Emissão: 12/06/90

Filme: Paixões sem Limite
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 14 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Drama
Data da Validade: 12/06/95

Processo nº 8130/90
Nº do Certificado: 6713
Distribuidora: TV Globo Ltda
Data da Emissão: 06/06/90

Episódio: Por um Triz
Série: Delegacia de Mulheres
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DAS 21:00 HORAS
Local: Televisão
Justificativa: Drama
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8131/90
Nº do Certificado nº C/6726-T/6727
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Glória - Desejos Pecaminosos
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8132/90
Nº do Certificado: C/6728-T/6729
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Magia Sexual
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8133/90
Nº do Certificado: C/6724-T/6725
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Ardenço de Prazer
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8134/90
Nº do Certificado: C/6722-T/6723
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Uma Dama do Prazer
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8135/90
Nº do Certificado: C/6716-T/6717
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Delírios de Uma Mulher Tarada
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8136/90
Nº do Certificado: C/6714-T/6715
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Orgias Intermináveis
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8137/90
Nº do Certificado: C/6720-T/6721
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Aumentando em Prazer
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8138/90
Nº do Certificado: C/6718-T/6719
Distribuidora: Argofilms do Brasil Ltda.
Data da Emissão: 06/06/90

Filme: Desejos Unidos
Classificação: INADEQUADO PARA MENORES DE 18 ANOS
Local: Cinema
Justificativa: Cenas Eróticas
Data da Validade: 06/06/95

Processo nº 8455/90
Nº do Certificado: 6736/90
Distribuidora: Rádio e Tv Bandeirantes Ltda.
Data da Emissão: 15/06/90

Filme: Missil Mortal
Classificação: LIVRE
Local: Televisão
Justificativa: Drama
Data da Validade: 15/06/95

FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍO

PORTRARIA Nº 573, DE 12 DE JUNHO DE 1990

O Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere no Artigo 1, item VII da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967 e Artigo 7 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto nº 92.470 de 18 de março de 1986;

Considerando que compete à FUNAI, na qualidade de Órgão Federal de Assistência às sociedades indígenas, assegurar a posse permanente das terras por elas habitadas, conforme dispõem os Artigos 23 e 25 da Lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, combinado com o Artigo 1, item I, e linha "b" da Lei nº 5371, de 05 de dezembro de 1967 e com o Artigo Item II, alínea "b" do Estatuto da Fundação;

Considerando que aos índios é reconhecido o direito de usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras por eles habitadas, nos termos do Artigo 231 da Constituição Federal;

Considerando que é dever da FUNAI promover a defesa do interesse dos indígenas, prevenindo conflitos com a sociedade envolvente;

Considerando a existência de grupos indígenas habitantes desta área que não possuem suas terras demarcadas, sendo estas constantemente invadidas;

Considerando a necessidade da tomada de medidas de urgência na área, que garantam os direitos dos grupos indígenas que nela habitam;

Considerando ainda, o contido no Processo FUNAI/RSB/0921/88 resolve:

I - Interditar para efeito de segurança, garantia da vida e do bem estar dos índios, visando adequar às providências, determinadas no Decreto 94.945, de 23 de setembro de 1987, a área de terra localizada no Município de Itaituba, Estado do Pará, com uma superfície aproximada de 52.500 ha (cinquenta e dois mil e quinhentos hectares aproximadamente), assim delimitada:

Norte: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 08°49'14"S e 57°13'20"Wgr., localizado na confluência de um igarapé sem denominação com o Rio Cururu-Açu, segue pelo citado igarapé a montante, até a sua cabeceira no Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 08°48'16"S e 57°11'00"Wgr.; daí segue por linha reta, até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 08°48'24"S e 57°09'37"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí segue por este, a jusante, até a sua confluência com o igarapé principal, e por este a jusante até a foz de outro igarapé sem denominação, e por este, a montante, até a sua cabeceira, no Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 08°49'14"S e 57°08'00"Wgr.; daí, segue por linha reta, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 08°49'07"S e 57°07'25"Wgr.; localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a foz de outro igarapé sem denominação, e por este a montante, até a sua cabeceira, no Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 08°52'28"S e 57°06'11"Wgr.; daí, segue por linha reta até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 08°52'05"S e 57°06'00"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a sua foz no igarapé principal, e por este a montante, até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 08°54'29"S e 57°04'46"Wgr., localizado na confluência de dois igarapés sem denominação; daí, segue por linha reta, até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 08°54'16"S e 57°03'50"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a sua foz no igarapé principal, e por este a montante, até a sua cabeceira no Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 08°57'42"S e 56°59'23"Wgr., daí, segue por linha reta até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 08°57'11"S e 56°55'18"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue por este a jusante, até a sua confluência com outro igarapé sem denominação, e por este a montante, até a sua cabeceira, no Ponto 12 de coordenadas geográficas aproximadas 08°58'14"S e 56°56'30"Wgr.

Leste: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 08°58'56"S e 56°56'20"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo citado igarapé a jusante, até a confluência com outro igarapé sem denominação, no Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 08°59'45"S e 56°56'45"S e 56°56'30"Wgr.; daí, segue por linha reta, até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 09°00'53"S e 56°56'18"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo citado igarapé, a jusante, até a foz de outro igarapé sem denominação, e por este a montante, até a sua cabeceira no Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 09°02'44"S e 56°56'02"Wgr.; daí, segue por linha reta, até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 09°02'57"S e 56°55'41"Wgr., localizado na cabeceira de um igarapé sem denominação; daí, segue pelo citado igarapé, a jusante, até o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 09°06'00"S e 56°55'48"Wgr., localizado na confluência com o Rio São Benedito.

Sul: Do ponto antes descrito, segue pelo citado rio, a jusante até o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 09°06'51"S e 57°01'47"Wgr., localizado na confluência com o Rio São Manoel ou Teles Pires.

Oeste: Do ponto antes descrito segue pelo citado Rio, a jusante, até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 08°54'12"S e 57°15'00"Wgr., localizado na foz do Rio Cururu-Açu; daí, segue pelo citado rio, a montante, até o Ponto 01, inicial da presente descrição perimétrica.

II - Determinar que para efeito de controle administrativo, a área em referência denominar-se-á Área Indígena Kayabi (Gleba Sul), subordinada à Administração Regional de Itaituba - 4ª Superintendência Executiva Regional.

III - Vetar o ingresso de não índios, na área ora interditada, sem expressa autorização da FUNAI.

AIRTON ALCANTARA GOMES

PORTARIA Nº 577, DE 12 DE JUNHO DE 1990

O Presidente da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 1, item VII da Lei nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967 e Artigo 07 do Estatuto desta Fundação, aprovado pelo Decreto nº 92.470 de 18.03.86, resolve:

Considerando que compete à FUNAI, na qualidade de Órgão Federal de Assistência às sociedades indígenas, assegurar a posse permanente das terras por elas habitadas, conforme dispõem os Artigos 23 e 25 da Lei 6001, de 19 de dezembro de 1971, combinado com o Artigo 1, item I, da linha "b" da Lei nº 5371, de 05 de dezembro de 1967 e com o Artigo 1, item II, alínea "b" do Estatuto da Fundação;

Considerando que aos índios é reconhecido o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades existentes nas terras por eles habitadas, nos precisos termos do Artigo 231 da Constituição Federal;

Considerando que é dever da FUNAI promover a defesa dos interesses dos indígenas, prevenindo conflitos com a sociedade envolvente;

Considerando os termos da Informação nº 010/ASS/SUAF/90, onde se lê que os indígenas da denominada Colônia Indígena Canindé não foram consultados à época do desmembramento da Área Indígena Alto Rio Guamã, a través dos pareceres nºs 187 e 188 de 28 de julho de 1988;

Considerando que não se cumpriram os termos do Convênio MIRAD/MINTER/FUNAI, de 28 de julho de 1988, que visava executar as atividades previstas nas Portarias Interministeriais nºs 138 e 139 A, também de 28 de julho de 1988;

Considerando a necessidade da tomada de medidas de urgência na área, que garantam os direitos dos grupos indígenas que nela habitam;

Considerando finalmente o contido no Processo FUNAI/BSB/3.088/88, resolve:

I - Interditar, para efeito de segurança, garantia da vida e do bem estar dos índios Tembé, Urubú-Kaapor, Timbira e Guajá, visando a adequação às determinações e do Decreto 94.945, de 23 de setembro de 1987, a área de terras localizadas nos Municípios de Vizeu e Paragominas, Estado do Pará, com uma superfície aproximada de 278.900 Ha (duzentos e setenta e oito mil hectares) e perímetro também aproximado de 365 Km (trezentos e sessenta e cinco quilômetros), assim delimitadas;

Norte: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 01°51'20"S e 47°01'30"Wgr., situado na confluência do Rio Tauari Grande no Rio Guamã, segue a jusante pelo citado rio até a confluência do Igarapé Pitomba, no Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 01°46'00"S e 46°57'30"Wgr., daí, segue por este a montante com a distância de 3.230,00 metros, até sua cabeceira, no Ponto 03 de coordenadas geográficas 01°46'09,5"S e 46°55'46,3"Wgr.

Leste: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância de 144°53'44" e 95.026,84 metros, até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 02°28'22,3"S e 46°26'20,7"Wgr., situada na confluência do Rio Coraci-Paraná no Rio Gurupi.

Sul: Do ponto antes descrito, segue a montante pelo Rio Gurupi com a distância de 122.350,00 metros, até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 02°53'20"S e 46°41'10"Wgr., situado no marco MC-00 junto a SWIFF - Cia Agropecuária do Pará S/A.

Oeste: Do ponto antes descrito, segue por uma linha reta com azimute e distância de 342°27'50" e 53.638,77 metros, até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 02°25'00"S e 46°49'50"Wgr., situada na margem esquerda do Rio Coraci-Paraná, junto ao marco MC-01; daí, segue por uma linha reta com azimute e distância de 342°47'50" e 26.030,96 metros, até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 02°10'20"S e 46°54'20"Wgr., situado no marco MC-02 junto a cabeceira do Rio Tauari-Grande; daí, segue por este a jusante até a confluência do Rio Guamã, no Ponto 01, inicial da descrição.

II - Determinar que, para efeito de controle administrativo, a terra em referência denominar-se-á Área Indígena Alto Rio Guamã, subordinada à 4ª Superintendência Executiva Regional/4ª SUEP.

III - Vetar o ingresso de não índios na área ora interditada, sem expressa autorização da FUNAI, controlando-se inclusive a invasão indiscriminada que ora se processa.

AIRTON ALCANTARA GOMES

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO^(*)
Em 13 de junho de 1990.

Aprova a conclusão do Encaminhamento nº 180/90 da Comissão criada pela Portaria Ministerial nº 383 de 14 de maio de 1990, no sentido de que ADERBAL CARLOS DE OLIVEIRA, NELSON STUART FILHO, GIL DE AQUINO FARIAS, CARLOS VIANA SPELLER, ARMÊNIO RIBEIRO DOS SANTOS, FRANCISCO ARTUR BRAUN CHAVES, KATUCHI TECHIMA, MARIA APARECIDA HUGO CACINI, NELSON MARAVALHAS, JOSÉ CERALDO CHAVES, SALOMÉ STEINMETZ BERRYMAN, JOSTON MIGUEL SILVA, VIVALDO DE OLIVEIRA REIS FILHO, ELIZABETH TUNES, SELMA VIANA DE ASSIS PAMELONA CONCEIÇÃO, ROSINETHE MONTEIRO SOARES, ERMÍNIO RODRIGUES e WAGNER ANTONIO FEMENTA, ex-professores da Universidade de Brasília, são beneficiados pela anistia prevista no Art. 8º, § 5º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De-se ciência à Reitoria da Fundação Universidade de Brasília e ao Departamento de Orçamento da União, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento.

(Proc. nº 23000.003647/90-09)

(Of. nº 104/90)

CARLOS CHIARELLI

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de 15-06-90, pág. nº 11418. Seção I.

Ministério da Aeronáutica

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 480/GM6, DE 20 DE JUNHO DE 1990

Aprova as Instruções para Alienação de Veículos Oficiais no âmbito da Administração Direta do Ministério da Aeronáutica.

O MINISTRO DE ESTADO DA AERONÁUTICA, tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 7º do Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990, alterado pelo de nº 99.214, de 19 de abril de 1990, e considerando o que consta do Relatório do Grupo de Trabalho instituído pelo Aviso nº 002/GM6, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

Art 1º - Aprovar:

a. a alienação de 17 (dezoito e sete) veículos oficiais pertencentes ao Ministério da Aeronáutica;

b. as Instruções para retirada de uso e alienação dos veículos acima referidos, que com esta baixa.

Art 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 120/90)

SÓCRATES DA COSTA MONTEIRO

OBS: O Anexo 1 à presente Instrução será publicado no Boletim externo do Ministério do Estado-Maior da Aeronáutica.

INSTRUÇÕES PARA RETIRADA DE USO E ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Finalidade

1. As presentes Instruções têm por finalidade regulamentar, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, a retirada de uso e alienação dos veículos de que trata o art. 5º do Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990, modificado pelo Decreto nº 99.214, de 19 de abril de 1990.

Conceituação

2. Para os fins das presentes Instruções são adotadas as seguintes conceituações:

- a) OM Contribuinte: Organização da Aeronáutica encarregada de retirar de uso e recolher os veículos de sua Carga Geral que forem destinados à alienação.
- b) OM Recolhedora: Organização da Aeronáutica encarregada de recolhimento e guarda dos veículos destinados à alienação.
- c) OM Aliadora: Organização da Aeronáutica encarregada de conduzir e proceder aos processos de alienação.
- d) OM Coordenadora: Organização da Aeronáutica encarregada de coordenar todos os trabalhos decorrentes das presentes Instruções;

Ambito

3. As presentes Instruções, de observância obrigatória, aplicam-se a todos os níveis, setores e OM do Ministério da Aeronáutica.

Objeto da Alienação

4. Serão retirados de uso e alienados todos os veículos terrestres autômatos pertencentes ao M.Aer, enquadrados no disposto no artigo 5º do Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990, modificado pelo Decreto nº 99.214, de 19 de abril de 1990, e constantes do Anexo Nº 1 das presentes Instruções.

Modalidade de Alienação

5. A alienação de que tratam as presentes Instruções se processará:

- a) mediante leilões, nas localidades que dispuserem de Leilões Públicos Oficiais; e
- b) mediante tomada de preços ou convites, nas localidades onde não houver Leilão Público Oficial.

Atribuições

6. São designadas:

a) OM Contribuintes: todas as Organizações do M.Aer que possuiem, em suas Cargas Gerais, veículos destinados à alienação, conforme Anexo nº 1 das presentes Instruções.

b) OM Recolhedoras:

- 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º COMAR;
- Grupoamento de Apoio de Brasília; e

Outras Organizações da Aeronáutica, designadas pelos Comandantes de COMAR, localizadas fora das sedes dos respectivos Quartéis-Generais.

c) OM Alienoradoras:

- 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 7º COMAR;
- Grupoamento de Apoio de Brasília; e

Outras Organizações da Aeronáutica, designadas pelos Comandantes de COMAR, localizadas fora das sedes dos respectivos Quartéis-Generais.

d) OM Coordenadora:

Diretoria de Engenharia da Aeronáutica.

7. Compete à OM Contribuinte:

a) descarregar os veículos destinados à alienação, na forma do Regulamento de Administração da Aeronáutica - RADA, e com fundamento no Decreto nº 99.188, de 17 de março de 1990, alterado pelo Decreto nº 99.214, de 19 de abril de 1990;

b) recolher os veículos descarregados e descaracterizados à OM Recolhedora, juntamente com os respectivos equipamentos, e documentação correspondente;

c) providenciar, junto ao Órgão de Trânsito competente, a quitação de possíveis multas e as certidões negativas das mesmas, referentes aos veículos a serem recolhidos.

8. Compete à OM Recolhedora:

a) designar comissão destinada ao recebimento dos veículos das OM Contribuintes;

b) responsabilizar-se pela guarda, conservação e segurança dos veículos recolhidos;

c) identificar os veículos a serem alienados, de acordo com os respectivos Editais; e

d) assegurar a visitação pública aos veículos, nos horários estabelecidos pelo Edital de Licitação.

9. Compete à OM alienadora:

a) designar comissões encarregadas da avaliação dos veículos e do processamento da alienação;

b) elaborar o Edital de Alienação;

c) designar o local onde será realizado o leilão, e proporcionar ao leiloeiro as instalações, o apoio e a segurança necessária;

d) efetuar o recolhimento dos valores referentes à alienação, na forma das presentes Instruções;

e) proceder, junto ao Órgão de Trânsito competente, o processo de baixa das placas oficiais e a liberação dos veículos alienados para o licenciamento por parte dos arrematantes ou adjudicatários;

f) efetuar a entrega dos veículos alienados aos seus novos proprietários;

g) informar, via mensagem rádio coletiva, ao GABAER, SEFAER e à DIREN os valores totais apurados na alienação

h) remeter uma cópia de todo o processo de alienação à Subsecretaria de Auditoria da SEFAER.

10. Compete à OM Coordenadora:

a) coordenar, em contato direto com as OM envolvidas, todas as fases dos trabalhos previstos nas presentes Instruções.

Datas e Prazos

11. São estabelecidas as seguintes datas e prazos a serem obedecidos para a realização dos eventos:

a) recolhimento dos veículos às OM Recolhedoras:

até 06 de julho de 1990;

b) realização dos leilões e/ou outras modalidades de alienação:

dia 01 de agosto de 1990, simultaneamente, em todas as OM Alienoradoras; e em 15 de agosto de 1990, em processo complementar, ocorrendo o previsto na letra 1 do item 12 abaixo.

c) informação dos valores resultantes das alienações:

até 48 horas após a entrega do último veículo alienado.

Regras Gerais para Alienação

12. Nas alienações serão observadas as seguintes regras:

a) poderão participar das alienações pessoas físicas e jurídicas;

b) os veículos serão alienados por unidade e pela melhor oferta, observado o preço mínimo estabelecido na avaliação;

(1) no caso de alienação por tomada de preço/convite, deverá ser adicionado ao preço mínimo o rateio das despesas de divulgação.

c) o arrematante deverá efetivar, no ato da arrematação, o pagamento:

(1) do seu lance, mediante cheque nominativo em favor da OM Alienoradora; e

(2) de outro cheque em favor do leiloeiro, correspondente à comissão do mesmo, no caso de leilão;

d) as OM Alienoradoras, juntamente com os leiloeiros, firmarão recibo em quatro vias, todas com acordo do arrematante, nas quais constarão, além das características do veículo e do valor da arrematação, o nome completo, a qualificação, o número de cadastro de contribuinte (CGC ou CPF - conforme o caso), e da identidade do arrematante ou do seu preposto legal, destinadas às vias:

- (1) a primeira, ao arrematante;
- (2) a segunda, à OM Alienoradora;
- (3) a terceira, ao leiloeiro; e
- (4) a quarta, à Subsecretaria de Auditoria da SEFAER.

e) os veículos deverão ser retirados pelos arrematantes até 48 horas após a liberação dos mesmos, quando lhes serão entregues os documentos necessários para a transferência de propriedade;

f) a não retirada do veículo até o prazo acima estipulado, salvo culpa da OM Alienoradora, sujeitará o arrematante ao pagamento de indenização de estacionamento correspondente a 1% (um por cento) do valor da arrematação, por dia de atraso;

g) a comissão do leiloeiro é estipulada em 5% (cinco por cento) do valor da arrematação, não dedutível do valor do lance;

h) os membros das Comissões de Avaliação e de Alienação são impedidos de participar dos leilões ou das licitações de que tratam as presentes Instruções;

i) a indicação do leiloeiro se fará através da Junta Comercial local, após sorteio entre aqueles interessados;

j) para qualquer das modalidades de licitação previstas no item 5 serão dispensadas as fases de cadastro e habilitação;

l) os veículos que não atingirem os preços mínimos estabelecidos para alienação terão seus casos reestudados, mediante reavaliação do preço mínimo, se for o caso, para novo processo de alienação, obedecendo as mesmas regras do primeiro, no prazo estipulado na letra "b" do item 12.

Do Recolhimento dos Valores

13. Obedecido o prazo estabelecido nas presentes Instruções, a OM Alienoradora efetuará o recolhimento, à Secretaria da Economia e Finanças da Aeronáutica, dos valores obtidos com as alienações, na forma da IMA - 172-4 - Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial dos Recursos Alocados às UG-Pais (M.Aer).

Disposições Transitórias

14. O Órgão Central do Sistema de Transporte de Superfície deverá, com base nos resultados operacionais obtidos com o cumprimento das presentes Instruções, efetuar, até 31 de dezembro de 1990, reavaliação das necessidades de veículos oficiais do M.Aer, visando novo processo de retirada de uso e alienação, de modo a compatibilizar a frota dos mesmos com as exatas necessidades do serviço a que se destinam.

Disposições Finais

15. Os casos não previstos serão resolvidos pelo Ministro da Aeronáutica.

Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento

SECRETARIA GERAL(*)

Ató do Chefe do Gabinete

PORTARIA Nº 03, DE 09 DE JANEIRO DE 1990

Retifica o artigo 1º da Portaria SG-MF nº 186, de 29 de maio de 1987, que autorizou a cessão, sob o regime de aforamento, do terreno que menciona, situado no Município de Teresina, Estado do Piauí.

O CHEFE DO GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, usando nos termos do Decreto nº 83.843, de 14 de agosto de 1979, da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 324, de 5 de agosto de 1987, do Secretário-Geral do Ministério da Fazenda, RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º da Portaria SG-MF nº 186, de 29 de maio de 1987, fica assim, retificado:

"Art. 1º - Fica a Secretaria do Patrimônio da União, autorizada a promover a cessão, sob o regime de aforamento, à Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), de 2 (dois) terrenos nacionais interiores, situados no Km 0 da Rodovia Teresina-União, com áreas, respectivamente, de 233,9539ha (duzentos e trinta e três hectares, noventa e cinco ares e trinta e nove centesavos), situado à margem esquerda da Rodovia e de 78,5438ha (setenta e oito hectares, cinquenta e quatro ares e trinta e oito centesavos), situado à margem direita da mesma Rodovia, no Município de Teresina, Estado do Piauí, de acordo com os elementos constantes do Processo protocolizado no Ministério da Fazenda, sob o nº 10768-001.156/86-05, de 1986".

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Of. nº 20/90)

GERARDO CESAR MACHADO LEAL

(*) N. da DIPO: Extinta pela Lei nº 8.028, DE 12 de abril de 1990, publicada no D.O. de 13/04/90.

COMISSÃO TÉCNICA PERMANENTE DO IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS

RETIFICAÇÃO

No ATO DECLARATÓRIO COTEPE/ICMS/Nº 01, de 18 de junho de 1990, publicado no D.O. de 22/06/90, Seção I, pág. 12119, na assinatura, onde se lê: JOÃO DA SILVA MEDEIROS NETTO; leia-se: P/JOÃO DA SILVA MEDEIROS NETTO (pelo Presidente).

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2ª Câmara

ACÓRDÃOS

Processo nº: 10380/003.574/88-62
Acórdão nº: 102-24.196 - Sessão de 26 de julho de 1989
Recorrente: DIVERPEL - DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS PEIXOTO LTDA.
Recorrida: DRF em FORTALEZA - CE.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - OMISSÃO DE RECEITA - FALTA DE REGISTRO DE MERCADORIAS - A falta de registro de aquisição de mercadorias no livro de entradas e saídas de mercadorias autoriza a aplicação da penalidade preceituada pelo art. 38 da Lei nº 7.450/85 - Recurso improvido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10580/003.180/87-86
Acórdão nº: 102-24.197 - Sessão de 26 de julho de 1989
Recorrente: CALCON S/A - PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS
Recorrida: DRF em SALVADOR - BA.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO - É de ser declarada a preclusão de recurso que inobserva o prazo de trinta dias para apelar ao Conselho de Contribuintes, conforme preceitua o art. 33 do Decreto nº 70.435/71 - Recurso não conhecido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13884/000.174/88-11
Acórdão nº: 102-24.198 - Sessão de 26 de julho de 1989
Recorrente: HEILTON DE PAULA
Recorrida: DRF em TABOUEIRA - SP.

IRPJ - VALOR TRIBUTÁVEL CORREÇÃO MONETÁRIA. O valor da correção monetária de rendimentos tributáveis deve integrar o principal para compor base de cálculo do imposto de renda. - IRPJ - DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS POR EXERCÍCIOS FINANCEIROS. O direito à distribuição de rendimentos por exercícios financeiros a que corresponderem, só será reconhecido aos que a requererem até a data limite fixada para a entrega da declaração do exercício correspondente ao ano do recebimento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10930/000.818/88-63
Acórdão nº: 102-24.200 - Sessão de 26 de julho de 1989
Recorrente: SUPERMERCADO OCO LTDA.
Recorrida: DRF em LONDRIA - PR.

IRPJ - MICROEMPRESA - ARBITRAMENTO DE LUCRO - SÓCIO PARTICIPANTE DE MAIS DE UMA MICROEMPRESA. - Comprovado que de fato o capital do sócio era inferior a 5%, desaparece o suporte da exigência fiscal, impondo-se o provimento do recurso.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13630/000.034/88-26
Acórdão nº: 102-24.205 - Sessão de 27 de julho de 1989
Recorrente: SUPER MERCADO SERVE BEM LTDA.
Recorrida: DRF em GOVERNADOR VALADARES - MG.

IMPOSTO DE RENDA - Tratando-se de lançamento por reflexo, não infirmado o acerto da decisão recorrida, proferida no processo matriz, o decidido neste constitui prejulgado aplicável ao julgamento do processo decorrente, devido à relação de causa e efeito que existe entre ambos. - Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10109/000.509/88-95
Acórdão nº: 102-24.206 - Sessão de 27 de julho de 1989
Recorrente: MERCANTIL DE FERRAGENS MOREIRA LTDA.
Recorrida: DRF em PONTA PORÁ - MS.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - SALDO CREDOR DE CAIXA - A apuração em ação fiscal de saldo credor da caixa configura omissão de receita capitulada no art. 180 do RIR/80. - Recurso provido em parte.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento, em parte, ao recurso para excluir da tributação a importância de Cr\$....., nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 54.075 e 54.074, conforme Acórdãos números 102-24.208 e 102-24.209, desta data, respectivamente.

Processo nº: 13603/000.230/88-91
Acórdão nº: 102-24.220 - Sessão de 27 de julho de 1989
Recorrente: ARTEMA LTDA.
Recorrida: DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - EXCESSO DE RETIRADAS - Incorrevô do erro que teria sido cometido pelo fisco no cálculo do excesso das retiradas "pró labore", em relação ao limite estabelecido pelo § 2º do art. 236 do Decreto nº 85.450/80, é de ser retificada a exigência fiscal mantida pela decisão recorrida. - Recurso desprovido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10660/001.292/88-10
Acórdão nº: 102-24.227 - Sessão de 27 de julho de 1989
Recorrente: EVANIL SIQUEIRA DE MORAIS
Recorrida: DRF em VARGINHA - MG.

IMPUGNAÇÃO INTEMPESTIVA. - Irrelevante a alegação de que o destinatário da intimação estava em férias, se esta foi entregue no endereço indicado como residência, ou a pessoa autorizada que autou e assinou o recibo AR e encaminhou a correspondência ao interessado no curso do prazo para impugnação.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10840/001.147/88-94
Acórdão nº: 102-24.312 - Sessão de 23 de agosto de 1989
Recorrente: CENTRAL DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
Recorrida: DRF em RIBEIRÃO PRETO - SP.

IRPJ - CUSTOS, DESPESAS OPERACIONAIS E ENCARGOS - IRPJ - DESPESAS NECESSÁRIAS, USUAIS OU NORMAIS À ATIVIDADE DA EMPRESA - As despesas operacionais dedutíveis são aquelas que, além de necessárias, usuais ou normais à atividade da empresa, estejam amplamente amparadas por documentos hábeis e idôneos. Na falta destes, glosar-se-ão tais despesas, adicionando-as ao lucro real. - IRPJ - CORREÇÃO MONETÁRIA - As importâncias que

foram glosadas dado haverem sido levadas à despesa, quando segundo o Fisco, seriam imobilizáveis, não estão sujeitas à correção monetária.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento em parte, ao recurso para excluir da matéria tributável a importância de Cr\$ nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Amador Outeiro Fernández Júnior - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: - Recurso número 54.938, conforme Acórdão número 102-24.313, desta data.

Processo nº: 0810/021.383/83-16
Acórdão nº: 102-24.315 - Sessão de 23 de Agosto de 1989
Recorrente: ADAUTO KIYOTA
Recorrida: DRF em SÃO PAULO - SP.

IRPF - ACRESCIMO PATRIMONIAL NÃO JUSTIFICADO - Não comprovados os empréstimos: que o contribuinte teria obtido das empresas de que é sócio, e de ser confirmada a decisão recorrida que referendou a ação fiscal que os glosou da declaração de bens do recorrente. Admite-se no entanto a exclusão, como aplicações, do saldo devedor na conta-corrente do autuado na empresa ligada àquela da qual é sócio. - Recurso parcialmente provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10440/001.186/88-86
Acórdão nº: 102-24.346 - Sessão de 24 de agosto de 1989
Recorrente: MATIAS & FILHOS LTDA.
Recorrida: DRF em NATAL - RN.

IRPJ - ADICIONAL SOBRE PARCELA DE LUCROS (LEI 7.450/85, ART. 25). - Quando o balanço se referir a período de apuração semestral a contribuição será sobre o lucro que exceder a 20.000 ORTIN.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Amador Outeiro Fernández Júnior - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10825/001.226/88-10
Acórdão nº: 102-24.399 - Sessão de 12 de setembro de 1989
Recorrente: CALÇADOS GIANELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
Recorrida: DRF em BAURUR - SP.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - LUCRO PRESUMIDO - A faculdade de permanecer no regime de tributação com base no lucro presumido, quando o limite de receita bruta for ultrapassado, só é reconhecida pelo art. 392 do Decreto nº 85.450/80 para o primeiro exercício em que essa hipótese se positivar. Ocorrendo novamente o excesso deste limite no segundo exercício consecutivo, neste não mais poderá haver opção pela tributação baseada no lucro presumido, devendo a contribuinte, desde então, se submeter às regras da tributação pelo lucro real. - Recurso desprovido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recurso números 55.492 e 55.493, conforme Acórdãos números 102-24.400 e 102-24.401, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10480/009.153/87-36
Acórdão nº: 102-24.409 - Sessão de 12 de setembro de 1989
Recorrente: ARMAZÉM DO NORTE S/A.
Recorrida: DRF em RECIFE - PE.

IRPJ - PASSIVO FICTÍCIO. - Comprovação produzida na fase de recurso, inclusive quanto a ocorrência de descontos não debitados na conta "Fornecedores", contabilizados antes da ação fiscal, e submetidos a tributação. - Recurso provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: Recurso número 55.490, conforme Acórdão número 102-24.410, desta data.

Processo nº: 13688/000.004/89-17
Acórdão nº: 102-24.439 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente: AUTO POSTO PARANAIBA LTDA.
Recorrida: DRF em UBERLÂNDIA - MG.

PROCESSO DECORRENTE - ANULAÇÃO DE ACÓRDÃO - Anula-se o acórdão referente à decisão proferida no processo decorrente, quando o recurso interposto no processo matriz ainda pendente de julgamento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, anular o acórdão nº.... 102-24.378, de 11.09.89, para devolver o processo à repartição de origem a fim de cumprir as determinações desta Câmara contidas na Resolução nº 102-1.224, de 21.08.89 (Proc. nº 13.688/000.005/89-80).

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13628/000.007/88-20
Acórdão nº: 102-24.444 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente: GENELHU CORREIA & CIA. LTDA.
Recorrida: DRF em GOVERNADOR VALADARES - MG.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - A falta de registro de compras caracteriza omissão de receitas ou de lucros, sujeitos à tributação, mediante lançamento de ofício.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10935/000.090/89-56
Acórdão nº: 102-24.447 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente: GREGOL & GREGOL LTDA.
Recorrida: DRF em CASCATEL - PR.

IRPJ - NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO - A emissão da notificação de lançamento em OTNs, quando a legislação prevê que o pagamento do respectivo crédito tributário seja feito em moda corrente, não desrespeita o disposto no artigo 39 do Código Tributário Nacional. - IRPJ - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - Foi restabelecida, pelo artigo 1º do Decreto-lei 2.323/87, a atualização monetária de débito fiscal vencido antes da edição do chamado "Plano Cruzado".

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.176 e 55.177, conforme Acórdãos números 102-24.448 e 102-24.449, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10480/014/047/85-76
Acórdão nº: 102-24.450 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente: CONCORDIA VEÍCULOS LTDA.
Recorrida: DRF em RECIFE - PE.

IRPJ - GLOSA DE CORREÇÃO MONETÁRIA - É tributável, por indevida, a correção monetária resultante de reserva de lucros constituída, com a pretensão de regularizar omissão de receita, em contrapartida à conta Caixa, quando constituída após o encerramento do balanço, e sem que tenha havido o real ingresso dos recursos financeiros no próprio ano-base em que ocorreu a omissão.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10510/001.448/88-13
Acórdão nº: 102-24.451 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente: ANA MARIA SOARES DE ABREU
Recorrida: DRF em ARACAJU - SC.

IRPF - MODIFICAÇÃO DE DADOS DA DECLARAÇÃO - Incabível a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, depois de notificado o lançamento ou do início do processo de lançamento de ofício, consoante o art. 616 do RIR/80. - Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Humberto Barbosa de Castro - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10640/002.185/88-39
Acórdão nº: 102-24.452 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente : CASA ARAÚJO LTDA.
Recorrida : DRF em JUIZ DE FORA - MG.

IRPJ - SUPRIMENTO DE CAIXA - Improvado, com documentação hábil e idônea, coincidente em datas e valores, o empréstimo efetuado à Empresa, legítima é a presunção de omissão de receita. - Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Humberto Barbosa de Castro	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: - Recurso número 54.554, conforme Acórdão número 102-24.453, desta data.

Processo nº: 10840/001.052/88-80
Acórdão nº: 102-24.454 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente : ELETRO RIO LTDA.
Recorrida : DRF em SÃO PAULO - SP.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - NULIDADE DE DECISÃO - É nula a decisão que não examina todos os pontos de discordância manifestados pelo contribuinte.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, acolher a preliminar de cerceamento de defesa para anular a decisão de primeiro grau para que outra seja proferida na boa e devida forma, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.179 e 55.180, conforme Acórdãos números 102-24.455 e 102-24.456, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10109/000.064/89-51
Acórdão nº: 102-24.457 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente : MADEIREIRA PRESIDENTE WENCESLAU LTDA.
Recorrida : IRF em FORTA PORR - MS.

IRPJ - PASSIVO FICTÍCIO - Configura omissão de receita a manutenção no passivo circulante da empresa de obrigações já quitadas e não baixadas na escrituração da empresa.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: - Recurso número 54.765, conforme Acórdão número 102-24.458, desta data.

Processo nº: 10670/000.477/89-51
Acórdão nº: 102-24.459 - Sessão de 10 de outubro de 1989
Recorrente : AGROPECUÁRIA VALE DO GORUTUBA S/A - AGROVALE
Recorrida : DRF em MONTES CLAROS - MG.

PIS - DEDUÇÃO IMPOSTO DE RENDA. - Somente a apresentação da peça impugnatória manifestada em tempo hábil instaura o litígio fiscal. - A correção ofício procedida pela autoridade de 1º grau em favor do Contribuinte não convalesce direito negligenciado. - Não se conhece o recurso.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

OBSERVAÇÃO: Igual ementa aplica-se à idêntica decisão proferida no Recurso número 95.092, conforme Acórdão número 102-24.460, de interesse da Contribuinte AGROPECUÁRIA VALE DO GORUTUBA S/A - AGROVALE.

Processo nº: 10783/003.009/88-62
Acórdão nº: 102-24.468 - Sessão de 11 de outubro de 1989
Recorrente : FICORFÍCIO GUERRA LTDA.
Recorrida : DRF em VITÓRIA - ES.

IRPJ - RETIFICAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - Incabível a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, depois de notificação o lançamento, de acordo com o Art. 616 do RIR/80. Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Humberto Barbosa de Castro	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10783/004.587/88-34
Acórdão nº: 102-24.469 - Sessão de 11 de outubro de 1989
Recorrente : ARGOS ADMINISTRAÇÕES E PARTICIPAÇÕES LTDA.
Recorrida : DRF em VITÓRIA - ES.

IRPJ - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL - Cabível a presunção de omissão de receita se a Empresa não logra comprovar, com documentação hábil e idônea, a origem e a efetiva entrega do numerário. - DESPESAS INDETERMINÁVEIS - Somente são dedutíveis as despesas comprovadas e que guardem estrita conexão com a atividade da Empresa. - Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Humberto Barbosa de Castro	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.515 e 55.516, conforme Acórdãos números 102-24.470 e 102-24.471, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10280/005.572/86-56
Acórdão nº: 102-24.472 - Sessão de 11 de outubro de 1989
Recorrente : SOCOCO S/A AGROINDUSTRIAL DA AMAZÔNIA
Recorrida : DRF em BELÉM - PA.

IR - FONTE - OMISSÃO DE RECEITA. - Uma vez comprovado que a empresa escriturou todas as receitas produzidas fica afastada a exigência relacionada com omissão. - Recurso a que se dá provimento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/004.386/86-04
Acórdão nº: 102-24.473 - Sessão de 11 de outubro de 1989
Recorrente : CONSTRUTORA MENDES JÚNIOR S.A.
Recorrida : SRRF 6ª REGIÃO FISCAL e DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO SOBRE A RENDA NA FONTE. RENDIMENTOS DAS PESSOAS FÍSICAS DOMICILIADAS NO BRASIL AUSENTES NO EXTERIOR, A SERVIÇO DO PAÍS OU POR MOTIVO DE ESTUDOS. - Empreendimentos no Exterior: existindo a obrigação da empresa de pagar salários no exterior, o pagamento ou crédito efetuado no Brasil, em virtude da opção do beneficiário pela condição de residente no país, equivale à redução da remessa de divisas. Todavia, a falta de comprovação do efetivo exercício da atividade no exterior do empregado prejudica o direito à isenção prevista no artigo 13 do RIR, sujeitando-se à tributação na fonte, nos termos do art. 517 do RIR. - Recurso a que se dá provimento parcial. - restabelecer a decisão singular.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10768/029.965/84-39
Acórdão nº: 102-24.474 - Sessão de 11 de outubro de 1989
Recorrente : MÁRIO EMANUEL PRATAS PAIS DE SOUZA
Recorrida : DRF no RIO DE JANEIRO - RJ.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - LUCRO NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS - Classifica-se na Cédula "H" o lucro auferido na alienação de participações societárias, sendo facultado ao Contribuinte optar pelo pagamento do imposto à alíquota de 25% (vinte e cinco por cento) e esta opção deve ser exercida no momento da entrega da referida declaração mediante inclusão do valor sujeito à incidência. - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL - Classifica-se na Cédula como omissão de rendimentos o descompasso observado no estado patrimonial do Contribuinte, sem correspondência com os rendimentos declarados (tributáveis, isentos e tributáveis exclusivamente na fonte) e disponibilidades preexistentes. - Recurso a que se dá provimento parcial.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento, em parte, ao recurso para cancelar o lançamento relativo ao exercício financeiro de 1981, ano base de 1980, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
César da Silva Ferreira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/008.369/88-91
Acórdão nº: 102-24.475 - Sessão de 12 de outubro de 1989
Recorrente : "SOCEREG LTDA" - SOCIEDADE CENTRO EDUCACIONAL MINERO - EMPREENHIM TOS GERAIS LTDA.
Recorrida : DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS. - Admitida a compensação de prejuízos advindos de períodos anteriores desde

que fique evidenciado o ânimo da empresa em proceder na forma determinada no artigo 382 do RIR/80. - Recurso a que se dá provimento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10435/000.173/87-51

Acórdão nº: 102-24.476 - Sessão de 11 de outubro de 1989

Recorrente: ANTONIO PEDRO DE QUEIROZ (FIRMA INDIVIDUAL)

Recorrida: DRF em JOÃO PESSOA - PB.

IRPJ - PENALIDADES - INFRAÇÕES AS NORMAS RELATIVAS À FISCALIZAÇÃO E AOS LIVROS FISCAIS - MICROEMPRESA - APLICAÇÃO DO ART. 38 DA LEI Nº 7.450/85. - Para que se aplique a multa prevista no art. 38 da Lei nº 7.450/85 é necessário que a omissão de receitas se baseie no fato de o contribuinte ter omitido registro contábil de receitas, ou ter registrado custos ou despesas cuja realização não possa comprovar, ou ter praticado qualquer ato tendente a reduzir o imposto do exercício financeiro correspondente. No caso, o fisco exigiu a multa porque teria apurado omissão de receitas em razão de a empresa não ter preenchido nota fiscal de entrada relativa a carros estacionados em seu pátio que, segundo a interessada, não lhe pertenciam, pois esses veículos eram negociados mediante contrato de simples arrendamento. Na verdade, não se provou que tivesse havido omissão de receitas que se enquadrasse em qualquer das hipóteses contempladas pela lei.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

OBSERVAÇÃO: Igual ementa aplica-se a idênticas decisões proferidas nos recursos números 94.457, 94.460 e 94.462, conforme Acórdãos números 102-24.485, 102-24.486 e 102-24.487, de interesse dos contribuintes: SHOPPING VEÍCULOS LDA, ME, AMERICANA CARROS ESPECIAIS LTDA e AUTOVEJA - AUTO VEÍCULOS SANTO ANTONIO LTDA.

Processo nº: 10680/017.760/87-12

Acórdão nº: 102-24.488 - Sessão de 12 de outubro de 1989

Recorrente: CANGURU ATACADISTA DE CALÇADOS LTDA.

Recorrida: DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - Omissão de receita presumida com base em índices. Anti-juridicidade. - A simples constatação de diferenças de mercadorias inventariadas pelo fisco estadual não autoriza, de per si, presumir omissão de receita tributável pelo contribuinte, tanto mais se nada há que evidencie o ingresso de tais diferenças nos seus cofres, no de seus sócios ou administradores. - Passivo Fictício - A falta de comprovação da veracidade do saldo da conta fornecedora evidenciada a ocorrência de omissão de receita. - Adições ao lucro líquido. - As despesas não comprovadas, por serem indebitáveis, devem ser adicionadas ao lucro líquido do exercício correspondente.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento em parte ao recurso para cancelar a exigência relativa ao exercício de 1983, e excluir da base tributável as importâncias de Cr\$..... e Cr\$....., respectivamente nos exercícios de 1984 e 1985.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.173 e 55.174, conforme Acórdãos números 102-24.489 e 102-24.490, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10109/000.034/89/91

Acórdão nº: 102-24.494 - Sessão de 12 de outubro de 1989

Recorrente: ARAUCÁRIA AUTO POSTO LTDA.

Recorrida: DRF em PONTA PORÁ - MS.

RECURSO INTIMPESTIVO - É definitiva a decisão de primeira instância quando não interposto recurso voluntário no prazo legal. Não se toma conhecimento do recurso intempestivo.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.317 e 55.504, conforme Acórdãos números 102-24.495 e 102-24.496, desta data, respectivamente.

Processo nº: 13674/000.017/89-60

Acórdão nº: 102-24.497 - Sessão de 12 de outubro de 1989

Recorrente: POSTO SÃO-BENEDITO LTDA.

Recorrida: DRF em DIVINÓPOLIS - MG.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - A falta de declaração de todas as compras caracteriza omissão de receitas ou de lucros, sujeitos à tributação, mediante lançamento de ofício.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos números 55.166 e 55.167, conforme Acórdãos números 102-24.498 e 102-24.499, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10510/000.157/88-35

Acórdão nº: 102-24.500 - Sessão de 12 de outubro de 1989

Recorrente: A.FONSECA FERRAGENS S/A.

Recorrida: DRF em ARACAJU - SE.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - PASSIVO FICTÍCIO - Se a pessoa jurídica mantém no exatidão de seu balanço obrigações incomprovadas fica caracterizada a existência de passivo fictício que consequentemente deverá ser tributado como omissão de receita na forma do art. 190 do Decreto nº 85.450/80 (RIR vigente). - GLOSA DE DESPESAS OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS - Não exibia a prova de que as despesas operacionais e não operacionais foram realizadas, é de ser ratificada a sua glosa. - COMPENSAÇÃO DE FREQUÊNCIAS FISCAIS - Inabível a compensação no LALUR de prejuízo apurados no próprio exercício em que foram compensados, bem como de prejuízo inexistentes. - CORREÇÃO MONETÁRIA DO BALANÇO - Deve ser adicionada ao lucro líquido do exercício a correção monetária do Balanço que o contribuinte deixou de proceder no exercício subsequente. - DECADÊNCIA DO LANÇAMENTO - O direito de a Fazenda Nacional constituir o crédito tributário se decai após decorridos os cinco anos contados a partir do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, conforme estipula o art. 173, item I do CTN e o art. 711 item I do RIR/80.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/018.244/87-61

Acórdão nº: 102-24.511 - Sessão de 13 de outubro de 1989

Recorrente: DARLAN EQUIPAMENTOS MÉDICO ODONTOLÓGICOS LTDA.

Recorrida: DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITA - A não comprovação da origem e efetiva entrega de numerário à Empresa, destinado ao aumento de Capital em moeda corrente, e empréstimos contraídos de sócios, caracteriza omissão de receita operacional. - Recurso não provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Humberto Barbosa de Castro - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: - Recurso número 55.513, conforme Acórdão número 102-24.513, desta data.

Processo nº: 10740/000.310/89-20

Acórdão nº: 102-24.512 - Sessão de 13 de outubro de 1989.

Recorrente: PADARIA E MERCERIA ALINHOSA LTDA.

Recorrida: DRF em NITERÓI - RJ.

IRPJ - FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS - Cabível a aplicação de multa, em face da não apresentação de declaração de rendimentos em três exercícios, com fundamento no Art. 723 do RIR/80. - Recurso parcialmente provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por maioria de votos, dar provimento, em parte, ao recurso para reduzir a multa de 14,09 ON%, nos termos do voto do relator. Vencidos os Cons. João Batista Gruginski e Waldevan Alves de Oliveira, que davam provimento.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Humberto Barbosa de Castro - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10805/001.399/87-41

Acórdão nº: 102-24.514 - Sessão de 13 de outubro de 1989

Recorrente: CLOROTIL SOLVENTES ACÉTICOS S/A.

Recorrida: DRF em SANTO ANDRÉ - SP.

IRPJ - DESPESAS INDEBITÁVEIS - São indebitáveis as multas de mora por inadimplência no pagamento de tributos e contribuições parafiscais e as despesas a título de "Serviços Profissionais", quando não comprovada a prestação dos serviços.

Acordam os membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13884/000.638/88-72

Acórdão nº: 102-24.515 - Sessão de 13 de outubro de 1980

Recorrente: TORIN AEROTECNICA LTDA.

Recorrida: DRF em TAUBATÉ - SP.

IRF - QUOTAS LIBERADAS - A permanência de quotas liberadas no patrimônio da empresa por mais de noventa dias, após o início do prazo de aplicação do artigo 15 da Lei 7.450/85, dá ensejo à tributação da parcela de lucros e reservas a elas correspondente.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
João Batista Gruginiski	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10530/001.278/86-21

Acórdão nº: 102-24.531 - Sessão de 13 de outubro de 1989

Recorrente: COMERCIAL BRAGA LTDA.

Recorrida: DRF em FEIRA DE SANTANA - BA.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - Regularização Contábil - O registro contábil, efetuado com base em auto de infração estadual, no próprio ano-base de competência, de compras e vendas imputadas como omitidas, tendo como contrapartida a conta caixa, sana as irregularidades perante o imposto de renda.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
João Batista Gruginiski	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão ao processo decorrente: - Recurso número 54.937, conforme Acórdão número 102-24.532, desta data.

Processo nº: 13822/000.108/88-68

Acórdão nº: 102-23.936 - Sessão de 23 de maio de 1989

Recorrente: EVANDRO LEMOS DOMINGUES

Recorrida: DRF em ARACATUBA - SP.

IRPF - ABATIMENTO DE DESPESAS HOSPITALARES - AVIÃO EQUIPADO COM UTI. - As despesas médicas e de transporte em avião equipado com UTI, comprova do iminente risco de vida, enquadram-se como "despesas hospitalares" para fins de abatimento da renda bruta. - Recurso provido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13705/000.771/88-16

Acórdão nº: 102-24.015 - Sessão de 19 de junho de 1989

Recorrente: SONIA MARIA CARDOSO DE OLIVEIRA

Recorrida: DRF no RIO DE JANEIRO - RJ.

CORREÇÃO DE INSTÂNCIA - Complementado o lançamento pela decisão singular, devolve-se o processo à autoridade julgadora de primeira instância, para que esta decida sobre a petição dirigida a este Conselho de Contribuintes, como impugnação.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, determinar a devolução do processo à autoridade julgadora de primeiro grau, para apreciar a petição de recurso como impugnação.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Observação: Igual ementa aplica-se a idêntica decisão proferida no Recurso nº 53.721, conforme Acórdão nº 102-24.016, de interesse do contribuinte ALMIR PYRRHO MOREIRA.

Processo nº: 10140/000.364/88-27

Acórdão nº: 102-24.037 - Sessão de 20 de junho de 1989

Recorrente: COMERCIAL NACRAGMI LTDA.

Recorrida: DRF em CAMPO GRANDE - MS.

OMISSÃO DE RECEITA - Uma vez detectado pelo Fisco Estadual e devidamente comprovada pelo fiscal autuante, que diligenciou nesse sentido, não cabe acolher a sua regularização no âmbito federal em exercício posterior.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Waldevan Alves de Oliveira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 53.839 e 53.840, conforme Acórdãos nºs 102-24.038 e 102-24.039, desta data, res pectivamente.

Processo nº: 10109/000.450/88-44

Acórdão nº: 102-24.040 - Sessão de 20 de junho de 1989

Recorrente: JESUS MARIA BRUM (FIRMA INDIVIDUAL).

Recorrida: IRF em PONTA PORÁ - MS.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITA - SALDO CREDOR DE CAIXA - A existência de sal do credor de caixa leva o fisco a edificar a presunção de omissão de re ceita somente afastada se a empresa lograr comprovar a sua origem atra vés de documentação hábil e idônea. Não o fazendo é de se manter o lan çamento na parte remanescente.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao re curso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Waldevan Alves de Oliveira	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13602/000.118/87-52

Acórdão nº: 102-24.319 - Sessão de 23 de agosto de 1989.

Recorrente: IRMAC - COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA.

Recorrida: DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTO DE CAIXA - A existência de suprimentos de caixa é um indicio caracterizador da Omissão de receitas, servindo os valores supridos como medida da receita omitida. AUMENTO DE CAPITAL DE ORIGEM INCOMPROVADA - A mera capacidade financeira dos sócios não é suficiente para provar que os au mentos de capital se fizeram com recursos externos à empresa, reconstruindo o outrossim a prova da origem e efetiva entrega dos recursos à empresa. EXCESSO DE RETIRADAS - O pagamento de honorários à advogada que é sócia da empresa caracteriza por labor, estando assim sujeito a limites co mo qualquer outra remuneração a dirigentes. A retribuição pela qualida de de sócia na empresa capitalista é o lucro que não se confunde com o por labore que retribui o trabalho. MULTA APLICADA PELO CONSELHO NACIONAL DO PETRÓLEO (CNP) - Esta multa é uma despesa indedutível por ser desnecessária à atividade produtora.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao re curso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente
Manoel Alves Arruda Filho	- Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs. 54.394 e 54.395, conforme Acórdãos nºs 102-24.320 e 102-24.321, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10380/005.244/88-39

Acórdão nº: 102-24.370 - Sessão de 11 de setembro de 1989

Recorrente: FANFANY BOUTIQUE LTDA.

Recorrida: DRF em FORTALEZA - CE.

IRPJ - LUCRO PRESUMIDO - OMISSÃO - É válida como comprovante de omissão de receita a comunicação de faturamento, feito para fins de cálculo de aluguel. - Apurada a omissão e tratando-se de empresa que optou pela tributação com base no lucro presumido, aplica-se o artigo 396 do RIR/80, se a soma da receita declarada e da omitida não ultrapassa o limite para tributação prevista no artigo 389 do RIR/80. - Recurso a que se nega provimento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao re curso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10768/006.260/88-68

Acórdão nº: 102-24.483 - Sessão de 10 de outubro de 1989

Recorrente: SYLVY DE MENDONÇA BARBE

Recorrida: DRF no RIO DE JANEIRO - RJ.

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO - Não tem este Conselho competência legal para julgar pedido de restituição fora das hipóteses previstas na Portaria Ministerial nº 33/86.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso por faltar competência a este Conselho para julgar pedido de restituição.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10845/006.599/88-02

Acórdão nº: 102-24.484 - Sessão de 11 de outubro de 1989.

Recorrente: SANTOS FUTEBOL CLUBE

Recorrida: DRF em SANTOS - SP.

IRF - IMPOSTO RETIDO E NÃO RECOLHIDO - Constitui apropriação indébita a falta de recolhimento de imposto de renda retido pela fonte pagadora. - A exigência do recolhimento, feita de ofício, sujeita o depositário a multa, correção monetária do débito e demais cominações legais.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar de cerceamento de defesa e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon	- Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas	- Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10660/000.105/88-27

Acórdão nº: 102-24.524 - Sessão de 13 de outubro de 1989

Recorrente: JOSE ANTONIO GOMES

Recorrida: DRF em VARGINHA - MG.

IRPF - ACRÉSCIMO PATRIMONIAL A DESCOBERTO - Aplica-se a Tabela do SINDUSCON - MG ao arbitramento do custo da construção de edificações para fins de determinação do injustificado acréscimo patrimonial na Declaração de Rendimentos de contribuinte que não comprova este custo. - Recurso provido parcialmente.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar as preliminares, e, no mérito, dar provimento em parte ao recurso para cancelar o crédito tributário referente ao exercício de 1984, ano-base de 1985.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Manoel Alves Arruda Filho - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10670/000.518/88-56

Acórdão nº: 102-24.530 - Sessão de 13 de outubro de 1989

Recorrente: HADERVALDO RODRIGUES DE ABREU

Recordada: DRF em MONTES CLAROS - MG.

IRPF - IMPUGNAÇÃO PEREMPTA - Não se conhece do recurso, quando não instaurado o litígio, por ter sido a impugnação apresentada fora do prazo legal.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempta a impugnação.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente e Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/004.917/88-12

Acórdão nº: 102-24.534 - Sessão de 20 de novembro de 1989

Recorrente: DEPOSITO PARA TODOS LTDA.

Recordada: DRF em RIO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS - PESSOA JURÍDICA - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTO DE CAIXA - A falta de comprovação por documento hábil e idônea da entrega de numerário à empresa por seu sócio ou acionista cuja origem não foi demonstrada, justifica a tributação a título de omissão de receita.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 54.845 e 54.846, conforme Acórdãos nºs 102-24.535 e 102-24.536, desta data, respectivamente.

Processo nº: 13951/000.042/88-31

Acórdão nº: 102-24.541 - Sessão de 20 de novembro de 1989

Recorrente: CEREALISTA CONFIANÇA DE BARBOZA FERRAZ LTDA.

Recordada: DRF em MARINGÁ - PR.

IRPJ - DECADÊNCIA - A Fazenda Nacional decai do direito de proceder a novo lançamento ou a lançamento suplementar após cinco anos, contados da notificação do lançamento primitivo ou do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, quando o auto-lançamento ocorrer após esta data. IRPJ - OMISSÃO DE RECEITAS - SUPRIMENTOS DE CAIXA - Quando não comprovadas a origem dos recursos e sua efetiva entrega à empresa, os suprimentos de caixa, quer sob a forma de empréstimos de sócios ou de integralização de capital, são considerados como omissão de receita.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, rejeitar a preliminar e, no mérito, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginiski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 54.875 e 54.876, conforme Acórdãos nºs 102-24.542 e 102-24.543, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10875/000.127/86-90

Acórdão nº: 102-24.549 - Sessão de 20 de novembro de 1989

Recorrente: EGÍDIO SILVESTRE DE SOUZA

Recordada: DRF em GUARULHOS - SP.

IRPF - EXIGÊNCIA - PRECLUSÃO - A instauração da fase litigiosa do procedimento ocorre com a impugnação da exigência, tempestivamente apresentada da (Dec. nº 70.235, de 1972, arts. 14 e 15). Inobservado o preceito, e não tendo o contribuinte atacado no recurso a intempestividade, ocorre preclusão processual, não podendo mais inovar o feito à instância ad quem, para que seja analisada a matéria. Não há objeto de debate na fase impugnatória. - Recurso não conhecido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempta a impugnação.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Hardy Silva - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10670/000.200/89-38

Acórdão nº: 102-24.563 - Sessão de 21 de novembro de 1989

Recorrente: RUTE MARGARIDA DOS SANTOS

Recordada: DRF em MONTES CLAROS - MG.

IRPF - RECURSO PEREMPTO - O prazo para apresentação de recurso voluntário é de 30 dias, improrrogáveis, consoante o Art. 33 do Decreto nº 70.235/72 (Processo Administrativo Fiscal). Não cabe prorrogação desse prazo, pela autoridade preparadora, que só pode fazê-lo em relação à apresentação da impugnação. - Recurso não conhecido.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por intempestivo.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Humberto Barbosa de Castro - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 13866/000.032/88-37

Acórdão nº: 102-24.565 - Sessão de 21 de novembro de 1989

Recorrente: DANIEL SOUBRIER DE BEBIDAS LTDA.

Recordada: DRF em SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

IMPOSTO DE RENDA. PESSOA JURÍDICA - Nos casos de transformação da natureza da sociedade de ações para quotas não fica configurada a sucessão, mormente quando o quadro societário não sofre qualquer modificação, inclusive no que pertine ao percentual de participação no capital social. Cabível, assim, a compensação de prejuízos advindos de períodos anteriores à transformação.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10850/001.590/88-09

Acórdão nº: 102-24.566 - Sessão de 21 de novembro de 1989

Recorrente: PEDRO A. P. SALOMÃO & CIA. LTDA.

Recordada: DRF em SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SP.

IRPJ - OMISSÃO DE RECEITA - INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL EM DINHEIRO - Não logrando a contribuinte comprovar ou justificar razoavelmente a origem e efetiva entrega do numerário destinado a integralização de capital, coincide em datas e valores, é de se manter o lançamento.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
Waldevan Alves de Oliveira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 55.521 e 55.522, conforme Acórdãos nºs 102-24.567 e 102-24.568, desta data, respectivamente.

Processo nº: 13808/000.611/88-56

Acórdão nº: 102-24.574 - Sessão de 21 de novembro de 1989

Recorrente: SPI - EMERENDIMENTOS E ADMINISTRAÇÃO S/A.

Recordada: DRF em SÃO PAULO - SP.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - INTENESTIVIDADE - Não se conhece de recurso interposto quando a impugnação foi protocolizada a destempo.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, não conhecer do recurso, por perempta a impugnação.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/011.089/86-41

Acórdão nº: 102-24.575 - Sessão de 22 de novembro de 1989

Recorrente: MINASGÁS S/A - DISTRIBUIDORA DE GÁS COMBUSTÍVEL

Recordada: DRF em RIO HORIZONTE - MG.

IRPJ - ARRENDAMENTO MERCANTIL - A fixação de valor residual irrisório ou simbólico, quando o contrato de arrendamento mercantil fixar prazo de duração do acordo por tempo muito inferior ao de vida útil do bem, caracteriza este contrato, para fins tributários, como o de uma compra e venda a prazo, devendo as prestações pagas e deduzidas do lucro ser oferecidas à tributação.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10783/006.534/87-68

Acórdão nº: 102-24.583 - Sessão de 22 de novembro de 1989

Recorrente: SOERCEL CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.

Recordada: DRF em VITÓRIA - ES.

IMPOSTO DE RENDA. PESSOA JURÍDICA. SUPRIMENTOS - Caracteriza omissão de receita os suprimentos feitos à conta caixa por, sócios da empresa quando não restar devidamente comprovada a efetiva entrega mediante documento hábil e idônea com coincidência de datas e valores. Omissão de Receita Correção Monetária - A glosa de valores inadmitidos como despesas operacionais por se tratarem de bens pertencentes ao ativo imobilizado não se sujeitam a correção monetária, eis que considerados inteiramente depreciados.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento em parte, ao recurso para excluir da matéria tributável a importância de Cr\$ exercício de 1984, ano base de 1983 e as importâncias de Cr\$ e Cr\$ no exercício de 1985, ano base de 1984, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 55.286 e 55.287, conforme Acórdãos nºs 102-24.585 e 102-24.586, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10783/002.329/88-78

Acórdão nº: 102-24.587 - Sessão de 22 de novembro de 1989

Recorrente: ENXOVALIS E NOIVAS ROSEMARY LTDA.

Recordada: DRF em VITÓRIA - ES.

IMPOSTO DE RENDA. PESSOA JURÍDICA. SUPRIMENTOS DE CAIXA. - Caracteriza omissão de receita os suprimentos feitos ao caixa pelo sócio da empresa sem comprovação de documentação hábil e idônea, com coincidência de datas e valores e prova da efetiva entrega. **SUPER AVALIAÇÃO DE CUSTOS** - Demonstrado de maneira indubitável que a presumida superavaliação de custos decorreu de equívoco contábil é de se excluir a tributação originada sobre a referida parcela. - Recurso a que se dá provimento parcial.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento, em parte, ao recurso para excluir da matéria tributável no exercício de 1987, ano de 1986, a importância de Czf....., nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Aplica-se esta decisão aos processos decorrentes: - Recursos nºs 56.103 e 56.104, conforme Acórdãos nºs 102-24.588 e 102-24.589, desta data, respectivamente.

Processo nº: 10380/004.827/88-51
Acórdão nº: 102-24.593 - Sessão de 22 de novembro de 1989.

Recorrente: CONSULPLAN - CONSULTORIA ECONÔMICA E PLANEJAMENTO LTDA. S/C.
Recorrida: DRF em FORTALEZA - CE.

IRPJ - GLOSA DE DESPESAS - DOCUMENTOS INIDÔNEOS - Justifica-se a glosa das despesas referentes a serviços técnicos, escrituradas com base em documentos emitidos por empresas que, conforme restou comprovado em diligência fiscal, não teriam qualificação para prestarem referidos serviços, tendo sido constituídas efetivamente para fornecerem "notas fiscais falsas".

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
João Batista Gruginiski - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

Processo nº: 10680/009.910/88-51

Acórdão nº: 102-24.632 - Sessão de 23 de novembro de 1989

Recorrente: LOIS POPULINA LTDA.

Recorrida: DRF em BELO HORIZONTE - MG.

IMPOSTO DE RENDA - PESSOA JURÍDICA - COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS - A pessoa jurídica que mantém escrituração regular e apura seus resultados com base no lucro real não perde o direito à compensação de prejuízos na forma autorizada no artigo 382 do RIR/80; se em determinado período apresentou declaração mediante utilização do "Formulário II" em face de achar-se isenta em razão de ter produzido receita inferior ao limite fixado.

Acordam os Membros da Segunda Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator.

Jacinto de Medeiros Calmon - Presidente
César da Silva Ferreira - Relator
Gustavo Ernani Cavalcanti Dantas - Procurador da Fazenda Nacional

(Ofs. nºs 25 e 26/90) JOSÉ NOURA FILHO
Chefe da Secretaria

SECRETARIA DA FAZENDA NACIONAL

Departamento da Receita Federal

Coordenação do Sistema de Arrecadação

PORTARIA Nº 23, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 10168.000563/90-41, RESOLVE:

1. Incluir no Sistema de Arrecadação de Receitas Federais o Banco de Montreal S/A, com sede à Travessa Ovídio, 4 c/7 Setembro, 58-A-SS, Rio de Janeiro - RJ inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33.254.319/0001-00, na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 168 para recolher tributos, contribuições e demais receitas administradas pelo Departamento da Receita Federal.

2. As Superintendências da Receita Federal adotarão as providências que se fizerem necessárias nas suas respectivas jurisdições.

JOÃO GOMES GONÇALVES

PORTARIA Nº 24, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 10166.008726/89-48, RESOLVE:

1. Incluir no Sistema de Arrecadação de Receitas Federais o Banco Interunion S.A., com sede à Av. Rio Branco, 45 - 21º andar, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 33.861.907/0001-02, na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 223, para recolher tributos, contribuições e demais receitas administradas pelo Departamento da Receita Federal.

2. As Superintendências da Receita Federal adotarão as providências que se fizerem necessárias nas suas respectivas jurisdições.

JOÃO GOMES GONÇALVES

PORTARIA Nº 25, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 10168.000343/90-45, RESOLVE:

1. Incluir no Sistema de Arrecadação de Receitas Federais o Banco Empresarial S.A., com sede à Av. Rio Branco, 108 - 20º andar, Rio de Janeiro-RJ, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número 32.067.787/0001-03, na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 245, para recolher tributos, contribuições e demais receitas administradas pelo Departamento da Receita Federal.

2. As Superintendências da Receita Federal adotarão as providências que se fizerem necessárias nas suas respectivas jurisdições.

JOÃO GOMES GONÇALVES

PORTARIA Nº 26, DE 20 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE ARRECAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo nº 10168.008239/89-83, RESOLVE:

1. Incluir no Sistema de Arrecadação de Receitas Federais o Banco ROSA S/A, com sede à Praça XV de Novembro, 20 S.601/605, Rio de Janeiro - RJ, inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob o número, 33.812.322/0001-94, na Câmara Nacional de Compensação sob o nº 227, para recolher tributos, contribuições e demais receitas administradas pelo Departamento da Receita Federal.

2. As Superintendências da Receita Federal adotarão as providências que se fizerem necessárias nas suas respectivas jurisdições.

(Of. nº 228/90)

JOÃO GOMES GONÇALVES

Coordenação do Sistema de Tributação

ATO DECLARATÓRIO Nº 113, DE 22 DE JUNHO DE 1990

O COORDENADOR DO SISTEMA DE TRIBUTAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista a determinação constante no artigo 23 da Lei nº 8.024, de 12 de abril de 1990,

DECLARA que o valor do BNF Fiscal, no período de 19 a 25 de junho de 1990, é o seguinte:

DIA	VALOR (Cr\$)
19.06.90	45,3643
20.06.90	45,5495
21.06.90	45,7886
22.06.90	46,0289
23.06.90	46,2705
24.06.90	46,2705
25.06.90	46,2705

(Of. nº 286/90)

SÁNDRO MARTINS SILVA

Divisão de Legislação Aplicada

ATO DECLARATÓRIO Nº 106, DE 11 DE JUNHO DE 1990

CNH: 4.150.02.00

Declara redução de alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados para os produtos que mencionam:

O CHEFE DA DIVISÃO DE LEGISLAÇÃO APLICADA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Coordenador do Sistema de Tributação, através da Portaria CST nº 50/79, tendo em vista o que consta do Processo nº 10120-002.773/89-50, do interesse de CERVEJARIA ANTÁRTICA-NIGER S/A, inscrita no CGC/UF sob o nº 55.962.385/0007-55,

D E C L A R A, com base no artigo 53 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 87.981, de 23 de dezembro de 1982, que os produtos denominados REFRIGERANTE DE TUTTI-FRUTTI DIETÉTICO marca DIET BARÉ, SODA LIXONADA DIETÉTICA marca DIET ANTÁRTICA, REFRIGERANTE DE LARANJA DIETÉTICO marca DIET POP, REFRIGERANTE DE GUARANÁ DIETÉTICO marca DIET CHAMPAGNE ANTÁRTICA, REFRIGERANTE DE TUTTI-FRUTTI DIETÉTICO (cons.) marca DIET BARÉ, SODA LIXONADA DIETÉTICA (cons.) marca DIET ANTÁRTICA, REFRIGERANTE DE LARANJA DIETÉTICO (cons.) marca DIET POP e REFRIGERANTE DE GUARANÁ DIETÉTICO (cons.) marca DIET CHAMPAGNE ANTÁRTICA, fabricados na Av. Dário Vieira Machado, 2.000, Jardim Balastrão Hela Ponte, Goiânia, Go., registrados na Secretaria de Inspeção de Produto Vegetal do Ministério da Agricultura sob os nºs. 00191124, 00191094, 00191140, 00191078, 00197033, 00196053, 00193860 e 00104379, fazem jus à redução de 50% (cinquenta por cento) na alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a partir de 11 de agosto de 1989, os quatro primeiros, e 14 de setembro de 1989, os quatro últimos.

JACKSON GUEDES FERREIRA

(Nº 42.017 - 22-06-90 - Cr\$ 5.707,00)

Divisão de Tributos sobre o Comércio Exterior

ATO DECLARATÓRIO Nº 112, DE 22 DE JUNHO DE 1990

O CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTOS SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da competência de que tratam o § 1º, inciso VIII, do artigo 109 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal e o subitem 1.VIII da Portaria CFT nº 025, de 26 de outubro de 1988, resolve:

Fixar, para efeito de cálculo do Imposto de Importação, nos termos do parágrafo único do artigo 24 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, com a redação dada pelo artigo 1º da Lei nº 7.683, de 02 de dezembro de 1988, as seguintes taxas de câmbio a vigorarem no período de 25 de junho a 01 de julho de 1990:

MOEDAS	CÓDIGO	Cr\$
Bath Tailandês	015	2,2545000
Bolívar Venezuelano	025	1,2028000
Coroa Dinamarquesa	055	8,9580000
Coroa Norueguesa	065	8,8491000
Coroa Sueca	070	9,4138000
Coroa Tcheca	075	3,5668000
Dólar Australiano	150	45,1320000
Dólar Canadense	165	48,6190000
Dólar Convênio	220	57,1370000
Dólar de Cingapura	195	31,1070000
Dólar de Hong-Kong	205	7,3505000
Dólar dos Estados Unidos	220	57,1370000
Dracma Grego	270	0,3525000
Escudo Português	315	0,3882100
Florim Holandês	335	30,3000000
Franco Belga	360	1,6603000
Franco Francês	395	10,1530000
Franco Suíço	425	40,4140000
Ien Japonês	470	0,3694600
Libra Egípcia	535	153,0400000
Libra Esterlina	540	98,3840000
Libra Irlandesa	550	91,5050000
Lira Italiana	595	0,0465130
Marco Alemão	610	34,0730000
Marco-Finlandês	615	14,4760000
Novo Dólar de Formosa	640	2,1658000
Peseta Espanhola	700	0,5532200
Peso Mexicano	740	0,0204690
Rand da África do Sul	785	21,5070000
Renminbi	795	19,9540000
Ringgit	828	21,2560000
Rublo	830	96,3510000
Rúpia Indiana	860	3,2904000
Rúpia Paquistanesa	875	2,6517000
Unidade Monetária Europeia	918	70,2730000
Xelim Austríaco	940	4,8364000

MARIA RITA MAGEIA
Substituta

Superintendência Regional da Receita Federal

10ª Região Fiscal

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Processo nº 11080.004294/90-05 - DAUGUSTO-LOJAS DE CONFECÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA.

Solicitação de autorização para distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, a título de propaganda.

Deferido, no uso da delegação de competência conferida pela Portaria do SRF nº 933/87.

ANTÔNIO GILBERTO DA COSTA

(Of. nº 574/90)

Departamento do Tesouro Nacional

COMUNICADO CODIP Nº 32, DE 21 DE JUNHO DE 1990

ALTERAÇÃO DO COMUNICADO CODIP Nº 61, DE 27.11.89

Refiro-me ao Comunicado STN/CODIP nº 061, de 27 de novembro de 1989, que torna públicas as condições gerais a serem observadas nas trocas do "Brazil Investment Bond" - BIB por Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

Faço saber que fica alterado no referido Comunicado o parágrafo 7, que passa a vigorar com a seguinte redação:

7. O valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN) a ser trocado pelo Brazilian Investment Bond (BIB) será igual ao valor nominal deste último, convertido em cruzeiros à taxa de venda do dólar dos Estados Unidos no mercado de câmbio, na data em que se verificar a respectiva troca.

ROBERTO FIGUEIREDO GUIMARÃES
Diretor

(Of. nº 61/90)

BANCO CENTRAL DO BRASIL

Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro Nacional

Departamento de Organização do Mercado de Capitais

Processos Aprovados:

- Pelo Chefe de Divisão da DERHO/RECOP, em 20.06.90

454224Z - INTERCAMBIO DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA - Aumento de capital de Cr\$ 250.000,00 para Cr\$ 5.000.000,00; alteração contratual. (Instrumento de 18.04.90).

- Pelo Subchefe de Serviço da DESPA/REMET, em 19.06.90

7255428 - ISOLDI S/A CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS - Correção da expressão monetária do capital realizado de Cr\$ 565.600,00 para Cr\$ 8.950.332,26; aumento de capital de Cr\$ 8.950.336,26 para Cr\$ 11.200.000,00; reforma de estatuto. (AGO/E de 30.04.90).

7255422 - APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA - Correção da expressão monetária do capital realizado de Cr\$ 134.261,00 para Cr\$ 1.744.939,98; alteração contratual. (Instrumento de 30.04.90).

7255422 - ITAMARATI LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A - Correção de expressão monetária do capital de Cr\$ 4.000.000,00 para Cr\$ 43.807.208,00; aumento do capital de Cr\$ 43.807.208,00 para Cr\$ 44.000.000,00; reforma do estatuto. (AGO/E de 27.04.90).

(Of. nº 476/90)

Diretoria de Política Monetária

CIRCULAR Nº 1.764, DE 21 DE JUNHO DE 1990

Aos Bancos Comerciais, Caixas Econômicas e Instituições Financeiras detentoras de Carteira Comercial

Fixa novas alíquotas de recolhimento compulsório/encaixe obrigatório sobre depósitos à vista e sob aviso.

Comunicamos que a Diretoria do Banco Central do Brasil, em sessão realizada em 19.06.90, tendo em conta o disposto na Lei nº 4.595, de 31.12.64, Art. 10, incisos III e IV, com a redação que lhe foi dada pelos Arts. 19 e 20 da Lei nº 7.730, de 31.01.89, e na Resolução nº 1.093, de 20.02.86, decidiu:

Art. 1º. O recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre depósitos à vista e sob aviso sujeitar-se-ão às seguintes alíquotas:

I - Depósitos captados em áreas incentivadas:

a - 21,3% (vinte e um inteiros e três décimos por cento) para as instituições de pequeno porte;

b - 28,6% (vinte e oito inteiros e seis décimos por cento) para as instituições de médio porte;

c - 38,4% (trinta e oito inteiros e quatro décimos por cento) para as instituições de grande porte;

II - Depósitos captados em áreas não incentivadas:

a - 26,7% (vinte e seis inteiros e sete décimos por cento) para as instituições de pequeno porte;

b - 35,8% (trinta e cinco inteiros e oito décimos por cento) para as instituições de médio porte;

c - 48% (quarenta e oito por cento) para as instituições de grande porte;

Art. 2º. Esta Circular entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir do período de cálculo de 15 a 20 de junho de 1.990.

Art. 3º. Revogam os itens I e II do Art. 1º da Circular nº 1.601, de 18.03.90.

LUIZ EDUARDO ALVES DE ASSIS
Diretor

(Of. nº 5.564/90)

Departamento de Operações Bancárias

COMUNICADO Nº 2.123, DE 21 DE JUNHO DE 1990

Aos Bancos Comerciais, Caixas Econômicas e Instituições Detentoras de Carteira Comercial

Divulga fatores para cálculo dos encargos financeiros das operações ao amparo da Linha Especial de Liquidez - Resolução nº 1.717, de 29.05.90.

Tendo em vista o disposto no item III da Circular nº 1.741 e no art. 1º da Circular nº 1.763, de 29.05.90 e 29.06.90, respectivamente, comunicamos que as operações realizadas no amparo da Linha Especial de Liquidez instituída pela Resolução nº 1.717, de 29.05.90, estão sujeitas, a partir de 21.06.90, inclusive, aos encargos financeiros calculados mediante a aplicação dos fatores a seguir indicados, fixados em função da taxa média de desconto das Letras do Tesouro Nacional (LTN) de 28 (vinte e oito) dias apurada no leilão informal ocorrido em 19.06.90:

Num. de Utilizações	Fator	Num. de Utilizações	Fator
1	0,00625126	6	0,00725791
2	0,00645251	7	0,00745936
3	0,00665380	8	0,00766085
4	0,00685513	9	0,00786239
5	0,00705650	10	0,00806396

NILTON JUNQUEIRA
Chefe

(Of. nº 476/90)

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

COMUNICADO Nº 12, DE 21 DE JUNHO DE 1990

REPASSE DE RECURSOS NO ÂMBITO DA RESOLUÇÃO Nº 635/87 DE 13.01.87, DA DIRETORIA DO BNDES.

I - Fatores de Correção Cambial: São os seguintes os fatores diários de Correção Cambial incidentes sobre a posição do passivo exigível do BNDES, em moeda estrangeira, sem vinculação a repasse específico, durante o período compreendido entre 16 de maio de 1990 e 15 de junho de 1990.

DATA	FATOR	DATA	FATOR
16/05	1,033547	01/06	1,116312
17/05	1,031400	04/06	1,114217
18/05	1,031341	05/06	1,115112
21/05	1,032782	06/06	1,116968
22/05	1,0346205	07/06	1,129103
23/05	1,044414	08/06	1,127601
24/05	1,057899	11/06	1,125133
25/05	1,064168	12/06	1,122366
28/05	1,095373	13/06	1,122281
29/05	1,104653	15/06	1,122766
30/05	1,108320		
31/05	1,117823		

II - Os dados e cálculos utilizados, encontram-se a disposição dos interessados nos escritórios do BNDES na Av. República do Chile nº 100, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro - RJ.

ANTONIO SÉRGIO PEIXOTO BARRETO
Superintendente da Área Financeira e Internacional.

COMUNICADO Nº 13, DE 21 DE JUNHO DE 1990

REPASSE DE RECURSOS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO BIRD-2488-BR

I - ÍNDICES PARA CÁLCULO DO REAJUSTE (The Currency Pooling System)

São os seguintes os índices diários para o período de 16/04/90 a 15/05/90, informados pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e que serviram de base para cálculo do reajuste do valor da dívida dos subscritores concedidos pelo BNDES com recursos do Contrato de Empréstimo BIRD nº 2488-BR:

DATA	ÍNDICE	DATA	ÍNDICE
16/04	1051175815	03/05	1054474615
17/04	1054909044	04/05	1053180684
18/04	1053620019	05/05	1053180684
19/04	1050871555	06/05	1053180684
20/04	1050392303	07/05	1055088606
21/04	1049989613	08/05	1056547213
22/04	1049989613	09/05	1062716508
23/04	1056455301	10/05	1063781653
24/04	1055574644	11/05	1070312953
25/04	1052380910	12/05	1070312953
26/04	1050981003	13/05	1070312953
27/04	1050568426	14/05	1072915968
28/04	1050568426	15/05	1078350622
29/04	1050568426		
30/04	1055176314		
01/05	1056366830		
02/05	1053808332		

II - Os documentos encaminhados pelo BIRD que contém os dados acima em contram-se à disposição dos interessados para exame, nos escritórios do BNDES na Av. República do Chile nº 100, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro.

ANTONIO SÉRGIO PEIXOTO BARRETO
Superintendente da Área Financeira e Internacional

(Of. nº 27/90)

Ministério do Trabalho e da Previdência Social

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 3.447, DE 22 DE JUNHO DE 1990

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

1. O reajustamento dos salários-de-contribuição anteriores aos 12 (doze) últimos meses, utilizados na apuração do salário-de-benefício, para fins de cálculo da aposentadoria por tempo de serviço, especial ou por velhice e do abono de permanência em serviço, nos termos do § 1º do artigo 21, da Consolidação das Leis da Previdência Social - CLPS (Decreto nº 89.312, de 23.01.84) será feito mediante aplicações dos seguintes fatores:

INÍCIO DO BENEFÍCIO		FATORES RELATIVOS AOS ANOS DE		
ANO	MÊS	1987	1988	1989
1990	JUNHO	1.190,79	367,10	57,11

2. Quando o período básico de cálculo for superior a 36 (trinta e seis) meses, em face de recuo permitido pelo item II do artigo 21, in fine, da CLPS, os salários-de-contribuição contidos entre o 37º e o 48º meses serão corrigidos pelo mesmo fator em que recair o 36º mês.

3. Esses fatores de reajustamento incidirão sobre a soma dos salários-de-contribuição dos anos indicados.

4. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO MAGRI

(Of. nº 203/90)

SECRETARIA NACIONAL DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 22 de maio de 1990

ARQUIVO DE ENTIDADES SINDICAIS BRASILEIRAS.

O SECRETÁRIO NACIONAL DO TRABALHO, tendo em vista a Instrução Normativa nº 09, de 21 de março de 1990, do Senhor Ministro do Trabalho e da Previdência Social, e face à impugnação apresentada, dá publicidade, aos interessados para os fins de direito.

ADOLFO FURTADO

IMPUGNANTE: Sindicato dos Empregados em Empresas de Seguros Privados e Capitalização e de Agentes Autônomos de Seguros Privados e de Crédito do Estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO Nº: 24000.004794/90.

IMPUGNADO: Sindicato dos Empregados em Empresas Distribuidoras e Corretoras de Títulos e Valores Mobiliários e Câmbio e Agentes Autônomos de Investimento do Mercado Financeiro do Estado do Rio de Janeiro.

PROCESSO Nº: 24000.003222/90.

(Of. nº 204/90)

Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho

DESPACHOS DO COORDENADOR
Em 21 de junho de 1990

O Coordenador da Coordenadoria do Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.367, de 29 de maio de 1990 e de acordo com o artigo 34 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, publicada no D.O.U. de 13.04.90, deixou de conhecer do recurso por ter sido interposto fora do prazo legal e, consequentemente, confirmou a decisão recorrida no seguinte processo de Auto de Infração:

01 - 24440.010435/86 - COMÉRCIO DE CARNES FLÓRIDA LTDA.

O Coordenador da Coordenadoria do Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.367, de 29 de maio de 1990 e de acordo com o artigo 34 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, publicada no D.O.U. de 13.04.90, despacho dando Proveniente aos recursos interpostos, reformando as decisões recorridas e tornando insubsistentes os seguintes processos de Autos de Infração:

- 01 - 24370.023905/87 - A.M. SÁ SERVIÇOS DE CRÉDITO, COBRANÇA E PROCESSAMENTO DE DADOS S.A.
- 02 - 24370.000342/85 - ARKI-SERVIÇOS E SEGURANÇA LTDA.
- 03 - 24440.027699/86 - BANCO DO BRASIL S.A.
- 04 - 24370.024790/85 - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
- 05 - 24370.028467/85 - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
- 06 - 24370.028468/85 - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
- 07 - 24370.028613/85 - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
- 08 - 24370.036009/87 - BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
- 09 - 24370.012670/84 - BANCO ITAÚ S.A.
- 10 - 24370.022141/85 - BANCO ITAÚ S.A.
- 11 - 24440.025663/86 - BANCO ITAÚ S.A.
- 12 - 24440.027687/86 - BANCO ITAÚ S.A.
- 13 - 24440.042957/86 - BANCO ITAÚ S.A.
- 14 - 24440.045427/86 - BANCO ITAÚ S.A.
- 15 - 24370.009187/87 - BANCO NACIONAL S.A.
- 16 - 24370.014232/89 - CONCRETO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S.A.
- 17 - 24370.028197/85 - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
- 18 - 24370.034284/89 - INSETISAN SERVIÇOS INSETICIDAS LTDA.
- 19 - 24370.029541/85 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CAMPOS
- 20 - 24459.000787/84 - S.P. DO BRASIL S.A.

O Coordenador da Coordenadoria do Departamento de Normatização da Inspeção do Trabalho, no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 3.367, de 29 de maio de 1990 e de acordo com o artigo 34 da Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, publicada no D.O.U. de 13.04.90, despacho negando Proveniente aos Recursos de Ofício, mantendo as decisões recorridas nos seguintes processos de Autos de Infração:

- 01 - 24370.018695/85 - A. DUEK TEICOS
- 02 - 24370.018727/90 - ABC SISTEMAS INDUSTRIAIS LTDA.
- 03 - 24370.028920/87 - AGÊNCIA SICILIANO DE LIVROS, JORNAIS E REVISTAS LTDA.
- 04 - 24370.014785/90 - AMIL - ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.
- 05 - 24370.014786/90 - AMIL - ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.
- 06 - 24370.014787/90 - AMIL - ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL LTDA.
- 07 - 24370.008755/90 - ARGUS AUTO ADEIVOS IMPRESSOS LTDA.
- 08 - 24370.007408/90 - BANCO BARMERINDUS DO BRASIL S.A.
- 09 - 24370.019136/89 - BANCO BARMERINDUS DO BRASIL S.A.

10	- 24370.021946/89	- BANCO BAKERINDUS DO BRASIL S.A.
11	- 24370.037278/89	- BANCO BAKERINDUS DO BRASIL S.A.
12	- 24370.037279/89	- BANCO BAKERINDUS DO BRASIL S.A.
13	- 24370.039232/87	- BANCO BAKERINDUS DO BRASIL S.A.
14	- 24370.039233/87	- BANCO BAKERINDUS DO BRASIL S.A.
15	- 24370.010157/85	- BANCO BOAVISTA S.A.
16	- 24370.012995/86	- BANCO BOAVISTA S.A.
17	- 24370.017539/84	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
18	- 24370.000924/85	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
19	- 24370.000972/86	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
20	- 24370.022277/86	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
21	- 24370.030462/87	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
22	- 24370.022296/89	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
23	- 24370.022297/89	- BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS S.A.
24	- 24370.035943/89	- BANCO DO BRASIL S.A.
25	- 24370.035943/89	- BANCO DO BRASIL S.A.
26	- 24370.012992/86	- BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO S.A.
27	- 24370.025368/85	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
28	- 24370.002370/86	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
29	- 24370.012913/86	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
30	- 24370.031937/87	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
31	- 24370.031938/87	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
32	- 24370.039235/87	- BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.
33	- 24370.017266/86	- BANCO ECONÔMICO S.A.
34	- 24370.013569/86	- BANCO NACIONAL S.A.
35	- 24370.013570/86	- BANCO NACIONAL S.A.
36	- 24370.021784/89	- BANCO NACIONAL S.A.
37	- 24370.021941/89	- BANCO NACIONAL S.A.
38	- 24370.021941/89	- BANCO NACIONAL S.A.
39	- 24370.025082/89	- BANCO NACIONAL S.A.
40	- 24370.017958/89	- BANCO ITAÚ S.A.
41	- 24370.010136/85	- BANCO REAL S.A.
42	- 24370.012997/86	- BANCO REAL S.A.
43	- 24370.014987/86	- BANCO REAL S.A.
44	- 24370.003144/87	- BANCO REAL S.A.
45	- 24200.001337/85	- BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S.A.
46	- 24200.001337/85	- BANORTE - BANCO NACIONAL DO NORTE S.A.
47	- 24370.008765/90	- CAFÉ E BAR TATI LTDA. ME
48	- 24370.025358/87	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
49	- 24370.029949/87	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
50	- 24370.025079/89	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
51	- 24370.035943/89	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
52	- 24370.035943/89	- CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
53	- 24201.000120/85	- CAVALINHOS TRANSPORTES LTDA.
54	- 24270.007463/86	- C.C.A. - CONSTRUÇÕES CIVIS DA AMAZONIA LTDA.
55	- 24290.003418/90	- CIA. DE AUTOMÓVEIS SLAVIOVO
56	- 24370.014900/85	- COLÉGIO CENECISTA CASHEIRO DE ABEU
57	- 24370.001580/87	- COLTURA TRANSPORTES ROBOVATOS LTDA.
58	- 24370.007429/90	- CONHEDE - CONVENIÇOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.
59	- 24370.008756/90	- DART - SEGURANÇA E SERVIÇOS S.A.
60	- 24370.008757/90	- DART - SEGURANÇA E SERVIÇOS S.A.
61	- 24370.008774/90	- ELEVADORES KONE LTDA.
62	- 24370.007450/89	- EULER ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
63	- 24370.007450/89	- EULER ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.
64	- 24370.037899/87	- FARMÁCIA MUNDIAL LTDA.
65	- 24370.029264/87	- FARMÁCIA NOVA GRÉCIA LTDA.
66	- 24370.045055/89	- FEMIDE CONFECÇÕES LTDA.
67	- 24370.025573/85	- FORMITE MOVÉIS LTDA.
68	- 24370.015807/86	- IEDA P. BARROSA - PACOS
69	- 24370.007434/90	- INDÚSTRIA NACIONAL DE TECIDOS ABDUCHE LTDA.
70	- 24370.008773/90	- LANCHONETE REGENTE LTDA.
71	- 24370.008803/85	- LFC - INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS S.A.
72	- 24370.031271/89	- MAKOSCHKA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ROUPAS LTDA. ME
73	- 24370.037295/89	- MECÂNICA MARVEPE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.
74	- 24370.025098/89	- MESBLA LOJAS DE FARMACIA S.A.
75	- 24370.018696/85	- ORTEC ORGANIZAÇÃO TÉCNICA E COMERCIAL LTDA.
76	- 24370.022096/89	- PINGO D'ÁGUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GUARDA-CHUVAS LTDA.
77	- 24370.022097/89	- PINGO D'ÁGUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GUARDA-CHUVAS LTDA.
78	- 24370.022098/89	- PINGO D'ÁGUA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GUARDA-CHUVAS LTDA.
79	- 24370.008754/90	- PIRELLI S.A. CIA. INDUSTRIAL BRASILEIRA
80	- 24370.016667/89	- PIRELLI S.A. CIA. INDUSTRIAL BRASILEIRA
81	- 24370.014777/90	- POLICLINICA GERAL DO RIO DE JANEIRO
82	- 24370.01778/90	- POLICLINICA GERAL DO RIO DE JANEIRO
83	- 24370.008759/89	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
84	- 24370.008760/90	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
85	- 24370.008761/90	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
86	- 24370.008762/90	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
87	- 24370.008763/90	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
88	- 24370.021944/90	- REALCO COMÉRCIO DE ALIMENTOS S.A.
89	- 24370.007439/90	- RESTAURANTE NOVO HAMBURGO LTDA.
90	- 24200.001389/89	- S.A. A GAZETA
91	- 24370.018694/85	- SATHOM SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO DE GARAGENS LTDA.
92	- 24370.028919/87	- SSSOSPA - SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA.
93	- 24370.018694/85	- STAR S.A. DE TÉCNICOS DE AUTOMÓVEIS E REPAROS
94	- 24370.037902/87	- TALLICA OFICINA MECÂNICA LTDA. ME
95	- 24370.017503/89	- TENSOR ENGENHARIA S.A.
96	- 24370.008775/90	- TERRA NOVA TECELAGEM LTDA.
97	- 24370.010755/87	- THEMAG ENGENHARIA LTDA.
98	- 24370.02715/85	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
99	- 24370.008979/86	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
100	- 24370.019128/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
101	- 24370.019129/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
102	- 24370.019481/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
103	- 24370.019482/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
104	- 24370.021944/90	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
105	- 24370.022295/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
106	- 24370.028101/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
107	- 24370.028102/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
108	- 24370.028123/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.

109	- 24370.033878/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
110	- 24370.033879/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
111	- 24370.033885/89	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
112	- 24370.007406/90	- UNIBANCO - UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S.A.
113	- 24480.000107/86	- USIMIX SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA.
114	- 24370.015500/85	- USIPREX S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
115	- 24210.007491/89	- VALDIVINO ARANTES
116	- 24370.003893/86	- VIAÇÃO PRINCEZA DA SERRA LTDA.
117	- 24370.019670/89	- VILMOBRAS - VIDROS E MOLURAS DO BRASIL LTDA.

ITAMAR HERMES DA SILVA

Respondendo pela Secretaria de Proteção ao Trabalho

(Of. nº 203/90)

Ministério da Infra-Estrutura

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 22 de junho de 1990

Processo nº 27300.015012/88-25. Retes: Auto Posto Tubarão Ltda. e Hud son Brasileira de Petróleo Ltda. Redco: Conselho Nacional do Petróleo - CNP. Assunto: Recursos contra decisão plenária do extinto CNP, que man teve subsistentes: 1- cancelamento de registro; 2- os autos de infração nos 70.860 e 70.861, ambos de 1986, e 3- a devolução de valor das fretes pagas a mais. Despacho: Não conheço dos recursos por intempésticos, nos termos do PARECER CONJUR/MINFRA Nº 573/90, da Consultoria Jurídica des te Ministério, por mim aprovado. Publique-se.

Processos nos 29000.002059/90-02 e 29000.002053/90-86 (apenso). Interes sador: Colégio Saleziano Sagrado Coração. Assunto: Dispensa do pagamento da Taxa de Armazenagem. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 643/ 90, da Consultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de abril de 1966. Dê-se ciência.

Processo nº 29000.002054/90-49. Interessado: Igreja do Nazareno. Assun to: Dispensa do pagamento da Taxa de Armazenagem. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 644/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de abril de 1966. Dê-se ciência.

Processo nº 29000.004412/90-58 (00734/90, na origem). Interessado: Asso ciação Obras Sociais Irmã Dulce. Assunto: Solicita dispensa do pagamen to da Taxa de Armazenagem. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 645/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de abril de 1966. Dê-se ci ência.

Processos nos 29000.002069/90-08 e 29000.002087/90-06 (apenso). Interes sador: Cáritas Brasileira. Assunto: Dispensa do pagamento da Taxa de Ar mazenação. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 646/90, da Con sultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de abril de 1966. Dê-se ciência.

Processo nº 29000.004413/90-11 (00691/90, na origem). Interessado: Liga Acadêmica Católica de Paulo Afonso. Assunto: Solicita dispensa do pagamen to da Taxa de Armazenagem. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 647/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de abril de 1966. Dê-se ci ência.

Processo nº 20000.012560/89-29. Interessado: H. DANTAS - COMÉRCIO, NAVE GAÇÃO E INDÚSTRIAS LTDA. Assunto: Pretensão de retomada de navios, por compra, nas condições e preços primitivos, sem o processo licitatório. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 648/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério. Defiro o pedido com base no art. 10 do Decreto-lei nº 05, de 04 de novembro de 1989, da Consultoria Jurídica do ex-Ministério dos Transportes (fls. 13 a 16), restabelece m do-se as conclusões postas no Parecer nº 673-1, de 16 de maio de 1989, da mesma Consultoria. Indeferio, conseqüentemente, os pleitos de interes sada e de terceiros que ingressaram no processo com o fim de adquirir embarcações sub-rogadas à União. Publique-se.

Processo nº 0733/90 (PORTOBARRAS). Interessada: CÁRITAS' ARQUIDIOCESANA DE SALVADOR. Assunto: Dispensa de Taxa de Armazenagem e Taxa de Capaci zação. Despacho: Aprovo o PARECER CONJUR/MINFRA Nº 526/90, da Consulto ria Jurídica deste Ministério. Defiro, parcialmente, o pedido, no to cante à Taxa de Armazenagem, com base no art. 10, do Decreto-lei nº 05, de 04.04.66. Dê-se ciência. Publique-se.

Processo nº 20000.006150/89-11. Interessada: SAMUEL SZTYGLIG, EDUARDO FORRELLA NETTO e DANLON LOPES DE OLIVEIRA. Assunto: Pedido de reconal deração de despacho ministerial proferido em 20 de dezembro de 1988, nos autos do Inquérito Administrativo - Processo nº 20000.004970/86, da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Despacho: Pelo indeferimen to do pleito nos termos do PARECER CONJUR/MINFRA Nº 339/90, da Consul toria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado. Publique-se.

Processo nº 27300.015302/89-96. Retes: HUDSON BRASILEIRA DE PETRÓLEO LTDA. Redco: Conselho Nacional do Petróleo - CNP. Assunto: Recurso con tra decisão plenária do extinto CNP, que manteve subsistente o Auto de Infração nº 74.037/89. Despacho: Mantenho a decisão recorrida, nos tex

nos do PARECER CONJUR/MINFA Nº 530/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado. Publique-se.

Processo nº 27300.012521/88-32. Rte: Texaco Brasil S.A. - Produtos de Petróleo. Recdo: Conselho Nacional do Petróleo - CNP. Assunto: Recurso contra decisão plenária do extinto CNP, que manteve subsistente o Auto de Infração nº 75.643/88. Despacho: Recuso o recurso e mantenho a decisão recorrida, nos termos do PARECER CONJUR/MINFA Nº 658/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado. Publique-se.

Processo nº 27300.012521/88-32. Rte: Texaco Brasil S.A. - Produtos de Petróleo. Recdo: Conselho Nacional do Petróleo - CNP. Assunto: Recurso contra decisão plenária do extinto CNP, que manteve subsistente o Auto de Infração nº 75.643/88. Despacho: Recuso o recurso e mantenho a decisão recorrida, nos termos do PARECER CONJUR/MINFA Nº 658/90, da Consultoria Jurídica deste Ministério, por mim aprovado. Publique-se.

(Of. nº 88/90)

OZÍRES SILVA

SECRETARIA NACIONAL DE ENERGIA

Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

PORTARIA Nº 130, DE 18 DE JUNHO DE 1990

O DIRETOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da Secretaria Nacional de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 221, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e

CONSIDERANDO:

- O vencimento em 05 de setembro de 1987 do prazo de concessão para distribuição de energia elétrica, no Município de Inhumas, Estado de Goiás;

- O pedido de renovação de concessão formulado pela Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, constante do processo nº 27100.09089/87-87-70;

- Estarem em curso estudos para redefinição dos critérios e condições para outorgas de concessões, autorizações e por missões relativas aos serviços de energia elétrica visando a adaptá-los às disposições da Constituição Federal aplicáveis à matéria, resolve:

I - Autorizar, a título precário, até 30 de junho de 1991, a Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, dar continuidade à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica no Município de Inhumas, Estado de Goiás.

II - Fica a Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG obrigada a manter a exploração do serviço de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO CARRARO

PORTARIA Nº 131, DE 18 DE JUNHO DE 1990

O DIRETOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da Secretaria Nacional de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura, no uso de suas atribuições, com fulcro no artigo 221, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e

CONSIDERANDO:

- O vencimento em 26 de setembro de 1988, do prazo de concessão para distribuição de energia elétrica nos Municípios de Goiânia, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Hidrolândia, Estado de Goiás;

- O pedido de renovação de concessão formulado pela Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, constante do processo nº 27000.00145/88-78;

- Estarem em curso estudos para redefinição dos critérios e condições para outorgas de concessões, autorizações e permissões relativas aos serviços de energia elétrica visando a adaptá-los às disposições da Constituição Federal aplicáveis à matéria, resolve:

I - Autorizar, a título precário, até 30 de junho de 1991, a Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG, dar continuidade à exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica, nos Municípios de Goiânia, Goiânia, Aparecida de Goiânia e Hidrolândia, Estado de Goiás.

II - Fica a Centrais Elétricas de Goiás S.A. - CELG obrigada a manter a exploração do serviço de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO CARRARO

PORTARIA Nº 132, DE 18 DE JUNHO DE 1990

O DIRETOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da Secretaria Nacional de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura, usando da atribuição que lhe confere o item II, do artigo 221, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, e tendo em vista o que consta do Processo nº 27100.002294/89-47, resolve:

I - Autorizar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF a proceder os estudos geológicos e topográficos necessários à elaboração do projeto para implantação da linha de transmissão Piripiri - Parnaíba, nos Municípios de Piripiri, Piracuruca, Cocal, Buriti dos Lopes e Parnaíba, Estado do Piauí.

II - A presente autorização vigorará pelo prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da data da publicação desta Portaria, devendo a autorizada apresentar ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, dentro do mesmo prazo, os estudos, projetos e orçamentos realizados.

III - O prazo desta autorização poderá ser prorrogado por ato do Diretor do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, se a autorizada apresentar, acompanhado do pedido de prorrogação, os estudos, projetos e orçamentos mencionados no item anterior, ainda que incompletos.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO CARRARO

PORTARIA Nº 133, DE 18 DE JUNHO DE 1990

O DIRETOR ADJUNTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA - DNAEE, da Secretaria Nacional de Energia, do Ministério da Infra-Estrutura, usando da atribuição que lhe confere o item XI, do artigo 221, do Decreto nº 99.244, de 10 de maio de 1990, resolve:

I - Retificar os seguintes valores de potências de usinas termelétricas, constantes do item I da Portaria nº 24, de 17 de fevereiro de 1989, da Divisão de Concessão de Águas e Eletricidade - DCAE, publicada no Diário Oficial da União de 27 de fevereiro de 1989, à página nº 2.927:

- onde se lê: ... Termelétrica UTF-ELECTRON, com 120.870 KW, ...

leia-se: ... Termelétrica UTF-ELECTRON, com 121.116 KW, ...

- onde se lê: ... Termelétrica Porto Velho III, com 42.822 KW, ...

leia-se: ... Termelétrica Porto Velho III, com 40.822 KW, ...

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BENEDITO CARRARO

(Of. nº 230/90)

SECRETARIA NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 16, DE 18 DE JUNHO DE 1990

O SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÕES DO MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA, no uso de suas atribuições e,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria MINFA-No. 887, de 31 de maio de 1990,

CONSIDERANDO ser elevado o número de processos em tramitação nesta Secretaria referentes à aprovação de características técnicas para operação de estações dos Serviços de Radiodifusão e Especiais de Televisão por Assinatura, e de Repetição e de Retransmissão de Televisão, resolve:

I - Aprovar os formulários padronizados, anexos a esta, em número de 9 (nove), referentes aos pedidos de autorização para instalação de estações dos seguintes serviços:

- DNPV/CRC/DT-001: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS - TELEVISÃO

- DNPV/CRC/DT-002: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA

- DNPV/CRC/DT-003: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDA MÉDIA

- DNPV/CRC/DT-004: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS CURTAS

- DNPV/CRC/DT-005: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS TROPICAIS - ANTENAS HORIZONTAIS

- DNPV/CRC/DT-006: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM ONDAS TROPICAIS - ANTENAS VERTICAIS

- DNPV/CRC/DT-007: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIAL DE TELEVISÃO POR ASSINATURA

- DNPV/CRC/DT-008: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIAL DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO

- DNPV/CRC/DT-009: SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIAL DE REPETIÇÃO DE TELEVISÃO

II - Determinar que as entidades, cujos processos de aprovação de características técnicas encontram-se em tramitação nesta Secretaria, apresentem à Representação Regional da Secretaria Nacional de Comunicações, sob cuja jurisdição se encontra a estação transmissora, as declarações referidas no item I da Portaria MINFA No. 667/90, juntamente com os formulários ora aprovados e devidamente preenchidos, para fins de agilização da autorização de funcionamento.

III - Determinar que, após a efetivação do que foi autorizado, deverá a entidade solicitar a respectiva licença de Funciona-

mento, informando os transmissores a serem utilizados, caso não tenham sido indicados nos referidos formulários.

IV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

(Of. nº 70/90)

JOEL MARCIANO RAUBER

ANEXO I

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE SINAL E IMAGEM - TELEVISÃO			
1 - TRANSMISSÃO <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO DENOMINAÇÃO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOCALIZAÇÃO			
CIDADE		BAIRRO	
UF		CEP	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO CIDADE			
UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS PRINCIPAL CIDADE			
UF		BAIRRO	
7 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	
8 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	

ANEXO II (verso)

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE SINAL E IMAGEM - TELEVISÃO			
1 - TRANSMISSÃO <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO DENOMINAÇÃO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOCALIZAÇÃO			
CIDADE		BAIRRO	
UF		CEP	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO CIDADE			
UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS PRINCIPAL CIDADE			
UF		BAIRRO	
7 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	
8 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	

ANEXO II

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE SINAL E IMAGEM - TELEVISÃO			
1 - TRANSMISSÃO <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO DENOMINAÇÃO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOCALIZAÇÃO			
CIDADE		BAIRRO	
UF		CEP	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO CIDADE			
UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS PRINCIPAL CIDADE			
UF		BAIRRO	
7 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	

ANEXO II (verso)

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE SINAL E IMAGEM - TELEVISÃO			
1 - TRANSMISSÃO <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO DENOMINAÇÃO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOCALIZAÇÃO			
CIDADE		BAIRRO	
UF		CEP	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO CIDADE			
UF		COORDENADAS GEOGRÁFICAS	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS PRINCIPAL CIDADE			
UF		BAIRRO	
7 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÍRIOS CIDADE			
UF		BAIRRO	

Original com Impressão Reduzida

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12209

ANEXO III

MINFRA-SNC	DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOSISTEMA SOMEM EM ONDA MÉDIA	
1 - TIPOLOGIA 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO	2 - NÃO PRECISENHA REGISTRO FISCAL
3 - IDENTIFICAÇÃO REPRESENTAÇÃO SOCIAL	
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOGRADOURO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ CEP _____	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ COORDENADAS GEOMÉTRICAS _____	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS PRINCIPAL ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ AUXILIAR ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____	

ANEXO III (verso)

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO			
FREQUÊNCIA _____ MHz	CLASSE _____	E _c PREVISTO _____ mW	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO _____
8 - TRANSMISSORES			
PRINCIPAL FABRICANTE _____ MODELO _____ CÓDIGO N/R _____ POT. (nominal) _____ W POT. (operação) _____ W			
AUXILIAR FABRICANTE _____ MODELO _____ CÓDIGO N/R _____ POT. (nominal) _____ W POT. (operação) _____ W			
9 - SISTEMA IRRADIANTE			
TIPO 1 - ONI/ONI 2 - ONI/DIR 3 - DIR/DIR 4 - DIR/ONI 5 - PARAN	Nº. TORRES _____ ALTURA _____ m	Nº. RADIAIS _____ COMPARTIMENTO _____	ESP. RADIAIS _____ CIRCUNFERÊNCIA _____ m
CONTORNOS DE SINAL 10 m 20 m 30 m 40 m 50 m 60 m 70 m 80 m 90 m 100 m		AZ. DO PLANO DAS TORRES (graus N) _____	
SEPARAÇÃO (m) S11 S21 S31 S41 S51 S61 S71 S81 S91 S101		FASES DAS CORRENTES (graus) _____	
RELAÇÃO DE CORRENTES I21 I31 I41 I51 I61 I71 I81 I91 I101		RELAÇÃO DE CORRENTES I21 I31 I41 I51 I61 I71 I81 I91 I101	
MINUTOS DE MOLA (graus N)			
DESCRIÇÃO DA CARGA DE TIPO			
10 - ENGENHEIRO PROJETISTA			
NOME COMPLETO _____		Nº REGISTRO CREA _____	
ENDEREÇO _____		TELEFONE _____	
LOCAL _____	DATA _____	ASSINATURA _____	

ANEXO IV

MINFRA-SNC	DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIOSISTEMA SOMEM EM ONDA MÉDIA	
1 - TIPOLOGIA 1 - INCLUSÃO 2 - ALTERAÇÃO	2 - NÃO PRECISENHA REGISTRO FISCAL
3 - IDENTIFICAÇÃO REPRESENTAÇÃO SOCIAL	
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA LOGRADOURO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ CEP _____	
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ COORDENADAS GEOMÉTRICAS _____	
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS PRINCIPAL ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____ AUXILIAR ENDEREÇO _____ BAIRRO _____ CIDADE _____ UF _____	

ANEXO IV (verso)

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO	
FREQUÊNCIA _____ MHz	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO _____
8 - TRANSMISSORES	
PRINCIPAL FABRICANTE _____ MODELO _____ CÓDIGO N/R _____ POT. (nominal) _____ W POT. (operação) _____ W	
AUXILIAR FABRICANTE _____ MODELO _____ CÓDIGO N/R _____ POT. (nominal) _____ W POT. (operação) _____ W	
9 - SISTEMA IRRADIANTE	
TIPO _____	L (m) _____
REFLETOR (A/P) _____	DESCRIÇÃO DO PLANO DE TERRA _____
OBSERVAÇÕES	
TIPO - nomenclatura do sistema irradiante utilizado L - comprimento dos dipolos A - ângulo de alinhamento dos dipolos K ₁ - separação entre 2 linhas consecutivas dos dipolos K ₂ - separação entre os centros simétricos de 2 dipolos consecutivos de uma mesma linha S - espaçamento entre o plano refletor e o plano dos dipolos H ₀ - altura sobre a terra, do plano que contenha os dipolos V - defasagem entre as correntes de alimentação G _{max} - ganho máximo do sistema irradiante Refletor: A - Alvo P - Passivo	
10 - ENGENHEIRO PROJETISTA	
NOME COMPLETO _____	
Nº REGISTRO CREA _____	
ENDEREÇO _____	
TELEFONE _____	
LOCAL _____	DATA _____
ASSINATURA _____	

Original com Impressão Reduzida

12210

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

ANEXO V

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SÍMBOLO DE AUTOCENTRO SOMENTE EM UMOS TEMPORAIS ANTENA HORIZONTAL			
1 - TIPOLOGIA <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO <input type="checkbox"/> 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO NOME COMPLETO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF CEP			
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS			
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS PRINCIPAL ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF AUXILIAR ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF			

ANEXO V (verso)

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO FREQÜÊNCIA MHz HORA DE FUNCIONAMENTO	
8 - TRANSMISSORES PRINCIPAL FABRICANTE MODELO CÓDIGO H/R POT. (nominal) W POT. (operação) W AUXILIAR FABRICANTE MODELO CÓDIGO H/R POT. (nominal) W POT. (operação) W	
9 - SISTEMA IRRADIANTE TIPO L (m) α (°) K_a (m) K_b (m) S (m) K_{av} (m) ϕ (°) Q_{max} (dB) REFLETOR (m/p) DESCRIÇÃO DO PLANO DE TERRA OBSERVAÇÕES TIPO - especificação do sistema irradiante utilizado L - comprimento dos dipolos α - ângulo de alinhamento dos dipolos K_a - separação entre 2 linhas consecutivas de dipolos K_b - separação entre os centros geométricos de 2 dipolos consecutivos de uma mesma linha S - espaçamento entre o plano refletor e o plano dos dipolos K_{av} - altura sobre a terra, do plano que contém os dipolos ϕ - defasagem entre as correntes de alimentação Q_{max} - ganho máximo do sistema irradiante Refletores A - Ativo P - Passivo	
10 - ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO Nº REGISTRO CREA ENDEREÇO TELEFONE LOCAL DATA ASSINATURA	

ANEXO VI

MINFRA SNC		DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS	
SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SÍMBOLO DE AUTOCENTRO SOMENTE EM UMOS TEMPORAIS ANTENA VERTICAL			
1 - TIPOLOGIA <input type="checkbox"/> 1 - INCLUSÃO <input type="checkbox"/> 2 - ALTERAÇÃO		2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL	
3 - IDENTIFICAÇÃO NOME COMPLETO SOCIAL			
4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF CEP			
5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS			
6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS PRINCIPAL ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF AUXILIAR ENDEREÇO BAIRRO CIDADE UF			

ANEXO VI (verso)

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO FREQÜÊNCIA MHz HORA DE FUNCIONAMENTO	
8 - TRANSMISSORES PRINCIPAL FABRICANTE MODELO CÓDIGO H/R POT. (nominal) W POT. (operação) W AUXILIAR FABRICANTE MODELO CÓDIGO H/R POT. (nominal) W POT. (operação) W	
9 - SISTEMA IRRADIANTE TIPO 1 - ONI 2 - OIA N.º TOPES ALTURA m N.º PÁSSIS COMPRIMENTO m ESP. RADIAIS 0 CONDUZIVIDADE m/m AZ. DO PLANO DAS TORRES (graus N) SEPARAÇÃO (m) A221 A2211 A2411 5211 5211 5411 FASES DAS CORRENTES (graus) DELAÇO DE CORRENTES 5211 5211 5411 1211 1211 1411 NÍVEIS DE NÍVEL (graus N) DESCRIÇÃO DA CARGA DE TIPO	
10 - ENGENHEIRO PROJETISTA NOME COMPLETO Nº REGISTRO CREA ENDEREÇO TELEFONE LOCAL DATA ASSINATURA	

Original com Impressão Reduzida

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12211

ANEXO VII

MINFRA SNC DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS

SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIAL DE TELEVISÃO POR ASSIMILUM

1 - TRANSMISSÃO
☐ 1 - INCLUIÇÃO ☐ 2 - ALTERAÇÃO

2 - NÃO PRECISAR REGISTRO FISCAL

3 - IDENTIFICAÇÃO
 RENDIMENTO SOCIAL

4 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
 LOGRADOURO BAIRRO
 CIDADE UF CEP

5 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO
 ENDEREÇO BAIRRO
 CIDADE UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS

6 - LOCALIZAÇÃO DOS ESTÚDIOS
 PRINCIPAL
 ENDEREÇO BAIRRO
 CIDADE UF
 AUXILIAR
 ENDEREÇO BAIRRO
 CIDADE UF

ANEXO VII (verso)

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO
 CANAL CLASSE NÚMERO DE FUNCIONAMENTO

8 - TRANSMISSORES
 PRINCIPAL
 FABRICANTE MODELO
 CÓDIGO N/R POT. VÍDEO (nominal) POT. VÍDEO (operacional) W
 AUXILIAR
 FABRICANTE MODELO
 CÓDIGO N/R POT. VÍDEO (nominal) POT. VÍDEO (operacional) W

9 - SISTEMA TRANSMISSÃO
 FABRICANTE MODELO GANHO dB

ALTEZURA ALTURA DA ANTENA EXP. MÁX. IRADIADA/150 m AZIMUTE ORIENTAÇÃO ZERO DIAGONAL

10 - LINHA DE TRANSMISSÃO
 FABRICANTE MODELO CONFIABILIDADE ATENUAÇÃO dB/100 m

11 - PRÉDIO EM TRANSMISSÃO
 AZIMUTES (graus) Nível (m) POTÊNCIA EXP (kW) AZIMUTES (graus) Nível (m) POTÊNCIA EXP (kW)

12 - ENGENHEIRO PROJETISTA
 NOME COMPLETO Nº REGISTRO CREA
 ENDEREÇO TELEFONE
 LOCAL DATA ASSINATURA

ANEXO VIII

MINFRA SNC DEPARTAMENTO NACIONAL DE SERVIÇOS PRIVADOS

SOLICITAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE ESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIAL DE RÁDIO-REMISSÃO DE TELEVISÃO

1 - TRANSMISSÃO
☐ INCLUIÇÃO ☐ ALTERAÇÃO ☐ EXCLUSÃO

2 - RÁDIO
☐ ENTIENDE ☐ ESTACAO

3 - CEC

4 - IDENTIFICAÇÃO
 RENDIMENTO SOCIAL

5 - ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA
 LOGRADOURO BAIRRO
 CIDADE UF CEP

6 - LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO
 ENDEREÇO BAIRRO
 CIDADE UF COORDENADAS GEOGRÁFICAS

7 - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO
 CANAL TIPO 1 - PRIMÁRIA 2 - SECUNDÁRIA NÚMERO DE FUNCIONAMENTO

8 - TRANSMISSOR
 FABRICANTE MODELO CÓDIGO N/R POT. VÍDEO (nominal) POT. VÍDEO (operacional) W

9 - SISTEMA TRANSMISSÃO
 FABRICANTE MODELO GANHO

ALTEZURA ALTURA DA ANTENA EXP. MÁX. IRADIADA/150 m AZIMUTE ORIENTAÇÃO ZERO DIAGONAL

ANEXO VIII (verso)

10 - LINHA DE TRANSMISSÃO
 FABRICANTE MODELO CONFIABILIDADE ATENUAÇÃO dB/100 m

11 - PRÉDIO EM TRANSMISSÃO
 AZIMUTES (graus) Nível (m) POTÊNCIA EXP (kW) AZIMUTES (graus) Nível (m) POTÊNCIA EXP (kW)

12 - ENGENHEIRO PROJETISTA
 NOME COMPLETO Nº REGISTRO CREA
 ENDEREÇO TELEFONE
 LOCAL DATA ASSINATURA

13 - PARA USO DO INUV
 FISCAL G/P W FISCAL GERADOR NOME

ENCERRAMENTO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 23, EM 23 DE MAIO DE 1990.
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidência do Ministro Ademar Paladini Ghisi.
Procurador-Geral: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco.
Secretário das Sessões: BPI Raul Freire.
Subsecretário: BPI Josadak Pereira de Oliveira.

Com a presença dos Ministros Luciano Brandão Alves de Souza, Fernando Gonçalves, Carlos Átila Alvares da Silva, da Ministra Elvia Lordello Castello Branco, dos Ministros Marcos Vinícios Rodrigues Villaga, Homero dos Santos e Paulo Affonso Martins de Oliveira, do Ministro Substituto Bento José Bugarin e dos Auditores José Antonio Barreto de Macedo e Lincoln Magalhães da Rocha, bem como do Procurador-Geral, Dr. Francisco de Salles Mourão Branco, o Presidente, Ministro Ademar Paladini Ghisi, declarou aberta a Sessão Ordinária do Plenário às quatorze horas e trinta minutos (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 59, 79 e 89, 15 caput, 17 itens I a V e 62 itens I e VI, 73 item IV e 139 parágrafo único).

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ATAS

Apresentadas pela Presidência do Tribunal.
O Tribunal Pleno aprovou as Atas nºs 18, 19 e 20, das Sessões Extraordinária, Ordinária e Especial realizadas, respectivamente, em 08, 09 e 15 de maio corrente, cujas cópias autenticadas haviam sido previamente distribuídas aos Ministros e ao Representante do Ministério Público (Regimento Interno, artigo 99, item I e artigos 15 *in fine* e 18).

AUDITORIA OPERACIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL

- Requerimento formulado pelo Ministro Fernando Gonçalves.
O Tribunal Pleno, por unanimidade, deferiu, ante as razões expostas e para os fins indicados, o requerimento formulado pelo Ministro Fernando Gonçalves, em todos os seus termos, sobre a matéria em epígrafe (v. texto em Anexo I a esta Ata).

PROCESSOS RELACIONADOS

O Tribunal Pleno, ao acolher os Votos emitidos, aprovou as Relações de processos submetidos a Plenário, pelos respectivos Relatores (v. Anexo II desta Ata), na forma de seu Regimento Interno, artigos 59, 99, item III, 19 e 102; e Decisão Normativa nº 07, de 04 de novembro de 1980, artigo 2º.

PROCESSOS INCLuíDOS EM Pauta

Passou-se, em seguida, à apreciação de processos incluídos na Pauta, organizada, sob nº 15, em 15 de maio corrente, havendo o Tribunal Pleno proferido as Deliberações que se inserem nos Anexos III a XVII desta Ata, por classes de assunto e acompanhadas dos correspondentes Relatores e Votos e Propostas de Decisões, bem como de pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 59, 99, itens IV e V, §§ 1º a 3º e 5º a 7º, 17 item V e 46):

- Processos nºs 649.022/89-0 (com o Anexo nº 649.019/88-1) e 649.053/89-3, relatados pelo Ministro Luciano Brandão Alves de Souza;
- Proc. nº 006.678/89-0, relatado pela Ministra Elvia Lordello Castello Branco;
- Procs. nºs 925.443/89-6 e 010.616/85-3, relatados pelo Ministro Homero dos Santos;
- Proc. nº 004.832/90-6, relatado pelo Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira;
- Procs. nºs 014.739/86-0, 424.014/88-5 e 010.728/88-9, relatados pelo Auditor José Antonio Barreto de Macedo;
- Procs. nºs 006.030/88-2, 007.069/88-0, 006.842/88-7 (juntado ao 010.906/88-6) e 007.068/89-1, relatados pelo Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

Foram incluídos em Pauta, a teor do disposto no artigo 99, §§ 5º e 7º do Regimento Interno, e relatados nesta data, os processos nºs 006.637/89-3 (Relator, Ministra Elvia Lordello Castello Branco) e nºs 008.401/86-1, 008.234/87-6 e 000.510/89-0 (Relator, Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Villaga); o, ainda o Proc. nº 000.635/90-1 (Relator, Ministro Fernando Gonçalves); havendo este último sido adiado para ser apreciado em Sessão subsequente.

A Presidência adiou, para Sessão subsequente, na forma regimental, a apreciação dos processos incluídos na Pauta nº 15/90 citada, pelos seguintes Relatores:

- Ministro Fernando Gonçalves (Procs. nºs 014.368/85-4 e 006.635/89-0);
- Ministro Carlos Átila Alvares da Silva (Procs. nºs 012.186/86-4 e 000.945/86-2);
- Ministra Elvia Lordello Castello Branco (Procs. nºs 500.107/86-6, 008.123/87-0 e 625.305/89-2);
- Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira (Proc. nº 012.022/89-6);
- Ministro Bento José Bugarin (Procs. nºs 275.168/87-5 e 007.224/88-5); e
- Auditor Lincoln Magalhães da Rocha (Proc. nº 010.754/89-0).

O Presidente, Ministro Ademar Paladini Ghisi - ao convocar, na forma dos artigos 12, 14 e 62 itens I e VI do Regimento Interno, Sessão Sigilosa, a ser realizada a seguir e após intervalo de 15 minutos - deu por encerrada a Sessão Ordinária às dezesseis horas e quarenta minutos.

Para constar, lavrou-se a presente Ata, que eu, Antonio da Silva Ferreira, Diretor da Divisão competente, subscrevi, indo adiante assinada pelo Secretário das Sessões, e, depois de aprovada, pelo Presidente do Tribunal.

RAUL FREIRE
Secretário das Sessões

Aprovada em 12 de junho de 1990

ADEMAR PALADINI GHISI
Presidente

Anexo I da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

AUDITORIA OPERACIONAL NO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL

- Requerimento formulado pelo Ministro Fernando Gonçalves.
Inteiro teor do Requerimento formulado pelo Ministro Fernando Gonçalves e deferido, nesta data, por unanimidade - ante as razões expostas, e para os fins indicados em todos os seus termos - sobre a matéria em epígrafe.

Sr. Presidente
Srs. Ministros
Sr. Procurador-Geral

Nos termos do artigo 18 do Regimento Interno, formulo a este Egrégio Plenário Requerimento com o fim de obter informações junto ao Ministério da Infra-Estrutura, a que está subordinado o Departamento Nacional de Combustíveis da Secretaria Nacional de Energia, com vistas ao exercício da competência deste Tribunal prevista no inciso IV, do art. 71, da Constituição Federal, no sentido da realização de auditoria operacional.

A auditoria pretendida objetiva, igualmente, levar subsídios ao Congresso Nacional, em cumprimento ao que determina o artigo 70 da Constituição Federal, para possibilitar a ação de Controle Externo deferida àquela Parlamento no artigo 71 da mesma Carta.

O objeto a ser auditado é o Programa Nacional do Alcool, instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 76.593, de 14-11-75, cuja implantação foi atribuída aos Ministérios da Fazenda, da Agricultura, da Indústria e do Comércio, das Minas e Energia, do Interior e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, constituindo-se então a Comissão Nacional do Alcool, presidida pelo Secretário-Geral do MIC.

Extintos ou transformados os Ministérios, pela Medida Provisória nº 150, de 15.03.90, criou-se o Ministério da Infra-Estrutura, a través da mesma Medida e do Decreto nº 99.244, de 11.05.90, o qual, no seu artigo 220, implantou a Secretaria Nacional de Energia, assim como, no artigo 222, o Departamento Nacional de Combustíveis.

Verifica-se no aludido artigo 222, inciso XXVI, que ao Departamento Nacional de Combustíveis compete "fixar e controlar os estoques estratégicos de petróleo e seus derivados, de álcool e de carvão mineral".

Além disso, no inciso X, ao mesmo Departamento é atribuída a missão de "fixar os preços do álcool, do petróleo e seus derivados e dos combustíveis sólidos, em conformidade com as diretrizes matemáticas estabelecidas pelo Poder Executivo para os preços e tarifas de energia elétrica", assim como no inciso XI "fixar o percentual de álcool anidro a ser utilizado na mistura carburante, dentro da região de produção, pelos distribuidores de gasolina, fazendo-lhes quotas e locais de recebimento e mistura".

Não restam dúvidas, pois, que ao Ministério da Infra-Estrutura e, especificamente, à Secretaria Nacional de Energia, compete zelar pelo abastecimento do álcool no País, já que à ela incumbe fixar e controlar os estoques estratégicos do álcool.

Têm sido surpreendentes e contraditórias as manifestações públicas das autoridades responsáveis. Senão, vejamos: o Secretário Nacional de Energia, Rubens Vaz da Costa, anunciou, dia 22 do corrente, através da imprensa nacional, que o Governo "não é mais responsável" pelo abastecimento do produto e recomendou aos consumidores que "reclamassem com os produtores" pela falta de álcool pois, "os eles podem resolver o problema".

Preconiza ainda o Sr. Vaz da Costa que o Governo deveria "sair completamente do negócio do álcool, deixando, inclusive, de fixar os preços e fazer o plano de safra". O Secretário prossegue, segundo a Folha de São Paulo de 22 do corrente e outros órgãos da imprensa, que o Governo já auxiliou demais os produtores de álcool, criando uma "enorme reserva de mercado e financiando a produção de combustível".

O estorrecimento que ontem manifestei verbalmente na Sessão Extraordinária realizada se confirma hoje pela manifestação da imprensa nacional, com justificaremos a seguir.

Diz o Jornal de Brasília, editado nesta data, em seu principal Editorial, intitulado "O Lava-Mãos", o seguinte: "A visão que tem o Ministro da Infra-Estrutura das responsabilidades do Governo em face do abastecimento do álcool - a de que não se sente comprometido com ele, pois o Governo não produz álcool - é no mínimo desrespeitosa. É o complemento que a respeito faz o Secretário Nacional de Energia, in

formando que seu problema pessoal está resolvido, pois tem um carro a gasolina, é incompatível com a seriedade que se exige do titular de um cargo como o dele".

Prósseguir o mesmo editorial: "O Governo é responsável sim, independentemente de quem seja o Presidente da República e o Ministro da Infra-Estrutura. Foi o Governo que criou o Proálcool, que estimulou a indústria a produzir carros a álcool, que reduziu impostos para que os consumidores os adquirissem e, simultaneamente, também, criou o slogan "carro a álcool: ainda vou ter um". Foi também o Governo que estabeleceu uma correlação favorável ao carro a álcool nos preços dos combustíveis, visando a estimulá-lo, e foi também o Governo que, ao longo de todo o tempo, ficou preso aos produtores de cana a transformar em navios em pastagens".

Finaliza o editorialista afirmando: "Espera-se que o quanto antes o Governo saia dos lugares onde a iniciativa privada é mais eficiente. Mas com calma e organizadamente. Saír deixando o caos atrás é inaceitável".

Devo citar, por oportuno e por se harmonizar com o que declara ontem, o editorial, também principal, do Correio Braziliense de hoje quando diz: "Não se encaixam nas definições já produzidas pelo Governo as declarações do Secretário Nacional de Energia, Rubens Vaz da Costa, no sentido de eximir a administração federal de qualquer responsabilidade de pelo abastecimento de álcool carburante. A infelicidade do pronunciamento reside também na alegação de que aos consumidores, em ação direta com os produtores, cabe a responsabilidade de providenciar o suprimento de álcool aos postos de serviços, estabelecer preços e fiscalizar a qualidade do produto".

Mais adiante o mesmo editorial faz afirmações que citarei resumidamente: "... A questão não pode ser solucionada à distância da ação reguladora da autoridade pública não se por tratar-se de algo vinculado à estratégia nacional, como por envolver interesses econômicos de largo espectro".

Segue afirmando o conceituado Correio Braziliense: "... o Programa Nacional do Alcool veio para favorecer o País como uma alternativa energética eficaz, depois que os preços do combustível fóssil já pararam no mercado internacional, em duas ocasiões, com níveis bastante graves para a estabilidade da economia interna". Por este ângulo do problema, vê-se que há uma demanda social e econômica com suficiente dimensão e gravidade para ocupar as atenções dos gestores públicos, na medida em que a crise, caso não seja definitivamente superada, punirá, e milhões de brasileiros que acreditaram em um plano governamental e já deram a implantação".

O Jornal "O Estado de São Paulo" de hoje, também, na coluna intitulada "Opinião" e com o título "O Governo é responsável" diz o que segue: "A medida que se agrava a crise do abastecimento de álcool, o Governo recua, procurando se isentar de qualquer responsabilidade. O Secretário de Energia, Rubens Costa, afirmou que o Governo não produz álcool, não controla o abastecimento e não tem responsabilidade pelo que está acontecendo".

Continua afirmando, depois de dizer que enquanto deu lucro estava tudo bem: "Agora que deixa de ser financeiramente interessante produzir álcool é o Governo pretendo acabar com os subsídios, eles não querem mais saber de assumir responsabilidades. Mas isso não isenta o atual Governo, que de forma alguma pode lavar as mãos, como pretende Rubens Costa. Nada disso. O Governo atual não é responsável pela crise do abastecimento, mas tem obrigações perante o consumidor. Este somente aderiu ao programa do álcool porque recebeu, não a garantia dos usuários, nos quais sabia não poder confiar, mas do Governo". E mais adiante: "O Governo e os usuários gastaram milhões de cruzeiros em campanhas promoção nácia".

Fica claro, em face de todas essas manifestações, que as declarações atuais das autoridades, parecem evidenciar que o Governo é o responsável pela situação de crise do álcool, como o próprio editor estabelecendo atribuições e mantendo as condições do Programa Nacional do Alcool, como o Decreto nº 99.244, de 11.05.90.

Quer me parecer estranho, Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Procurador-Geral, que um programa nacional, instituído e patrocinado pelo Estado, e imposto à Nação como política de Governo, ao qual se aportaram enormes somas de recursos públicos, via subsídios e financiamento do BNDES, do BNB, do BASA, do Banco do Brasil e do Sistema Nacional de Crédito Rural, possa vir a ser abandonado a meio caminho sem sequer um estudo dos efeitos maléficos desse abandono ante as mudanças estruturais de mercado e de vida que esse Programa já provocou.

Reitero, além do mais que, segundo a legislação vigente, o Governo produtor e administrador legal do álcool, por isso as declarações das autoridades atuais parecem distantes da realidade concreta e soam como desatenção à sociedade ou, no mínimo, como desarticulação entre os responsáveis pelo Programa.

Em face dessas considerações e tendo em vista as atribuições constitucionais desta Egrégia Corte de Contas, conferidas no artigo 71, inciso IV da Carta Magna de 1988, requiro ao Plenário encaminhar ao Exmº Sr. Ministro de Estado da Infra-Estrutura, solicitação no sentido de informar ao Tribunal, no prazo de 15 dias:

- 1 - o montante de recursos públicos aportados ao Programa Nacional do Alcool, desde a sua criação.
- 2 - o montante de financiamentos fornecidos pelos Bancos estatais (BNDES, BNB, BASA, Banco do Brasil e Sistema Nacional de Crédito Rural); a forma de pagamento e a situação de inadimplência atual.
- 3 - o volume de subsídios repassados pela Petrobrás ao preço do álcool.
- 4 - As formas de controle dos estoques estratégicos e os responsáveis por esse controle (art. 222, inciso XXVI, do Decreto nº 99.244/90).
- 5 - As formas atuais do repasse de recursos públicos e a fonte desses recursos.

6 - As diretrizes atuais do Governo quanto à produção de carros a álcool e à produção de álcool combustível.

7 - A política global do Governo quanto ao Programa Nacional do Alcool.

8 - A estimativa de empregos diretos proporcionados atualmente pelo Programa Nacional do Alcool.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

FERNANDO GONÇALVES
Ministro

Anexo II da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990

(Sessão Ordinária do Plenário)

PROCESSOS RELACIONADOS

Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores e aprovadas pelo Tribunal Pleno, ao acolher os Votos emitidos (Regimento Interno, artigos 99, item III, 19 e 102; e Decisão Normativa nº 07, de 04 de novembro de 1980, art. 2º).

Relação nº 006/90

Relação dos processos à PLENÁRIO, para votação, na forma do Regimento Interno, art. 99, itens III e 102.

Relator: Ministro MARCOS VINÍCIOS VILAÇA

TOMADA DE CONTAS

Ministério do Interior

- 01 - TC-007.087/89-6 - Departamento de Pessoal.
Exercício de 1988.
Responsável: Mauro Mendes de Lima e outros (fls. 02)

Voto: Pela baixa na responsabilidade dos gestores, fazendo-se as recomendações aliteradas.

- 02 - TC-007.842/89-0 - Secretaria Especial do Meio Ambiente - SEMA.
Exercício de 1988.
Responsável: Roberto Messias Franco (fls. 04).

Ministério das Relações Exteriores

- 03 - TC-599.039/89-2 - Segunda Comissão Brasileira Demarcadora de Limites.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Juvenal Milton Engel e outros (fls. 01).

- 04 - TC-599.042/89-3 - Secretaria de Recepção e Apoio.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Margarida Zobarán e outros (fls. 01).

Voto: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis.

Ministério da Aeronáutica

- 05 - TC-006.885/89-3 - Subdiretoria de Orçamento e Pagamento de Pessoal.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Sérgio Augusto Amaral Lima e outros (fls. 01).

- 06 - TC-006.913/89-0 - Parque de Material Aeronáutico de Belém.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Antonio Arruda Cordeiro e outros (fls. 01).

- 07 - TC-006.933/89-0 - Hospital de Força Aérea de Brasília.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Roberto Romero Coutinho e outros (fls. 01).

- 08 - TC-006.873/89-8 - Grupo de Apoio do Rio de Janeiro.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Antonio Smania e outros (fls. 01).

Voto: Pela regularidade das contas, com quitação aos responsáveis.

TOMADAS DE CONTAS ESPECIAL

Ministério da Fazenda

- 09 - TC-012.643/89-0 - Caixa Econômica Federal - CEF, Filial Bahia.
Responsável: Joséilton Alves da Silva.

- 10 - TC-012.646/89-0 - Caixa Econômica Federal - CEF, Filial Paraná.
Responsável: Amadeu Alves de Oliveira Filho.

Voto: Pelo arquivamento dos autos, dando-se baixa na responsabilidade e quitação ao responsável.

Ministério da Educação

- 11 - TC-010.232/89-3 - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
Responsável: João Licínio Lustosa de Carvalho.

Voto: Pela baixa na responsabilidade do responsável e arquivamento do processo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ministério das Minas e Energia

- 12 - TC-009.630/88-0 - Petrobrás Internacional S/A - BRASPETRO.
Exercício de 1987.
Responsáveis: Ivan de Araújo Simões e outros
(fls. 03).

Voto: Pela regularidade das contas com quitação aos responsáveis, fazendo-se as recomendações na forma dos pareceres.

Ministério da Educação

- 13 - TC-524.034/88-5 - Universidade Federal de Pernambuco.
Exercício de 1987.
Responsáveis: George Brawne Rego e outros (fls. 06).

Voto: Pelo arquivamento simples das contas, fazendo-se as recomendações alitradas.

Ministério das Comunicações

- 14 - TC-011.335/88-0 - Telecomunicações de Roraima S/A - TELAIMA.
Exercício de 1988.
Responsáveis: Francisco das Chagas Ribeiro Cruz e outros (fls. 04).

- 15 - TC-007.899/89-0 - Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS.
TG-015.570/88-9 Exercício de 1988.
e TC-007.814/88-7 Responsáveis: Almir Vieira Dias e outros (fls. 05).

Voto: Pela baixa na responsabilidade dos gestores e arquivamento do processo, fazendo-se as recomendações na forma dos pareceres.

Ministério da Aeronáutica

- 16 - TC-007.894/89-9 - Companhia Eletromecânica - CELMA
Exercício de 1988.
Responsáveis: Edvino Caldas Santos e outros (fls. 05).

Voto: Pela baixa na responsabilidade dos administradores e arquivamento do processo, fazendo-se as recomendações na forma dos pareceres.

Prefeituras Municipais (Royalties)

- 17 - TC-225.025/88-4 - Prefeitura Municipal de Amaturá - AM.
Exercício de 1987.
Responsável: Luiz Pereira (fls. 02).

Voto: Pela juntada das presentes contas às de 1988, para exame em conjunto e em confronto.

- 18 - TC-425.035/89-1 - Prefeitura Municipal de Juscimeira - MT.
Exercício de 1988.
Responsável: Sebastião Rodrigues de Bonfim

Voto: Pela regularidade das contas, dando-se quitação aos responsáveis.

- 19 - TC-600.122/89-1 - Prefeitura Municipal de Mossoró - RN.
e TC-600.185/89-3 Exercício de 1988.
Responsável: Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia (fls. 12).

- 20 - TC-325.069/90-5 - Prefeitura Municipal de Damolândia - GO.
Exercício de 1988.
Responsável: Antônio Dâmaso de Lima (fls. 05).

Voto: Pela baixa na responsabilidade do Administrador com arquivamento do processo, fazendo-se as recomendações alitradas.

Diretórios Regionais

- 21 - TC-006.791/88-3 - Diretório Regional do PDS no Piauí.
Exercício de 1987.
Responsáveis: Lucídio Portela Nunes e Helvídio Nunes de Barros (fls. 19).

Voto: Pela baixa na responsabilidade dos gestores e arquivamento do processo.

- 22 - TC-300.007/89-2 - Diretório Regional do P.T. no Espírito Santo.
Exercício de 1987.
Responsável: Perly Cipriano (fls. 15).

Voto: Pelo arquivamento dos autos.

RELATÓRIO DE AUDITORIA ESPECIAL

Ministério da Cultura

- 23 - TC-007.182/89-9 - Secretaria Geral
Período abrangido: 15.05 a 08.06.89.
Responsável: Willian S. Penido Valle (fls. 28).

Voto: Pela juntada do presente relatório à Tomada de Contas do exercício de 1989, para exame em conjunto e em confronto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

MARCOS VINÍCIOS VILAÇA
Ministro-Relator

RELAÇÃO Nº 008/90

Processos submetidos ao Plenário, para votação na forma do Regimento Interno, artigo 92, item III, 53 e 102.

Relator: Min PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA

TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

ROYALTIES DO PETROLEO LEI Nº 7.525/86

- 01 - TC-325.128/90-1 - JOAQUIM OLÍMPIO ROSA, responsável pelas contas da PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPOEMA-TO - Valor: Cr\$ 331.49 - Exercício de 1988.

Secretaria de Planejamento

- 02 - TC-006.335/89-6 - ACÁCIO ANÍBAL FÁRIA DE SOUZA e demais responsáveis relacionados às fls. 01 e 28 pelas contas do DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DA SEPLAN/RJ - Exercício de 1988 (períodos indicados)
TC-599.002/88-3

Voto: Pela regularidade das contas, dando-se quitação aos responsáveis, de acordo com os pareceres.

ROYALTIES DO PETROLEO - LEI Nº 7.525/86

- 03 - TC-425.084/88-4 - PAULO TOSHIAKI SAIJI, responsável pelas contas do GOVERNO NO ESTADO DE RONDONIA - Exercício de 1987 - Valor: Cr\$ 1.327.446,32.
anexo: TC-425.123/88-0

Voto: Pela regularidade das contas, dando-se quitação aos responsáveis, observando-se as recomendações propostas, de acordo com os pareceres.

Ministério da Educação

- 04 - TC-200.122/88-6 - BEENO LINS DE OLIVEIRA, e demais responsáveis relacionados às fls. 42, pelas contas da ESCOLA TÉCNICA FEDERAL DE ALAGOAS - Exercício de 1987 (períodos indicados).
apensos: TC-200.027/87-5
TC-200.008/87-0

Ministério do Trabalho

- 05 - TC-008.332/89-4 - MARIA LUCIA DA FONSECA, responsável pelas contas do CONSELHO REGIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS da 14ª Região/RIO GRANDE DO NORTE - Exercício de 1988.

Voto: Pelo arquivamento, com baixa na responsabilidade dos Administradores, observando-se as recomendações propostas, de acordo com os pareceres.

Ministério da Saúde

- 06 - TC-599.014/89-0 - MARIA THEREZA GUIMARAES PALACIOS, e demais responsáveis relacionados às fls. 01, pelas contas do HOSPITAL DR. PHILLIPPE PINEL - Exercício de 1988 (períodos indicados).

Voto: Pelo arquivamento, com baixa na responsabilidade dos ordenadores de despesa e regularidade das contas dos responsáveis subordinados, dando-lhes quitação, observando-se as recomendações propostas, de acordo com os pareceres.

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Ministério da Agricultura

- 07 - TC-000.180/89-0 - RUBEN ILGENFRITZ DA SILVA, responsável pelos recursos oriundos do ajuste firmado entre a Secretaria-Geral/MA e a Associação dos Horadeiros do Acampamento da Telebrasil.

Voto: Pela baixa na responsabilidade, ante o recolhimento do débito, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres.

Ministério da Educação

- 08 - TC-012.095/89-3 - ROMIRO ROCHA, responsável pelos recursos transferidos pelo FNDE à PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO PARAISO/PR - Exercício de 1986.

Voto: Pelo arquivamento, com baixa na responsabilidade do Administrador, de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça

- 09 - TC-004.759/90-7 - JOSÉ RIBAMAR PEREIRA, responsável pelos recursos transferidos pelo DEFEEN nº 28/86-MJ à PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROS, no Estado do Piauí.

Original com Defeito

12216

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

Voto: Pelo arquivamento, com baixa na responsabilidade do Administrador, observando-se as recomendações propostas, de acordo com os pareceres.

Ministério da Justiça

10 - TC-001.127/90-0 - LUIZ PORTELA DE CARVALHO, responsável pelos recursos transferidos pelo DEPEN/MJ à PREFEITURA MUNICIPAL DOS PALMARES/PE - Convênio DEPEN/MJ/Nº 27/85.

Voto: Pela baixa na responsabilidade, e arquivamento do processo de acordo com os pareceres.

Relatório de Inspeção

11 - TC-475.054/89-0 - Ministério das Comunicações
Telecomunicações da Paraíba S/A - TELPA
Responsáveis: Gervásio Bonavides Mariz Maia e outros. (períodos indicados)

Voto: De acordo com os pareceres, por que se façam as recomendações propostas, devolvendo-se o processo à Inspeção, para exame em confronto e em conjunto com as respectivas contas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro-Relator

Relação nº 14/90

Relação dos processos submetidos à PLENÁRIO, para votação, na forma do Regimento Interno, arts. 9º, item III, 53 e 102.

Relator: Ministro BENTO JOSÉ BUGARIN

TOMADA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ministério do Trabalho

01 - 007.055/89-7 - Marcos Antonio Pinto da Silveira, Administrador, Conselho Regional de Medicina no Estado de Rondônia. Exercício de 1988.

VOTO: Pela baixa na responsabilidade do Administrador e arquivamento do processo, sem prejuízo das recomendações alvitradas, de acordo com os pareceres.

02 - 008.333/89-0 - Mesflio Pinheiro Veiga e Jailsson Bittencourt de Andrade, Administradores, Conselho Regional de Química da 7ª Região. Exercício de 1988.

VOTO: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis, sem prejuízo das recomendações alvitradas, de acordo com os pareceres.

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

03 - 006.178/89-8 - Maria Consuelene Marques, Maria Auxiliadora Tavares, Administradoras (1ª Região) e demais responsáveis relacionados às fls. 33 a 35. Conselhos Regionais de Biblioteconomia, Exercício de 1988.

VOTO: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis pelos Conselhos Regionais das 3ª, 5ª a 13ª Regiões. Pela baixa na responsabilidade das Administradoras dos Conselhos Regionais das 2ª, 4ª e 14ª Regiões, e arquivamento do processo, sem prejuízo das recomendações, de acordo com os pareceres.

04 - 007.216/89-0 - Silvio Eduardo Evangelista Nogueira, Administrador (1ª Região) e demais responsáveis relacionados às fls. 46/47. Conselhos Regionais de Administração. Exercício de 1988.

VOTO: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis pelos Conselhos Regionais das 3ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10ª a 12ª, 14ª, 16ª e 17ª Regiões. Pela baixa na responsabilidade dos Administradores dos Conselhos Regionais das 2ª, 5ª, 7ª, 9ª, 13ª e 15ª Regiões e arquivamento do processo, sem prejuízo das recomendações alvitradas, de acordo com os pareceres.

05 - 007.217/89-7 - Raphael Senner de Araújo, Adelino da Matta Ribeiro, Administradores e demais responsáveis relacionados às fls. 37 a 48. Conselhos Regionais de Química. Exercício de 1988.

VOTO: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis pelos Conselhos Regionais das 1ª, 4ª, 5ª, 8ª, 9ª, 11ª a 13ª Regiões. Pelo arquivamento do processo e baixa na responsabilidade dos Administradores dos Conselhos Regionais das 3ª, 6ª e 10ª Regiões, sem prejuízo das recomendações alvitradas, de acordo com os pareceres.

06 - 010.960/89-9 - Antonio do Oliveira Rios, Maria José Souza de Almeida, Administradores e demais responsáveis relacionados às fls. 23 a 28. Conselhos Regionais de Museologia - COREM. Exercício de 1988.

VOTO: Pela regularidade das contas e quitação aos responsáveis, sem prejuízo das recomendações alvitradas, de acordo com os pareceres.

Gabinete, em 23 de maio de 1990

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

Anexo III da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PROJETO DE DECISÃO NORMATIVA (Aposentadoria, Vantagens, Representação e Opção, DAS)

- Relator: Ministro Fernando Gonçalves

Processo: 000 635/90-1

Origem: Tese suscitada na Sessão de 22 de novembro de 1989

Assunto

Tese suscitada pelo Ministro Fernando Gonçalves na Sessão de 22 de novembro de 1989 (Ata nº 53/89, Anexo III) e reiterada na Sessão de 16 de maio de 1990 (Ata nº 21/90, Anexo III), quanto à "inclusão, no cálculo de proventos, da Representação Mensal e das Opções inerentes ao exercício do Cargo em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superior-DAS" e às condições que devem ser atendidas para o deferimento de tais vantagens, no processo em epígrafe, constituído em apartado do Proc. 015 870/87-4.

Em exame a redação final, apresentada pelo Relator, Ministro Fernando Gonçalves, do projeto, aprovado na referida Sessão de 16 de maio deste ano, de Decisão Normativa sobre a matéria.

Deliberação

O Tribunal Pleno, ante sugestões supervenientes apresentadas ao Relator pelo Presidente, Ministro Adhemar Paladini Ghisli, e, ainda, em face de ponderações feitas pelo Ministro Carlos Átila Alves da Silva, quanto a redação dada ao item 3 do artigo 1º do mencionado Projeto, adiou a votação da redação final do Projeto de Decisão Normativa aprovado na Sessão de 16 de maio corrente (Ata nº 21/90, Anexo III).

Anexo IV da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PROJETO DE RESOLUÇÃO

(Aposentadorias, vantagens do art. 184 da Lei 1711/52 e Lei 7333/85)

Processo: 006.657/89-7

Origem: Proposição feita na Sessão de 28 de junho de 1989

Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco

Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Proposta formulada pela Ministra Elvira Lordello Castello Branco na Sessão ordinária realizada em 28 de junho de 1989 (Ata nº 30/89, in D.O.U. de 20 de julho de 1989), no sentido de serem acrescidas duas (2) alíneas e um parágrafo único ao art. 3º da Resolução nº 187, de 28 de junho de 1977, já modificada pela de nº 221, de 13 de junho de 1985;

Em votação, nesta oportunidade, a redação final da Resolução aprovada na Sessão ordinária do Plenário realizada em 16 de maio corrente (Ata nº 21/90, Anexo IV).

Deliberação

O Tribunal Pleno, a luz do disposto no artigo 11 da Resolução nº 199, de 17 de abril de 1979 (com a redação dada pela Resolução nº 238, de 26 de abril de 1989, homologada, nesta data, a redação final da Resolução aprovada na Sessão de 16 de maio corrente, que altera a Resolução nº 187, de 28 de junho de 1977, já modificada pela Resolução nº 221, de 13 de junho de 1985), havendo dita Resolução obtido o nº 243/90, com vigência a partir da data de sua publicação, com urgência, no Diário Oficial da União, em separado da presente Ata.

Anexo V da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

CONSULTA, INCINERAÇÃO DE DOCUMENTOS

- Relator, Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira

Processo: 004 832/90-6

Consultante: Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda/RJ

Órgão técnico de instrução: 7ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Consulta formulada pela Srª Delegada Substituta da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro, sobre a incineração de documentos.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao considerar as conclusões do Relator, de acordo com o parecer da 7ª Inspeção Geral de Controle Externo, resolveu:

- 1º) não conhecer, ante as razões expostas, da consulta formulada pela Srª Delegada Substituta da Delegacia do Ministério da Fazenda no Estado do Rio de Janeiro; e
- 2º) mandar devolver ao órgão solicitante o processo com seu respectivo recipiente (anexo).

GRUPO I - CLASSE I

TC-004.832/90-6

(Anexo: Saco com documentos)

Delegacia do Ministério da Fazenda na Fazenda do Estado do Rio de Janeiro

Consulta sobre a incineração de documentos.

RELATÓRIO

Em 27 de agosto de 1984, o Delegado do Ministério da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, através de ofício ao Procurador Chefe da Procuradoria da Fazenda Nacional, no mesmo Estado, entendeu de examinar títulos e caubões sob a guarda e responsabilidade do DNFE, a fim de receber os direitos que porventura existam. Esses documentos foram excluídos pela Comissão criada para providenciar a incineração de outros documentos (fl. 01).

2. Estão arrolados documentos registrados nas Caixas "de Depósitos de Diferentes Valores", "de Depósitos e Cauções", "de Depósitos Públicos" e "Movimento Financeiro" (fls. 10/13).

3. A Comissão destinada ao exame desses valores sugere a incineração dos mesmos pois, "pelo tempo decorrido e de se supor, sem nenhuma validade, uma vez que alguns datam desde 1845" e "seus valores tornaram-se meramente simbólicos" (fls. 47/48). O Delegado da DMF/RJ louva o trabalho e põe o seu "de acordo".

4. Contudo, a Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado do Rio de Janeiro, em 25.02.85, por cautela, entendeu ser "indispensável um exame, "vis a vis", dos títulos para verificação de sua possível validade e conseqüente recebimento dos direitos a eles relativos" (fls. 51/52).

5. O documento de fls. 64 dá notícia de que no mês de outubro de 1984 procedeu-se na Casa da Moeda do Brasil, à incineração de documentos que, pelo tempo decorrido, já estariam prescritos. Arrola, entretanto, os títulos e cauções referidos, ressaltando que foram objeto de verificação da validade de direitos e, ao final, solicitou-se, novamente, o pronunciamento da Procuradoria da Fazenda Nacional - RJ.

6. A Procuradoria, inicialmente, ofícia (08.08.85) à Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para que informe sobre a existência de cotação "das ações pertencentes às empresas e bancos" (fls. 74). Esta entidade, em 20.08.85, informa "que as ações das empresas relacionadas no referido ofício não possuem registro para negociação... razão pela qual não são cotadas" (fls. 77).

7. Diante dessa informação, a Procuradoria propõe (08.11.85) que se oficie aos Cartórios de Distribuição de Ações da cidade do Rio de Janeiro, bem assim ao Departamento de Acionistas do Banco do Brasil S/A para que esclareçam o assunto (fls. 79). Nas Comarcas de 22 e 48 Ofícios do Registro de Distribuição, nada existe a respeito e, na do 39, há registro sobre o Banco Francês para o Brasil (fls. 87, 90 e 100). Já o Banco do Brasil S/A esclarece que há registro de ações em nome de pessoas físicas e jurídicas (fls. 103).

8. Volta a se manifestar a Procuradoria da Fazenda Nacional-RJ (fls. 129/130), "segundo a qual "há necessidade de maiores esclarecimentos por parte da DMF-RJ" a fim de se saber a razão desses títulos terem sido dados em caução à União. Somente com essas informações poderia se pronunciar, visto que "a caução se fez em garantia de algum negócio". Devoe o processo e mais o recipiente (saco) que o acompanha, com os documentos referidos (01.12.87).

9. A DMF-RJ, em 30.12.87, declara que a "Seção não tem condições de esclarecer o solicitado" pois foram "infrutíferas as tentativas de identificar suas origens, bem como a localização dos beneficiários" e que somente "à Procuradoria da Fazenda Nacional no RJ caberia a solução do caso" (fls. 131).

10. Fala novamente a Procuradoria, em 26.05.88, onde solicita "se esclareça porque motivo foram dados em caução à União, porquanto, em princípio, títulos de crédito recebidos nesta condição "equivaler a penhor", devolvendo o processo e o recipiente à DMF-RJ, em nova audiência (fls. 132). Mais uma vez, o Delegado da DMF-RJ, devolve o processo e o anexo à Procuradoria encarregando "reexaminar a matéria, com vistas ao atendimento da solicitação desta Delegacia" (fls. 01" (incineração) ponderando que "conhecimento da razão que levou à efetivação das cauções, parece-me irrelevante, já agora e uma vez que os depósitos foram efetuados" (fls. 134). A Procuradoria retorna com o processo, em 05.10.88, à DMF-RJ esclarecendo "que a natureza do negócio Jurídico frente à União tem pertinência com o desate da questão, ou seja, a destinação dos títulos" (fls. 135).

11. Manifesta-se, novamente, (23.11.89), o Delegado da DMF-RJ, onde afirma que "os atos praticados pela administração até o presente momento, procurando uma solução para o problema, esgotaram o amparo legal, devendo daqui em diante ser observado o bom senso" e socorre-se "das luzes da Delegacia do Tesouro Nacional" no Estado do Rio de Janeiro (fls. 137).

12. O Coordenador de Normas e Organização da DFN pelo Ofício de (22.01.90), sugere constituir-se "uma comissão com o objetivo de definir o verdadeiro valor dos papéis em questão" e, após esse exame, reconhece que os "títulos e documentos outros que tenham perdido o valor comercial, mas sendo reconhecido algum valor histórico, deverão ser formalmente cedidos às instituições museológicas do ramo" (fls. 140/141).

13. O Delegado do Tesouro Nacional - RJ concorda com o Coordenador, conforme expediente de 08.02.90 e propõe o retorno do processo, bem como do respectivo recipiente à Delegacia de Administração do Ministério da Fazenda (DAMF/RJ) para exame das sugestões apresentadas (fls. 142).

14. A Sra. Delegada substituta da DAMF-RJ (14.03.90), ao opinar sobre o assunto, diz:

"encarecemos a prestimosa audiência do Egrégio Tribunal de Contas da União, dada a natureza sui generis, de que se reveste a matéria versada nos autos deste processo e a real dificuldade com que se defronta esta DAMF-RJ para alcançar o objetivo colacionado, ou seja, a adequada solução para o assunto em questão" (fls. 143).

14. O Sr. Diretor da 1ª Divisão da 7ª IGCE, em 04.04.90, após fazer sucinto relato a respeito da matéria, conclui:

"Segundo se verifica, no art. 123 do R.I., não sendo a DAMF/RJ Órgão Central do Ministério, não está sua Titular relacionada no rol das autoridades de que podem formular consulta à esta Egrégia Corte, nem sua pretensão se insere dentro da competência deste Tribunal" (fls. 145).

15. A Sra. Inspetora-Geral da 7ª IGCE (06.04.90) concorda com as conclusões do Sr. Diretor da 1ª Divisão, e a restituição do processo à DMF/RJ (fls. 145). Juntamente com o respectivo recipiente (saco) fechado a cadoado, cuja chave se encontra em envólucro cerrado na folha de rosto do processo.

X o Relatório.

V O T O

17. O Relatório ora apresentado visou demonstrar a que ponto chegou a burocracia brasileira. Há cinco anos, Órgãos de um mesmo Ministério procuram resolver o destino a ser dado a papéis antigos, alguns até mesmo centenários. Inclusive apelo ao "bom senso" chegou a ser formulado. Agora, dirigem-se a este Tribunal, em termos de consulta e como tábuas de salvação, sem caracterizarem bem o que desejam: autorizar a incineração ou resolver o conflito entre Órgãos do Ministério da Fazenda?

18. Refoge à competência deste Egrégio Tribunal de Contas decidir a respeito do assunto, além do impedimento regimental (art. 123) quando, de forma clara, estabeleceu quem pode a ele se dirigir em termos de consulta.

19. A via crucial provavelmente vai continuar, o que é profundamente lamentável.

20. Por tais razões, de acordo com a 7ª IGCE, VOTO no sentido de que:

- a) não se conheça da consulta por falta de amparo legal (RI art. 123) e por não estar entre as competências do Tribunal o exame de tal matéria; e
- b) se devolva ao órgão solicitante o processo, com o seu respectivo recipiente (anexo).

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA
Ministro-Relator

Anexo VI da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Relator, Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilça

Processo: 000 510/89-0

Responsável: José Carlos Guedes

Entidade: ECT-Agência Postal Telegráfica de Colorado do Oeste, DR de Rondônia

Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco

Órgão técnico de instrução: 9ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto:

Tomada de contas especial, em fase de cobrança executiva do débito que, por Acórdão de 14 de setembro de 1988 (Proc. nº 008112/87-8, Ata nº 47/88, Anexo XXII, in D.O.U. de 06 de outubro de 1988), havia sido imputado ao mencionado Responsável.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com o parecer do Representante do Ministério Público, determinou, ante as razões expostas, o encerramento do processo, atendido o disposto no art. 5º da Portaria TCU nº 173/80, c/c a Portaria nº 149/83, sem que a medida proposta obste a que a entidade promova, se e quando viável, o ressarcimento do prejuízo sofrido.

GRUPO I - CLASSE III

TC nº 000.510/89-0

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de processo especial de cobrança executiva promovido contra JOSÉ CARLOS GUEDES, ex-servidor da APT de Colorado do Oeste, da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no Estado de Rondônia.

Pelo Acórdão de 14.09.88, este Tribunal julgou o responsável supracitado em débito pelo valor, à época, de Cr\$ 48.767,65, proveniente de alicante.

Em face da inexistência de bens penhoráveis, foi requerida a suspensão da execução, nos termos do art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil, conforme ofício nº 044/89.

Em resposta a expediente da Procuradoria, mediante ofício nº 2.014/90, foi remetida cópia da petição da empresa com o respectivo despacho judicial, determinando aquela suspensão.

Ante o exposto, o Ministério Público entende que este Tribunal poderá determinar o encerramento do presente processo de cobrança executiva, atendido o disposto no art. 5º da Portaria TCU nº 173/80, c/c a Portaria nº 149/83, sem que a medida proposta obste a que a entidade promova, se e quando viável, o ressarcimento do prejuízo sofrido.

No mesmo sentido é o meu VOTO

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

MARCOS VINÍCIOS VILÇA
Ministro-Relator

PARECER

Trata-se de processo especial da cobrança executiva promovida contra JOSÉ CARLOS GUEDES, ex-servidor da APT de Colorado do Oeste, da Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, no Estado de Rondônia.

2. O v. Acórdão desta Tribunal, de 14-9-1988, julgou o responsável acima citado em débito pela quantia, à época, de Cr\$ 48.787,85 e, pela quantia de Cr\$ 144.182,12, o ex-servidor da referida Agência Postal, LUIZ GONZAGA SALES LOBATO, cujo débito foi apurado em processo distinto (TC-512/89-3).

3. A cobrança judicial foi solicitada, em 26-02-1989, à Presidência daquela Empresa, mediante o ofício junto por cópia às fls. 12.

4. Em resposta a expedientes desta Procuradoria, foi-nos remetida, através do Ofício nº 2.014-90, cópia da petição da Empresa, com o respectivo despacho judicial, determinando a suspensão da execução, nos termos do art. 791, inciso III, do Código de Processo Civil, ante a inexistência de bens penhoráveis.

5. Pelas razões expostas, acreditamos que o Colendo Plenário poderá determinar o encerramento do presente processo especial de cobrança executiva, atendido o disposto no art. 52 da Portaria TCU nº 173-80, de 15-12-1980 (in DO de 18-12-1980), alterada pela Portaria nº 149, de 20-5-1983. (in DO de 25-5-1983).

Procuradoria, em 07 de maio de 1990

FRANCISCO DE SALLES MOURÃO BRANCO
Procurador-Geral

Anexo VII da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Relator, Ministro Homero dos Santos
Processo: 010.616/85-3
Responsáveis: Hélio Penaforte Valle e Beatriz de Albuquerque Carvalho
Entidade: Banco Nacional de Crédito Cooperativo-BNCC
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Órgão técnico de instrução: 3ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Tomada de contas especial instaurada em decorrência do re-
solvido na Sessão de 23 de maio de 1985, quando do exame dos resultados
dos da inspeção extraordinária realizada no BNCC (Proc. nº 020.787/82,
Ata nº 32/85, in D.O.U. de 25 de junho seguinte), tendo o processo re-
tornado a este Tribunal, em face de recurso interposto pela segunda
responsável, quanto ao Acórdão de 22 de fevereiro de 1989 (Ata nº 04/89,
Anexo XII, in D.O.U. de 15 de março seguinte).

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de
acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu:

19) conhecer do recurso interposto pela Sra. Beatriz de Al-
buquerque Carvalho para, ante as razões expostas, negar-lhe pro-
vimento; e

20) mandar citar o então Presidente do extinto BNCC, Sr.
Toshio Shibuya, solidariamente com o Sr. Hélio Penaforte Valle e
a Sra. Beatriz de Albuquerque Carvalho, suspendendo, temporariamente,
a execução do Acórdão proferido na Sessão de 22 de fevereiro
de 1989 (Ata nº 04, Anexo XII, in D.O.U. de 15 de março seguinte),
ante o fato superveniente:

(GRUPO I - CLASSE II)

TC-010.616/85-3

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial de HÉLIO
PENAFORTE VALLE e BEATRIZ DE ALBUQUERQUE CARVALHEIRO, constituída por
determinação desta Corte na Sessão de 23.05.85, ao apreciar o
TC-020.787/82, relativo a inspeção extraordinária realizada no Banco
Nacional de Crédito Cooperativo S/A - BNCC.

02. Citados pelo Ofício de fls. 16/17, os acusados apresentaram
a defesa constante de fls. 18/48 que, analisada pela instrução de
fls. 63/68, proporcionou a redução do débito anterior no valor de Cr\$
4.705.570, quatro milhões, setecentos e cinco mil, quinhentos e
setenta e sete cruzeiros para Cr\$ 3.721.960, três milhões, setecentos e
vinte e um mil e novecentos e sessenta cruzeiros.

03. O supracitado débito é resultante de pagamento indevido,
efetuado em decorrência de ajuste fraudulento, firmado entre o BNCC e
a Confederação Brasileira das Cooperativas de Eletrificação Rural
Ltda. - COMBRACER.

04. O processo foi incluído em pauta especial, havendo sido
julgadas irregulares estas contas e em débito os responsáveis
solidários, Sr. HÉLIO PENAFORTE VALLE e Sra. BEATRIZ DE ALBUQUERQUE
pela importância acima, de acordo com a Decisão de 22.02.89 (in Ata
nº 04, Anexo XII, Acórdão à fl. 72).

05. Dessa decisão, apenas recorreu a Sra. BEATRIZ, apresentando
as justificativas de fls. 78/98. Após examinadas pela instrução de
fls. 98, resultado oficiado ao Presidente do BNCC solicitando
certificar se houve efetivo exercício da servidora, no período de
02.12.82 a 31.01.84, quando esteve contratada pela COMBRACER, prestando
serviço ao BNCC.

06. Em resposta, o BNCC informou que a mesma ingressou no
quadro de pessoal somente em 01.02.84 (fls. 100/1).

07. Considerando que o BNCC não comprovou o efetivo exercício
da recorrente, no período de 02.12.82 a 31.01.84, a Sra. Inspectora
não vê como eximi-la da responsabilidade.

08. Por outro lado, conforme cópia do seu Relatório (fls.
113/133), a Comissão Especial de Inquérito designada pelo então
Ministro da Agricultura, para apurar as irregularidades no BNCC,
comprovou a má fé na realização do Ajuste entre Banco e COMBRACER,
cujos atos decorrentes foram considerados irregulares. A
responsabilidade direta foi imputada ao Sr. TOSHIO SHIBUYA,
Presidente do Banco e a indireta ou solidária recaiu sobre os demais
ex-dirigentes (fls. 134).

09. Diante dos fatos, a Sra. Inspectora-Geral, em concordância
com a Sra. Assessora propõe:

a) ser conhecido o recurso apresentado pela
Sra. BEATRIZ DE ALBUQUERQUE CARVALHEIRO,
porém para negar-lhe provimento; e

b) que seja suspensa, temporariamente, a
execução do mencionado Acórdão, com o
objetivo de ser citado o Sr. TOSHIO SHIBUYA
solidariamente com o Sr. HÉLIO PENAFORTE
VALLE e a Sra. BEATRIZ DE ALBUQUERQUE
CARVALHEIRO, considerando que ficou
comprovada sua participação no evento
danoso.

10. De sua parte, a Douta Procuradoria, representada pelo
Subprocurador-Geral, Doutor JATIR BATISTA DA CUNHA, manifesta-se de
acordo com a proposição da Inspeção.

11. É o Relatório.

V O T O

12. De fato, como se depreende dos autos (fls. 100), a
recorrente somente foi contratada pelo BNCC em 01.02.84. Portanto, o
extinto BNCC não comprovou o efetivo exercício da recorrente no
período de 02.12.82 a 31.01.84, época em que a mesma esteve
contratada pela COMBRACER, em decorrência do Ajuste fraudulento
firmado entre o extinto Banco e aquela Confederação.

13. De outra parte, emerge dos autos a proposta de citação do
Sr. TOSHIO SHIBUYA tendo em vista que o mesmo foi o signatário, por
parte do BNCC, do Acordo em comento.

14. Assim, em consonância com os Pareceres, VOTO pelo
conhecimento do recurso interposto pela Sra. BEATRIZ DE ALBUQUERQUE
CARVALHEIRO, para negar-lhe provimento. VOTO, ainda, por que seja
citado o então Presidente do extinto BNCC, Sr. TOSHIO SHIBUYA,
suspendendo, temporariamente, a execução do Acórdão de fls. 72, ante
o fato superveniente, tudo de conformidade com os Pareceres.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

PARECER

Tomada de Contas Especial de HÉLIO PENAFORTE VALLE e
BEATRIZ DE ALBUQUERQUE CARVALHEIRO, julgados em débito por Acórdão de
22.02.89, na importância de Cr\$ 3.721.960 (fls. 72), referente à paga-
mento indevido efetuado pela COMBRACER, em decorrência de ajuste fraudu-
lento celebrado com o BNCC.

Retornam os autos para apreciação do recurso interposto
por BEATRIZ DE ALBUQUERQUE CARVALHEIRO às fls. 78/82 acompanhado dos ele-
mentos de fls. 83/97 que após minuciosa análise efetuada na 3ª IGCE,
sobre as propostas uniformes de:

a) acolhimento do pedido como recurso, mas para negar-lhe
provimento;

b) citação de TOSHIO SHIBUYA solidariamente com Sr. HÉLIO
PENAFORTE VALLE e BEATRIZ DE ALBUQUERQUE CARVALHEIRO,
mediante suspensão temporária da execução do v. Acór-
dão de fls. 72, uma vez que ficou comprovada a sua par-
ticipação no evento danoso.

Ocorre salientar que as alegações que a recorrente produ-
ziu em sua defesa surgiram dúvidas que ensejaram a diligência efe-
tuada na 3ª IGCE através do expediente de fls. 99.

Uma vez que o BNCC não comprovou o efetivo exercício da
recorrente no período de 02.12.82 a 31.01.84, quando esteve contrata-
da pela COMBRACER, a Srª Inspectora-Geral não vê como eximi-la da res-
ponsabilidade em questão.

Ademais, comprovada a ilicitude do Ajuste BNCC/COMBRACER
e as demais considerações apresentadas, não vemos como deixar de
acolher as conclusões retratadas.

Assim, somos pelo conhecimento do pedido como recurso na
forma do artigo 113 do R.T./TCU, por tempestivo que é, para em segui-
da negar-lhe provimento, sem prejuízo da citação de TOSHIO SHIBUYA na
forma sugerida.

Procuradoria, em 31 de outubro de 1989

JATIR BATISTA DA CUNHA
Subprocurador-Geral

Original com Defeito

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12219

Anexo VIII da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Relator, Auditor José Antonio Barreto de Macedo
Processo: 014.739/86-0
Responsáveis: Antonio Roberto Marcondes e outros
Entidade: Caixa Econômica Federal-Agência de Arujá/SP
Representante do Ministério Público: Dr. Jaitir Batista da Cunha
Órgão técnico de instrução: 88 Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Tomada de contas especial, instaurada para apurar irregularidades praticadas pelos mencionados responsáveis contra a referida Agência da Caixa Econômica Federal, no período de 14 de julho de 1981 a 13 de agosto de 1984.

Deliberação

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas:

- a) determinar o não prosseguimento do processo quanto à parcela restante de NCz\$ 160,16, referente ao débito original de Cr\$ 1.840.510,00 imputado, solidariamente, aos Srs. Luiz Augusto de Farias e Flávio Pantaleão Filho, ficando condicionada a baixa na responsabilidade dos mesmos ao recolhimento do mencionado valor;
- b) julgar irregulares as presentes contas e em débito o ex-servidor Antonio Roberto Marcondes, pela importância de Cr\$... 8.161.467,00 (oito milhões, cento e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete cruzeiros), havendo-o condenado ao pagamento da mencionada quantia, com a fixação de prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento aos cofres da Caixa Econômica Federal, acrescida da correção monetária e dos juros de mora devidos, contados a partir de 19 de setembro de 1985, na forma do art. 111 do Regulamento Interno-TCU, combinado com a alínea a do item 2 da Decisão Normativa nº 02/79, devendo a referida quantia ser convertida, na forma da lei, em cruzeiros, cruzados novos e cruzeiros; e a autorização desde já, para a cobrança judicial, nos termos do art. 50, letra c, do Decreto-lei nº 199/67, caso não seja atendida a notificação, tudo na forma do Acórdão, apresentado pelo Relator e aprovado nesta data em Plenário (fls. 311).

Processo TC-014.739/86-0 (GRUPO I - CLASSE II)

Tomada de Contas Especial

Caixa Econômica Federal/Filial de São Paulo

Em exame o processo de Tomada de Contas Especial relativa à irregularidades praticadas pelos empregados da Caixa Econômica Federal ANTONIO ROBERTO MARCONDES, FLAVIO PANTALEÃO FILHO, ARACY MIYAKO YOSHIKAWA, TERAOKA, IVONE HITOMI TAKEITI e LUIZ AUGUSTO DE FARIAS, na Agência de Arujá, Filial de São Paulo, no período de 14/7/81 a 13/8/84.

2. O débito apurado é proveniente de saldo em aberto na conta do cliente Américo Larini Neto, cheques que foram compensados, gerando saldos negativos, remuneração indevida em conta de DCM sobre valores indisponíveis para a CEF, e em operações nas quais o cheque, contabilizado do dinheiro, retornou sem fundos (fraude de escrita), bem como do IOF devido em tais operações e dos juros pela utilização dos aludidos recursos, débito esse calculado até 31/1/85, conforme demonstrativos constantes às fls. 134 a 144, 148 e 149, 172 a 183, 187, 189 e 190 destes autos.

3. Na Sessão de 19 de outubro de 1987, este Tribunal resolveu (fls. 199/201):

- a) determinar a citação de Flávio Pantaleão Filho, solidariamente com Luiz Augusto de Farias, pelo débito de Cr\$ 1.840.510 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, quinhentos e dez cruzeiros) e de Antonio Roberto Marcondes, pelo débito de Cr\$ 8.247.042 (oito milhões, duzentos e quarenta e sete mil e quarenta e dois cruzeiros), a serem acrescidos dos consectários legais;
- b) deixar ao descortínio da própria Caixa Econômica Federal o julgamento da conveniência e oportunidade de promover a cobrança dos débitos atribuídos aos responsáveis IVONE HITOMI TAKEITI e ARACY MIYAKO YOSHIKAWA.

4. Citados, os responsáveis não apresentaram, no entender da 8ª IGCE, elementos suficientes nem provas capazes de elidir as razões que ensejam a imputação do débito (fls. 218/219, 222/234 e 242/245).

5. Em consequência, propôs a Inspeção Técnica que, após a inclusão do processo em pauta especial, fossem as presentes contas julgadas irregulares, condenando-se os falhosos ao pagamento dos débitos atribuídos nos autos (fls. 247/254v).

6. A douta Procuradoria manifestou-se de acordo, requerendo, na ocasião, a cobrança na via judicial, acaso os alencados não recolhêssem ou deixassem de requerer parcelamento (fls. 255).

7. Por despacho singular, datado de 14/11/88, determinei a realização de diligência interna, objetivando complementar as informações necessárias à condenação dos responsáveis (fls. 261).

8. A 8ª IGCE, em novo exame que fez da matéria, esclareceu que:
 - a) o demonstrativo de fls. 164/187 calcula os juros e correção pelo número de dias da apropriação (numerário da CEF que foi utilizado pelo cliente) ou da remuneração indevida, restando que os juros e a correção ali apontados se constituem no próprio débito;
 - b) o mencionado demonstrativo corrige o valor monetariamente até agosto de 1985 e aponta o montante do débito, nessa data;
 - c) tal como figurou no ofício citatório, por cópia às fls. 202, realmente, estaria havendo dupla contagem;
 - d) para evitar referida prática, os acréscimos legais deveriam ser contados a partir de 19/9/85.

9. Em consequência, a Titular da 8ª IGCE propôs, com a concordância do Ministério Público, nova citação dos responsáveis nos termos indicados (fls. 267/268 e 273/274).

10. Promovida a citação, vieram aos autos os documentos de fls. 292/293, 294/297 e 300, examinados na Inspeção competente, como segue (fls. 301/305):

a) Flávio Pantaleão Filho

O responsável em epígrafe tomou conhecimento do teor do ofício citatório, permanecendo omissão (fls. 287v).

b) Luiz Augusto de Farias

Ciente em 11/10/89, o aludido empregado apresentou suas razões de defesa, arguindo que "não é, e nunca foi, devedor da CEF", nem devedor solidário, vez que exercia suas atribuições e estava subordinado ao Sr. Flávio Pantaleão Filho, devendo ficar a critério desse a responsabilidade pelo pagamento total do débito.

Apesar das alegações retrocitas, a Caixa informou que a parcela de responsabilidade do devedor foi saldada mediante desconto dos valores em seu salário, relativo ao mês de julho de 1989 (fls. 288).

O valor retido pela CEF (NCz\$ 421,99) apresenta uma diferença, a menor, de NCz\$ 160,16 em relação ao total apurado pela Inspeção (NCz\$ 582,15), decorrente da forma de cálculo adotada pela Empresa (fls. 303).

c) Antonio Roberto Marcondes

O nominado tomou ciência da citação em 29/9/89, apresentando em sua defesa argumentos semelhantes aos anteriormente enviados à apreciação deste Tribunal (fls. 242/245), os quais não ilidem as irregularidades a ele imputadas.

11. Em conclusão, a Inspeção Técnica, com a anuência da douta Procuradoria, propõe, verbis (fls. 304/305 e 305v):

- I - seja dispensada a cobrança executiva do aludido resíduo (NCz\$ 160,16), imputado, solidariamente, aos Srs. Luiz Augusto de Farias e Flávio Pantaleão Filho, e excluída a responsabilidade destes sobre o débito total apurado nos presentes autos (Cr\$ 1.840.510), ressalvando à CEF a conveniência da cobrança, se e quando julgar oportuno; e
- II - sejam as contas, após a inclusão do processo em pauta especial (art. 9º, § 3º do Regulamento Interno), julgadas irregulares e em débito o Sr. Antonio Roberto Marcondes pela quantia de Cr\$ 8.161.467 (oito milhões, cento e sessenta e um mil, quatrocentos e sessenta e sete cruzeiros), acrescida da correção monetária e dos juros de mora, calculados a partir de 19/9/85, observadas as disposições do D.L. n. 2.284/86 e legislação complementar, podendo ser, desde logo, autorizada a cobrança judicial do débito, na forma do art. 50, letra "c", do D.L. n. 199/67.

12. O processo foi incluído em pauta especial, publicada no D.O.U. de 25/4/90 (fls. 306/307).

13. É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

A vista do expedito, acolho os pareceres e manifesto-me por que:

- I - se determine o não prosseguimento do processo quanto à parcela restante de NCz\$ 160,16, referente ao débito original de Cr\$ 1.840.510, imputado, solidariamente, aos Srs. Luiz Augusto de Farias e Flávio Pantaleão Filho, ficando, todavia, condicionada a baixa na responsabilidade dos mesmos ao recolhimento do mencionado valor; e
- II - sejam as presentes contas julgadas irregulares e em débito o ex-servidor Antonio Roberto Marcondes, pela importância de Cr\$ 8.161.467, na forma da minuta de Acórdão que ora submeto à aprovação deste E. Plenário.

T.C.U., em 23 de maio de 1990

JOSÉ ANTONIO B. DE MACEDO
Auditor-Relator

Anexo IX da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Relator, Auditor José Antonio Barreto de Macedo
Processo: nº 424.016/88-5

Responsável: Antonio Carlos Martins Junqueira
Unidade: Delegacia do Tesouro Nacional/MS
Órgão de origem: Secretaria de Controle Interno do M. da Saúde
Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho
Órgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/MS

Assunto

Tomada de contas especial, acompanhada do pedido de parcela mento do débito (Cr\$ 59.699,38) que, por Acórdão de 13 de dezembro de 1989 (Ata nº 61, Anexo XIII, in D.O.U. de 12 de janeiro seguinte), já via sido imputado ao responsável.

Deliberação

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas:

- 1º) autorizar o parcelamento do débito (Cr\$ 59.699,38) em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, identificando-se o responsável, Sr. Antonio Carlos Martins Junqueira, de que o inadimplemento de qualquer cota implicará no vencimento automático e total da dívida (Enunciado nº 192 da Súmula de Jurisprudência do TCU, in D.O.U. de 09 de novembro de 1982), havendo mantido os demais

mos do Acórdão de 13 de dezembro de 1989 (Ata 61/89, Anexo XIII, in D.O.U. de 12 de janeiro de 1990), tudo na forma do Acórdão, cuja redação foi apresentada pelo Relator e aprovada nesta data em Plê-nário (fls. 115); e

2º) determinar ao responsável a apresentação dos comprovantes de recolhimento das parcelas mensais à Inspeção Regional de Controle Externo-MS, até a quitação da dívida.

Processo TC-424.016/88-5 (GRUPO I - CLASSE II)

Tomada de Contas Especial

Delegacia do Tesouro Nacional

Este E. Plenário, em Sessão de 13/12/89, julgou irregulares as presentes contas, condenando o Sr. Antonio Carlos Martins Junqueira ao pagamento da quantia de Cr\$ 59.699,38, nos termos do Acórdão de fls. 102.

2. Notificado, o responsável apresentou pedido de parcelamento do débito, em 12 (doze) cotas mensais, juntando comprovante de sua renúncia e certidão com o intuito de comprovar a impossibilidade de cumprir, de imediato, a r. decisão;

3. A instrução, na IRCE/MS, após informar que o débito atualizado, à data da solicitação retro (março/90), importava em Cr\$ 11.638,11, opinou pelo deferimento do parcelamento da dívida nos termos solicitados (fls. 109/110).

4. O Sr. Diretor Técnico, com a anuência do Inspetor-Regional, acompanha a proposição do informante, acrescentando que o responsável deve ser identificado da obrigatoriedade de apresentar à IRCE/MS, mensalmente, para serem anexados aos autos, os comprovantes de recolhimento (DARF) até a conclusão do pagamento do débito.

5. A d. Procuradoria nada tem a opor, reservando-se, todavia, o direito de oficial diante de qualquer fato novo (fls. 111/112).

6. É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

7. Ante as razões expendidas nos autos, acolho os pareceres e manifesto-me no sentido de que seja deferido o parcelamento do débito imputado ao Sr. Antonio Carlos Martins Junqueira, acrescido dos juros de mora e da correção monetária, identificando-lhe de que o inadimplemento de qualquer das cotas importa no vencimento automático e na cobrança executiva do saldo devedor (Súmula TCU n. 192), na forma da minuta do Acórdão que ora submeto à aprovação do E. Plenário.

Somos, ainda, por que se determine ao responsável a apresentação dos comprovantes de recolhimento das parcelas mensais à IRCE/MS, até a quitação da dívida.

T.C.U., em 23 de maio de 1990

JOSÉ ANTONIO B. DE MACEDO
Auditor-Relator

PARECER

Tomada de contas especial de Antônio Carlos Martins Junqueira e outros em que, em Sessão de 13.12.89 (fls. 102), ocorreu o julgamento em débito, condenando-se o indigitado ex-servidor.

2. Ao ser notificado para recolher, no prazo de 30 dias, apresentou ele pedido de parcelamento do débito, já não mais é servidor e o presenteur certidões da Cartórios da Comarca de Campo Grande - MS, que indicou direitos reais, a propósito de um lote de terreno de 300 metros quadrados.

3. A IRCE do estado propõe acolhimento do pedido, observando o procedimento a ser seguido pelo devedor.

4. O parcelamento é previsto, na jurisprudência da Corte, como meio de facilitar ao devedor o cumprimento de seu dever sem os inconvenientes da execução judicial, sem embargo do pagamento de juros e correção a que já está condenado o responsável.

5. É bom que se diga, que as certidões provam e tem fé pública apenas pelo que nelas se contém. Nada mais que isso. Falam apenas de imóveis na Comarca.

6. Haveria outro ou outros Cartórios na Comarca?

7. E em outras Comarcas? Possuía ou não bens em outras o devedor?

8. Os bens móveis também são objeto de penhora e são suporte para responder pela execução. O réu não os oferecendo, pode o oficial de justiça indicá-los o quanto baste.

9. Não possui o Sr. Antônio Carlos um veículo? Este é penhorável.

10. A penhora, com as ressalvas agora da Nova Carta, é regulada no Código de Processo Civil.

11. A eventual demora, a mora no saldar os compromissos assumidos, dará à União o direito de executá-lo, à vista especialmente da declaração de bens para o imposto de renda.

Feitas estas considerações, não nos opomos ao parcelamento. Reserva-se o M.P. para oficial diante de qualquer fato novo.

Procuradoria, em 18 de abril de 1990

LAERTE JOSÉ NARIKHO
Subprocurador-Geral

**Anexo X da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)**

TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

- Relator, Auditor José Antonio Barreto de Macedo
Processo: 010.728/89-9

Responsáveis: Newton Tavares

Unidade: Diretoria Regional do PDS em Roraima

Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Sales Mourão Branco

Órgão técnico de instrução: 4ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Tomada de contas especial, constituída em apartado do TC nº 008.966/88-5, por força do decidido na Sessão de 23 de agosto de 1989 (Ata nº 41/89, Anexo XVI, in D.O.U. de 15 de setembro seguinte) para efeito de citação do responsável omissão na prestação de contas dos recursos oriundos do Fundo Partidário e repassados, no exercício de 1987, ao Diretoria Regional do PDS em Roraima.

Deliberação

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu: "a) julgar irregulares as presentes contas e em débito Newton Tavares, pela importância de Cr\$ 5.456,52 (cinco mil, quatrocentos e cinquenta e seis cruzados e cinquenta e dois centavos), havendo-o condenado ao pagamento da mencionada importância, com a fixação do prazo de 30 (trinta) dias, para o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, dessa quantia, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora devidos a partir de 11.8.87, sobre a parcela de Cr\$ 1.490,83 (hum mil, quatrocentos e noventa cruzados e oitenta e três centavos); 08.9.87, sobre Cr\$ 1.468,35 (hum mil, quatrocentos e sessenta e oito cruzados e trinta e cinco centavos); 21.10.87, Cr\$ 1.782,69 (hum mil, setecentos e oitenta e dois cruzados e sessenta e nove centavos) e 04.12.87, Cr\$ 714,65 (setecentos e quatorze cruzados e sessenta e cinco centavos), na forma da legislação pertinente, convertida, oportunamente, em cruzados novos e cruzeiros; e b) autorizar, desde já, a cobrança judicial, nos termos do art. 50, letra 'c', do Decreto-lei nº 199/67, caso não seja atendida a notificação", tudo na forma do Acórdão, cuja redação foi apresentada pelo Relator e aprovada nesta data em Plenário.

Processo TC-010.728/89-9 (GRUPO I - CLASSE II)

Tomada de Contas Especial

Diretoria Regional do PDS em Roraima

Exercício de 1987

Por decisão do Colegiado Plenário, proferida na Sessão de 23/08/89, foi o Sr. Newton Tavares citado para apresentar alegações de defesa ou recolher nos cofres públicos o débito no valor de Cr\$ 5.456,52, acrescido dos encargos legais, proveniente da omissão da prestação de contas dos recursos do Fundo Partidário repassados, no exercício de 1987, ao Diretoria Regional do PDS em Roraima (fls. 05/07).

2. Promovida a citação, o responsável permaneceu omissão (fls. 16).

3. Em consequência, a IRCE/AM opina, por que seja autorizada a cobrança judicial, pela via executiva, do débito imputado ao Sr. Newton Tavares, na quantia de Cr\$ 5.456,52, acrescido dos juros de mora e correção monetária a partir das datas do repasse de cada cota, de conformidade com o disposto no art. 50, letra 'c', do Decreto-lei 199/67, c/c os arts. 1º e 2º da Lei 5.822/80 (fls. 17).

4. Ovidua por nós, a d. Procuradoria propõe a irregularidade das presentes contas, condenando-se o Sr. Newton Tavares ao pagamento do débito apontado nos autos, sendo, desde logo, autorizada a medida indicada pela Inspeção Regional, no caso de fluir in albis a notificação que se há de seguir ao Acórdão condenatório (fls. 19).

5. O processo foi incluído em pauta especial, publicada no D.O.U. de 08/5/90.

6. É o relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

Na linha dos pareceres, manifesto-me por que sejam as presentes contas julgadas irregulares e em débito o Sr. Newton Tavares, pela importância de Cr\$ 5.456,52, na forma da minuta de Acórdão que ora submeto à aprovação deste E. Plenário.

T.C.U., em 23 de maio de 1990

JOSÉ ANTONIO B. DE MACEDO
Auditor-Relator

PARECER

Em atenção à honrosa audiência de fls. retro, e ante o que ressalta a instrução do processo a cargo da zelosa IRCE/AM, uma vez admitido como efetivada a citação do responsável (cf. AR, fls. 16), manifestamo-nos por que sejam julgadas irregulares as presentes contas, condenando-se o Sr. Newton Tavares no débito emergente dos autos, sendo desde logo autorizada a medida indicada pela Inspeção Regional, no caso de fluir in albis a notificação que se há de seguir ao Acórdão condenatório.

Procuradoria, em 24 de abril de 1990

FRANCISCO DE SALLES MOURÃO BRANCO
Procurador-Geral

**Anexo XI da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)**

TOMADA DE CONTAS ANUAL

- Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza

Processo: 649.022/89-0

Responsáveis: Adilson Leontino Souza Falcão e outros

Unidade: Delegacia da Receita Federal em Pelotas/RS

Órgão de origem: Secretaria de Controle Interno do M. da Fazenda

Representante do Ministério Público: Dr. Jair Batista da Cunha

Órgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/RS

Assunto

Tomada de contas, exercício de 1988, examinada em conjunto com as contas da Unidade, relativas ao exercício de 1987 (Proc. nº 649.019/88-1) e com o Relatório de Inspeção Ordinária in loco, realizada no período de 19 a 23 de outubro de 1987 (Proc. nº 625.390/87-3).

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com a proposta da Inspeção Regional de Controle Externo/RS, endossada pelo Representante do Ministério Público, resolveu, ante as razões expostas:

- a) determinar o arquivamento do processo e a baixa na responsabilidade dos gestores, nos períodos indicados (fls. 1/4 do processo);
- b) mandar levar ao conhecimento da Sra. Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento os fatos indicados pela instrução e transcritos nas alíneas "a", "b", "c" do item 3 do Relatório apresentado.

Grupo I**Classe II**

TC-649.022/89-0

- Tomada de Contas - Exercício de 1988.
- Delegacia da Receita Federal em Pelotas - RS.
- Responsáveis: Adilson Leontino Souza Falcão - Delegado (Ordenador de Despesa) e Outros (arrolados às fls. 1/4).

ANEXOS (já apreciados):

- TC-649.019/88-1
- Tomada de Contas - Exercício de 1987.
- TC-625.390/87-3
- Relatório de Inspeção Ordinária - RIO realizada no período de 19 a 23.10.87.

Contas da Delegacia da Receita Federal em Pelotas-RS, exercício de 1988, certificadas plenamente pela CISET/MF (fls. 46/47).

2. A IRCE/RS analisou as presentes Demonstrações Contábeis em conjunto com as do exercício de 1987 (TC-649.019/88-1) e com o Relatório de Inspeção Ordinária - RIO (TC- 625.390/87-3) realizada naquele período (de 1987), ambos já apreciados pelo Tribunal (Sessões de 14.06.89 e 06.04.88, respectivamente).

3. O Sr. Inspeção Regional informa que remanecem nestas contas impropriedades que foram objeto de recomendação à DRF/RS e Aviso endereçado ao Sr. Ministro da Fazenda. São elas:

- a) inobservância da correlação legal na designação de ocupantes de funções do Grupo DAI, justificada pela insuficiência de servidores integrantes da categoria funcional correlata e excepcionalidade prevista na IN-46-75-DASP;
- b) desvio dos servidores de suas respectivas funções, nos termos da Lei nº 1711-52 (S. 39 do art. 70);
- c) utilização de mão-de-obra indireta.

4. O Titular da IRCE/RS, ao analisar os elementos apresentados, em atenção à Decisão do Tribunal (fls. 52/57 do TC-649.022/89-0), concluiu seu parecer da seguinte forma:

"O exame da questão, a partir dos esclarecimentos oferecidos, revela a persistência das irregularidades, mas indica, também, que as mesmas não podem ser creditadas, especificamente, ao Ordenador de Despesas local, visto a sua generalização pela Administração Federal, caso concreto, na área do Ministério da Fazenda, como bem ressalta o Exmo Sr. Ministro-Relator PAULO AFFONSO MARTINS DE OLIVEIRA, ao votar no TC-649.019/88-1, contas do exercício de 1987 - fls. 45.

A identidade de situações concretas impõe idêntico julgamento nestas contas, inobstante se imponha, inclusive pelo respeito às decisões do Tribunal, a imediata correção das falhas/irregularidades apontadas em caráter geral no M. Fazenda, como se disse.

Opinamos pelo arquivamento do processo com baixa na responsabilidade dos administradores indicados e expedição de Aviso Ministerial para adoção de definitivas providências saneadoras referentes aos fatos apontados no item inicial, supra."

5. O Ministério Público junto a esta Corte perfilha (fls. 61v) a proposta da Unidade Técnica.

E o Relatório.

VOTO

Efetivamente, as razões de decidir nas contas do exercício de 1987, relacionadas pelo Ministro Paulo Affonso Martins de Oliveira, e nas que ora se examinam, são rigorosamente as mesmas. Justo, pois, que se lhes dê idêntico julgamento.

2. De outra parte, considerando que as falhas apontadas vêm ocorrendo de forma sistemática e generalizada em diversos órgãos do Ministério da Fazenda, nos últimos exercícios, e tendo em vista as transformações por que passou a referida Pasta em decorrência da recente Reforma Administrativa (Lei nº 8.020/90), entendo também cabível nova comunicação à autoridade ministerial, com vistas ao exercício da supervisão hierárquica.

3. Dessa forma, acolhendo integralmente a proposta do Sr. Inspetor Regional, endossada pela douta Procuradoria-Geral,

Voto por que o Tribunal adote a seguinte **DECISÃO**:

- a) arquivar as presentes contas, dando-se baixa na responsabilidade dos gestores indicados às fls. 1/4, nos períodos ali indicados;

- b) levar ao conhecimento da Srª Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento os fatos indicados pela instrução e transcritos nas alíneas "a", "b" e "c" do item 3 do Relatório que antecede este Voto.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA
Ministro-Relator

Anexo XII da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

TOMADA DE CONTAS ANUAL

- Relator, Ministro Homero dos Santos

Processo: 625.443/89-6

Responsáveis: Ariovaldo Flores e outros

Entidade: Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul/RS

Órgão de origem: Secretaria de Controle Interno do M. da Educação

Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho

Órgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/RS

Assunto

Tomada de contas, exercício de 1988.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas, mandar:

- a) arquivar o referido processo, com baixa na responsabilidade de dos gestores indicados (fls. 01 e 02 do processo);
- b) comunicar ao Exmo Sr. Ministro de Estado da Educação, que o pronunciamento regulamentar a seu cargo deverá ser efetivado em consonância ao disposto no § 2º do art. 82 do Decreto-lei nº 200/67; e
- c) recomendar à Unidade Gestora e à atual Secretária da Administração Geral do Ministério, à adoção das medidas propostas pelo Sr. Inspetor-Regional (itens 3 e 4 transcritos no Relatório apresentado).

(GRUPO I - CLASSE II)

TC-625.443/89-6

TOMADA DE CONTAS

Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul/RS

EXERCÍCIO DE 1988.

Referem-se os autos à Tomada de Contas da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul, exercício de 1988, tendo como responsáveis ARIOWALDO FLORES e os demais agentes arrolados às fls. 1 e 2.

2. Estas contas mereceram certificação restritiva da CISET/MEC (fls. 48), em virtude das ressalvas apontadas em Relatório de Auditoria. A saber: inobservância do princípio da publicidade aplicável aos contratos e consubstanciado na norma do Art. 51, § 1º, do Decreto-lei nº 2.300/86 e suas alterações, descumprimento, pela Entidade, da IN/SEDAP/PR/Nº 204/88 quanto à identificação dos veículos próprios da Escola, pessoal (3 cedidos e 1 temporário) prestando serviços à Unidade com base em convênio e em contrato vencidos.

3. Em atenção ao Controle Interno, desde logo fizeram-se presentes esclarecimentos e justificativas a respeito (fls. 54/55).

4. A instrução, ao encargo da IRCE/RS, fls. 56/58, propôs diligências. Porém o Titular daquela Regional, acompanhando o alvitre do Diretor da Unidade Técnica, e por medida de economia processual, acolheu a sugestão desta, sintetizando-as na forma seguinte (fls. 60):

"1) - arquivamento do processo, com baixa na responsabilidade dos administradores indicados,

2) - expedição de Aviso ao Exmo. Sr. Ministro de Estado supervisor da área, no sentido de que o pronunciamento regulamentar a seu cargo, seja efetivado em consonância ao disposto no § 2º do art. 82, do Decreto-lei nº 200/67 (determinação de providências, saneadoras e ciência oportuna ao Tribunal de Contas da União),

3) - recomendação à Unidade Gestora, para adoção das seguintes providências:

- a) - observância do § 1º do art. 51, do Decreto-lei nº 2.300/86, com a redação do Decreto-lei nº 2.348/87, no que se refere à obrigatoriedade da publicação dos contratos, em resumo,

b) - identificação dos veículos Belina WVD-9308 e Opala WVD-9307, de acordo com a IN - SEDAP nº 204/88 (in DOU de 19.01.88),

4) - idem à Secretária dos Serviços Gerais do Ministério da Educação, visando:

- a) - a regularização da situação dos professores estaduais Sandra Etelvina Ávila da Silveira, Deise Helena Gabriel Rosa e Vilmar Gastaldo Damasceno, cedidos pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em convênio de nº 24/82, celebrado com o Ministério da Educação.

b) - rescisão do contrato com o Professor Temporário João Raimundo Flores Minetti, vencido em 31.12.1987, face ao disposto no art. 15, do Decreto nº 85.712/86, e § 1º do art. 82 do Decreto nº 84.864/87 e § 1º do art. 97 da Constituição Federal/69, então vigente."

5. O douto Ministério Público, entendendo que as medidas acima sugeridas são adequadas às impropriedades relacionadas, acompanha as proposições do Titular da IRCE/RS.

6. É o relatório.

V O T O

7. Acolhendo os Pareceres da Inspeção Técnica competente e do Ministério Público, VOTO:

I- pelo arquivamento do processo com baixa na responsabilidade dos gestores indicados às fls. 01/02,

II- por que se comunique ao Exmo. Sr. Ministro de Estado do MEC que o pronunciamento regulamentar a seu cargo deverá ser efetivado em consonância ao disposto no § 2º do art. 82 do Decreto-lei nº 200/67,

III- por que se recomende, à Unidade Gestora e, à atual Secretária de Administração Geral do Ministério, a adoção das medidas propostas pelo Sr. Inspetor-Regional (itens 3 e 4 transcritos neste Relatório).

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

P A R E C E R

Tomada de contas da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul/RS, exercício de 1988.

2. A CISET/MEC certificou com ressalvas a regularidade destas contas, em virtude das impropriedades apuradas por ocasião do exame auditorial da documentação, conforme registros dos itens 24, 31, 37 e 39, do Relatório de Auditoria de fls. 40/47, como segue:

- a) celebração de contratos para execução de serviços, sem a devida publicação no D.O.U., contrariando o art. 51, § 1º, do Decreto-lei nº 2.300/86 e suas alterações, c/c o item II do art. 33, do Decreto nº 93.872/86 (item 24, fls. 43);
- b) ausência em veículos, de identificação da Entidade, contrariando a IN/SEDAP/PR nº 204/88, D.O.U. de 19.01.88 (item 31, fls. 44);
- c) utilização indireta de pessoal, mediante cessão, sem ônus para a Escola, através de convênio celebrado entre o MEC e o Estado do Rio Grande do Sul, com infringência ao artigo 15 do Decreto nº 85.712/81 e § 1º do artigo 90 do Decreto nº 94.664, de 23.07.87 (item 37, fls. 45);
- d) contrato de Professor Temporário, vencido, evidenciando infringência ao que dispõe o art. 15 do Decreto nº 85.712/81, art. 99, § 1º do Decreto nº 94.664/87 e art. 37, II da Constituição Federal (item 39, fls. 45).

3. Tais impropriedades provocaram, em resposta ao Controle Interno, os esclarecimentos e justificativas de fls. 54/55, apresentadas pela direção da entidade.

4. Após o exame das alegações apresentadas, conclui o Informante (fls. 56/58), a par das restrições que faz, por diligências, à unidade do MEC e devolução do processo ao Sr. Ministro da Educação para a satisfação do disposto nas letras "c" e "d" do art. 41 do Decreto-lei nº 199/67, por entender que o pronunciamento do Ministro da Educação às fls. 52, baseou-se no parecer do Secretário de Controle Interno (fls. 51) que, diz o Informante, além de não dizer nada sobre a regularidade das contas, não demonstra a adoção de medidas corretivas para as falhas registradas.

5. Por sua vez, o Sr. Diretor da 2ª Divisão, da IRCE/RS (fls. 59), sugere a substituição das diligências propostas pelo Informante, por recomendações à Escola, e comunicação ao Sr. Ministro de Estado, não concordando com a devolução do processo, por considerá-lo instruído com todas as peças necessárias. No mérito, opina pelo arquivamento destas contas, com baixa na responsabilidade do administrador.

6. Já o Sr. Inspetor-Regional da IRCE/RS, levando em conta o princípio da economia processual, acolhe integralmente a conclusão do Diretor da Divisão Técnica, sintetizando-a, com as proposições enumeradas nos itens 1, 2, 3 e 4 (fls. 60):

As medidas sugeridas estão, a nosso ver, adequadas às impropriedades emergentes dos autos. Acolhemos, pois, o parecer final do Sr. Inspetor-Regional e manifestamo-nos pelo arquivamento destas contas, com baixa na responsabilidade dos titulares indicados às fls. 1 e 2, sem embargo das proposições enumeradas nos itens 3, 3 e 4 (fls. 60).

Procuradoria, em 12 de dezembro de 1989

LAERTE JOSÉ MARINHO
Subprocurador-Geral

Anexo XIII da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- Relator, Ministro Luciano Brandão Alves de Souza
Processo nº: 649.053/89-3

Responsáveis: Francisco Barbosa Queiroz e outros
Entidade: Meridional Leasing S.A.-Arrendamento Mercantil
Órgão de origem: Secretaria de Controle Interno do M. da Fazenda
Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho
Órgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/RS

Assunto

Prestação de contas da Meridional Leasing S.A.- Arrendamento Mercantil, subsidiária do Banco Meridional S.A., relativa ao exercício de 1988.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas, determinar o arquivamento das contas e a baixa na responsabilidade dos gestores, sem prejuízo da dilação, em seus termos, das demais medidas alvitradas pelo Relator, (alíneas b, c e d da conclusão do Voto ora aprovado).

Grupo I

Classe II

TC-649.053/89-3

- Prestação de Contas - Exercício de 1988.
- Meridional Leasing S/A - Arrendamento Mercantil.
- Responsáveis: Francisco Barbosa Queiroz (Diretor Superintendente) e Outros (indica dos às fls. 2/3).

Prestação de Contas da Meridional Leasing S/A - Arrendamento Mercantil, subsidiária do Banco Meridional S/A, relativa ao exercício de 1988.

2. O certificado de auditoria da CISET/MF é restritivo (fls. 146), em função de ter a empresa extrapolado o limite de dispêndios globais fixado pela SEST. A autoridade ministerial aprovou (fls. 155) as demonstrações contábeis tal como certificadas.

3. A instrução, na IRCE/RS, procedeu à análise da situação econômico-financeira da entidade, concluindo que, além da falha levantada pelo órgão de Controle Interno, já objeto de recomendação por este formulada, os índices apurados às fls. 194 revelam mau desempenho da gestão no período em pauta.

4. Diante disso, propõe o arquivamento das presentes contas, e a baixa na responsabilidade dos gestores. Ademais, sugere recomendação para que a Entidade adote providências no sentido de otimizar o seu desempenho operacional, e observar o limite de dispêndio fixado pela SEST.

5. O Sr. Inspetor Regional e o Ministério Público junto à Corte endossam essa proposta (fls. 196/v).

É o Relatório.

VOTO

Verifica-se dos autos (fls. 149 - item 5.1) que a CISET/MF já endereçou à entidade recomendação para que "sejam observados os limites fixados pela SEST, com as respectivas reformulações e no que dispõe o art. 6º do Decreto nº 95.682/88". Por certo, esse quesito será cumprido pela Empresa, o que deverá ser consignado nos Relatórios do órgão de Controle Interno nas contas futuras, como também verificado pela Inspeção Técnica oportunamente.

2. Com relação aos procedimentos de gestão da Empresa, é de se destinar recomendação aos responsáveis pela direção no sentido de reavaliarem a situação patrimonial da Entidade, e adotarem medidas eficazes para eliminar as distorções indicadas pela Unidade Técnica deste Tribunal, com vistas a maximizar os resultados da Azienda sem onerar a controladora.

Diante do exposto e considerado, acolho os pareceres e VOTO por que o Tribunal DECIDA no sentido de:

- a) arquivar as presentes contas, com baixa na responsabilidade dos gestores;
- b) recomendar aos administradores responsáveis para que adotem providências tendentes a sanear a situação econômico-financeira da Empresa, buscando diretrizes que atendam aos requisitos da economicidade, da eficiência e da eficácia, com propõe a IRCE/RS;
- c) determinar ao órgão de Controle Interno do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento a inclusão, nos relatórios sobre as futuras contas da Entidade, de informações sobre o cumprimento ou não dos limites de despesas fixados pelos órgãos competentes; e
- d) finalmente, recomendar à IRCE/RS o acompanhamento da implementação do que aqui for deliberado, inserindo informes a respeito quando da instrução das futuras demonstrações contábeis.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

LUCIANO BRANDÃO ALVES DE SOUZA
Ministro-Relator

Anexo XIV da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- Relatora, Ministra Elvira Lordello Castello Branco
Processo nº: 006 678/89-0
Responsável: Ednaldo Nunes da Silva
Entidade: Prefeitura Municipal de Riacho das Almas/PE
Orgão de origem: Secretaria de Controle Interno da SEPEs
Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco
Orgão técnico de instrução: 6ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Prestação de contas, exercício de 1986, referente a recursos transferidos pela ex-SAREM, à citada Prefeitura, no valor de (Ct\$... Ct\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados), para aquisição de um trator de esteira, o qual não foi encontrado, pelo atual Prefeito, entre os bens patrimoniais da Entidade.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões da Relatora, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, determinou a remessa de cópia dos documentos de fls. 01 a 22 e 28 a 32 à Secretaria de Controle Interno do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento para as providências alvitradas na conclusão do Relatório e Voto ora aprovados.

GRUPO I CLASSE II

TC 006.678/89-0

Prestação de Contas de recursos transferidos pela ex-SAREM, no exercício de 1986, à Prefeitura Municipal de Riacho das Almas - PE.

RELATÓRIO E VOTO

Refere-se o processo à verba transferida pela ex-SAREM, no exercício de 1986, à PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DAS ALMAS - PE, no valor de Ct\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados - fls. 15), para aquisição de um trator de esteira (fls. 11).

Foi respondida a diligência formulada pelo ofício nº 695/89, fls. 26, pelos documentos de fls. 29 a 32.

A instrução da 6ª IGCE verificou, no caso, ter havido pagamento da referida importância à firma MÁQUINAS FAMOSAS que prometeu entregar o trator no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme cópia do recibo às fls. 31. Ademais, o prefeito, que assumiu o cargo em 02.01.89, não encontrou o veículo entre os bens patrimoniais da Prefeitura.

Conclui, assim, pela diligência indicada no item 5 de fls. 33 e 34, o que foi apoiado pelo Sr. Diretor, Sr. Inspetor-Geral e pela Doria Procuradoria.

Acolhendo os pareceres, VOTO pela remessa de cópia dos documentos de fls. 01 a 22 e 28 a 32 à CISET do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, solicitando-lhe a imediata instauração da conta de contas especial do Responsável pelo desaparecimento do mencionado trator, encaminhando-se o processo correspondente a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Brasília, 15 de maio de 1990

ELVIRA L. CASTELLO BRANCO
Ministra-Relatora

Anexo XV da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS

- Relator, Ministro Marcos Vinícios Rodrigues Vilela
Processo: 008 401/86-1
Responsáveis: Walter da Silva Pacheco e Carlos Alberto Ribeiro Gantuss
Processo: 008 234/87-6
Responsáveis: Carlos Alberto Ribeiro Gantuss, Lucimar Amoras Del Cas-tilho e José Maurício Elarrat
Entidade: Superintendência de Navegação do Amapá
Orgão de origem: Secretaria de Controle Interno do M. do Interior
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Orgão técnico de instrução: 1ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Prestações de contas, relativas aos exercícios de 1985 (Proc. 008 401/86-1) e 1986 (Proc. 008 234/87-6), já apreciadas na Sessão de 20 de setembro de 1989 (Ata nº 45/89, Anexo XXII, in D.O.U. de 26 de outubro seguinte), quando, além da adoção de outras medidas fora aplicada, individualmente, aos responsáveis Carlos Alberto Ribeiro Gantuss e José Maurício Elarrat a multa prevista no art. 53 do Decreto-lei nº 199/67, tendo apenas o segundo responsável recolhido o valor da mencionada multa.

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas, mandar:

1º) dar baixa na responsabilidade do Sr. José Maurício Elarrat expedindo-se, na forma regimental, a provisão de quitação;
2º) com relação ao Sr. Carlos Alberto Ribeiro Gantuss, recomendar à Inspeção Técnica competente a formalização do processo de cobrança executiva, caso não tenha ainda se consumado o recolhimento da multa imposta.

Grupo I - Classe II

Prestação de Contas
Superintendência de Navegação do Amapá - SENAVA

TC-008.401/86-1

Exercício de 1985.

Responsáveis: Walter da Silva Pacheco.
01.01.85 a 30.07.87.
Carlos Alberto Ribeiro Gantuss.
31.07.85 a 31.12.85.

TC-008.234/87-6

Exercício de 1986.

Responsáveis: Carlos Alberto Ribeiro Gantuss.
01.01.86 a 14.05.86.
Lucimar Amoras Del Castello.
15.05.86 a 30.09.86.
José Maurício Elarrat.
01.10.86 a 31.12.86.

RELATÓRIO E VOTO

As presentes contas foram julgadas irregulares e multadas os Srs. Carlos Alberto Ribeiro Gantuss e José Maurício Elarrat, individualmente, pelo valor correspondente a 10 MVR, consoante Acórdão de fls. 202, o qual já autorizou a cobrança judicial das multas se não atendida a notificação.

2. O Sr. José Maurício Elarrat recolheu o valor da penalidade imposta (fls. 205). O outro responsável não acudiu à notificação nem impetrou recurso.

3. Em obediência à Súmula TCU nº 102, a 1ª IGCE e o Ministério Público propõem seja dada a baixa na responsabilidade, expedindo-se na forma regimental, a provisão de quitação de José Maurício Elarrat, relativa à importância da multa recolhida. Com relação a Carlos Alberto Ribeiro Gantuss, deve a Inspeção Técnica formalizar o processo de cobrança executiva, caso não tenha ainda se consumado o recolhimento da multa imposta.

No mesmo sentido é o meu VOTO.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

MARCOS VINÍCIOS VILÉIA
Ministro-Relator

Anexo XVI da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- Relator, Auditor Lincoln Magalhães da Rocha
Processos: 006 030/88-2, 007 069/88-0 e 006 842/88-7
Responsável: Dezival Ribeiro dos Reis
Entidade: Diretoria Regional do PDS em Rondônia
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Orgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/MT

Assunto

Prestação de contas do Diretoria Regional do PDS em Rondônia, relativas aos exercícios de 1985 a 1987, já apreciadas na Sessão de 24 de maio de 1989 (Ata nº 23/89, Anexo XIII, in D.O.U. de 20 de junho seguinte).

Retorno do processo a este Tribunal, em face do descumprimento, pela Unidade, de diligências feitas e reiteradas pela Inspeção Regional de Controle Externo competente e, inclusive, da mencionada Decisão de 24 de maio de 1989.

Deliberação

O Tribunal Pleno, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas:

a) mandar enviar nova comunicação ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral informando das pendências do Diretoria Regional do PDS/RO em relação as contas dos exercícios de 1985 a 1987, a fim de que o TSE se digne de manter suspensas as remessas de novas cotas àquele Diretoria, enquanto persistirem sem atendimento as diligências em causa;

b) aplicar ao Sr. Dezival Ribeiro dos Reis a multa prevista no art. 53 do Decreto-lei nº 199/67, na base de 10 (dez) MVR, pelo não cumprimento das diligências, havendo-o condenado ao pagamento do valor correspondente, com a fixação do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da notificação, para o recolhimento da respectiva quantia aos cofres públicos, com juros de mora e a atualização monetária incidentes a partir da data em que findar o prazo da notificação, e a autorização, ainda, desde logo, para a cobrança judicial do débito, nos termos do art. 50, letra c, do Decreto-lei nº 199/67, no caso de descumprimento do prazo supra estabelecido, tudo no âmbito do Acórdão, cuja redação foi apresentada pelo Relator e aprovada nesta data em Plenário; e

c) manter a cobrança das diligências requeridas.

(GRUPO I - CLASSE II)

TC-006.030/88-2
TC-007.069/88-0
TC-006.842/88-7. JUNTADO AO
TC-010.906/88-6

- Prestações de Contas - Exercícios de 1985 a 1987.
- Diretório Regional do PDS em Rondônia.
- Responsável: DEZIVAL RIBEIRO DOS REIS (Presidente Regional).
- EMENTA: Descumprimento às diligências feitas e sucessivamente reiteradas pelo Órgão Técnico. Pedido ao TSE de suspensão na remessa de Cotas à Entidade. Aplicação de multa ao gestor e reiteração das diligências.

Referem-se os mencionados processos às Prestações de Contas do Diretório Regional do PDS/RO, alusivas aos exercícios de 1985, 1986 e 1987.

2. Na assentada de 24 de maio de 1989 o E. Plenário, acolhendo proposta que então ofereci na condição de Relator da matéria, determinou a fixação do prazo de 30 (trinta) dias para que o responsável atendesse às diligências feitas e reiteradas pelo Órgão Técnico. Já IGCE, posteriormente sucedida pela IRCE/MT, sob pena de aplicação de multa, caso persistisse a omissão.

3. Comunicado ao interessado o teor do decisum (fls. 21 do TC-060.030/88-2, fls. 20 do TC-007.069/88-0 e fls. 29 do TC-006.842/88-7, nenhum esclarecimento foi prestado pelo dirigente em causa, ensejando sucessivas reiterações (fls. 22, 23 e 24 do TC-060.030/88-2, fls. 21, 22 e 23 do TC-007.069/88-0 e fls. 30, 31 e 32 do TC-006.842/88-7), que também permaneceram intencionadas.

4. Diante da situação, a IRCE/MT propõe, de modo análogo nos três processos, as medidas que especifica (fls. 25/26 do TC-006.030/88-2, fls. 24 do TC-007.069/88-0 e fls. 33/34 do TC-006.842/88-7).

5. O M.P. perfilha o mesmo entendimento.

E o Relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

As Contas do PDS/RO, relativas ao exercício de 1984 (TC-013.191/87-0), foram submetidas à apreciação do Plenário na Sessão de 07 de Junho de 1989, para julgamento de matéria correlata à presente (omissão do ~~mesmo~~ dirigente às sucessivas diligências deste Tribunal).

2. Naquela ocasião, apoiando proposta deste Relator, foi decidido pelo Plenário: a) solicitar ao TSE providência no sentido de sustar a remessa de novas cotas do Fundo Partidário ao Diretório Regional em questão; b) aplicar multa ao gestor pelo descumprimento às solicitações desta Corte; e c) manter a cobrança das diligências.

3. Segundo informações recentes, o TC-013.191/87-0 (Contas de 1984) encontra-se na 4ª IGCE aguardando instrução conclusiva, vez que o responsável recolheu a multa que lhe fora aplicada, bem como prestou os esclarecimentos solicitados e adotou as providências necessárias ao saneamento dos autos.

4. No caso em exame, tenho como adequado seguir o mesmo direcionamento anterior, razão pela qual acolho os Pareceres, pronunciando os devidos ajustamentos com o julgado acima mencionado, pronunciando-me:

- a) pelo envio de nova comunicação ao Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, informando das pendências do Diretório Regional do PDS/RO em relação às contas dos exercícios de 1985 a 1987, a fim de que o TSE se digne de manter suspensas as remessas de novas cotas àquele Diretório, enquanto persistirem sem atendimento as diligências em causa;
- b) pela aplicação, ao Sr. DEZIVAL RIBEIRO DOS REIS, da multa prevista no art. 53 do Decreto-lei nº 199/67, na base de 10 (dez) M.V.R., na forma do Acórdão em anexo, e
- c) pela manutenção da cobrança das diligências requeridas.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Anexo XVII da Ata nº 23, em 23 de maio de 1990
(Sessão Ordinária do Plenário)

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL

- Relator, Auditor Lincoln Magalhães da Rocha

Processo: 007/069/89-1
Responsáveis: Miguel Correia Leite e Toyoko Watanabe
Entidade: Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus
Órgão de origem: Secretária de Controle Interno do M. da Fazenda
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Órgão técnico de instrução: 7ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Prestação de contas, exercício de 1988, da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, confiscada por força do Decreto nº 74.728, de 18 de outubro de 1974, cujo acervo, alienado em 30 de janeiro de 1981, "vem merecendo, por parte deste Tribunal, acompanhamento específico através do TC 032.689/83-7, quanto aos pagamentos processados pela adquirente".

Decisão

O Tribunal Pleno, ao acolher a proposta do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu sobrestar no julgamento do processo "até que se concretize o pagamento da dívida pertinente à alienação do acervo da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus".

TC-007.068/89-1 (GRUPO I - CLASSE II)

- Prestação de Contas - Exercício de 1988.
- Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.
- Responsáveis: MIGUEL CORREIA LEITE e outra indicada às fls. 01.
- EMENTA: O acervo da Companhia foi alienado e encontra-se em fase de liquidação do compromisso. Sobrestar no julgamento.

Cuidam os autos da Prestação de Contas da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, confiscada por força do Decreto nº 74.728, de 18/10/1974.

2. O acervo da Companhia foi alienado em 30/01/81 e vem merecendo, por parte deste Tribunal, acompanhamento específico através do TC-032.689/83-7, quanto aos pagamentos processados pelo adquirente.

3. As contas do exercício de 1981 a 1987 estão sobrestadas no julgamento, aguardando a liquidação do compromisso supramencionado.

4. No caso em questão, a CISET/ME (atual Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento) expediu Certificado de Auditoria Pleno (fls. 040), devidamente endossado pela autoridade ministerial competente, que se pronunciou favoravelmente à aprovação destas Contas (fls. 45).

5. A 7ª IGCE, em manifestações coincidentes, opina pelo mesmo encaminhamento dado às contas dos exercícios anteriores (v. item 3), contando com o assentimento do Ministério Público (fls. 47).

E o Relatório.

PROPOSTA DE DECISÃO

Diante do exposto, sou, de acordo com os Pareceres, por que sejam as presentes Contas sobrestadas no julgamento, até que se concretize o pagamento da dívida pertinente à alienação do acervo da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus.

Sala das Sessões, em 23 de maio de 1990

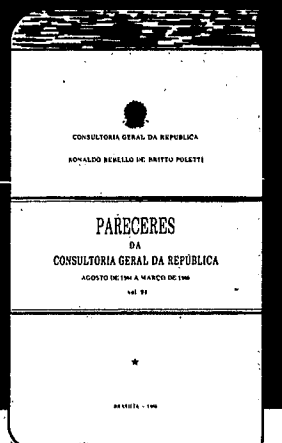
LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

PARECERES DA CONSULTORIA GERAL DA REPÚBLICA

Volumes	Preços Cr\$
89	180,00
91	180,00
92	180,00
94	180,00
95	180,00
96	180,00

Aquisições: Imprensa Nacional

Não operamos com reembolso postal.



1ª CÂMARA

ATA Nº 16, EM 12 DE JUNHO DE 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidência do Ministro Fernando Gonçalves
Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho
Secretário da Sessão: Bº Francisco Costa de Almeida

Com a presença do Ministro Homero dos Santos, dos Minis-
tros-Substitutos Bento José Bugarin e Lincoln Magalhães da Rocha, bem
como do Representante do Ministério Público, Dr. Laerte José Marinho, o
Ministro Fernando Gonçalves, no exercício da Presidência, declarou abe-
rta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara, às quatorze horas e trinta
minutos, havendo registrado que se encontravam ausentes, por motivo de
férias, o Presidente, Ministro Carlos. Atila Álvares da Silva e o Audi-
tor José Antonio Barreto de Macedo (Regimento Interno do Tribunal de
Contas da União, artigos 99, 1º caput, 17, itens I a V, 49, 50, 52, 53,
54, 56, 57, 58, 59, 60, item I, 65, 73, item IV, e 134, item I).

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ATA

- Apresentada pela Presidência

A Primeira Câmara aprovou a Ata nº 15, da Sessão Ordinária
realizada em 05 de junho último, cujas cópias autenticadas haviam
sido previamente distribuídas aos Ministros e ao Representante do Minis-
tério Público (Regimento Interno, artigos 99, item I, 15 a 17 e 53).

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara, ao acolher os Votos emitidos, aprovou as
Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores (v. Anexo
I desta Ata), na forma do Regimento Interno, artigos 99, item
III, 53, 73, item II e 102; e Decisão Normativa nº 07, de 04 de novem-
bro de 1980, art. 29.

Foi aprovada, sob a Presidência do Ministro Homero dos San-
tos, a Relação de processos submetida à Primeira Câmara, pelo Presi-
dente em exercício, Ministro Fernando Gonçalves, como Relator (Regimen-
to Interno, artigos 54 e 57 caput).

PROCESSOS INCLuíDOS EM PAUTA

Passou-se, em seguida, à apreciação de processos incluídos
na Pauta organizada sob nº 16, em 04 de junho último (conforme adiante
indicado), havendo a Primeira Câmara proferido as Deliberações que se
inscrevem nos Anexos II a XI desta Ata, por classes de assunto e acompanha-
das dos correspondentes Relatórios e Votos, bem como de pareceres em
que se fundamentaram (Regimento Interno, art. 99, itens IV e V, § 1º
a 6º, arts. 17, item V, 46, 49, 52, 53, 56, 57 caput e 59):

a) Proc. nºs 013 331/87-6 e 006 417/80-6, relacionados pelo Mi-
nistro Fernando Gonçalves;
b) Proc. nºs 700 472/89-4, 008 085/89-7, 005 332/89-3,
002 990/90-3, 005 333/89-0, 005 422/89-2, 005 262/89-5, 005 260/
89-2, 009 419/89-6, 005 331/89-7, 005 270/89-8, 005 258/89-8,
005 273/89-7, 013 234/88-9, 005 268/89-3, 005 265/89-4, 005 263/
89-1, 009 425/89-3, 002 896/90-7, 009 456/89-9, 009 418/89-0 e
005 259/89-4, relacionados pelo Ministro Homero dos Santos;

c) Proc. nºs 013 051/88-1 e 000 823/89-9, relacionados pelo Mi-
nistro Bento José Bugarin; e
d) Proc. nºs 002 039/88-5, 577 246/87-9 e 005 302/84-6, re-
latados pelo Ministro Lincoln Magalhães da Rocha.

Foram proferidas sob a Presidência do Ministro Homero dos
Santos, as Decisões quanto aos processos relacionados pelo Presidente em
exercício da Primeira Câmara, Ministro Fernando Gonçalves (Regimen-
to Interno, artigos 54 e 57 caput).

PROCESSOS RETIRADOS DE PAUTA

Da Pauta nº 16/90, citada, foi retirado o Proc. 579 503/85-2
(Relator, Ministro Bento José Bugarin), bem como o de nº 450 272/85-0
(Relator, Ministro Lincoln Magalhães da Rocha), por proposta do Presi-
dente em exercício, Ministro Fernando Gonçalves, tendo em vista que a
2ª Inspeção Geral de Controle Externo, em cumprimento à Decisão desta
Câmara de 10 de abril do corrente ano (Proc. 700 685/86-3, Ata nº 09/90,
Anexo XVIII, in D.O.U. de 24 seguinte), está elaborando estudos de
fma a ser firmada, pelo Plenário, orientação sobre o assunto.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrados
os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e cinco minutos, e pa-
ra constar, lavrou-se a presente Ata, que, eu, Dr. Antonio
da Silva Ferreira, Diretor da Divisão competente, subscrevi, indo adian-
te assinada pelo Subsecretário das Sessões, e depois de aprovada, pela
Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário das Sessões

Aprovada em 19 de junho de 1990
FERNANDO GONÇALVES
na Presidência

Anexo I da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990.
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

PROCESSOS RELACIONADOS

Relações de processos organizadas pelos respectivos Relato-
res e aprovadas pela Primeira Câmara, ao acolher os Votos emitidos (Re-
gimen- to Interno, artigos 99, item III, 53 e 102; e Decisão Normativa
nº 07, de 04 de novembro de 1980, art. 29):

Relação nº 015/90

Relação dos processos submetidos à 1ª CÂMARA, para votação
na forma do Regimento Interno, arts. 99, item III, 53 e 102.

Relator: MINISTRO FERNANDO GONÇALVES

APOSENTADORIA

- 01 - 038 286/72-6 - Antonio Pereira
- 02 - 015 964/79-5 - Clénia Bastos Roedel
- 03 - 023 708/80-8 - Walkir Francisco da Silva
- 04 - 577 677/87-0 - Paulo Cesar da Assunção Mofreita
- 05 - 003 115/88-7 - Antonio de Moura Pinheiro
- 06 - 002 465/89-2 - Severiana Viana Ananias
- 07 - 005 952/89-1 - Waldir Dário da Silva
- 08 - 007 821/89-1 - Horácio Marques
- 09 - 012 365/89-0 - José Martins Gonçalves Filho
- 10 - 002 303/90-6 - Luiz Nunes dos Reis
- 11 - 003 839/90-7 - Judith Barreto Ibiapina
- 12 - 003 885/90-9 - Roger Carlos Amano Machado de Oliveira
- 13 - 004 113/90-0 - Altair Silva Carvalho
- 14 - 007 696/90-6 - Helio Saturnino

VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro dos respec-
tivos atos, de acordo com os pareceres

- 15 - 020 651/80-5 - Moacyr Lessa de Oliveira

VOTO: Pela legalidade da alteração, para fins de registro dos respec-
tivos atos, de acordo com os pareceres.

- 16 - 001 236/70-9 - José Gonçalves Valença

VOTO: Pela legalidade da concessão, para fins de registro do respecti-
vo ato, de acordo com os pareceres, sem prejuízo da providência
nelas indicada.

- 17 - 375 350/86-1 - Geraldo Fonseca

VOTO: Pela legalidade da concessão, para fins de registro do respecti-
vo ato, sem prejuízo da recomendação proposta, de acordo com os
pareceres.

- 18 - 025 032/81-0 - Ruth dos Santos Azevedo

VOTO: Pela legalidade da concessão para fins de registro do respectivo
ato, de acordo com os pareceres, sem prejuízo da recomendação
proposta pelo Ministério Público.

PENSÃO CIVIL

- 19 - 007 506/90-2 - Aylza Salema Cardoso de Carvalho
- 20 - 001 181/90-4 - Estelita Valente Pinto
- 21 - 001 185/90-0 - Amélia Xavier Gomes

VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro dos respec-
tivos atos, de acordo com os pareceres.

- 22 - 625 587/89-8 - Herminia de Miranda Paz

VOTO: Pela legalidade da concessão, para fins de registro do respectivo
ato, devendo ser cancelado o ato de fls., de acordo com os pa-
receres.

- 23 - 028 078/74-8 - Cezarina Guimarães

VOTO: Pela legalidade da concessão, para fins de registro do respecti-
vo ato, de acordo com os pareceres, sem prejuízo da recomendação
proposta pelo Ministério Público.

PENSÃO MILITAR

- 24 - 004 869/85-0 - Fátima Ifran
- 25 - 003 205/90-8 - Gládis Rodrigues de Paiva

VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro dos respec-
tivos atos, de acordo com os pareceres.

REFORMA

- 26 - 010 298/87-8 - Maximiano Bogo
- 27 - 016 871/87-1 - Omar Dantas Moura

VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro dos respec-
tivos atos, de acordo com os pareceres.

TCU, em 12 de junho de 1990
FERNANDO GONÇALVES
Ministro-Relator

RELAÇÃO Nº 012/90 (1ª CÂMARA)

Relação dos processos submetidos à 1ª CÂMARA, para votação,
na forma do Regimento Interno, art. 99, III e 102:

Relator: MINISTRO HOMERO SANTOS

APOSENTADORIA

- 01 - TC-044.194/73-0 - Waldemar Marcolino da Silva
- 02 - TC-034.305/75-0 - Cyrillo dos Reis
- 03 - TC-007.365/75-4 - Leda Ribeiro de Freitas
- 04 - TC-037.403/76-1 - Odilon Barbosa
- 05 - TC-038.475/76-6 - Edgard Pimenta Bueno
- 06 - TC-004.694/77-5 - Umberto Fasano Filho

- 07 - TC-007.207/77-8 - Alberto Ferreira Lima
 08 - TC-007.221/77-0 - Antônio Marcelino Pinto Júnior
 09 - TC-007.223/77-3 - Alvaro de Andrade Maria
 10 - TC-008.351/77-5 - Benedito Vieira Curvo
 11 - TC-011.428/77-5 - Tasso Diniz Gonçalves
 12 - TC-018.274/77-3 - Moacyr Soares de Oliveira
 13 - TC-044.878/77-0 - Yara Lomelino Jucá
 14 - TC-047.260/77-7 - Juvenal Nunes
 15 - TC-002.157/78-0 - Sebastião Piagoso
 16 - TC-003.024/78-4 - Renato Fernandes Vieira
 17 - TC-005.219/78-7 - João Cândido do Prado
 18 - TC-022.778/78-0 - Equirival Cesar Santos
 19 - TC-024.712/78-7 - Paulo Leite de Oliveira
 20 - TC-026.839/78-4 - Orlando Octávio Leão
 21 - TC-028.075/78-1 - Antônio Alves de Carvalho
 22 - TC-036.301/78-7 - Gilberto Henry William
 23 - TC-042.281/78-4 - Majolo Mariano Machado
 24 - TC-042.404/78-9 - Vicente Pereira
 25 - TC-002.056/79-8 - Alvaro Franco
 26 - TC-003.226/79-4 - Alberto Leão
 27 - TC-003.227/79-0 - Orlando da Silva Barroso
 28 - TC-010.005/79-0 - José Felipe de Carvalho
 29 - TC-015.318/79-6 - Jayme Puccini
 30 - TC-015.320/79-0 - Antônio de França Leite
 31 - TC-020.643/79-9 - Felipe Martins de Sousa
 32 - TC-031.898/79-3 - Acyr Ramos
 33 - TC-032.767/79-0 - Dorotheu Vieira da Silva
 34 - TC-024.066/80-0 - Roberto Brândão
 35 - TC-026.626/80-2 - Maria de Lourdes Cruz da Silva
 36 - TC-039.254/80-0 - Osmando Vieira Vasconcelos
 37 - TC-006.877/81-8 - José Francisco de Oliveira
 38 - TC-020.865/81-3 - Herta Guimarães
 39 - TC-011.831/82-0 - Maria José Silva Murce
 40 - TC-016.178/82-3 - Waldemiro Marques
 41 - TC-022.318/82-5 - Maria da Glória Coelho
 42 - TC-022.318/82-8 - José Joaquim Maciel Ramos
 43 - TC-650.037/85-5 - Vivaldo Amauri Teodósio
 44 - TC-006.151/86-8 - Bernardo Cardozo Parisot
 45 - TC-009.791/88-4 - Maria Ruth Ferraz Teixeira
 46 - TC-450.168/88-3 - Francisca de Souza Borges Lima
 47 - TC-003.496/89-9 - Germano Bezerra da Nobrega
 48 - TC-005.236/89-4 - Evanildo Monteiro Regis
 49 - TC-007.822/89-8 - Ângelo Bernal Torres
 50 - TC-009.093/89-3 - Irene Costa Cordouro
 51 - TC-011.037/89-0 - Antônio Neves da Silva Lopes
 52 - TC-011.980/89-3 - Alvaro Souza Soares Junior
 53 - TC-450.108/89-9 - Marcos José Santos de Oliveira
 54 - TC-000.887/90-0 - Antonio Batista Acácio
 55 - TC-003.836/90-8 - Cleto Malaquias de Araújo
 56 - TC-003.879/90-9 - Domingos Pereira Viana
 57 - TC-007.613/90-3 - Walther Follis
 58 - TC-008.446/90-3 - Deborah Paladino da Silva
 59 - TC-625.559/90-2 - Carlos Alberto Pepe Jório
 60 - TC-625.569/90-8 - Humberto Cecilliano Luzziardi

VOTO: Pela legalidade das concessões, para fins de registro dos respectivos atos, de acordo com os pareceres.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990.

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

Relação nº 18/90

Relação dos processos submetidos à 1ª CÂMARA, para votação, na forma do Regimento Interno, arts. 99, item III, 53 e 102.

Relator: Ministro BENTO JOSÉ BUGARIN

APOSENTADORIA

- 01 - 001.717/82-0 - Maria de Lourdes Sena Torre
 02 - 001.748/82-3 - Alcina Marynori Fernandes
 03 - 005.185/89-0 - Sebastião Antonio de Mendonça
 04 - 010.699/89-9 - Audelece Gama da Silva
 05 - 012.068/89-6 - Arnaldo de Mattos Pardo
 06 - 002.059/90-8 - Dalton dos Santos Porto
 07 - 002.062/90-9 - Athaidio Westhauser
 08 - 008.437/90-4 - Haydée Pereira Martins

Voto: Pela legalidade das concessões, de acordo com os pareceres, para fins de registro dos respectivos atos.

PENSÃO CIVIL

- 09 - 375.182/90-0 - Ephigenia de Souza Horta
 Silvia Maria de Souza Horta
 Daniel Mario de Souza Horta

Voto: Pela legalidade da concessão, de acordo com os pareceres, para fins de registro dos respectivos atos, observando-se as recomendações constantes dos pareceres.

PENSÃO MILITAR

- 10 - 023.796/62-6 - Odette de Carvalho Figueira
 Iva de Carvalho Figueira
 Ivone Figueira da Silva
 Ivonete Figueira de Lima
 11 - 005.284/63-5 - Olívia Alves Leite
 Amélia Lopes de Oliveira

- 12 - 038.180/69-3 - Terezinha de Jesus Bastos Rocha
 Fátima Bastos da Rocha
 Francisca Gomes Bastos da Rocha
 13 - 013.169/72-6 - Cleia Lirio Viana
 Lucy Ferreira Lyrio
 14 - 014.753/72-3 - Branca Perazzini Lopes
 Dolores Lopes Dantas
 15 - 016.156/83-8 - Renato Celso Barbosa Almeida
 Rosimar Gomes Lins
 16 - 012.485/88-8 - Rosimar Gomes Lins
 17 - 011.317/89-2 - Paula Angélica da Silva
 Josefa Batista de Freitas

PENSÃO REFORMA

- 19 - 008.808/80-5 - Cecília Costa de Souza
 Alvarina de Souza de Oliveira
 Nancy Sodré Dourhy
 20 - 010.660/89-5 - Adolfo Jorge Dourhy Filho
 Voto: Pela legalidade das concessões, de acordo com os pareceres, para fins de registro dos respectivos atos.
 21 - 012.299/89-8 - Maria Salete Santos Machado Silva
 Emmanuel Luiz Machado Silva

REFORMA

- 22 - 017.194/87-3 - Nathanael Amaral de Medeiros
 Ary de Pinho
 23 - 006.806/88-0 - Ary de Pinho
 24 - 009.576/89-4 - Ignácio de Loloia Pereira
 25 - 009.577/89-0 - José Silva de Moraes
 26 - 009.825/89-4 - Francisco Canindé Pereira da Silva
 27 - 009.815/89-3 - Elizio José de Jesus
 28 - 002.993/90-2 - Alberto Luiz Flugrath Filho

Voto: Pela legalidade das concessões, de acordo com os pareceres, para fins de registro dos respectivos atos.
 Gabinete, em 12 de junho de 1990.

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

Relação nº 015/90

Relação dos processos submetidos à 1ª CÂMARA, para votação, na forma do Regimento Interno (artigo 99, item III, 49, item I, 53 e 102).

Relator: MINISTRO LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

APOSENTADORIA

- 01 - TC-031.223/77-0 - Elzupera Capistrano Rodrigues da Silva
 02 - TC-042.276/78-0 - Tvo Rodrigues Brândão
 03 - TC-012.893/85-4 - Wanda Barroso de Carvalho
 04 - TC-001.877/86-0 - Luiz Gonzaga Marques Bastos
 05 - TC-002.337/89-4 - Celita Pereira Godim
 06 - TC-625.526/86-4 - Victor Carlos Nagel
 07 - TC-002.480/89-1 - Jorge Esteves
 08 - TC-002.602/89-0 - Alberto de Moraes Maia
 09 - TC-003.494/89-6 - Gilvan de Almeida Maciel
 10 - TC-012.082/89-9 - Aparício Pereira Garcia
 11 - TC-002.028/90-5 - Roberto Teixeira
 12 - TC-002.351/90-0 - Rosalina Sabóia
 13 - TC-004.112/90-3 - Bernadete Torres de Almeida
 14 - TC-007.608/90-0 - José Felipe dos Santos
 15 - TC-008.425/90-6 - Dario Vasconcellos Campos
 16 - TC-008.784/90-6 - Alexandre Gross
 17 - TC-625.567/90-0 - Nadir Cibelli de Castro
 18 - TC-650.096/90-8 - Mário Cesar Leal Scherer
 19 - TC-650.101/90-1 - João Volney Bussolo
 20 - TC-650.146/90-5 - Adamar José Vieira
 21 - TC-650.209/90-7 - Odete Tomkowsky

VOTO: Pela LEGALIDADE das concessões, para fins de registro dos respectivos atos, de acordo com os pareceres.

- 22 - TC-034.668/72-1 - Basílio Alves de Oliveira
 23 - TC-036.275/76-0 - Cláudio Manoel Cavalcanti
 24 - TC-029.936/77-2 - Heráclides Araújo Andrade
 25 - TC-033.969/81-7 - Arlindo Cambeiro Gonçalves
 26 - TC-011.383/82-8 - Manoel Victor da Silva
 27 - TC-022.696/83-0 - Altamiro Pessanha da Silva
 28 - TC-025.715/84-4 - Waldemar Brum da Silva
 29 - TC-008.582/86-2 - Maria de Assis

VOTO: Pela RESTITUIÇÃO dos processos à origem, tendo em vista que com o advento da Res. TCU nº 243/90, que substituiu a de nº 187/77, as alterações requeridas não mais estão sujeitas à apreciação deste Tribunal, de acordo com os pareceres do Ministério Público.

- 30 - TC-029.545/83-3 - Geni de Oliveira Zorzato

VOTO: Pela LEGALIDADE da concessão e registro do ato de fls. 28, sem prejuízo da recomendação quanto ao ato de fls. 27, embora não sujeito a exame de acordo com os pareceres.

PENSÃO CIVIL

- 31 - TC-275.149/90-0 - Nair Fernandes Bastos

VOTO: Pela LEGALIDADE da concessão e registro do respectivo ato, de acordo com o decidido no TC nº 4.260/89-9, na Sessão de 26.04.90, de acordo com os pareceres.

Original com Impressão Reduzida

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12227

PENSÃO MILITAR

- 32 - TC-007.524/84-6. - Marieta de Jesus e outra
33 - TC-578.131/85-4. - Magali de Oliveira e outras
34 - TC-019.848/89-4. - Gilda Maria das Neves Monteiro de Barros

V O T O: Pela LEGALIDADE das concessões para fins de registro dos res-
pectivos atos, de acordo com os pareceres.

REFORMA

- 35 - TC-007.305/89-3. - Jaime Mezeres Príncipe
36 - TC-012.420/89-1. - Oscar Ramos Gonçalves
37 - TC-012.768/89-8. - Antonio José de Souza

V O T O: Pela LEGALIDADE das concessões, para fins de registro dos
respectivos atos, de acordo com os pareceres.

TCU, em 12 de junho de 1990.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Relator

Anexo II da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA

Relator: Ministro Fernando Gonçalves
Processo: 013.331/87-6
Interessada: Maria de Lourdes Ferreira Escobar
Órgão de origem: Departamento do Pessoal do extinto M. dos Transportes
Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Sales Mourão Branco
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de aposentadoria a ex-ferroviário, considerada ile-
gal na Sessão desta Câmara de 10 de novembro de 1987, em face de Sen-
tença Judicial que deu pela improcedência de ação ordinária intentada,
entre outros, pela interessada.

Retorno do processo com a reformulação da referida Sentença
Judicial, com reconhecimento à interessada do direito à aposentadoria
pelo Tesouro Nacional a partir da data em que fora inativada pelo
INPS, por preencher as condições exigidas na Lei nº 2.752, de 10 de
abril de 1956.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de
acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões
expostas, reconsiderar a sua Decisão de 10 de novembro de 1987, a fim
de julgar legal a concessão de aposentadoria em apreço e determinar
registro para o ato de fls. 27 e para a alteração de fls. 31.

GRUPO I

TC - 13.331/87-6
Aposentadoria de ferroviário por for-
ça de reformulação de sentença em ação
ordinária.
Legalidade da concessão, reconsidera-
da a decisão anterior.

RELATÓRIO E VOTO

Na Sessão de 10 de novembro de 1987, esta Primeira Câmara con-
siderou ilegal a concessão, com recusa de registro para o Ato de fls. 27,
ante a sentença que deu pela improcedência da ação ordinária intentada
junto à 3ª Vara da Justiça Federal no Rio de Janeiro.

Retorna o processo com a reformulação da sentença anterior, dan-
do pela procedência a ação ordinária de nº 4922921, e, assim, reconhece-
do à interessada o direito à aposentadoria pelo Tesouro Nacional a par-
tir da data em que fora aposentada pelo INPS, por preencher as condições
exigidas na Lei nº 2.752/56.

Como o processo foi apreciado por este Tribunal levando em con-
ta o mérito da sentença prolatada e posteriormente reformulada, os pa-
recer estão uniformes no sentido de que, reconsiderada a decisão anterior
desta Corte, se dá pela legalidade da concessão, com registro para o
Ato de fls. 27 e para a alteração de fls. 31.

De acordo com os pareceres, Voto no mesmo sentido.

TCU, em 12 de junho de 1990

FERNANDO GONÇALVES
Ministro-Relator

Anexo III da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA

Relator: Ministro Fernando Gonçalves
Processo: 006.417/90-6
Interessado: Rubens Chiampi
Órgão de origem: Diretoria do Pessoal do M. da Aeronáutica
Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de aposentadoria ao interessado, com fundamento no
art. 40, item III, letra a, da Constituição Federal, c/c o art. 184,

item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, no cargo de Profes-
sor Adjunto, nível I, com proventos do cargo de Professor Titular, ní-
vel único.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de
acordo com o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público,
resolveu, ante as razões expostas, converter o julgamento em diligen-
cia, a fim de que fosse atribuído ao interessado proventos correspon-
dentes ao cargo de Professor Adjunto, com as vantagens do art. 184, II,
da Lei nº 1.711/52;

GRUPO II

TC - 6.417/90-6
Aposentadoria de professor com pro-
ventos de classe imediata de nível
único.
Diligência.

RELATÓRIO E VOTO

Sob exame o Ato de fls. 11.

Com fundamento no art. 40, item III, letra a, da Constitui-
ção Federal, combinado com o art. 184, item I, da Lei nº 1.711/52, de
feriu-se a aposentadoria ao interessado, a partir de 03/8/89, no cargo
de Professor Adjunto, nível I, com proventos da classe imediata, car-
go de Professor Titular, nível único.

O Órgão da instrução nenhum óbice põe à legalidade e ao re-
gistro do ato.

No entanto, diverge o Ministério Público quando afirma:

"3. Todavia, depreende-se dos autos que ao inativo
foram atribuídos proventos correspondentes ao cargo de Pro-
fessor Titular, por força da aplicação do disposto no art.
184-I, do Estatuto.

4. Por outro lado, o Decreto nº 94.664, de 23.07.87,
estabelece no seu art. 12, § 2º, que o ingresso dos servid-
res naquela categoria far-se-á, somente mediante habilita-
ção em concurso público.

5. Corroborando esse princípio, o disposto no art.
16, inciso II do citado Decreto define a progressão funcio-
nal no âmbito das carreiras do Magistério, excluindo dos pro-
cedimentos comuns da transposição de classes, a passagem pa-
ra a classe de Prof. Titular.

6. Este Tribunal, apreciando situação semelhante,
já se pronunciou a respeito, em decisão proferida na Sessão
de 07.06.88 (TC - nº 004.592/87-5 - Anexo V - da Ata nº 17/88-
1ª Câmara), ratificando esse entendimento.

Pelo exposto, com as vênias de praxe, preconizamos
a conversão do julgamento em diligência, a fim de que seja
atribuído ao inativo, proventos correspondentes ao cargo de
Prof. Adjunto, com as vantagens do art. 184-II da Lei nº
1.711/52 a que tem direito, nos termos da legislação perti-
nente."

Acolhendo as razões postas na promoção da Junta Procurado-
ria, Voto por que o Tribunal converta o julgamento em diligência para
que a origem ajuste o ato sob exame nos termos requeridos pelo Minis-
tério Público.

TCU, em 12 de junho de 1990
FERNANDO GONÇALVES
Ministro-Relator

PARECER

Cuida-se de aposentadoria a favor de Rubens Chiampi, no cargo
de Prof. Adjunto do Instituto de Proteção ao Voto - IPV, com fundamento
no art. 40, item III, letra "a", da Constituição Federal, com a vanta-
gem prevista no item I, do art. 184, da Lei nº 1.711/52.

2. Analisando o feito, a 2ª I.G.C.E. concluiu pela legalidade e
registro da concessão de fls. 13.

3. Todavia, depreende-se dos autos que ao inativo foram atribuí-
dos proventos correspondentes ao cargo de Professor Titular, por força
da aplicação do disposto no art. 184-I, do Estatuto.

4. Por outro lado, o Decreto nº 94.664, de 23.07.87, estabelece
no seu art. 12, § 2º, que o ingresso dos servidores naquela categoria
far-se-á, somente mediante habilitação em concurso público.

5. Corroborando esse princípio, o disposto no art. 16, inciso II
do citado Decreto define a progressão funcional no âmbito das carreiras
do Magistério, excluindo dos procedimentos comuns da transposição de
classe a passagem para a classe de Prof. Titular.

6. Este Tribunal, apreciando situação semelhante, já se pronun-
ciou a respeito, em decisão proferida na Sessão de 07.06.88 (TC - nº
004.592/87-5 - Anexo V - da Ata nº 17/88 - 1ª Câmara), ratificando esse
entendimento.

Pelo exposto, com as vênias de praxe, preconizamos a conver-
são do julgamento em diligência, a fim de que seja atribuído ao inativo
os proventos correspondentes ao cargo de Prof. Adjunto, com as vanta-
gens do art. 184-II da Lei nº 1.711/52 a que tem direito, nos termos
da legislação pertinente."

Procuradoria, em 08 de maio de 1990
LAERTE JOSÉ MARINHO
Subprocurador-Geral

Anexo IV da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA

- Relator, Ministro Homero dos Santos
Processo: 700 472/89-4

Interessada: Maria Odete Costa Leite
Órgão de origem: Delegacia do então M. da Fazenda em São Paulo
Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco
Órgão técnico de instrução: Inspeção Regional de Controle Externo/SP

Assunto

Alteração de aposentadoria da interessada, em decorrência da inclusão, no cálculo dos proventos, da vantagem prevista no art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, a partir de 05 de outubro de 1988, vigência da nova Constituição Federal.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público, resolveu, ante as razões expostas e, inclusive, a sua Decisão de 18 de julho de 1989 (Proc. 023 672/84-6, Ata nº 23/89, Anexo VII, in D.O.U. de 04 de agosto de 1989), considerar legal, para fins de registro, a alteração de aposentadoria em apreço, sem prejuízo das recomendações propostas.

GRUPO II

TC-700.472/89-4

Aposentadoria

RELATÓRIO

Adoto como relatório o parecer do Eminentíssimo Procurador-Geral, Prof. FRANCISCO DE SALLES MOURÃO BRANCO (fls. 48), cujo texto revela o melhor desiderato para a apreciação do presente processo:

"Cuida-se de concessão de aposentadoria, por implemento de tempo de serviço, a favor de Maria Odete Costa Leite, já considerada legal na Sessão de 30-5-1989 (cf. fls. 33).

Retorna o processo com a alteração decorrente da aplicação do art. 184, inciso II, da Lei nº 1.711-52, a partir de 05-10-1988 (cf. fls. 42).

A selosa IRCE/SP, ao instruir o feito, propõe a legalidade e registro do respectivo ato.

Tendo em vista a v. decisão de 18-7-1989, proferida no proc. TC-028.878/84-6 (cf. Anexo VII da Ata nº 23/89 - 1ª Cêmar), anuísse a proposição supra, aditando, porém, recomendação no sentido de ser:

- a) excluído, do fundamento legal da alteração, o art. 40, § 4º, c/c o art. 20 do A.D.C.T., por inaplicável a disposição à espécie, e incluída a Lei nº 6.701-79;
- b) incluído, no cálculo dos proventos da inativa, o Ato no Especial de 10,8% de que trata a Lei nº 7.333-85, por se tratar de inativação anterior a essa diploma, observando-se, na elaboração dos cálculos, a forma estabelecida no Parecer 428/85/SEAP (in D.O. de 07-8-1985), ratificado pelo nº 140/89 da S.R.H. (in D.O. de 04 de maio de 1989), de conformidade, aliás, com a v. decisão de 24-10-1989, proferida no proc. TC-029.260/73-6, Anexo VII da Ata nº 36/89 - 1ª Cêmar.

É o Relatório.

VOTO

Na mesma linha do parecer da D. Procuradoria, meu voto é no sentido da legalidade e registro do respectivo ato, sem prejuízo das recomendações propostas.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990.

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

Anexo V da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA E PENSÃO ESPECIAL

Processo: - Relator, Ministro Lincoln Magalhães da Rocha

Interessado: Ewald Eichholz

Órgão de origem: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de aposentadoria a Vogel, Representante dos Empregadores, e de pensão especial da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, a viúva do instituidor, havendo o processo retornado ao Tribunal, sem o cumprimento de diligência determinada pelo Relator, de modo que os proventos do inativo fossem revistos e adequados ao entendimento do Tribunal (Sessão do Plenário de 31 de março de 1989, Proc. 010.808/88-4, Ata nº 24/89, Anexo IX, in D.O.U. de 30 de junho seguinte), para a inclusão, no cálculo dos proventos, da gratificação adicional por tempo de serviço, no percentual de 101, na forma do disposto na Lei nº 4.345/64, não devendo ser computado o tempo de atividade privada; e a anexação do ato concessório da pensão especial da Lei nº 6.782/80 à viúva, a partir do óbito do instituidor."

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, mandou, ante as razões expostas e, inclusive, a vista da sua Decisão de 05 de corrente mês (Proc. 350.051/87-2, Ata nº 15/90, Anexo X), remeter este processo ao Plenário, tendo em vista que a matéria vai ser objeto de Decisão daquele Colegiado de cúpula.

Anexo VI da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA

- Relator, Ministro Lincoln Magalhães da Rocha

Processo: 577 246/87-9

Interessado: Gustavo Câmara Simões Barbosa

Órgão de origem: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região
Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de aposentadoria compulsória ao interessado, no cargo de Juiz Togado, com a inclusão, no cálculo dos proventos, da parcela relativa a 5% de vantagem pessoal.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com o parecer emitido pelo Representante do Ministério Público, resolveu, ante as razões expostas e, inclusive, a vista do decidido na Sessão Plenária de 30 de setembro de 1986 (Proc. 025 916/83-1, Ata nº 70/86, Anexo VIII, in D.O.U. de 21 de outubro de 1986) e da 01 de outubro de 1987 (Proc. 500 107/86-6, Ata nº 73/87, Anexo XIV, in D.O.U. de 03 de novembro de 1987), converter o julgamento em diligência para exclusão da parcela de 5% referente à vantagem pessoal e, ainda, para solicitar ao órgão de origem informações quanto ao cumprimento da Decisão da Primeira Câmara de 05 de dezembro de 1989 (Proc. 011 490/79-9, com o Anexo 040 794/78-4, Ata nº 42/89, Anexo X, in D.O.U. de 22 seguinte).

TC 577.246/87-9 (GRUPO II)

JUIZ TOGADO. Aposentadoria compulsória. Diligência para exclusão da parcela relativa a 5% de vantagem pessoal, de acordo com decisões deste Tribunal.

Cuida o presente processo de aposentadoria compulsória do Dr. GUSTAVO CÂMARA SIMÕES BARBOSA, Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, a partir de 10/1/87.

2. A Inspeção Técnica, em formulário padrão, opinou pela legalidade da concessão e registro do ato de fls. 42.

3. O Ministério Público, entretanto, preconiza a conversão do julgamento em diligência, com o objetivo de ser excluída a parcela relativa a 5% de vantagem pessoal, proposta que se opõe nas decisões de 30/9/86 - TC 25.916/83-1 e de 10/1/87 - TC 500.107/86-6.

É o relatório.

VOTO

Data venia do parecer da 2ª IGCE, acompanhamento o Ministério Público, convertendo o julgamento em diligência, para exclusão da parcela de 5% referente à vantagem pessoal, de acordo com os precedentes citados e, ainda, para solicitar ao órgão de origem informações quanto ao cumprimento da decisão da Primeira Câmara de 05 de dezembro de 1989 (Proc. nº 011490/79-9, c/ o anexo 040794/78-4, Ata nº 42/89, Anexo X, in D.O.U. de 22 seguinte).

Sala das Sessões, 12 de junho de 1990.

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro-Relator

Anexo VII da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

APOSENTADORIA

- Relator, Ministro Lincoln Magalhães da Rocha

Processo: nº 005 302/84-6

Interessada: Anísia Campos de Andrade

Órgão de origem: Diretoria do Serviço de Pessoal do Tribunal Marítimo no Rio de Janeiro
Representante do Ministério Público: Dr. Francisco de Salles Mourão Branco
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Consulta formulada pelo órgão de origem, em face de requerimento da interessada, pleiteando, com base em orientação firmada por esta Corte na Sessão de 18 de junho de 1987 (Proc. 011 030/86-0, Ata nº 37/87, Anexo VII, in D.O.U. de 10 de julho de 1987), a concessão das vantagens previstas no art. 29 da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, resolveu, ante as razões expostas e, inclusive, a vista do disposto na Portaria TCM nº 74, de 04 de dezembro de 1989 (in D.O.U. de 06 de setembro seguinte), restituir os autos ao órgão de origem, com os esclarecimentos prestados.

TC 5302/84-6 (GRUPO II)

Alteração de aposentadoria. Inclusão de "quintos". Consulta formulada pelo órgão de origem. Aplicação do disposto na Portaria TCU nº 74, de 04/09/89.

Adoto como relatório o percuente parecer do chefe do parquet especializado, Dr. Francisco de Salles Mourão Branco.

VOTO

Data vinda do parecer da 2ª IGCE, acompanharia o Ministério Público para fazer retornar o processo à origem, objetivando ser feita a correlação das funções exercidas.

2. Processo semelhante foi relatado na Sessão de 29/05/90 (TC 14.720/85-0), pelo insigne Ministro Carlos Átila Alvares da Silva, desta 1ª Câmara, a quem tenho a honra de estar substituindo.

3. Entretanto, verifica-se que dos autos não consta ato a ser examinado, fato que me leva a aplicar o disposto na Portaria TCU nº 74, de 04/09/89.

Pela restituição dos autos à origem, com os esclarecimentos prestados.

Sala das Sessões em 12 de junho de 1990
LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA
Ministro-Relator

PARECER

A Srª Anísia Campos de Andrade, foi aposentada, a partir de 13-02-1984, com as vantagens da Função Gratificada de Chefe da Seção de Finanças e Contabilidade, Código DAI-111.3, da Divisão Administrativa do Tribunal Marítimo (cf. Lei nº 1.711-52, art. 180, I).

2. A concessão mereceu registrada neste Tribunal, na Sessão de 22-5-1984 (cf. fls. 23v).

II

3. À vista do requerimento da interessada, pleiteando a concessão das vantagens do art. 2º da Lei nº 6.732-79, com base em orientação firmada pela Egrégia Corte (cf. proc. TC-011.030/86-0, Sessão de 18-6-1987, Anexo VII da Ata nº 37/87), consulta a Srª Diretora do Serviço de Pessoas do Tribunal Marítimo, sobre a viabilidade da incorporação dos quintos, não sem antes externar seu ponto de vista favorável à pretensão, por entrever na espécie analogia com o precedente citado.

III

4. O processo vem a esta Procuradoria, mediante a honrosa audiência do eminente Ministro ADHEMAR GHIASI, Relator do feito, solicitada no v. despacho de 02 do mês em curso.

IV

5. A 2ª IGCE informa que o precedente invocado versou sobre a incorporação dos quintos, a partir da vigência da Lei nº 6.732-79, aos servidores que, inativados anteriormente a esse diploma, preenchiam, de então, os requisitos nele postos, — hipótese admitida pelo Colendo Plenário.

6. Após esclarecer que, no presente caso, a alteração de fundamento legal da concessão (incorporação dos quintos previstos na Lei nº 6.732-79) não traz vantagem financeira e inativa, porque as funções e exercidas não foram transformadas em cargos do Grupo DAS", a Segunda Inspeção-Geral propõe a restituição do processo à origem, tornando-se a repartição no sentido de que "nos casos de revisão de proventos, idênticos ao do julgado na Sessão supracitada, o órgão poderá efetuar a referida revisão, sem consultar este Tribunal, alertando que alteração de fundamento de aposentadoria está sujeita ao exame desta Corte de Contas".

V

7. Pedimos vênha para dissentar do entendimento da zelosa Inspeção Técnica. E o fazemos aparados em precedentes deste Tribunal.

8. Com efeito, a servidora exerceu as funções de Encarregada da Turma de Despesa, da Seção de Orçamento da Divisão de Finanças, da Diretoria de Administração do DNPVN e de Encarregada da Turma de Escrituração Patrimonial da Seção de Contabilidade Patrimonial da Divisão de Finanças da Diretoria de Administração do DNPVN, ambas símbolos "4-F", totalizando 09 anos, 02 meses e 05 dias.

9. Posteriormente, exerceu durante 5 anos a função de Chefe da Seção de Finanças e Contabilidade, Código DAI-111.3, da Divisão Administrativa do Tribunal Marítimo, proporcionando-lhe a vantagem com que foi aposentada (cf. E.F., art. 180, I).

10. Em 1975, o Quadro de Funções Gratificadas do DNPVN foi extinto, e este Tribunal vem admitindo para a concessão de "quintos" o aproveitamento destas funções, tomando-se, como paradigma, cargo ou função inexistente do Grupo DAS ou DAI, observada a correlação de atribuições com a antiga função extinta (cf. Sessão de 21-11-1985, proc. TC-31.535/80, Anexo XI da Ata nº 85/85; Sessão de 27-11-1986, proc. TC-1.363/85-9, Anexo XVI da Ata nº 89/86; Sessão de 22-4-1986, proc. TC-01.616/85-4, Ata nº 22/86; Sessão de 27-11-1986, proc. TC-03.622/83-5, Anexo XIV da Ata nº 89/86 e Sessão de 15-9-1987, proc. TC-19.965/83-4, Anexo X da Ata nº 67/87).

11. Importaria indagar-se, no caso, a correlação das funções exercidas, ambas de Encarregada de Turma, para aferir-se o símbolo em que teria se processado a transformação.

12. Considerando, todavia que a servidora exerceu, posteriormente a este período, 5 anos de função da DAI, e dada a natureza das funções anteriormente exercidas, poder-se-ia admitir aquele período como carência para a aquisição da vantagem.

13. A vantagem dar-se-ia, conseqüentemente, no símbolo DAI-3.

14. A inativa perceberia, assim, proventos correspondentes ao símbolo DAI e quintos, também, do mesmo símbolo DAI — tese esta, aliás, já defendida pelo nosso ilustre Colega, Dr. JATIR BATISTA DA CUNHA, mas não acolhida pelo Colendo Plenário, conforme se infere das vv. decisões, proferidas nos procs. TC-03.571/86-6 (cf. Anexo XI da Ata nº 91/86), TC-027.728/81-1 (cf. Anexo V da Ata nº 17/85) e TC-03.049/84-1, (cf. Anexo IV da Ata nº 93/87).

15. Naquelas assentadas, buscou-se evidenciar a justiça do posicionamento defendido por esta Procuradoria. Cabe aduzir que o Egrégio Tribunal Federal de Recursos tem iterativamente julgado casos análogos, sustentando a viabilidade dessa percepção cumulativa das duas vantagens, de vez que a Orientação Normativa nº 232, do DASP, ao permitir à prática em relação ao pessoal em atividade, nenhuma restrição faz quanto aos aposentados. Veja-se, ao propósito, a A.C. nº 107.005-RN, in D.J. de 01-8-1986; A.C. nº 109.865-RN, in D.J. de 19-6-1986; A.C. nº 111.691-PR; A.C. nº 110.107-RN; A.C. nº 111.691-PR; A.C. nº 119.087-MG, in D.J. de 03-9-1987 e A.C. nº 133.331-PR, in D.J. de 10-12-1987, dentre outros, que nos permitimos anexar xerocópia.

16. Vale notar, por oportuno, e em reforço dessa postura, prestada pelo Egr. Tribunal Federal de Recursos, sobre o tema, a orientação imprimeada por este Tribunal na Sessão de 09-7-1987 (cf. Anexo XIV da Ata nº 44/87, Relator, Ministro ALBERTO HOFFMANN). Nessa assentada, em que se cogitava da pensão prevista na Lei nº 6.782-80, houve por bem o Colendo Plenário contemplar, no cálculo da pensão, ambas as vantagens. Assim se admitiu sob a arguição de que ambas as vantagens eram percebidas, na data do óbito, pelo instituidor. Se se reconhece o favor à pensionista, porque não reconhecê-lo a quem lhe deu origem? Não havendo o óbice para admitir o benefício no regime pensional, tampouco se de ve erigir-lo no regime da aposentadoria, sob pena de se aquinhoar, desajustadamente, inativos e pensionistas com desvantagem inexistente para os primeiros.

VI

17. Se entendido, portanto, que deverá o processo retornar à origem, em diligência, para ser feita a correlação das funções exercidas, impõe-se observar que na hipótese de ocorrer a vantagem sobre um símbolo DAS, os quintos não de ser concedidos de acordo com o símbolo apurado, sem prejuízo da percepção do DAI, pois seria esta a situação verificada em atividade.

VII

18. Por todo o exposto, manifestamo-nos pelo conhecimento da presente consulta, com base no Enunciado nº 181 das Súmulas deste Tribunal, para esclarecer o órgão de origem quanto à posição atual da Egrégia Corte de Contas, sobre o tema em causa, em que não se permite a reterida acumulação, ressalvada a hipótese de ser reconsiderada essa orientação, em face das razões que informam a jurisprudência do Egr. Tribunal Federal de Recursos, quando, então, o desate da espécie houver de guardar conformidade com a situação por nós acenada no item anterior.

Procuradoria, em 07 de março de 1988

FRANCISCO DE SALLES MOURÃO BRANCO
Procurador-Geral

Anexo VIII da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

PENSÃO CIVIL

- Relator, Ministro Benito José Bugarin
Processo: 013.051/88-1
Interessadas: Maria da Glória Costa Clemente (viúva) e Any Clemente Costa (filha)
Órgão de origem: Delegacia do então Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro
Representante do Ministério Público: Dr. Jatir Batista da Cunha
Órgão técnico de instrução: 2ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de pensão especial, prevista na Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, em favor da viúva e da filha do instituidor, tendo a viúva, posteriormente, optado pela complementação prevista no Decreto-lei nº 956, de 13 de outubro de 1969, com exclusão de filhos menores do ex-servidor.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, resolveu, ante as razões expostas, manifestar-se pela conversão do julgamento em diligência, para os fins alvitrados nos pareceres, devendo o órgão de origem observar o decidido na Sessão desta Câmara de 18 de outubro de 1988 (Proc. nº 004.675/83, Ata nº 35/88, Anexo XIII, in D.O.U. de 07 de novembro seguinte).

GRUPO I

TC nº 013.051/88-1

Pensão Especial
Maria da Glória Costa Clemente
Any Clemente Costa

Pelo ato de fls. 23 foi concedida a pensão especial da Lei nº 6.782/80 a Maria da Glória Costa Clemente e Any Clemente Costa, viúva e filha de Any Clemente, ex-servidor do extinto Ministério dos Transportes, falecido em 04.01.75 (fls. 2).

Verifica-se nos autos que a pensão previdenciária vem sendo complementada pela EFPSA (Paridade) desde 01.11.82, o que somente em 01.05.88, a viúva veio a formalizar sua opção por aquela complementação, ficando suspenso o seu pagamento a partir de outubro de 1988 (fls. 38).

A 2ª IGCE propõe a legalidade da concessão com o registro do ato de fls. 23, observando que a partir da exclusão da viúva, a filha deverá permanecer no gozo do benefício na razão da metade, uma vez que a opção não enseja a reversão de cota.

No caso de não ser esse o entendimento do Tribunal, acena aquela IGCE no sentido de ser sobrestado o julgamento, tendo em vista que o assunto em exame está sendo objeto de Inspeção Extraordinária em face do decidido na Sessão de 04.10.88 (TC-026.536/82-2).

O Ministério Público, discordando do entendimento da Inspeção-Geral, manifesta-se pela conversão do julgamento da concessão em diligência, para os seguintes fins:

I - Ser informado o motivo da exclusão da partilha do benefício de ADIL CLEMENTE COSTA e GILSON CLEMENTES COSTA, filhos menores do instituidor, em 20.05.1980, vigência da concessão, e em 1982, quando a viúva requereu a pensão, eis que ADIL atingiu a maioria em 19.11.1985 e GILSON somente completará os 21 anos em 28.05.1989, conforme certidões de fls. 13 e 14, sendo beneficiários da Previdência.

II - Ser suspenso o pagamento da pensão da viúva, a partir da data em que a mesma passou a perceber a complementação prevista no Decreto-lei nº 956/69, procedendo-se ao acerto de contas entre a UGAC e o INPS (Sessão de 29.03.1988, TC-010.070/83-4, Anexo VIII da Ata nº 30/88 - 2ª Câmara).

Por despacho de 24.05.1989 (fls. 39), este Relator restituiu o processo em diligência interna à 2ª IGCE, determinando reexame da matéria a fim de que fosse observada a Decisão Plenária de 10.05.89 (TC- 576.679/87-9 - Anexo V, da Ata nº 20/89).

Em novo exame a 2ª IGCE propõe a legalidade da concessão de fls. 23, depois de ser esclarecido pelo órgão de origem o motivo que o levou a excluir do benefício os filhos menores do instituidor, Adil e Gilson, conforme documentos de fls. 13 e 14, visto que os mesmos somente atingiram a maioria em 11.11.85 e 28.05.89, respectivamente, e observadas as medidas adotadas pelo Tribunal no aprecio do Relatório de Inspeção Extraordinária realizada na Secretaria de Benefícios do INPS - TC- 576.679/87-9.

O Ministério Público manifesta-se de acordo com a proposição daquela Inspeção-Geral.

E o Relatório.

VOTO

Acompanhando os pareceres VOTO pela conversão do julgamento em diligência para os fins ali sugeridos, devendo o órgão observar o decidido na Sessão de 18.10.88 (TC- 004.675/83, Ata 35/88, Anexo XIII, 1ª Câmara, citada no parecer de fls. 37).

Sala das Sessões, em 12 de Junho de 1990.

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

Anexo IX da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

PENSÃO MILITAR

- Relator, Ministro Homero dos Santos

Processo: 008.085/89-7

Interessada: Regina Alves dos Santos (viúva canônica).

Órgão de origem: Departamento do Pessoal do Ministério da Justiça

Representante do Ministério Público: Dr. Jatri Batista da Cunha

Órgão técnico de instrução: 5ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de pensão Militar, prevista na Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960, em favor da viúva canônica - detentora de aposentado rural estadual - de Soldado da extinta Polícia Militar do ex-Território Federal do Acre, falecido em decorrência de acidente em serviço.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas, determinar a conversão do julgamento em diligência, para os fins propostos pelo órgão de instrução.

GRUPO I
TC-8085/89-7

RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução a cargo da 5ª IGCE, subscrita pela Informante - AFCE VERDIANA ALVES DE SIQUEIRA LABARRERE (fls. 45/46), cujo teor é o seguinte:

"Trata-se de pensão militar deixada por José Faustino dos Santos, soldado da extinta Polícia Militar do Acre, falecido em 21.09.50.

Este Tribunal, em Sessão de 11.11.80, decisão juntada por cópia de fls. 29/34, reconheceu decisão anterior para reconhecer a legalidade da concessão de pensão militar à viúva de soldado da extinta Polícia Militar do Território do Acre, sendo que a questão ali discutida foi o fato de o soldado não ser contribuinte da pensão militar, de acordo com a legislação de época.

Está requerendo o benefício a Sra. Regina Alves dos Santos, que juntou documento comprobatório do casamento religioso contraído com o instituidor, realizado em 22.10.35 (fls. 06), havendo dessa união duas filhas nascidas nos anos de 1939 e 1949 (fls. 07 e 09). As fls. 11, a requerente declara que se manteve no estado civil de viúva (canônica) e que é aposentada no cargo de servidora do Governo Estado do Acre.

Do exame do processo, deduz-se que o instituidor manteve vida em comum com a Sra. Regina por um período de seis ou mais anos 14 anos, parecendo-se, dessa forma, dispensável a apuração de justificativa judicial para este fim (decisão de 25.02.88, ato 02 - 2ª Cam. TC-16.349/85-7 D.O. de 14.03.88).

O órgão concedente deferiu a pensão na graduação de soldado, entretanto, face aos documentos de fls. 13/15 e 18/20, verifica-se que o instituidor faleceu em decorrência de acidente em serviço, o que enseja à requerente o direito de perceber o benefício da graduação de 3º sargento (25 vezes).

Assim, proponho a devolução do processo à origem para que seja retificado o ato de fls. 43, passando a pensão à correção ponder à graduação de 3º sargento (25 vezes), conforme dispõem os artigos 15 § 1º e 17 § 1º da Lei 3765/60."

A nobre Titular da Unidade Técnica e a D. Procuradoria estão de acordo com essa manifestação.

E o Relatório.

VOTO

Acolhendo os pareceres emitidos nos autos, meu voto é no mesmo sentido: conversão do julgamento em diligência para os fins propostos.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990.

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

Anexo X da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

PENSÃO MILITAR

- Relator, Ministro Bento José Bugarin

Processo: 000.823/89-9

Interessadas: Wilma da Costa Carraro (ex-esposa), Tânia Regina Carraro e Emília Maria Cortiano (filhas)

Órgão de origem: Seção de Inativos e Pensionistas, 5ª RM, do M. do Exército

Representante do Ministério Público: Dr. Laerte José Marinho

Órgão técnico de instrução: 5ª Inspeção Geral de Controle Externo

Assunto

Concessão de pensão Militar, prevista na Lei nº 3.765, de 04 de maio de 1960, à ex-esposa divorciada e pensionada e às filhas do instituidor, tendo sido indeferido, pelo órgão concedente, o pedido de habilitação da companheira.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante as razões expostas, converter o julgamento em diligência, para os fins almejados.

GRUPO I

TC nº 000.823/89-9
Pensão Militar
Wilma da Costa Carraro

Aprecia-se a concessão de Pensão Militar às beneficiárias do Subtenente Reformado Alceu Gilberto Carraro, falecido em 14.08.88.

O órgão concedente submete a esta Corte os atos de fls. 57, 58 e 59 que consignam a divisão do benefício entre a Sra. Wilma da Costa Carraro, ex-esposa divorciada e pensionada, e suas filhas Tânia Regina Carraro e Emília Maria Cortiano.

Pelo expediente de fls. 02, Eugênia de Silva Polidoro, pleiteou perante o Comando da 5ª RM do MEX a percepção da pensão militar, a que a seu ver faria jus, por sua condição de companheira do militar. Essa pretensão de J. Eugênia não mereceu prosperar no âmbito do referido Ministério (fls. 02).

A Informante, na 5ª IGCE, propõe diligência para reexame da concessão, ficando o benefício assim dividido: 3/4 à ex-esposa divorciada, 3/4 à incorporadas as quotas de suas filhas, e 1/4 à companheira. Fundamenta essa proposição na Decisão proferida em 06.04.89, no ser apreciado o TC nº 003.327/87-5 (Anexo IX da Ata 07/89 - 2ª Câmara).

Já a Sra. Diretora da 2ª Divisão posiciona-se pela devolução dos autos à DIP-MEX, em diligência, para que a pensão seja deferida integralmente a D. Wilma da Costa Carraro, cancelando-se os atos de fls. 58 e 59, emitidos a favor de suas filhas Tânia Regina Carraro e Emília Maria Cortiano, que somente fariam jus ao benefício em grau de reversão, ficando suas cotas-partes adicionadas à de sua genitora, enquanto esta viver.

No tocante ao requerimento da companheira, entende a Sra. Diretora que cabe observar a orientação firmada pelo Plenário na Sessão de 22.08.89, no TC nº 025.389/79-3, tendo em vista que o pedido foi indeferido pelo órgão concedente, não havendo ato concessório a ser apreciado.

O representante do Ministério Público manifesta-se de acordo com as conclusões da 5ª IGCE.

2.º Relatório.

VOTO

Acompanhando o parecer da 5ª IGCE, bem como o do representante do Ministério Público, VOTO por que seja convertido o julgamento em diligência para os fins ali sugeridos.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990.

BENTO JOSÉ BUGARIN
Ministro-Relator

Anexo XI da Ata nº 16, em 12 de junho de 1990
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

REFORMA

- Relator, Ministro Homero dos Santos
Processo: 005.332/89-3 e outros (no total de 20)
Interessados: Francisco Ferreira Lima e outros.
Órgão de origem: Diretoria de Inativos e Pensionistas do M. do Exército
Representantes do Ministério Público: Drs. Jatir Batista da Cunha e Laury de José Marinho
Órgão técnico de Instrução: 5ª Inspeção Geral de Controle Externo.

Assunto

Concessões de reforma, aos interessados, integrantes da carreira militar do Ministério do Exército, de conformidade com a legislação vigente aplicada a espécie, deferidas já na vigência da Constituição Federal de 1988.

Decisão

A Primeira Câmara, ao acolher as conclusões do Relator, de acordo, em parte, com os pareceres emitidos nos autos, resolveu, ante todas as razões expostas e, inclusive, à vista da sua Decisão de 08 de maio do corrente ano (Proc. 003.754/89-8, Ata nº 12/90, in D.O.U. de 29 seguinte), considerar legais as reformas em apreço e determinar o registro dos respectivos atos, dispensando-se as recomendações alviadas.

(GRUPO II)

TC-005.332/89-3 - Francisco Ferreira Lima
TC-002.990/80-3 - Adalberto Frederico Ansbach
TC-005.333/89-0 - Roberto de Souza Gomes
TC-005.422/89-2 - Rogério Vieira Dias
TC-005.262/89-5 - Weraldo Giordani
TC-005.260/89-2 - Iderli Pereira de Souza
TC-009.419/89-6 - Jordão da Luz
TC-005.331/89-7 - Renato Junker Machado
TC-005.270/89-6 - Luiz Zeferino Frazão
TC-005.258/89-8 - Manoel Leonildo da Silva
TC-005.273/89-7 - Irineu Lacovietz
TC-013.234/88-9 - Alberto Cassimiro de Lima
TC-005.268/89-3 - Domingos Teixeira Bastos
TC-005.285/89-4 - Edivar de Souza Pereira
TC-005.263/89-1 - Inácio José Haab
TC-009.423/89-3 - Raimundo Bezerra de Sá
TC-002.896/90-7 - Arnaldo Alves Gomes
TC-009.456/89-9 - Valcides José dos Santos
TC-009.418/89-0 - Luiz Carlos Araújo
TC-005.259/89-4 - Jaime Lopes dos Santos

REFORMAS

RELATORIO

Tratam os processos, em pauta, de REFORMA EX. OFICIO de diversos integrantes da carreira militar do quadro do Ministério do Exército.

De acordo com os respectivos atos, a Repartição Militar deferiu proventos na conformidade do que preceitua a legislação vigente aplicada a espécie.

A instrução técnica, a cargo da 5ª IGCE, manifesta-se pela legalidade da concessão e registro dos atos, ressaltando que este Tribunal vem examinando os proventos dos militares na forma definida e discriminada pelo art. 82 do Decreto-lei nº 1824/80, vigente a partir de 01-01-81, ou seja, soldo ou quotas de soldo e gratificação de tempo de serviço, e que, uma vez vigente a nova ordem constitucional, a totalidade dos direitos do militar na inatividade, poderá ser revista nos termos do artigo 40, § 42, c/c o art. 42, § 10 da Constituição Federal de 05-10-88, com o que concorda o douto Representante do Ministério Público.

2.º Relatório.

VOTO.

As concessões em exame foram todas deferidas já na vigência da nova Carta Política.

Outrossim, em recente processo (TC-003.158/71-3 e outros, Anexos XI da Ata nº 06/80, - Plenário) tive a oportunidade de destacar que:

"Na verdade, a atual Constituição de 05-10-88 estabeleceu uma nova sistemática remuneratória e pensional na Administração Pública (Cap. VII), tanto para os servidores públicos civis (Seção II - arts. 39/41) como para servidores públicos militares (Seção III - art. 42), fixando parâmetros claros e precisos para as leis que venham disciplinar, fixar e alterar a remuneração da atividade, os proventos da inatividade e os benefícios da pensão por morte (cf. arts. 40, § 8 4º e 5º, 42 - § 1º e ADCT, arts. 17 e 20)."

Naquela mesma assentada, acrescentei, em conclusão ao meu Voto, que o próprio Poder Executivo, através do Par. CGR Nº SR-96, de 29-06-89, in DOU, DE 07-07-89, já teria tracado diretrizes para aplicação das novas disposições Constitucionais.

Nessas condições, não há necessidade das proposições contidas nos pareceres, no sentido de solicitar das Forças Armadas, após o julgamento da legalidade da concessão, que as mesmas sejam revistas nos termos das novas disposições Constitucionais, com vistas a totalidade dos direitos do militar na inatividade.

Recentemente, nesta 1ª Câmara, o Eminentíssimo Ministro CARLOS ATILA, com a propriedade de sempre (TC-3.754/89-8, Anexo XIV da Ata nº 12/90, in D.O. de 29-05-90), conseguiu dirimir essa questão, fixando que os dispositivos constitucionais referindo-se a revisões de proventos acaso aplicáveis após a inativação, relacionados com modificações da remuneração dos servidores ativos, não se aplicam a concessão inicial, como ocorre nos presentes autos.

Assim sendo, acolhendo em parte os pareceres, o meu Voto é apenas pela legalidade e registro, dispensando-se as recomendações sugeridas.

Sala das Sessões, em 12 de junho de 1990

HOMERO SANTOS
Ministro-Relator

REVISTA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Saiu o número 2 da Revista do Superior Tribunal

de Justiça, contendo:

Ação Rescisória,
Agravado de Instrumento,
Conflito de Competência,
"Habeas Corpus" e Recursos,
"Habeas Data", Inquérito,
Mandado de Injunção e Agravos Regimentais,
Mandado de Segurança e Recursos,
Petição (Medida Cautelar),
Recurso Especial e Agravado Regimental e Revisão Criminal.

NÚMERO 2

Preço: Cr\$ 350,00

COMPLETE SUA COLEÇÃO

- Coleção das Leis da República Federativa do Brasil 1950 a 1988
- Ementário de Jurisprudência do TFR 1979 a 1987
- Jurisprudência Trabalhista do TST 1981 a 1987
- Revista do Tribunal Federal de Recursos 1974 a 1988
- Revista Trimestral de Jurisprudência do STF 1957 a 1988

Contratos, Editais e Avisos

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria Geral

Subsecretaria-Geral

Departamento de Orçamento e Finanças

Divisão de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 08/90

OBJETO - Contratação de serviços fotográficos de ampliação e revelação de slides e filmes.

DIA - 10 (dez) de Junho de 1990, às 9:00 (nove) horas..

EDITAL - Acha-se afixado na Divisão de Licitações e Contratos localizada no Bloco 02, Térreo, sala 105, do Anexo ao Palácio do Planalto, nesta Capital, onde serão fornecidas cópias aos interessados.

Brasília (DF), 19 de junho de 1990

(Of. nº 22/90)

(DIAS: 22, 25 e 26/06/90)

UBIRAJARA DÉTTMAR

Presidente da Comissão

Secretaria da Ciência e Tecnologia

Instituto Nacional de Tecnologia

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO/INT/Nº 097/90, CONVITE/Nº 01/90 (CANCELADO): PROCESSO/INT/ Nº 187/90, CONVITE/Nº 002/90, FIRMA VENCEDORA CIA EDITORA BARBERO LTDA / ITEM: 01 PROCESSO/INT/Nº 191/90, CONVITE/Nº003/90, FIRMA VENCEDORA DIS TRIBUIDORA DE BEBIDAS COPÃO LTDA; ITEM 01: PROCESSO/INT/Nº 208/90 CONVI TE Nº 04/90 (CANCELADO): PROCESSO/INT/Nº202/90, CONVITE/Nº005/90 (CANCELADO); PROCESSO/INT/Nº 194/90; CONVITE/INT/Nº006/90; PROCESSO/INT/Nº - 263/90; CONVITE/INT/Nº 007/90 FIRMA VENCEDORA IMPRINTA GRÁFICA E EDITORA LTDA ITEM 01; PROCESSO/INT/Nº 249/90 CONVITE/INT/Nº 008/90 (CENCELA- DO); PROCESSO/INT/Nº 502/90, CONVITE/Nº/INT/010/90; FIRMA VENCEDORA CACIQUE ALIMENTOS LTDA; ITENS: 01 e 02; PROCESSO/INT/Nº 422/90 CONVITE/Nº 011/90 FIRMA VENCEDORA REI DAS TINTAS ITENS 01 e 02- PROCESSO/INT/ Nº 472/90; CONVITE/INT/Nº 012/90 FIRMAS VENCEDORAS ADELRO COM. MAT. ESCRITÓRIO LTDA; ITENS: 01,02,03,04,05,06,07 e 14 PIRIL COM. DE PAPELARIA / LTDA; ITENS: 09,11,12 e 15, PAPELARIA STAPPEL LTDA, ITEM 08, JOMARGI PA PÉIS LTDA; ITENS: 16 e 17 e NIAGARA DISTRIBUIDORA E PAPELARIA LTDA, ITEM 13 PROCESSO/INT/Nº 471/90, CONVITE/Nº 013/90 FIRMAS VENCEDORAS: PIRIL / COM. DE PAPELARIA LTDA; ITENS 01,02 e 05, LIMPATHEX IND. & COM. LTDA / ITENS 03,08 e 18, NIAGARA DISTRIBUIDORA E PAPELARIA LTDA ITENS 04,07,10, 11, 12 e 13, IMRONS GOVERNO DE PERRAGENS LTDA ITENS: 14,15,16 e 17 PRO- CESS/INT/Nº 241/90, CONVITE/Nº 014/90, FIRMAS VENCEDORAS PIRIL COM. DE PAPELARIA LTDA; ITEM 01: GRÁFICA PORTINHO CAVALCANTI LTDA; ITEM 02. PRO CESS/INT/Nº 463/90, CONVITE/Nº 015/90 FIRMAS VENCEDORAS ELZIVIODOS E- QUIPAMENTOS E PRODUTOS P/LAB. LTDA; ITENS: 01,02 e 04 MARLAB EQUIPAMEN- TOS P/LAB.LTDA ITEM 03; HOGGI EQUIPAMENTOS P/LAB.LTDA ITENS: 05 e 06 PROCESSO/INT/Nº 492/90; CONVITE/INT/Nº 016/90; FIRMA VENCEDORA TYPE- / BELL SERVIÇOS E COM. DE MAQUINAS LTDA; ITEM 01 e PROCESSO/INT/Nº 464/90 CONVITE/Nº 017/90 FIRMAS VENCEDORAS M.P.GASES E EQUIPAMENTOS LTDA ITENS 01 e 02, AGA S/A ITEM: 03 PROCESSO/INT/Nº 573/90 CONVITE/INT/Nº 019/90; FIRMA VENCEDORA MARCONI INSTALADORA MARCONI LTDA; ITEM: 01 e PROCESSO / INT/Nº 617/90; CONVITE/INT/Nº 020/90 FIRMAS VENCEDORAS FERNALAB COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA; ITEM 01: e MP-LAB. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA; ITEM: 02.

(Of. nº 45/90)

CLÊNIO BARCELLOS PINTO

Presidente da Comissão

Secretaria do Desenvolvimento Regional

Superintendência da Zona Franca de Manaus

Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

1) ESPÉCIE - TOMADA DE PREÇOS Nº 09/90.

2) OBJETO - Aquisição de equipamentos de Rádio Transmissão/Recepção.

3) PRIMEIRA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - 25.06.90.

4) DATA E LOCAL DE ABERTURA - 10.07.90, às 9 horas, sala da COPELI - Ma-
naus/AM.5) LOCAL ONDE SE ENCONTRA AFIXADO O EDITAL - Quadro de Avisos na sede
da SUFRAMA, Rua Min. João Gonçalves de Souza, s/n, Distrito Indus-
trial.6) LOCAL ONDE PODE SER ADQUIRIDO O EDITAL - Sala da Comissão Permanente
de Licitação - COPELI, na sede da Autarquia, durante o expediente
normal.

7) ESPÉCIE - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/90.

8) OBJETO - Aquisição de equipamentos para ar condicionado.

9) PRIMEIRA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - 25.06.90.

10) DATA E LOCAL DE ABERTURA - 11.07.90, às 9 horas, sala da COPELI - Ma-
naus/AM.

11) LOCAL ONDE SE ENCONTRA AFIXADO O EDITAL - Local acima mencionado.

12) LOCAL ONDE PODE SER ADQUIRIDO O EDITAL - Endereço acima mencionado.

13) ESPÉCIE - TOMADA DE PREÇOS Nº 11/90.

14) Aquisição de equipamento (FAX SMILE).

15) PRIMEIRA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO - 25.06.90.

16) DATA E LOCAL DE ABERTURA - 12.07.90, às 9 horas, Sala da COPELI - Ma-
naus/AM.

17) LOCAL ONDE SE ENCONTRA AFIXADO O EDITAL - Local acima mencionado.

18) LOCAL ONDE PODE SER ADQUIRIDO O EDITAL - Endereço acima mencionado.

Manaus, 19 de Junho de 1990.

(Of. nº 30/90)

(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

JOSÉ CUNHA BARBOZA GROSSO

Presidente da Comissão

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO

PROCESSO Nº 10.877/89

TERMO DE CONVÊNIO DAP Nº 02/90

ESPÉCIE: Convênio que entre si celebram o MINISTÉRIO DA JUSTIÇA e a UNI-
VERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.OBJETO: Realização do Fórum Internacional de Criminologia Crítica, em
Belém-PA, no período de 05 a 09.08.90.DESPESA: A despesa correrá à conta do Programa nº 0603000211.019.0001 -
Integração das Ações de Segurança Pública, Natureza da Despesa 3490.39.VALOR: O valor estimado do presente Convênio é de Cr\$ 758.000,00 (sete-
centos e cinquenta e oito mil cruzeiros), conforme empenho nº 90NE00013
de 22.06.90.VIGÊNCIA: 02 (dois) meses, a partir da data de sua publicação no Diário
Oficial da União.

DATA DA ASSINATURA: 22 de junho de 1990.

ASSINAR: DR. BERNARDO CABRAL, Ministro de Estado da Justiça e Professor
NILSON PINTO DE OLIVEIRA, Reitor da Universidade Federal do Pará.

(Of. nº 14/90)

Imprensa Nacional

Comissão Permanente de Licitação

RESULTADO DE JULGAMENTO (*) CONVITE Nº 87/90

A C.P.L. resolve desclassificar os itens 01, 02, 03, 04, 05 e 06 da Fir-
ma VIDRACARIA ESPLANADA LTDA por estar em desacordo com o Edital e, em
consequência, adjudicar, pela técnica a preço, os itens 01, 02, 03, 04,
05 e 06 da firma VITRAL - VIDROS PLANOS LTDA.

Brasília, 22 de Junho de 1990

JESUÁ SILVA ANDRADE

Presidente da Comissão

(*) Republicado por ter saído com incorreção, do original, no D.O. de
22/06/90, pag. 12132.

MINISTERIO DA MARINHA

Comando de Operações Navais

Comando do Primeiro Distrito Naval

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 41/90

OBJETO:

De ordem do Exmº Sr. Comandante do Primeiro Distrito Naval, faço públi-
co que, às 14:00 horas do dia 27/06/1990, no Departamento de Intenden-
cia do Comando do Primeiro Distrito Naval, situado à Praça Barão de Sa-
dário, s/nº, Centro, Rio de Janeiro-RJ, será realizada licitação destina-
da a aquisição de gêneros alimentícios para o restaurante deste Coman-
do.

HABILITAÇÃO:

Desta Tomada de Preços poderão participar empresas pertencentes ao ramo
licitado e que tenham integralizado capital mínimo de Cr\$ 30.000,00
(Trinta mil cruzeiros).

INSTRUÇÕES:

No endereço acima serão prestadas maiores informações e fornecidos aos
interessados, não só o Edital, ao preço de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros)
contendo informações detalhadas, mas também, instruções específicas e
outros elementos que se tornem necessários para o perfeito entendimento
do objeto e condições da presente licitação.

Rio de Janeiro, 07 de junho de 1990

WILLIAM PINTO COELHO

Capitão-de-Fragata (IM)

Presidente da Comissão

(Of. nº 919/90)

(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

**Comando do Quarto Distrito Naval
Base Naval de Val-de-Cães**

AVISO DE LICITAÇÃO

Será realizada na Base Naval de Val-de-Cães, no dia 13 de julho de 1990, às 15:00 horas, uma Tomada de Preços para realização de serviços de dragagem na Baía de Manobras, Carreira e Canal de acesso à Baía de Manobras da Base Naval de Val-de-Cães. O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos no preço de Cr\$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZEIROS), na Divisão de Aquisição da Base Naval de Val-de-Cães, na Rodovia Arthur Bernardes s/n (telefone 233-2328) Belém, PA., ou na Divisão de Obtenção da Diretoria de Obras Civis da Marinha, na rua 1ª de março 118, 10º andar, telefone 216-5266, Rio de Janeiro, RJ.

JOSÉ DE SOUZA BRAGA
Capitão-de-Fragata
Presidente da Comissão

(Of. nº 919/90)
(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

Secretaria Geral

Diretoria de Abastecimento

Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro

AVISOS DE LICITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE DOCE EM CORTE
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.112/90
DATA E LOCAL: No dia 03 de julho de 1990 às 10:30 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-962 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MARGARINA VEGETAL
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.113/90
DATA E LOCAL: No dia 03 de julho de 1990 às 11:00 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-961 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GELÉIA DE MOÇOTÓ
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.114/90
DATA E LOCAL: No dia 05 de julho de 1990 às 10:00 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-967 - 22-06-90 - Cr\$ 2.195,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MIÚDOS BOVINOS - BUCHO 67 TON - LÍNGUA 41 TON FÍGADO 76 TON - RABO 31 TON.
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.115/90
DATA E LOCAL: No dia 06 de julho de 1990 às 10:00 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-963 - 22-06-90 - Cr\$ 2.195,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AÇÚCAR REFINADO
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.119/90
DATA E LOCAL: No dia 06 de julho de 1990 às 10:30 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-964 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SUCOS INTEGRAIS DE FRUTAS
LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.120/90

DATA E LOCAL: No dia 06 de julho de 1990 às 11:00 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

(Nº 41-965 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPOSTA DE FRUTA EM CALDA

LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇOS Nº 40.121/90
DATA E LOCAL: No dia 09 de julho de 1990 às 10:00 horas, nas dependências do Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, situado na Av. Brasil nº 10.500, Olaria, Rio de Janeiro, serão recebidos os envelopes contendo as propostas de preços e amostras, das firmas previamente habilitadas neste Depósito.
EDITAL: As firmas interessadas poderão obter o Edital da Licitação, diariamente de 08:30 às 16:00 horas (dias úteis), no Depósito de Subsistência da Marinha no Rio de Janeiro, no endereço já citado.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO

Departamento Geral de Serviços

Diretoria de Saúde

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS (*)

O DEPARTAMENTO-GERAL DE SERVIÇOS, avisa aos interessados que fará realizar às 09:00hs do dia 12 de julho de 1990 a Tomada de Preços nº 02A/90-DSu, que tem por objetivo a aquisição de Material de Saúde de Campanha.

Maiores informações e Edital, poderão ser obtidas na Diretoria de Saúde, nos dias úteis das 08:00hs às 17:00hs, no GE/EX - Bloco "H" - 2º Piso - SMU - BRASILIA-DF, ou pelo telefone 321-4747 - Ramal 2062.

(Of. s/nº/90)

(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

Brasília (DF), 25 de junho de 1990

COMISSÃO DE HABILITAÇÃO E CADASTRO

(*) Republicado por ter saído com incorreção do original.

**Departamento de Ensino e Pesquisa
Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento
Escola Preparatória de Cadetes do Exército**

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

EDITAL Nº 01/90

A Escola Preparatória de Cadetes do Exército faz público que realizará uma licitação para aquisição de peças prontas de fardamento para alunos da Es P C Ex. Os interessados poderão obter o Edital e informações sobre a licitação no Almoarifado da Es P C Ex, sito à Av. Papa Pio XII, 350 Jardim Chapadão - Campinas - SP, telefone 0192-418155, no horário de 08:00 às 17:00 horas nos dias úteis, até 30 JUN 90.

(Of. s/nº, de 07-06-90)

(DIAS: 21, 22 e 25-06-90)

ADILSON MANGIAVACCHI - Major

Escola de Sargentos das Armas

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 06/90

A Escola de Sargentos das Armas comunica que será realizada em sua sede a seguinte Tomada de Preços, conforme calendário abaixo:
Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios.

DATA	HORÁRIO	EVENTOS
22 Jun 90	17:00	Data limite para inscrição e recebimento dos documentos
28 Jun 90	09:00	Divulgação da firma habilitada e inabilitada
28 Jun 90	09:30	Reunião de julgamento e abertura das propostas
29 Jun 90	16:30	Adjudicação do Objeto da licitação à(s) vencedora(s).

Legislação básica: Decreto Lei nº 2360, de 16 Set 87 e Port nº 1224, de 14 Dez 88.

Informações: Escola de Sargentos das Armas
Av. Sete de Setembro, 628
TRÊS CORAÇÕES/MG CEP 37410

VLADIMIR VIEIRA - Cap. Eng.
Presidente da Comissão

(Of. nº 35/90)

(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

**Comando Militar do Nordeste
7ª Região Militar
Depósito Regional de Subsistência**

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 02/90

1. O Presidente da Comissão de Licitação (Habilitação e Cadastro), cumprindo determinação do Comando da 7ª Região Militar, comunica que será realizada a Tomada de Preços nº 02-90-CMDO 7ª RM/DE, com abertura das Propostas para os dias 25 de JULHO/90, 20 de SETEMBRO/90, 21 de NOVEMBRO/90 e 25 de JANEIRO de 1991.

2. OBJETO: Aquisição de AMIDO DE MILHO, ESPAGUETE DE SEMOLA, FUBÁ DE MILHO e ARTIGOS DE MERCEARIA.

3. O Edital na íntegra poderá ser obtido no Comando da 7ª Região Militar/DE - Rua General Estácio Leal, 439 Cabanga - Recife-PE, a partir do dia 02 de JULHO de 1990, ao preço de Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros)

Recife, 15 de junho de 1990

MANFRIED CÂNDIDO MACIEL - Cel. Int.

Of. nº 01/90)

DIAS: 22, 25 e 26/06/90)

**Comando Militar do Leste
1ª Região Militar
Depósito Central de Material de Motomecanização**

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 09/90

OBJETO: Aquisição de peças para viaturas diversas
ENTREGA DOS ENVELOPES: 10 Jul 90 até às 12:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 18 Jul 90 às 10:00 horas
EDITAL: Será entregue de 25 Jun 90 a 09 Jul 90, inclusive, no DCM, na Av. Brasil 25.540, Deodoro, Rio - RJ, das 09:00 às 12:00 hs.

TOMADA DE PREÇOS Nº 10/90 - DCM

OBJETO: Aquisição de peças para viatura Engesa
ENTREGA DOS ENVELOPES: 10 Jul 90 até às 12:00 horas
ABERTURA DAS PROPOSTAS: 19 Jul 90 às 10:00 horas
EDITAL: Será entregue de 25 Jun 90 a 09 Jul 90, inclusive, no DCM, na Av. Brasil 25.540, Deodoro, Rio - RJ, das 09:00 às 12:00 hs.

Rio de Janeiro (RJ), 21 de junho de 1990

(Nº 41.281 - 20-06-90 - Cr\$ 9.219,00)

(DIAS: 21, 22 e 25-06-90).

CONCORRÊNCIA Nº 04/90

1. O Presidente da Comissão de Licitação do Comando da 1ª Região Militar, comunica que será realizada a CONCORRÊNCIA Nº 04/90-CL, com abertura das Propostas para o dia 02 de AGOSTO de 1990, destinada ao fornecimento de QUANTITATIVO DE RANCHO, para consumo das Organizações Militares apoiadas pelo DRS/1, nas condições estabelecidas no EDITAL e seus anexos, cujo resumo se transcreve para conhecimento dos interessados:

1. - Regula a aquisição de Carnes-salgadas, Miúdos de boi, Eshutidos, Laticínios, Horti-fruti-granjeiros, Doces, Produtos do mar e outros.

2. O EDITAL, as especificações e os esclarecimentos necessários poderão ser obtidos ao preço de Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros), das 0900 às 1600 horas de segunda à sexta-feira, no DRS/1, situado à Avenida Suburbana nº 1.184 - Benfica, RJ.

3. As Firmas que desejarem adquirir o EDITAL deverão enviar seus representantes, devidamente autorizados.

Rio de Janeiro (RJ), 19 de junho de 1990

(Nº 41.968 - 22-06-90 - Cr\$ 9.219,00)

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Escola Superior de Agricultura de Lavras**

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE: Contrato firmado entre a Escola Superior de Agricultura de Lavras, e a firm SERCEL - Serviços Gerais Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato original, para prestação de serviços de limpeza e conservação de prédios, áreas e outros bens da Escola.

LICITAÇÃO: Tomada de Preços.

CRÉDITO: Orçamento da ESAL elemento de despesa 3.4.9.0.3.9. - Outros Serviços e En-argos.

VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 3.180.000,00 (três milhões, cento e oitenta mil cruzeiros).

VIGÊNCIA: 12/06/90 a 12/06/91.

ASSINATURAS: JUVENILIO JÚLIO DE SOUZA - DIRETOR DA ESAL SÉRGIO SIQUEIRA MARTINS-PRO-CURADOR DA SERCEL LTDA.

(Of. nº 36/90)

**Universidade Federal do Rio de Janeiro
Área de Patrimônio e Finanças**

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADAS DE PREÇOS Nºs 16 a 20/90

Devidamente autorizado pelo Sub-Reitor de Patrimônio e Finanças, faço público que se acham abertas as licitações, sob a modalidade

de Tomadas de Preços para aquisição de Gêneros Alimentícios, destinada aos diversos Restaurantes da UFRJ, conforme quadro abaixo:

Nº	DATA	HORA	OBJETO
016/90	09.07.1990	10:00	PAES E DERIVADOS
017/90	09.07.1990	10:30	LATICÍNIOS (QUEIJOS/TOCORTE)
018/90	09.07.1990	14:00	AVES, PESCADOS E CARNES
019/90	09.07.1990	14:30	LEGUMES, VERDURAS E FRUTAS
020/90	09.07.1990	15:00	ESTOCÁVEIS

Os interessados poderão obter o edital e esclarecimentos de segunda a sexta-feira e no horário de 13:00 às 16:30 horas na Secretaria Executiva de Licitações - sala 814 - Prédio da Reitoria da UFRJ, na Ilha da Cidade Universitária, ou pelo Telex nº 2139047.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1990

(Of. nº 343/90)

ALMIR RODRIGUES CARREIRA
Presidente da CPL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS

Comunicamos aos interessados que se encontra no Departamento de Serviços Gerais, situado no Campus Universitário, Lagoa Nova, Natal (RN), a Tomada de Preços: 43018/90, que objetiva a aquisição de Aparelhos, Equipamento, Utens. Med. Odont. Lab. e Hospitalares.

As propostas serão abertas no dia 13/07/90, às 10:00 horas. Editais e informações na Secretaria da Comissão, nos horários das 08:00 às 11:00 e das 14:00 às 17:00 horas, no endereço acima mencionado.

(Of. nº 176/90)

(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

Natal (RN), 18 de junho de 1990
SILVIO NORONHA DE MELO
Presidente da Comissão

Universidade Federal de Sergipe

EXTRATO DE CONVÊNIO

Extrato do Termo de Convênio nº 29/90 (Aditamento ao Convênio de intercâmbio e mútua colaboração entre as Universidades do Nordeste), celebrado em 15 de junho de 1990, entre a Universidade Federal de Sergipe/UFS e a Universidade Federal de Alagoas/UFAL, objetivando o desenvolvimento de programa de intercâmbio de docentes para realização de Cursos, Conferências, Implantação de Núcleos de Pós-Graduação, Pesquisas Conjuntas e Publicações. A Cláusula dos Recursos e dos Créditos Orçamentários estabelece que o presente Termo Aditivo é não oneroso para as Universidades convenientes exceto na parte referente as despesas com docentes previstos no inciso II das alíneas I e II, bem assim, aquelas decorrentes de execução de serviços gráficos com publicações de obras da UFS. Vigência 15/06/90 à..... 14/06/91. Assinaram Prof. CLODOLDO DE ALENCAR FILHO pela UFS e Profª. DELZA LEITE GÓES GITAL pela UFAL.

(Of. nº 141/90)

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso

EXTRATOS DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. ERONILDO PINTO DE MIRANDA. Objeto: Serviço de Porteiro no Zoológico. Vigência: de 06.02 a 06.05.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 06.02.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. ANTONIO PIO DE SIQUEIRA. Objeto: Serviço de Porteiro no Zoológico. Vigência: de 10.05 a 10.08.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 10.05.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. CÂNDIDO PEREIRA DE SOUZA. Objeto: Serviço de Porteiro no Zoológico. Vigência: de 06.02 a 06.05.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 06.02.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. MARIO CORREIA MEIRA. Objeto: Serviço de Porteiro desta Fundação. Vigência: de 13.03.90 a 13.06.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 13.03.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. MILTON FERREIRA SANTOS. Objeto: Serviço de Porteiro desta Fundação. Vigência: de 06.03.90 a 06.06.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 06.03.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. MARCELO MAGALHÃES DE LIMA. Objeto: Serviço de Porteiro desta Fundação. Vigência: de 06.03 a 06.06.90. Valor: um salário mínimo mensal. Data da assinatura: 06.03.90. Assina pela FUMT - Prof. Augusto Frederico Müller Junior.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMT. Contratado: Sr. SEVERINO MOREIRA REINO. Objeto: Serviço de direção de imagem e pós-finalização de

produção na Assessoria Especial de Vídeo da UFMG. Vigência: 01.04. a 01.07.90. Valor: Cr\$ 39.429,30 mensal. Data da assinatura: 01.04.90. Assina pela UFMG: Prof. Augusto Frederico Müller Junior.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMG. Contratado: Sr. EUGÊNIO MENDES MORAES. Objeto: Serviços de Violonista na Orquestra Sinfônica desta Fundação. Vigência: 14.03 a 14.05.90. Valor: equivalente ao salário da Classe NS - 06. Data da assinatura: 14.03.90. Assina pela FUMG: Prof. Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

Contratante: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUMG. Contratada: Sra. MARGA DE FÁTIMA ROSELLI LIRA CORREA. Objeto: serviços de violoncelista na Orquestra Sinfônica desta Fundação. Vigência: de 14.03 a 14.07.90. Valor: equivalente ao salário da Classe NS 06. Data da assinatura: 14.03.90. Assina pela FUMG: Professor Augusto Frederico Müller Junior/Reitor.

(Of. nº 70/90)

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

Comando Geral do Ar

III Comando Aéreo Regional

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 06/90

O Presidente da Comissão Regional de Licitações do III COMAR (CR13) de acordo com o disposto no Decreto-Lei 2300/86, faz saber que às 10:00 horas do dia 24 de julho de 1990, em sua sede à Praça Marechal Âncora, 77-Centro-Rio de Janeiro/RJ, serão recebidas e abertas as propostas para fornecimento de gêneros alimentícios durante o mês de agosto de 1990, destinados às Organizações do Ministério da Aeronáutica, sediadas na 3ª Zona Aérea, no Município do RIO DE JANEIRO, as firmas não cadastradas deverão apresentar a documentação para habilitação até o dia 19 de julho de 1990. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição, para consulta, na sede do III COMAR, onde será fornecido mediante a indenização de Cr\$ 800,00.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de junho de 1990

(Nº 41.685 - 21-06-90 - Cr\$ 6.585,00)
(DIAS: 22, 25 e 26-06-90)

Comando Geral de Anvo Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 001/DEPV/90, de 30 de maio de 1990.
CONTRATANTES: DIRETORIA DE ELETRÔNICA E PROTEÇÃO AO VOO e MAGNA CONTROL COMÉRCIO E INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.

OBJETO: Aquisição de Sistema ALS.
LICITAÇÃO: Dispensada de acordo com o artigo 23, inciso I do Decreto-Lei 2300/86.

VALOR: Cr\$ 17.900.000,00 (dezanove milhões e novecentos mil cruzeiros)
RECURSOS FINANCEIROS: Programa 21101.16087.05242.057.0002 - ED 459052
NOTA DE EMPENHO: 439/90

PRazo DE EXECUÇÃO: 07 (sete) meses.

ESPÉCIE: Termo de Contrato nº 002/DEPV/90, de 30 de maio de 1990.
CONTRATANTES: DIRETORIA DE ELETRÔNICA E PROTEÇÃO AO VOO e MAGNA CONTROL COMÉRCIO E INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.

OBJETO: Aquisição de Sistema de Precisão Indicador de Aproximação de 10 - PAPI.
LICITAÇÃO: Dispensada de acordo com o artigo 23, inciso I do Decreto-Lei 2300/86.

VALOR: Cr\$ 16.110.000,00 (dezesseis milhões, cento e dez mil cruzeiros)
RECURSOS FINANCEIROS: Programa 21101.16087.05242.057.0002 - ED 459052
NOTA DE EMPENHO: 454/90

PRazo DE EXECUÇÃO: 07 (sete) meses.

(Of. nº 119/90)

Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/SRPA/SBCT/90

A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - INFRAERO, através da Superintendência do Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais-Pr, torna público, para conhecimento de todos os interessados e inscritos no Registro Cadastral da INFRAERO ou de qualquer Entidade ou órgão Público de Administração Federal, Municipal ou do Distrito Federal, que está promovendo Licitação para Contratação de Serviços de Vigilância Desarmada, no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais-Pr. As propostas e documentos deverão ser entregues às 14 Horas do dia 06 de Julho de 1990, na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação situada no Aeroporto Afonso Pena, em São José dos Pinhais-Pr. As firmas interessadas na TOMADA DE PREÇOS em epígrafe, poderão adquirir exemplares do Edital ao preço de Cr\$ 2.000,00 (Dois mil cruzeiros), no endereço acima, de 08h e 30min às 11h e 30min e das 14h às 17h.

(Nº 41.277 - 20/06/90 - Cr\$ 7.902,00) COMISSÃO DE LICITAÇÃO
(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

DIVULGAÇÃO Nº 1.362

Preço: Cr\$

Volume		Preço: Cr\$
"	II ao IV	140,00 (cada)
"	VI ao XV	140,00 (cada)
"	XVII ao XXI	140,00 (cada)
"	XXIII ao XLVIII	140,00 (cada)
"	XLIX ao LXIII	200,00 (cada)
"	LXIV ao LXVI	260,00 (cada)

As aquisições deverão ser feitas na Seção de Vendas, através de remessa de cheque visado à Imprensa Nacional.

SIG - Quadra 6, Lote 800 - CEP 70604 - BRASÍLIA-DF.
Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional: Fones. (061) 321-5566 - R. 305 ou 309 ou 226-2586; 226-6812.

Não operamos com reembolso postal.



TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA

Vol. LII

AUDIÊNCIA DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

BRASÍLIA - 1987

[illegible]

WILLYS, CH.8812600520; 01 CHEVROLET, CH. BC147NFC05638; 01 CHEVROLET, CH. BC147NFC05687; 01 CHEVROLET, CH. BC147NFC05939; 01 CHEVROLET, CH. BC147NFC05807; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC006310; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC007273; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC006646; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC021355; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC021579; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC021775; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC021753; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC022302; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC022437; 01 CHEVROLET, CH.98G5147NFC022390; 01 CHEVETTE, CH.511AF121893; 01 CHEVROLET, CH.98G147NFC004807; 01 WILLYS, CH.LL3ARK70238; 01 DODGE, CH.TQ20893; 01 MERCEDES BENZ, CH.3214213023798, nas seguintes condições: 1) No arremate, 30% de sinal, 5% de comissão ao Leiloeiro e ISS. 2) Complementação do pagamento, nos dias 05 e 06/07/90, no escritório do Leiloeiro, à R. Conde de Bernadotte, 26 loja 108 - Leblon, em cheque administrativo pagável na praça do Rio de Janeiro ou dinheiro. 3) Todos os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, podendo ser visitados nos dias úteis, de 25/06 a 04/07, das 09 às 16h, no local do leilão. 4) Correrá por conta e responsabilidade exclusiva do arrematante e todo e qualquer imposto, taxa, tarifa ou despesa que incidir ou que venha a incidir sobre os bens arrematados. 5) O não cumprimento da condição 2 tornará a venda sem efeito, perdendo o arrematante as importâncias já pagas. 6) Arretrados dos lotes arrematados e de arremate, imperitivamente, nos dias úteis de 05 a 20/07/90, das 9 às 16h. 7) Incorrerá em multa diária de 1% sobre o valor do lote adquirido o arrematante que não cumprir o prazo da condição 6, exigível no ato da sua saída, sem prejuízo de cobrança adicional de custas em depósito. 8) O arrematante poderá retirar do material, sem prejuízo de cobrança adicional de custas em depósito. 9) O arrematante apresentará cartão de CGC e Guia de DARF do mês anterior ao leilão. 10) Nos lotes vendidos a peso estimado, será aferido, por ocasião da retirada física, o peso exato, sendo cobrada imediatamente a diferença de peso a maior a devolvida a diferença de peso a menor, acrescida da comissão e ISS correspondentes.

Rio de Janeiro, 13 de Junho de 1990
JOÃO BRILHO DE OLIVEIRA FILHO
Leiloeiro Público

(Nº 39.921 - 18/06/90 - Cr\$ 10.536,00)
(Dias: 19 e 25/06/90)

Coordenadoria de Cooperação Técnica e Controle em Santa Catarina.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/90.

Processo: 33461/11420/90
Especie: serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos
Contratantes: Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e a empresa Laborbônica de Ivonete da Silva Souza.
Local: PAM-CAPITAL sito na rua Esteves Júnior nº 84 em Florianópolis - SC.
Licitação: Tomada de Preços nº 005/90.
Credito Orçamentário: 202459165-313-16.
Empenho: R\$ 5.000,00 e Cr\$ 15.830,00, respectivamente, correspondente a despesa de 18.06.90 e 18.07.90.
Garantia: OR nº 21/90 de 15.06.90 no valor de Cr\$ 7.899,60 depositada em moeda corrente.
Prazo de vigência: 18.06.90 a 17.06.91, prorrogável por igual período mediante Termo Aditivo.
Valor mensal: Cr\$ 65.830,00 (sessenta e cinco mil, oitocentos e trinta e três reais).
Valor global: Cr\$ 789.960,00 (setecentos e oitenta e nove mil, novecentos e sessenta e três reais).
Data da assinatura do contrato: 18.06.90.
Signatários: Dr. Roberto da Costa Telles Ferreira-INAMPS e João Soares de Souza-Empresa.
(Of. nº 64/90)

Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição

CONTRATO Nº 33/89-1
TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO CELEBRADO EM 02.08.89, ENTRE O INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO - INAN E A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Objeto - Alocar e formalizar a aplicação de recursos financeiros, visando dar continuidade à execução do projeto, no exercício de 1990, bem como acrescentar a Clausula Segunda, item I do Contrato Original, a alínea "F".

Valor - Cr\$ 1.697.060,00 (um milhão, seiscentos e noventa e sete mil e sessenta e três reais), no exercício de 1990.

Rubrica - Atividade 1307504272326.0001 - Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica Nutricional, no Elemento de Despesa 34.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Empenho - Nº 285, de 07.06.90.

Vigência - Entra em vigor a contar da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 1990.

Assinatura - 21 de junho de 1990.

Signatários - Marcos de Carvalho Candau, pelo INAN e Bruno Rodolfo Schiemper Junior, pela UNIVERSIDADE.
(Of. nº 43/90)

MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Terceiro Conselho de Contribuintes

1ª Câmara

Pauta da Sessão Ordinária de 03 de julho de 1990, às 09:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO ITAMAR VIEIRA DA COSTA.
Processo nº 10805-000715/88-84.

Recurso nº 112.039 Recta: REFORPLAS S/A. IND. E COMÉRCIO.
Recda: DRF - SANTO ANDRÉ - SP.

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA.

Processo nº 10711-000787/85-19
Recurso nº 110.413 Recta: TAB - INDÚSTRIA DE ADITIVOS DO BRASIL S/A.
Recda: DRF - NOVA IGUAÇU - RJ.

Pauta da Sessão Ordinária de 03 de julho de 1990, às 14:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ MARIA DE MELO.

Processo nº 10830-004628/88-80.
Recurso nº 111.258 Recta: ICI BRASIL S/A.
Recda: DRF - CAMPINAS - SP.

Processo nº 10830-004630/88-21.
Recurso nº 111.260 Recta: ICI BRASIL S/A.
Recda: DRF - CAMPINAS - SP.

Processo nº 10830-004634/88-82.
Recurso nº 111.264 Recta: ICI BRASIL S/A.
Recda: DRF - CAMPINAS - SP.

RELATOR: CONSELHEIRO FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO.

Processo nº 10907-000087/87-07.
Recurso nº 109.532 Recta: ORIGINAL VOLLMER INDÚSTRIA DE MÁQUINAS LTDA.
Recda: IRF - PARANAGUÁ - PR.
Processo nº 10805-000352/88-22.
Recurso nº 111.352 Recta: DU PONT DO BRASIL S/A.
Recda: DRF - SANTO ANDRÉ - SP.

Pauta da Sessão Ordinária de 04 de julho de 1990, às 09:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO ITAMAR VIEIRA DA COSTA.

Processo nº 10711-000119/89-15.
Recurso nº 111.039 Recta: UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

Processo nº 10711-000123/89-92.
Recurso nº 111.045 Recta: UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

Processo nº 10711-000118/89-52.
Recurso nº 111.087 Recta: UNION CARBIDE DO BRASIL LTDA.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK.

Processo nº 10711-000531/89-29.
Recurso nº 111.928 Recta: COMPANHIA METALÚRGICA BARBARÁ.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

Pauta da Sessão Ordinária de 04 de julho de 1990, às 14:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRA MARIA LUCIA SILVA CASTELO BRANCO.

Processo nº 10711-005065/84-61.
Recurso nº 108.354 Recta: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S/A.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

Processo nº 10711-005999/84-93.
Recurso nº 108.319 Recta: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S/A.
Recda: IRF - PORTO - RJ.

Processo nº 10715-002522/88-31.
Recurso nº 112.036 Recta: PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S/A.
Recda: IRF - AIRJ - RJ.

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK.

Processo nº 10831-000262/87-15.
Recurso nº 109.660 Recta: BASF BRASILEIRA S/A. IND. QUÍMICAS.
Recda: IRF - VIRACOPOS - SP.

Pauta da Sessão Ordinária de 05 de julho de 1990, às 09:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO WLADIMIR CLOVIS MOREIRA.

Processo nº 10830-002931/88-57.
Recurso nº 111.183 Recta: BUCKMAN LABORATÓRIO LTDA.
Recda: DRF - CAMPINAS - SP.

Processo nº 11065-001568/87-61.
Recurso nº 111.167 Recta: CNDA - COMPANHIA NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, Atual denominação: RHODIA AGRO S/A.
Recda: DRF - NOVO HAMBURGO - RS.

RELATOR: CONSELHEIRO FAUSTO FREITAS DE CASTRO NETO.

Processo nº 10711-000284/89-21.
Recurso nº 111.405 Recta: JOORY S/A. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO.
Recda: IRF - PORTO - RJ.
Processo nº 10845-010198/86-03.
Recurso nº 111.615 Recta: HABASIT DO BRASIL IND. E COM. DE CORTESIAS LTDA.
Recda: DRF - SANTOS - SP.

Pauta da Sessão Ordinária de 05 de julho de 1990, às 14:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO WLADEIRAM CLOVIS MOREIRA.

Processo nº 10805-001747/85-63.

Recurso nº 108.884

Recte: PAPEIS MADI S/A. COMÉRCIO, INDÚSTRIA E IMPORTAÇÃO.

Recda: DRF - SANTO ANDRÉ - SP.

RELATOR: CONSELHEIRO FLOVIO CASSIO DE MELLO E SOUZA.

Processo nº 10880-000536/87-36.

Recurso nº 110.655

Recte: VALENITE MODCO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Recda: DRF - SÃO PAULO - SP.

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA.

Processo nº 10715-004811/88-29.

Recurso nº 111.090

Recte: BAYER DO BRASIL S/A.

Recda: IRF - AIRO - RJ.

Processo nº 10865-001104/88-21.

Recurso nº 111.232

Recte: FIBERGLAS FIBRAS LTDA.

Recda: DRF - LIMEIRA - SP.

Pauta da Sessão Ordinária de 06 de julho de 1990, às 09:30 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO JOÃO HOLANDA COSTA.

Processo nº 10805-003673/88-42.

Recurso nº 111.915

Recte: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA.

Recda: DRF - SANTO ANDRÉ - SP.

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK.

Processo nº 10715-002529/88-80.

Recurso nº 110.559

Recte: MERCK S/A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS.

Recda: IRF - AIRO - RJ.

Pauta da Sessão Ordinária de 06 de julho de 1990, às 12:00 horas, a realizar-se no 6º andar do Edifício Zarife, Setor Comercial Sul, Quadra 04, Bloco "A", nº 94, em Brasília-DF, para julgamento dos seguintes recursos:

RELATOR: CONSELHEIRO JOSÉ THEODORO MASCARENHAS MENCK.

Processo nº 10711-001700/89-08.

Recurso nº 112.003

Recte: MERCK S/A. INDÚSTRIAS QUÍMICAS.

Recda: IRF - PORTO - RJ.

NOTA: Os julgamentos adiados serão procedidos independentemente de nova publicação, na forma do Regimento Interno.

Brasília-DF, 20 de junho de 1990

JORIVAL PEREIRA LOPES

Secretário

(Of. nº 13/90)

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Delegacia no Amapá

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS	OBJETO	DATA	HORA
01/90	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	10.07.90	10:00
LOCAL:	Serviço de Administração da Delegacia do IBGE no Amapá - Rua Jovino Diniz 2123 - MACAPÁ - AP.		

ADRIANA GEMAUQUE

Delegado

(Of. nº 565/90)

Serviço Federal de Processamento de Dados

Comissão para Licitação de Serviços

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Tomada de Preços nº 004/90
 OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica permanente em conservação e manutenção preventiva/corretiva no sistema de ar condicionado das instalações do SERPRO/9a. URO.
 DIA/HORA PARA RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS PARA CADASTRO: até 06.07.90 às 17:00 horas.
 DIA/HORA PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: 11.07.90 às 14:00 horas.
 DIA/HORA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS: 12.07.90 às 14:00 horas.
 INFORMAÇÕES E CÓPIA DO EDITAL COMPLETO: de 2a. à 6a. feira no horário das 08:00 às 17:00 horas, Setor de Manutenção da 9a. URO/SERPRO, com Nelson Antonio Kaiss, sica à Rua Carlos Pioli, 133 - Bom Retiro - Curitiba - PR.
 ba/PR. Telefone para informação: (041) 250-8311.

Curitiba, 25 de junho de 1990

A COMISSÃO

(Of. nº 97/90)

(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

7ª Unidade Regional de Operações

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/90

OBJETO: Contratação de firma especializada, para prestação de serviço de manutenção de sistema de ar condicionado.
 ABERTURA: 11.07.90, às 15:00 horas

EDITAL: poderá ser retirado no Setor de Suprimento e Patrimônio-SESPA, situado na Rua Pacheco Leão 1235, Fundos, Norte/EJ, de 2a. à 6a. feira, no horário comercial.

SITUAÇÃO DE CADASTRO: poderá ser regularizada até às 17:00 horas, do dia 04.07.90, desde que cumprida a relação de exigências, estabelecidas por lei, à disposição dos interessados no endereço supra citado.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 1990

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(Of. nº 96/90)

Caixa Econômica Federal

MATRIZ

AVISO DE EXCLUSÃO CONCORRÊNCIA Nº 16/90

OBJETO: contratação de firma para o fornecimento e instalação de 131 impressoras de 1.000 LPM, de fabricação nacional a CEF.
 - no subitem 1.2 do ANEXO do edital, excluir a última linha: "Quantidade: 29".

Brasília, 21 de junho de 1990

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

(Of. nº 742/90)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE BAURUR

EXTRATOS DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO

LOCATÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Superintendência Regional Baurur
 LOCADORES: JOSÉ AUGUSTO BIAGINI E S/M
 OBJETO: Locação do imóvel sito na Rua Júlio Prestes nº 1030, em Ribeirão Preto/SP.
 VALOR: Cr\$ 13.000,00 mensal
 PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

LOCATÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Superintendência Regional Baurur

LOCADORES: Ermindo Voltarelli e S/M

OBJETO: Locação do imóvel sito na Av. General Alvaro Góes Valeriani nº 63, em Porto Ferreira/SP.

VALOR: Cr\$ 15.000,00 mensal

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

LOCATÁRIA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - Superintendência Regional Baurur

LOCADORES: VIRGILIO TAGLIAMINI E S/M

OBJETO: Locação do imóvel sito na Rua XV de Novembro nº 297, em Matão/SP.

VALOR: Cr\$ 25.000,00 mensal

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

(Of. nº 742/90)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO PIAUÍ

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CELEBRADOS ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF/PI E A FIRMA SERVTEC ENGENHARIA LTDA.

ESPECIE: Contratação de Serviços
 OBJETO: Serviços de manutenção preventiva/corretiva da Central de ar condicionado instalada na Ag. Parnaíba.
 FUNDAMENTO LEGAL: Decreto-Lei nº 2.300, de 21.11.86; Decreto-Lei nº 2.348, de 24.07.87; Decreto-Lei nº 2.360, de 16.09.87.
 AUTORIZAÇÃO: Gerência da Administração
 EMPENHO: Na rubrica "REPARO, ADAPTAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE INSTALAÇÕES".
 VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 17.991,01 (dezoisete mil, novecentos e noventa e um cruzeiros e um centavo), mensalmente.
 DATA DE ASSINATURA: 12.06.90

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

(Of. nº 742/90)

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SÃO PAULO

EXTRATO DE ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SUREG/SP
 CONTRATADO: ASTROS LUMINOSOS E FACHADAS LTDA.
 FINALIDADE: Contratação de serviços de Luminosos para a identificação externa da Ag. Alem Ponte/SP.
 VALOR: Cr\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros)
 PRAZO DE VIGÊNCIA: 20 (vinte) dias corridos.

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - FILIAL SÃO PAULO
 CONTRATADA: PROCETH Telecomunicações e Eletricidade Comercial Ltda.
 FINALIDADE: Implantação de rede telefônica interna, no PMA Av. Paulistana/SP.
 VALOR: Cr\$ 168.595,00
 PRAZO: 20 dias corridos

EXTRATO DE TERMO ADITIVO À O.E.S. Nº 098/90

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SUREG/SP
 CONTRATADO: LUMINOSOS LUMI-TEC LTDA.
 FINALIDADE: Serviços extras referente à sinalização externa da Agência Vila-Gustavo/SP.
 VALOR: Cr\$ 145.600,00 (cento e quarenta e cinco mil e seiscentos cruzeiros).
 VIGÊNCIA: 25 (vinte e cinco) dias.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO À O.E.S. Nº 093/90

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - SUREG/SP
 CONTRATADO: CALDAS & SCALETSKY LTDA.
 FINALIDADE: Execução de serviços extras, referente aos serviços de ma-

Original com Impressão Reduzida

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I

12239

nutengão e conservação para reforma e implantação de novo lay out na Ag. Avenida Paulista, SP.
VALOR : Cr\$ 567.514,55 (seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e quatorze cruzeiros e cinquenta e cinco centavos).
VIGÊNCIA : 45 (quarenta e cinco) dias
(Of. nº 742/90)

Instituto de Resseguros do Brasil

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 106590

OBJETO: Prestação de serviços de Consultoria na área de Mercado de Capitais

VALOR ESTIMADO: Cr\$ 210.000,00

A documentação será recebida pela Comissão de Licitação até às 10:00 horas do dia 09/07/90, e proposta até às 10:00 horas do dia 11/07/90, na sala 302 da Av. Marechal Câmara, 171, Castelo-RJ.

O Edital contém a presente Tomada de Preços e demais esclarecimentos serão fornecidos no local acima, a partir do dia 25/06/90 das 9:00 horas às 13:00 horas e das 14:00 às 17:30 horas.

Rio de Janeiro, 19 de Junho de 1990
Gerente do Núcleo de Serviços Gerais

(Nº 41.970 - 22/06/90 - Cr\$ 1.756,00)

Banco do Brasil S/A Conselho de Administração

CCC 00.000.000/0001-91
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
EDITAL DE SEGUNDA CONVOCAÇÃO

São convidados os Senhores Acionistas do Banco do Brasil S.A. — a companhia aberta — a participarem, em segunda e última convocação, da Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no Edifício Sede II, 20º andar, nesta capital, às 15:00 hs. do dia 29.6.90, a fim de:

- decidir sobre a venda de imóveis de propriedade do Banco, destinados à ocupação de seus servidores e não vinculados às suas atividades operacionais (art. 37 do Decreto nº 99.266, de 28.5.90);
- homologar a participação acionária do Banco no ARLABANK INTERNATIONAL EC (ARLABANKINT), do BB-BANCO DE INVESTIMENTO S.A., na COBRA-COMPUTADORES E SISTEMAS BRASILEIROS S.A., no BANCO BRASILEIRO-TRAQUANO S.A.-BBI e na BRASAGRO-CIA. BRASILEIRA DE PARTICIPAÇÃO AGROINDUSTRIAL; e
- deliberar sobre a alteração do Estatuto do Banco, contemplando os seguintes dispositivos:
 - inciso III do artigo 62, ajuste redacional;
 - artigos 16 e 17, quantificação do número de membros do Conselho de Administração; definição do exercício da Presidência por titular de órgão do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (Decreto nº 99.188, de 17.3.90); e, da Vice-Presidência do Conselho, pelo Presidente do Banco;
 - parágrafo único do artigo 25, ajuste redacional, consolidando-se o texto com o do inciso V do artigo 26;
 - inciso V do artigo 26, supressão, renumerando-se o seguinte;
- deliberar sobre a extinção do mandato do Conselho de Administração;
- eleger os membros do Conselho de Administração; e
- tratar de assuntos de interesse geral da sociedade.

Brasília (DF), 21 de junho de 1990.

ALBERTO PÓLICARO
Presidente do Conselho de Administração

(Of. nº 651/90 - DIAS: 22, 25 e 26-06-90)

Diretoria de Recursos Tecnológicos e Materiais

Departamento de Materiais e Serviços

AVISO DE LICITAÇÕES RESTRITAS

- 90/260 - Aquisição de papel ofsete (8.80.353-6)
 - 90/261 - Aquisição de impresso contínuo, autocopiativo (0.01.821-X)
 - 90/262 - Aquisição de impresso contínuo, carbono intercalado (0.01.821-X)
 - 90/263 - Aquisição de impresso plano (0.09.023-9)
 - 90/264 - Aquisição de impresso plano (0.07.019-X)
 - 90/265 - Aquisição de arquivo de aço (2.40.031-6)
 - 90/266 - Aquisição de cofre de aço (2.20.134-8)
 - 90/267 - Aquisição de elástico fino - nº 12 (8.50.225-0)
 - 90/268 - Aquisição de fita entintada p/impressora GLOBUS B-300 e B-600 (8.30.226-X)
 - 90/269 - Aquisição de carimbo datador, com chapas (8.50.122-X)
 - 90/270 - Aquisição de cofre de aço, "boca de lobo" (2.20.058-9)
- RETIRADA DOS EDITAIS E ENTREGA DAS PROPOSTAS: Rua Barão de São Francisco, 177 - 11º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro (RJ), das 10 às 16 horas.
- VENCIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 09.07.90, início às 14 horas.
- CONDIÇÃO BÁSICA PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO: até a data desta publicação o participante deverá estar devidamente qualificado e habilitado para o fornecimento do item.
- DISPOSITIVO LEGAL APLICADO: Regulamento de Licitações do Banco, publicado no D.O.U. em 13.01.88.

MOACIR MONTELLA
Chefe

(Of. nº 270/90)

Departamento de Organização e Métodos

AVISO DE LICITAÇÃO AMPLA TOMADA DE PREÇOS Nº 90/08

OBJETO: Aquisição de leitores-copiadores em papel comum.
ABERTURA: 20.06.90, às 09:00h, no Auditório da Agência Central Brasileira, Edif. Sede I, 1º subsolo, Setor Bancário Sul-Brasília (DF).
RETIRADA DO EDITAL: Edif. Sede II, 12º andar, Setor Bancário Sul - Brasília (DF).

ENTREGA DE EQUIPAMENTO PARA HOMOLOGAÇÃO: até 04.07.90, às 12:00h, na R. Verbo Divino, 1830 - CESEC Santo Amaro (SP), aos cuidados do Sr. Flávio.

LOCAL DE ENTREGA E INSTALAÇÃO DOS LEITORES-COPIADORES: Conforme especificado no Edital.

REGÊNCIA: Regulamento de Licitações do Banco - DOU de 13.01.88.

SADY LUTZ DENICOL
Chefe em exercício

(Of. nº 624/90)

Banco Meridional do Brasil S/A

AVISOS DE LICITAÇÃO

O BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A., avisa aos interessados que em data de 11.06.90 fez publicar pela primeira vez, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, página nº 46, extrato do Edital de Tomada de Preços Nº TP 176/476/90, com o objetivo de selecionar e contratar empresa especializada para a Conclusão da Execução de obras de Construção da Edificação destinada à Instalação e Funcionamento da Agência Santo Ângelo/RS, estando o respectivo Edital afixado em lugar de acesso público na Rua General Câmara, 156 - 11º andar, Porto Alegre/RS.

(Nº 41.188 - 20-06-90 - Cr\$ 6.585,00)
(DIAS: 22, 25 e 26-06-90)

O BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S.A., avisa aos interessados que em data de 12.06.90 fez publicar, no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul, página nº 31, extrato do Edital de Tomada de Preços Nº TP 203/569/90, com o objetivo de selecionar e contratar empresa especializada para o fornecimento de Formulário Contínuo, estando o respectivo Edital afixado em lugar de acesso público na Rua General Câmara nº 156 - 11º andar, na cidade de Porto Alegre/RS.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(Nº 41.983 - 22/06/90 - Cr\$ 6.585,00)
(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

RESULTADO DE JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS Nº TP 187/508/90

Objeto : Aquisição de 6.100m - Plástico Cristal Brilho

Vencedora : Vulcan Material Plástico S.A.

Valor Global: Cr\$ 518.439,00 (quinhentos e dezoito mil, quatrocentos e trinta e nove cruzeiros).

TOMADA DE PREÇOS Nº TP 189/510/90

Objeto : Aquisição de 50 rolos de Filme Diazó

Vencedora : Microservice Microfilmagens e Reproduções Técnicas LTDA.

Valor Global: Cr\$ 97.350,00 (Noventa e sete mil, trezentos e cinquenta cruzeiros).

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

(Nº 41.984 - 22/06/90 - Cr\$ 2.634,00)

Banco do Nordeste do Brasil S/A

AVISOS DE LICITAÇÃO

OBJETO DA LICITAÇÃO- aquisição dos materiais e equipamentos abaixo discriminados, nas especificações e quantidades estabelecidas nos respectivos editais, e saber:

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 90/054 - 10 computadores harmônicos de 512K, 220v modelo 502 F17 e 10 computadores remotos RCR 513-L, COLUA ou similar, MITSUBISHI, até o dia 10/07/90 às 14:00 horas.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 90/055 - 200 Cx. c/3000 extrato de CONTA-CORRENTE, até o dia 10/07/90 às 15:00 horas.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 90/056 - 35 Modens síncronos analógicos DS-2401/10, até o dia 10/07/90 às 16:00 horas.

Os editais e outras informações pertinentes poderão ser obtidos no seguinte endereço: Av. PARANJANA, 5.700-Bloco-E-2 térreo e av. 5.900 - Divisão de Material - Passaré - Fortaleza-Ce., tel: (085) 299.3549 e 299.3340.

EDITAL 90/057

OBJETO DA LICITAÇÃO: Prestação de Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE MÁQUINAS DE ESCRIVER ELETRÔNICAS REMTRONIC 2000, para a Direção Geral e Agências de Fortaleza (CE).

PRazo E LOCAL PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até o dia 13.07.90, às 15h00, no Departamento de Serviços Administrativos (DESAD) à Av. Paranjana, 5.700, Passaré, Fortaleza/CE.

O texto integral do Edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima citado, telefone 085-299.3423 ou Telex 85-2567.

EDITAL 90/058

OBJETO DA LICITAÇÃO: Prestação de Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE TELEX TE-315, localizados no Estado de Pernambuco, PRAZO E LOCAL PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até o dia 12.

07.90, às 15h00, no Departamento de Serviços Administrativos (DESAD) à Av. Paranjana, 5.700, Passaré, Bloco E-1 Térreo, Fortaleza/CE.

O texto integral do Edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima citado, telefone 085-299.3423 ou Telex 85-2567.

EDITAL 90/059

OBJETO DA LICITAÇÃO: Prestação de Serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA DE TELEX TE-315, localizados no Estado da Bahia.

PRAZO E LOCAL PARA RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Até o dia 12.07.90, às 15h30, no Departamento de Serviços Administrativos (DESAD) à Av. Paranjana, 5.700, Passaré, Bloco E-1 Térreo, Fortaleza/CE.

O texto integral do Edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima citado, telefone 085-299.3423 ou Telex 85-2567.

(Of. nº 480/90)

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE: Contrato de Cooperação Técnica firmado em 12-06-90 entre a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira-CEPLAC e a Associação Nacional de Defensores Agrícolas-ANDEF.

OBJETO: Elaboração, implantação, condução e avaliação de um projeto de pesquisa agrícola em região de cacau no Estado de Rondônia.

FUNDAMENTO LEGAL: Decreto nº 73.960, de 18-04-74.

VALOR: Cr\$ 300.161,60 (cem mil, cento e sessenta e um cruzeiros e sessenta centavos) a serem repassados pela ANDEF.

VIGÊNCIA: 01 ano a partir da data de assinatura.

SIGNATÁRIOS: Pela CEPLAC: JAY WALLACE DA SILVA E. MOTA

Pela ANDEF: SERGIO N. ASSIS/CRISTIANO WALTER SIMON

(Of. nº 26/90)

Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Grupo de Licitações de Serviços e Obras

EDITAIS DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 04/90-DGO-G

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCs, através do seu Grupo de Licitações de Serviços e Obras-DGO/G, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada sessão pública para recebimento de documentação de Pré-Qualificação para a Concorrência:

04/90-DGO/G - Objeto: "ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E PROJETO BÁSICO DE IRRIGAÇÃO DE UMA ÁREA DE CERCA DE 10.000 HA (DEZ MIL HECTARES), SITUADA NO MUNICÍPIO DE RUSSAS, NO ESTADO DO CEARÁ".

Dia e Hora: 27.07.90 - às 15:00 horas

Local: ADM. CENTRAL - Av. Duque de Caxias nº 1700 - 8º Andar - Sala 806 - Fortaleza-CE.

Informações e aquisição do Edital no endereço supracitado ou nas Diretorias Regionais:

1ºDR - Rua Benjamin Constant, 2037 - Teresina-PI.

3ºDR - Rua Cônego de Barata, 999 - Tamarineira - Recife-PE.

4ºDR - Centro Administrativo da Bahia - Estrada Sussuarana - Salvador-BA. E Escritório de Representação do DNOCs, em Brasília, Setor Autarquias Lotes 9/10 - Edif. MINTER - 4º Andar - Salas 76 a 82 Brasília-DF.

(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

CONCORRÊNCIA Nº 03/90-DGO/G

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCs, através do seu Grupo de Licitações de Serviços e Obras-DGO/G, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada sessão pública para recebimento de documentação de Pré-Qualificação para a Concorrência:

03/90-DGO/G - Objeto: "ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E PROJETO BÁSICO DE IRRIGAÇÃO DE UMA ÁREA DE CERCA DE 4.650 HA (QUATRO MIL SEISCENTOS E CINQUENTA HECTARES), SITUADA NO MUNICÍPIO DE PARAIPABA, NO ESTADO DO CEARÁ".

Dia e Hora: 27.07.90 - às 16:00 horas

Local: ADM. CENTRAL - Av. Duque de Caxias nº 1700 - 8º Andar - Sala 806 - Fortaleza-CE.

Informações e aquisição do Edital no endereço supracitado ou nas Diretorias Regionais:

1ºDR - Rua Benjamin Constant, 2037 - Teresina-PI.

3ºDR - Rua Cônego de Barata, 999 - Tamarineira - Recife-PE.

4ºDR - Centro Administrativo da Bahia - Estrada Sussuarana - Salvador-BA. E Escritório de Representação do DNOCs, em Brasília, Setor Autarquias Lotes 9/10 - Edif. MINTER - 4º Andar - Salas 76 a 82 Brasília-DF.

(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

CONCORRÊNCIA Nº 06/90-DGO/G

O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCs, através do seu Grupo de Licitações de Serviços e Obras-DGO/G, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizada sessão pública para recebimento de documentação de Pré-Qualificação para a Concorrência:

06/90-DGO/G - Objeto: "ESTUDOS DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E PROJETO BÁSICO DE IRRIGAÇÃO DE UMA ÁREA DE CERCA DE 7.500 HA (SETE MIL CINQUENTOS HECTARES), SITUADA NO MUNICÍPIO DE ITANAGÊ, NO ESTADO DA BAHIA".

Dia e Hora: 27.07.90 - às 17:00 horas

Local: ADM. CENTRAL - Av. Duque de Caxias nº 1700 - 8º Andar - Sala 806 - Fortaleza-CE.

Informações e aquisição do Edital no endereço supracitado ou nas Diretorias Regionais:

Rua Benjamin Constant, 2037 - Teresina-PI.

3ºDR - Rua Cônego de Barata, 999 - Tamarineira - Recife-PE.

4ºDR - Centro Administrativo da Bahia - Estrada Sussuarana - Salvador-BA. E Escritório de Representação do DNOCs, em Brasília, Setor Autarquias Lotes 9/10 - Edif. MINTER - 4º Andar - Salas 76 a 82 Brasília-DF.

JUDAS TADEU LEITE-RIBEIRO
Chefe do Grupo

(Of. nº 90/90)

(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0-04-90-0041/00

ESPECIE: Contrato que entra em vigor a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e a firma CEBAT - Central de Distribuição e Assistência Técnica Ltda. **OBJETO:** O presente contrato tem por objeto a execução dos serviços de manutenção de máquinas e equipamentos eletrônicos IBM, da Sede da CODEVASF. **RECURSOS:** As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão a conta de Recursos do Tesouro, Dotação Orçamentária, "CUPROS SERVIÇOS DE TERCEIROS", sob a gestão da Área de Administração e Finanças. **VALOR:** O valor global do presente contrato é de Cr\$ 1.249.680,00 (Um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta cruzeiros). **PRAZO:** O presente contrato vigorará pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado a partir da data de emissão da Ordem de Compra e Serviços (OCS/SEST). **DATA DA ASSINATURA:** 19 de junho de 1990.

(Nº 42.074 - 22-06/90 - Cr\$ 2.634,00)

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0-01-89-0112/00

ESPECIE: Contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF e a UNCA Indústria Metalúrgica Castro Alves S.A. (Bombas King). **OBJETO:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo Contrato. **PRAZO:** Fica, por este instrumento prorrogado por mais 90 (noventa) dias o prazo do Contrato ora aditado, contados a partir de 02 de maio de 1990. **DATA DA ASSINATURA:** 21 de maio de 1990.

(Nº 41.987 - 22/06/90 - Cr\$ 1.756,00)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Administração Regional do Ceará

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 002/90

OBJETO: Aquisição de bens móveis diversos (mesas, cadeiras, máquinas, etc.) para as áreas de escritório, saúde, beleza, etc., do CFP de Juazeiro do Norte - Ceará; RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO: até às 15 horas do dia 06/07/1990; RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS: às 15 horas do dia 11/07/1990, na sede do Departamento Regional do SENAC, localizado na Av. Tristão Gonçalves, nº 1245, em Fortaleza - Ceará, das firmas previamente cadastradas. A aquisição de que trata o presente Aviso está prevista no Termo de Convênio celebrado entre o Ministério do Trabalho e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, e no acordo de empréstimo 2810/BR, firmado entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BID. Os interessados poderão obter o Edital da Tomada de Preços, demais documentos e informações na sede do Departamento Regional do SENAC, nos dias úteis das 12 às 18 horas, a partir de 25 de junho de 1990, mediante comprovante de recolhimento da importância de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros), na Tesouraria do SENAC/AR/CE.

Fortaleza, 25 de junho de 1990
A COMISSÃO

(Nº 39.129 - 15/06/90 - Cr\$ 10.536,00)

(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

Delegacia Executiva de Rondônia

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 11/90

OBJETO: A Delegacia Executiva de Rondônia - RO., torna público que fará realizar às 14:30 h. do dia 26 de julho de 1990, na Av. Farquar nº 2844, a Tomada de Preços em epígrafe, objetivando a execução de reforma e ampliação no Centro de Formação Profissional de Porto Velho, na cidade de Porto Velho - RO., de aproximadamente 234 metros quadrados de área local: Av. Farquar nº 2844 - Porto Velho - RO.; PRAZO DE EXECUÇÃO: 150 dias corridos; RECURSOS: As despesas decorrentes da contratação da obra ora licitada correrão por conta de verba específica do SENAC, código orçamentário nº 02.06.2009.04.006 do SENAC, Administração Nacional; CONDIÇÕES: Prova de capital mínimo registrado e realizado ou patrimônio líquido mínimo no valor de Cr\$1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), entre as outras fixadas no Edital. Haverá sido a empresa habilitada pelo SENAC a participar da presente Tomada de Preços. Prazo para o Cadastro até o dia 03 de julho de 1990; REGIME DE CONTRATAÇÃO: Emprestada de material e mão-de-obra por preço global e reajustamento com periodicidade mensal, de acordo com o Decreto nº 94.684 de 24 de julho de 1987; CUSTO DE PLANILHAS, EDITAL E ANEXOS: Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros); O Edital completo e maiores informações, poderão

ser obtidos na Delegacia Executiva do SENAC de Rondônia, na Av. Farquar nº 2844, das 08:00 às 12:00 h. e das 14:00 às 18:00 h., ou na Administração Nacional do SENAC, na Rua Dona Mariana, nº 48, 4º andar - DIFIN-CIV - no Rio de Janeiro, no horário das 9:30 às 18:00 h. O procedimento licitatório será regido pelo Decreto-Lei nº 2300/86 publicado no DOU de 25 de novembro de 1986 e alterações posteriores.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO E CONSTRUÇÃO

(Nº 41.785 - 22-06-90 - Cr\$ 7.902,00)
(Nº 41.884 - 22-06-90 - Cr\$ 3.951,00)
(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

Departamento Regional em São Paulo

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, Administração Regional no Estado de São Paulo; CONTRATADO: ICARO DE CASTRO MELLO ARQUITETOS ASSOCIADOS S/C LTDA.; ESPÉCIE: Contrato de prestação de serviços de Arquitetura; OBJETO: Execução do Projeto Arquitetônico das obras de reforma do SENAC - Grande Hotel São Pedro; LICITAÇÃO: Serviços de notória especialização; VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil cruzeiros); PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias; DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 12/06/90.

(Nº 41.883 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/90

PROCESSO Nº 35000.016909/90. CONTRATADO: ELEVAADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A. CONTRATANTE: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social. ESPÉCIE: Contratada por preço unitário. OBJETO DO CONTRATO: Serviço de Inspeção e manutenção de CNR 02, Lote 01, Taguatinga-DE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº 001/90. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. INÍCIO: 07.06.90. TÉRMINO: 06.06.91. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: A título 2001. CUSTO 9110. Elemento/Subelemento 313.16. Nota de Empenho nº 90/90, de 05.06.90. No valor de Cr\$181.200,00 (Cento e oitenta e um mil e duzentos cruzeiros). VALOR MENSAL: Cr\$15.100,00 (Quinze mil e cem cruzeiros). DATA DE ASSINATURA: 07.06.90. SIGNATÁRIOS: Milton Molinari Morete, pelo IAPAS e Claudina Lucas de Faria e Davi Neves da Silva pela empresa.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional em Mato Grosso

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 05/90

A Comissão Permanente de Licitação, instituída pela PT IAPAS/RMTD 01/90, de 02.01.90, leva ao conhecimento dos interessados, que até as 14:00 horas do dia 09 de julho de 1990, na Av. Getúlio Vargas, 553 - 5º andar - sala 500, na cidade de Curitiba-MT., serão recebidas, em envelopes distintos e separados, e documentação habilitadora e as propostas referentes a Tomada de Preços nº 05/90, para locação dos Serviços de Limpeza Geral, Conservação e Acondicionamento, a serem prestados no prédio da SR/MT, Av. Getúlio Vargas, 534 e 553, respectivamente, e Agências da Previdência Social, nas cidades de Rondópolis; Barra do Garças; Cáceres; Diamantino e Tangará da Serra/MT, respectivamente.

O Edital de aludida Tomada de Preços, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 12:00 às 18:00 horas, onde serão prestados maiores esclarecimentos.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional na Paraíba

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/90

O DEPARTAMENTO REGIONAL DE SUPRIMENTOS E SERVIÇOS GERAIS DO IAPAS-PB, comunica que no dia 19 de julho de 1990, na Sede da Superintendência Regional do IAPAS, no Estado da Paraíba, à Av. Getúlio Vargas, 471, 3º andar, João Pessoa, será realizada às 14:00 horas, em sessão única, HABILITAÇÃO E ABERTURA DAS PROPOSTAS referentes à TOMADA DE PREÇOS Nº 02/90, para execução de serviço de limpeza e conservação desta Superintendência e Agências.

O Edital completo da referida TOMADA DE PREÇOS, encontra-se à disposição dos interessados no Serviço de Material, no endereço acima, e será entregue no horário das 12:00 às 18:00 horas.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional em Pernambuco

EDITAL DE CONVITE Nº 02/90

A Comissão Permanente de Alienação, designada pela PT/IAPAS/CEPEU nº 261/90, comunica aos interessados, que a Alienação do Material Permanente da Agência da Previdência Social em Timbalua-PB, marcada para o dia 05/06/90, foi anulada e será Rubricada dentro em breve uma nova data para sua realização, em virtude do se fazer necessário abortar o de um novo Processo na mesma Modalidade do Convito. Maiores esclarecimentos serão prestados à Rua Alcides Marrocos, s/n Timbalua-PB.

(Of. nº 145/90)

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/90: PROCESSO Nº 415-020/55.200/006.566/90. ESPÉCIE: Locação dos Serviços de Vigilância Desarmada. CONTRATANTE: Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social - IAPAS, CONTRATADO: ULTRA VIGILÂNCIA LTDA

OBJETO DO CONTRATO: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA para a Agência da Previdência Social em CARUARU/PE. MODALIDADE DA LICITAÇÃO: TP nº 02/90. Crédito Orçamentário: Processo/Projeto/Atividade 2001/Centro de Custo 9010/Elemento e Subelemento 313-99. CRÉDITO DA DESPESA: Nota de Empenho nº 023/01.06.90. VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 2.2575.701,72 (DOIS MILHÕES, QUINHECENTOS E SETENTA E CINCO MIL, SETECENTOS E HUM CRUZEIROS E SETECENTOS E OITENTA E QUATROZENTOS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). LIQUIDÁVEL em 12 (doze) parcelas mensais de Cr\$ 214.641,81 (DUZENTOS E QUATROZENTOS MIL, SEISCENTOS E QUARENTA E CINCO CENTAVOS). PRAZO DE VIGÊNCIA: 01.06.90 a 31.05.91 com prorrogação FORO LEGAL: O da Justiça Federal em Recife-PE. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01 de junho de 1990. Assinam este Contrato os Senhores Alzira Alexandre Gomes, representante do LOCADOR e a Sra. MARIA LUZINETE RAUPOLO MOREIRA, Agente da Previdência Social, representando o IAPAS, como Locatário.

(Of. nº 145/90)

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/89-PES 05/89. Proc. 35205/00314/89. ESPÉCIE: Locação de Serviços. CONTRATANTE: IAPAS - Agência em Aracaju-SE. CONTRATADO: SELIN-Serviços de Vigilância Ltda. OBJETO DO TERMO ADITIVO: TOMADA DE PREÇOS Nº 02/89. Renovação Contratual. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Atividade 2001-Subatividade 9010-Elemento 313-Subelemento 99-EMPENHO DA DESPESA: NE nº 024 de 15/06/90 no valor de Cr\$ 93.704,45 (noventa e três mil, setecentos e quatro cruzeiros e quarenta e cinco centavos). VALOR 1º TERMO ADITIVO: Cr\$ 1.124.453,40 (um milhão, cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e três cruzeiros e quarenta centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (dois) meses, com início em 15/06/90 e término em 15/06/91, com prorrogação. FORO LEGAL: O da Justiça Federal em Recife-PE. DATA DA ASSINATURA DO TERMO ADITIVO: 16 de junho de 1990. PESSOAS: SIGNATÁRIOS: MARIA DA SALETE DE SIQUEIRA SILVA, Agente da Previdência Social em Aracaju-SE, representando o IAPAS e LINALDO FERREIRA, representando a firma SELIN-Serviços de Vigilância Ltda.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional no Rio de Janeiro

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/90 - Processo Nº 117.000/0997/78 - Assinado entre GEFSON VIEIRA MAGRANI e o IAPAS. Contratantes: Locador - GEFSON VIEIRA MAGRANI. Locatário - IAPAS. Objeto: Locação do imóvel sito na Avenida Condessa do Rio Novo, nº 1.783-87, onde funciona a Agência da Previdência Social local. Licitação: Inexigível, de acordo com o art. 23, inciso IV do Decreto-lei nº 2.300/86. Crédito: 2001/9010/313.20. Empenho nº 045 e 046/89. Valor: NCZ\$61.359,42 (sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e nove cruzeiros e quarenta e dois centavos). Vigência: 02 (dois) meses de 01-11 a 31-12-89. Data e local da assinatura: Rio de Janeiro, 12-06-90. Nome e cargo dos signatários: GEFSON VIEIRA MAGRANI, comerciante, e ANTONIO DA CARA OLIVEIRA, Agente da Previdência Social - Substituto.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional no Rio Grande do Sul

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/90. PROCESSO Nº 35264/000083/89. ESPÉCIE: Contratação de Serviços de Vigilância desarmada para o prédio da Agência local. CONTRATANTES: IAPAS e a firma Serviços de Vigilância. Particular de Livramento. OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação de 416 horas mensais do contrato de prestação de serviços de Vigilância nº 001/89 permanecendo em vigor todas as demais cláusulas e disposições do contrato ora aditado e não alterados pelo presente TERMO. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 2001-9010-313-99. Nota de Empenho nº 015, de 01/06/90, no valor de Cr\$ 70.879,02, referente ao mês de 05/90. PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/06/90 a 31/05/91. VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 850.548,24, anuais. FORO LEGAL: O da Justiça Federal em Porto Alegre-RS. DATA DA ASSINATURA DO TERMO: 01/06/90. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Pelo IAPAS: Elias Dias - Agente da Previdência Social em Itaquí-RS - Substituto, e pela firma Claudio Alberici da Silva - Procurador.

AVISOS DE LICITAÇÃO

Faço público, a quem interessar, possa, que a Agência da Previdência Social em Fátima/RS, realizará a seguinte TOMADA DE PREÇOS, para os Serviços de Vigilância Desarmada no dia 16/07/90 às 14:00 horas - TP nº 002/90. Editais e maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no prédio da Agência, Setor de Serviços Gerais no horário das 13:00 às 18:00 horas.

Faço público, a quem interessar, possa, que a Superintendência Regional do IAPAS/RS, realizará a seguinte TOMADA DE PREÇOS, para os Serviços de ascensoristas no dia 03/07/90 às 14:00 horas - TP nº 010/90. Editais e maiores informações encontram-se à disposição dos interessados no prédio da Rua Jerônimo Coelho nº 127, 6º andar, sala 610 no horário das 13:00 às 17:00 horas.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional no Rio Grande do Norte

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 01/90

O Departamento Regional de Suprimentos e Serviços Gerais do IAPAS/RN comunica que às 16:00 horas do dia 11 de julho de 1990, na Rua José de Alencar, 722 - 2º andar, Natal/RN, será encerrada em sessão única, a habilitação e abertura das propostas referentes à Tomada de Preços nº 01/90, destinada a contratação de Serviços de Vigilância Desarmada na sede da SR/RN em Natal/RN e nas Agências da Previdência Social em Macau, Currais Novos, Agu, Arcoia Branca, Caicó e Mossoró/RN.

O Edital completo da referida Tomada de Preços encontra-se à disposição dos interessados no Departamento Regional de Suprimentos e Serviços Gerais, no endereço acima citado, térreo, e será entregue no horário das 07:00 às 18:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/90

O Departamento Regional de Suprimentos e Serviços Gerais do IAPAS/RN comunica que às 16:00 horas do dia 11 de julho de 1990, na Rua José

Original com Defeito

12242

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

de Alencar, 722 - 2º andar, Natal/RN, será encerrada em sessão única, habilitação e abertura das propostas referentes à Tomada de Preços nº 027/90, destinada à contratação dos Serviços de Limpeza e Conservação na sede da SRN em Natal/RN e nas Agências da Previdência Social em Macaú Mon soró, Currais Novos, Agu, Arcoia Branca e Caico/RN.

O Edital completo da referida Tomada de Preços encontra-se à disposição dos interessados no Departamento Regional dos Suprimentos e Serviços Gerais, no endereço acima citado, térreo, e será entregue no horário das 07:00 às 18:00 horas.

(Of. nº 145/90)

Superintendência Regional em Santa Catarina

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM CONCORDIA/SC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/90

PROCESSO nº 35343.003186/90. ESPÉCIE: Locação dos Serviços de Limpeza e Conservação. CONTRATANTES: IAPAS-Agência da Previdência Social em Concordia/SC e a empresa CALINCO-Catarinense de Limpeza e Conservação Ltda. O OBJETO DO CONTRATO: Executar os serviços de Limpeza e Conservação no prédio da Agência da Previdência Social em Concordia/SC à Rua Independência 221, abrangendo uma área de 1.310,10 m², a serem executados das 07:00 às 20:00 horas, correspondendo a 24 horas diárias e 576 horas mensais. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto/Atividade: 2001/9010 - Elemento/Subelemento - 313-15. EMPENHO DA DESPESA: Nota de Empenho 14/90 de 07.05.90, no valor de Cr\$ 69.512,47 (sessenta e nove mil, quinhentos e doze cruzeiros e quarenta e sete centavos), correspondente ao mês de Maio e o dia 30.04.90. VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 539.168,32 (quinhentos e trinta e oito mil, cento e sessenta e oito cruzeiros e trinta e dois centavos). PRAZO DE VIGÊNCIA: 30.04.90 à 29.04.91, podendo ser prorrogado por 12 (doze) meses, conforme legislação vigente. FORO LEGAL: Comarca de Florianópolis/SC. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Waldemiro Slongo-Agente da Previdência Social, pelo IAPAS e Francisco Lopes de Aguiar, Diretor Administrativo, pela CALINCO-Catarinense de Limpeza e Conservação Ltda.

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM XANXERÊ/SC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 001/89

PROCESSO nº 35308.000329/89. ESPÉCIE: Locação de Serviços de Limpeza e Conservação. CONTRATANTES: IAPAS-Agência da Previdência Social em Xanxerê/SC e a empresa SERLIMVI-Serviços de Limpeza Ltda. OBJETO DO CONTRATO: Executar serviços de Limpeza e Conservação no prédio da Agência da Previdência Social, à Rua Marechal Bormann, 360, Xanxerê/SC, abrangendo uma área de 3.100 m², a serem executados no horário de 18:00 às 22:00 horas, correspondendo a 32 horas diárias e 768 horas mensais. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: Projeto/Atividade: 7001/9010 - Elemento/Subelemento - 313-15. EMPENHO DA DESPESA: Nota de Empenho nº 26 de 11.06.90, no valor de Cr\$ 43.736,13 (Quarenta e três mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros e treze centavos), correspondente a despesa do mês de Junho do ano em curso. VALOR DO CONTRATO: Cr\$ 43.736,13 (Quarenta e três mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros e treze centavos) mensais e Cr\$ 524.833,56 (quinhentos e vinte e quatro mil, oitocentos e trinta e três cruzeiros e cinquenta e seis centavos) anuais. PRAZO DE VIGÊNCIA: 03.06.90 à 02.06.91, não podendo ser prorrogado. FORO LEGAL: Comarca de Florianópolis/SC. NOME E CARGO DOS SIGNATÁRIOS: Geneci Goldoni Costa-Agente da Previdência Social pelo IAPAS e Sérgio Luiz Darella-Sócio-Gerente, pela Empresa Serlimvi-Serviços de Limpeza Ltda.

AGÊNCIA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL EM BLUMENAU/SC

CLASSIFICAÇÃO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Nos termos do Art. 75, do Decreto-Lei nº 2.300/86, declaro que na Tomada de Preços nº GSCBN 003/90, foram classificadas, na ordem abaixo, as seguintes empresas:

TOMADA DE PREÇOS Nº GSCBN Nº 003/90 - PT/GSCBN/35338.005655/90
LOCAÇÃO DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA OL

1º Lugar: Back, Serviços de Vigilância e Segurança Ltda.
2º Lugar: Soseban-Sociedade Catarinense de Segurança Ltda.
A firma Back, Serviços de Vigilância e Segurança Ltda, foi adjudicada, considerando-se o menor preço.

(Of. nº 145/90)

Instituto Nacional de Previdência Social

RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/90.

OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e conservação em diversos Postos de Benefícios desta Capital.

A Comissão Permanente de Licitação torna público o cancelamento da Tomada de Preços em epígrafe, objeto do processo nº 31005.30762/90 nos termos do artigo 39 do Decreto-Lei 2300/86 e Circular Conjunta IAPAS/INPS-08/90.

Fortaleza, 15 de junho de 1990
VAGNER BARROS DE SOUSA
Presidente da Comissão

(Of. nº 146/90)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 02/90

PROCESSO Nº 31005.30174/90. CONTRATADO: V. S.-COMÉRCIO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LIMITADA. CONTRATANTE: INPS/SRCE. ESPÉCIE: Contrato de locação de serviços. OBJETO DO CONTRATO: Serviços de limpeza e conservação nos Serviços de Seguros Sociais nas cidades

de Barbalha, Assaré e Icó/CE. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Convite nº 07/90. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO: 2001-9010-313-99. EMPENHO DA DESPESA: Nota de Empenho nº 111 de 04.05.90. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.055.117,04. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01.06.90 a 31.05.91. FORO LEGAL: Fortaleza/CE. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 1º de junho de 1990. SIGNATÁRIOS: Antônio Aguilá Rodrigues Pinheiro/representante do Instituto e Paulo César Ferreira - representante legal da firma.

(Of. nº 146/90)

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/90

A Comissão de Licitação da Superintendência Regional no Paraná em Curitiba no Estado do Paraná, designada pela PT INPS/SRPR nº 1.211, de 15.05.89, comunica aos interessados que no dia 17.07.90, às 14:00 horas na Rua Cândido Lopes, nº 270, 1º andar sala 103, serão abertas as propostas relativas à Tomada de Preços nº 12/90, para aquisição de impressoras. Edital completo e demais informações poderão ser obtidos na Superintendência Regional do INPS em Curitiba, no endereço acima citado telefone: 322.3232 - Ramais 118 e 140.

(Of. nº 146/90)

Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social

EXTRATOS DE CONTRATOS
Nº 4.024/90

CONTRATADA: PC-Manutenção de Microcomputadores LTDA.
CONTRATANTE: EMPRESA DE PROC. DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - DATAPREV.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos de Manutenção Preventiva e Corretiva em equipamentos de processamento de dados.

FUNDAMENTO: Decreto-Lei 2300/86

AUTORIZAÇÃO: Representante Legal DATAPREV.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 4.605.516,36 (quatro milhões, seiscentos e cinco mil quinhentos e dezesseis cruzeiros novos e trinta e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 18.04.90

Nº 4.025/90

CONTRATADA: DIGITEC INFORMÁTICA LTDA.

CONTRATANTE: EMPRESA DE PROCESSAMENTO DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL-DATAPREV

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos de Manutenção preventiva e Corretiva em equipamentos de processamento de dados.

FUNDAMENTO: Decreto-Lei 2300/86

AUTORIZAÇÃO: Representante Legal DATAPREV.

VALOR DO CONTRATO: O preço total é de Cr\$ 734.400,00 (setecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos cruzeiros).

PRAZO DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 02.03.90

(Of. s/nº)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 3021/89

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Contrato Principal de nº 3021/89, de 02.01.89, celebrado entre a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV e a Auxiliadora Predial Rio S.A.

OBJETO: Inclusão do Seguinte: 1º O aluguel do imóvel locado será de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), mais taxas e impostos, reajustado trimestralmente, com base no BTN ou outro índice que o Governo Federal vier a estabelecer para indexação de contratos.

2º O prazo de vigência deste instrumento é de 12 (doze) meses tendo início em 30.03.90 e término em 29.03.91.

ASSINAM: JOSÉ ARNALDO ROSSI pela DATAPREV e LÍDIA JOSÉ MATOS CARVALHO pela Auxiliadora Predial Rio S.A.

DATA DA ASSINATURA: 30.03.90

(Of. s/nº)

AVISO

A Imprensa Nacional possui espaços próprios para eventos culturais. Os interessados poderão procurar maiores esclarecimentos pelo fone: 321-5566 R. 208 e 124 ou no SIG - Quadra 6 - Lote 800 - CEP 70.604 - Brasília - DF

MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA

Secretaria Nacional de Minas e Metalurgia

Departamento Nacional da Produção Mineral

EXTRATOS DE TERMOS CONTRATUAIS

ESPÉCIE: Termo de Contrato celebrado entre 49 Distrito do DNPM/MME e a Firma SAMED-SOCIEDADE DE ASSISTÊNCIA MÉDICA. **OBJETO:** Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares em regime de internação e ambulatorial com 7 clínicas especializadas serviços auxiliares ao diagnóstico de Pronto So 50 Corro Diurno e noturno, para os Servidores do 49 Distrito do DNPM Sede MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Tomada de preço nº 01/89, Processo nº 940756/89, PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/01/90 a 31/12/90; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 22.00 220009; 9053; 21.2008; 3132 - Outros Serviços e Encargos; **EMPENHO DAS DESPESAS:** nº 34/90, **VALOR ESTIMADO:** 26.183,37, **ASSINATURA:** 02/01/90.

(Nº 41.981 - 22/06/90 - Cr\$ 1.756,00)

ESPÉCIE: Termo de Contrato de prestação de serviços de Limpeza e conservação celebrado entre o 49 Distrito Regional do DNPM/MME e a firma EMB-SERG Empresa Maranhense de Serviços Gerais Ltda. **OBJETO:** Limpeza e conservação da Sede do 49 Distrito do DNPM/MME e suas dependências. **MODALIDADE DE LICITAÇÃO:** Tomada de Preços nº 02/89, de acordo com Capítulo II artigo 20 do Dec. Lei 2.300 de 21.11.86 Processo nº 940758/89. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 01.02.90 a 31.12.90. **VALOR ESTIMADO DO CONTRATO:** NC\$ 262.078,00 (duzentos e sessenta e dois mil, setenta e oito cruzeiros novos e oitenta centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 22.00 220009; 9053; 21.2008; 3132 - Outros Serviços e Encargos; **EMPENHO DAS DESPESAS:** NE00142/90; **ASSINATURA:** 01.02.90.

(Nº 41.982 - 22/06/90 - Cr\$ 2.195,00)

Secretaria Nacional de Energia

Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica

ESPÉCIE: Extrato de aditamento ao Contrato nº ECE 536/88 celebrado em 30.01.90, entre o DEPARTAMENTO NACIONAL DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA e a CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS-ELÉTROBRÁS; **OBJETO:** realização de estudos de Hidrologia e Hidrometeorologia, bem como a operação das Bacias Hidrográficas Brasileiras c/alteração do Parágrafo Segundo da Cláusula Oitava e a Cláusula nona do aludido contrato. **VALOR DO CONTRATO:** (Cláusula Oitava): As despesas de custeio dos Serviços objeto do presente Contrato sob a responsabilidade da ELÉTROBRÁS, serão deslocadas da sua conta "Estudos e Projetos". - Cláusula Nona - A ELÉTROBRÁS repassará ao DNAEE a importância que corresponde à sua parte, contra a apresentação pelo DNAEE da estimativa da despesa a ser realizada com a execução das atividades pertinentes. **RATIFICAÇÃO:** ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº ECE-536/88. **DATA DA ASSINATURA:** 31.05.90. **ASSINATURAS:** pelo DNAEE - ANTONIO CARLOS TRISTE HOLZ - Diretor pela ELÉTROBRÁS - MARIO PENNA BIERING - Presidente e JOSÉ MARCONDES BRITO DE CARVALHO - Diretor de Operações de Sistemas.

(Of. nº 231/90)

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº EC/RO-04/90

A Comissão Especial de Licitação comunica que, por ato do Diretor do DNAEE, foi adjudicado à empresa ENCO-ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, vencedora da Concorrência Pública nº EC RO-04/89, o objeto desta concorrência, qual seja, o direito de concessão para suprir de energia hidrelétrica o mercado isolado de Rolim de Moura, Estado de Rondônia, através das Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON, segundo a proposta apresentada pela referida empresa e preenchidas as exigências do respectivo Edital.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA EC/MT-05/90

A Comissão Especial de Licitação comunica que foi adjudicada, por ato do Diretor do DNAEE, à proponente COOPERCANA - Cooperativa Agropecuária Mista Canarana Ltda., vencedora da Concorrência Pública EC MT-05/88, o objeto desta concorrência, qual seja, o direito de concessão para suprir de energia hidrelétrica o mercado isolado de Nova São Joaquim, Campinápolis e Tercoje, Estado de Mato Grosso, através das Centrais Elétricas Matogrossenses S/A - CEMAT, segundo a proposta apresentada pela referida empresa e preenchidas as exigências do respectivo Edital.

DAVID WATSMAN
Presidente da Comissão

(Of. nº 230/90)

Companhia Hidro Elétrica do São Francisco

EDITAL DE CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL
PROJETO ITAERARICA II
EMPRÉSTIMO 2564 - BR

A Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF é beneficiária de um empréstimo do Banco Mundial obtido através da Eletrobrás (Centrais Elétricas Brasileiras S.A.) e pretende aplicar parte dos recursos desse empréstimo para pagamento dos Contratos resultantes das Convocações ora publicadas. Apenas os fornecedores e fabricantes de Países membros do Banco Suíça e Taiwan, China, são elegíveis para participar dessas licitações:

Convocação CN-I - 91.0.0050 - 20 (vinte) DISJUNTORES DE 69 KV, 31,5 KA ST 6

Convocação CN-I - 91.0.0060 - ESPAÇADORES E ESPAÇADORES AMORTECEDORES.
Lote 1 - Amortecedor stock bridge para Cabos Para-Raios (CAA COCHIN, CAA DOTTEREL e EAR-3/8") para uma linha de transmissão de 500KV com extensão estimada em 270Km.

Lote 2 - Espaçadores Amortecedores Quádruiplos para condutores CAA, GROS BEAK para uma linha de transmissão de 500KV com extensão estimada em 270Km.

As propostas devem ser submetidas totalmente de acordo com as instruções e especificações preparadas pela CHESF e nos modelos fornecidos por esta. As instruções, especificações e modelos que formam a documentação da licitação serão fornecidos aos proponentes potenciais mediante pagamento do valor não restituível de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) e Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) respectivamente, no endereço abaixo mencionado.

Na Convocação CN-I-91.0.0060, os proponentes poderão cotar para um ou mais lotes completos, a sua escolha.

Uma garantia de proposta nunca inferior a 2% (dois por cento) do valor do material proposto deve acompanhar cada proposta. As propostas para ambas as licitações serão recebidas pela CHESF, lacradas e imediatamente abertas publicamente no dia 16.08.90, às 9:00 horas, no endereço abaixo:

CHESF
DIVISÃO DE COMPRAS ESPECIAIS - DCEP
Rua Dr. Elphego Jorge de Souza, 333 - Sala B-317
Bongi
Fone: (081) 251-1011 - Ramal 2524
Telex: 811350
Recife - PE - Brasil - CEP. 50761

(Of. nº 24/90)

Petróleo Brasileiro S/A

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Nº 00 INSTRUMENTO CONTRATUAL: ENPRE-SE/REDUC-4.857.797-0.90. **CONTRATADO:** Análise do Valor Consultoria e Treinamento S/C Ltda. **OBJETO:** Serviços de consultoria para coordenação de grupo de trabalho de engenharia de valor no parque de ultraviscosos da REDUC. **PROGRAMA ORÇAMENTO:** 54.502 (ULTRAVIS). **CENTRO-DE-CUSTO:** 51.93.00. **Enquadramento nas Normas:** do Manual Geral de Contratação - MGC: Item 6.3 "Dos pequenos serviços". **VALOR DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:** Cr\$636.937,00 (seiscentos e trinta e seis mil, oitocentos e trinta e sete cruzeiros). **DATA:** 04.06.90 - **PRAZO:** 80 horas, num intervalo de 60 (sessenta) dias.

Nº DO CONTRATO: Contrato SETERN-103/90. **CONTRATADA:** BTS - Projetos, Telecomunicações e Eletrônica Ltda. **OBJETO:** Manutenção Preventiva, Programada e Corretiva não Programada em Sistemas de Intercomunicação Industrial. **PROGRAMA ORÇAMENTO:** 034.00.10.000.4444.024. **Enquadramento nas Normas do Manual Geral de Contratação - MGC:** Tomada de Preço. **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$ 8.670.268,00. **DATA:** 02.05.90. **PRAZO:** 365 dias corridos (a partir de 04.06.90).

Nº DO CONTRATO: Carta-Contrato SETERN-103/90. **CONTRATADA:** TELRI-RIO Comunicação e Telecomunicações e Informática Ltda. **OBJETO:** Manutenção Preventiva Programada e Corretiva não Programada em Equipamentos de Centrais Telefônicas. **PROGRAMA ORÇAMENTO:** 034.00.10.000.4444.024. **Enquadramento nas Normas do Manual Geral de Contratação - MGC:** Tomada de Preço. **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$ 1.184.777,70. **DATA:** 18.04.90. **PRAZO:** 12 meses (a partir de 01.05.90).

Nº DO INSTRUMENTO CONTRATUAL: Carta-Contrato SEACE-2118-A/90. **CONTRATADO:** ARTHUR D. LITTLE Ltda. **OBJETO:** Prestação dos serviços de consultoria para o estudo da conveniência de fusão dos Serviços de Telecomunicações (SERTEL) com o de Processamento de Dados (SERPD) e a descentralização de suas operações, contando com o acompanhamento, orientação e fiscalização do Serviço de Planejamento (SERPLAN). **PROGRAMA ORÇAMENTO:** 510.00.1000.45.90.1. **CENTRO DE CUSTO:** 24.100/34.100. **Enquadramento nas Normas do Manual Geral de Contratação MGC:** Subitem 7.4.1, alínea d - Das Contratações Especiais. **VALOR DO INSTRUMENTO CONTRATUAL:** Cr\$ 8.950.000,00 (oito milhões, novecentos e cinquenta mil cruzeiros). **DATA:** 21.06.90 **PRAZO:** 02 (dois) meses, contados a partir da data de assinatura - 04.06.90

(Nº 41.791 - 22/06/90 - Cr\$ 4.829,00)

Fertilizantes Fosfatados S/A

EXTRATOS DE CONTRATOS

Nº DO CONTRATO: CMT-C-06689 CONTRATADA: Triume Engenharia e Comércio Ltda. **OBJETO:** Serviços de Manutenção Mecânica durante as paradas programadas do CMT. **PROGRAMA ORÇAMENTO:** PDG-190031 - 4431.110.111 - Empresas e Preço Global. **ENQUADRAMENTO NAS NORMAS DO MANUAL GERAL DE CONTRATAÇÃO - MGC:** Capítulos 7º e 7º. **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$ 4.822.047,72. **DATA:** 22/06/90. **PRAZO:** Doze meses. **Atendimento:** - (a) AMADOR ALBUQUERQUE CARVALHO - Superintendente do Complexo de Mineração de Tapira.

(Nº 41.971 - 22-06-90 - Cr\$ 1.317,00)

Nº DO CONTRATO: DIAPA/AC - 00290. **CONTRATADA:** Balgo Mineração Sistemas Ltda - BMS. **OBJETO:** Prestação de Serviços de Operação de Computador, do Suporte Técnico e de Desenvolvimento de Sistemas. **PROGRAMA ORÇAMENTO:** PDG-190031 - 4431.110.111 - Empresas e Preço Global. **ENQUADRAMENTO NAS NORMAS DO MANUAL GERAL DE CONTRATAÇÃO - MGC:** Item 7.4.1. de Capítulo VII. **VALOR DO CONTRATO:** Cr\$ 154.965.236,40. **DATA:** 05/04/90. **PRAZO:** 01/04/90 a 31/03/93.

Nº DO CONTRATO: DIAPA/AC - 004/90. CONTRATADA: Associação Profissionalizante do Menor de Belo Horizonte - ASSPROM. OBJETO: Prestação de Serviços de Montagem, PROGRAMA ORÇAMENTO: Para 1990 - CR 335.000,00. VALOR DO CONTRATO: R\$ 1.572.872,52. DATA: 06/04/90. PRAZO: 01/05/90 a 30/04/91. - (a) DR. CEU ALVES PEDROSA - Gerente de Relações Industriais.

(Nº 41.972 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

Secretaria Nacional de Transportes

Departamento Nacional de Estradas de Rodagem

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

CONTRATANTE: D.N.E.R. - 142 D.R.F. CONTRATADA: ADMINISTRADORA E CONSERVADORA RATAINSE LTDA. INSTRUMENTO: Carta Proposta nº PD-14 03/89. ESPECIE: NE 0102/90. OBJETO: Complementação de recursos para o período compreendido entre 01/04 a 16.06.90, a que se refere a NE 021/90. PRAZO: 12 meses. AVALIAÇÃO: Autorização do Sr. Engº Chefe do 142 D.R.F. às 11h, 22/6/90 do processo nº 20114.000554/89-6 DATA: 15.06.90.

(Nº 41.990 - 22-06-90 - Cr\$ 1.756,00)

13º Distrito Rodoviário Federal

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL Nº 03/90

O Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, através do 13º DRF, torna público para conhecimento a quem possa interessar, que realizará a licitação para locação de serviços de limpeza e conservação, detetização, desratização e limpeza de caixa d'água de imóveis pertencentes ao DNER-1300DRF.

O Edital supra-referido bem como informações em referência, encontram-se à disposição das firmas interessadas com a Comissão de Licitação na sede do 13º DRF, sito à Av. Cel. Estevão D'Ávila Lima s/nº Bairro de Cruz das Armas, João Pessoa/PB, telefone (083)221-2481. A Tomada de Preços supracitada é objeto do processo administrativo 20113.000442/89-1 e realizar-se-á às 15:00 horas do dia 18 de julho de 1990 na sala de reunião da comissão de licitação, no endereço acima. João Pessoa, 20 de junho de 1990 - Engº Chefe do 13º DRF.

(Of. nº 155/90)
(DIAS: 25, 26 e 27/90)

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE: Contrato firmado entre a COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS CBTU/STU-REC (SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DO RECIFE) e BORIS BERENSTEIN RADIOLOGIA S/A LTDA.

OBJETO: Prestação de serviços de atendimento médico aos acidentados do trabalho, administrativos, periódicos, demissionais e especiais.

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Dispensada, tendo em vista que o valor do serviço é inferior ao mínimo.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Código nº 82.00.13.

Descrição: Despesas indiretas com pessoal próprio.

VALOR DO CONTRATO: Tabela AMB.

CONTRATO: Contrato nº 010/CBTU/STU-REC/90.

ASSINADO: 16 de maio de 1990.

VIGÊNCIA: Vigência de 12 (doze) meses, a partir de 16.05.90.

ASSINAM: Fela CBTU - Milton Torres Dantas e Edmar Regis de Carvalho.

Fela Radiologia S/A Boris Berenstein

(Nº 41.985 - 22-06-90 - Cr\$ 3.073,00)

Companhia das Docas do Estado da Bahia

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 05/90

Ficam os interessados avisados que será realizada licitação, nas seguintes condições: OBJETO - Aquisição de 01 (um) reservatório de água em chapa de aço carbono e 02 (duas) laterais de caçaria em chapa de alumínio, para aplicação no auto-bomba tangue do Porto de Aratu, conforme modelo existente no Porto e esquema da pintura em anexo; CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO - Empresas inscritas no Cadastro de Fornecedores da CODEBA ou PORTOBRA que possuam Capital Social mínimo de R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil cruzeiros) integralizados e registrados; DATA, HORÁRIO E LOCAL - 11 de julho de 1990, às 10:00 hs, a Comissão de Recebimento e Julgamento receberá e procederá a abertura das Propostas na Sala de Reunião do Departamento de Administração Geral - DEPAGE, no 1º andar - do Prédio anexo da Estação Marítima Visconde de Cairú, Avenida da França, s/nº - Comércio, Salvador - Bahia; FORNECIMENTO DO EDITAL - Os interessados poderão adquirir o EDITAL mediante o pagamento da importância de R\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) na Seção de Serviços Gerais, no endereço supra citado, 2º andar.

Salvador/BA, 18 de junho de 1990
EDGARD SEIXAS
Chefe do Departamento de Administração Geral

(Of. nº 48/90)

Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes

EXTRATO-AJU/Nº 85/90

INSTRUMENTO: TADI-AJU/Nº 035/90 ao COSC-AJU/Nº 065/86. PARTES: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes e a Inspectoria São João Bosco. OBJETO: retificar a Cláusula Sexta do contrato ora aditado, para salário mínimo regional acrescido de 21% pelo trabalho de cada menor. PRAZO: indeterminado. ASSINATURA: 19 de junho de 1990.

Atesto a veracidade dos dados acima, para fins de publicação no Diário Oficial da União.

EXTRATO-AJU/Nº 86/90

INSTRUMENTO: COSC-AJU/Nº 036/90. PARTES: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes-GEIPOT e a Firma DMS Brasília Ltda. OBJETO: prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em 139 máquinas IBM, diversos tipos, do GEIPOT. VALOR: Cr\$ 835.000,00 estimado. PRAZO: 12 meses. ASSINATURA: 15.05.90.

Atesto a veracidade dos dados acima, para fins de publicação no Diário Oficial da União.

(Of. nº 03/90)

Secretaria Nacional de Comunicações

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Diretoria Regional de Alagoas

EXTRATOS DE CONTRATOS

A ECT, através de sua Diretoria Regional de Alagoas, realizou contratos de prestação de serviços e de locação com diversas firmas, a saber:

A - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

1) Carta Convite SECC/GEFAD-007/90 - COLIVETTI - Móveis e Equipamentos Ltda. - Manutenção corretiva e preventiva nas máquinas de escrever manual e elétrica, de calcular e de autenticar - Contrato nº 0043/90 - Vigência: 16.02.90 a 15.02.91 * 2) Carta Convite SECC/GEFAD-009/90 - CLE MENTINO REPRESENTAÇÕES - Manutenção preventiva e corretiva dos aparelhos odontológicos - Contrato nº 0035/90 - Vigência: 16.02.90 a 15.02.91 * 3) Carta Convite SECC/GEFAD-0017/90 - MOTOMAHIA - Comércio e Serviços Ltda. - Fornecimento de peças originais de fábrica e manutenção corretiva e preventiva nas motocicletas YAMAHA - Contrato nº 0054/90 - Vigência: 20.04.90 a 19.04.91 * 4) Carta Convite SECC/GEFAD-0027/90 - CONTEM - Comércio de Veículos e Motores Ltda. - Fornecimento de peças originais de fábrica e manutenção corretiva e preventiva nas motocicletas HONDA - Contrato nº 0073/90 - Vigência: 25.05.90 a 24.05.91.

B - CONTRATOS DE LOCAÇÃO

1) Antônio Bezerra Souza - Termo Aditivo 012 ao Contrato nº 0018/89 - Vigência: 01.01.90 a 31.12.90 * 2) Amélia Francisco da Silva - Termo Aditivo 020 ao Contrato nº 0012/88 - Vigência: 01.01.90 a 31.12.90 * 3) Alvaro Moura Pereira - Termo Aditivo 024 ao Contrato nº 008/88 - Vigência: 05.01.90 a 08.01.91 * 4) José Nadeiro de Oliveira - Termo Aditivo 025 ao Contrato 0024/88 - Vigência: 01.01.90 a 31.12.90 * 5) Maria Pureza de Oliveira - Termo Aditivo 019 ao Contrato 013/88 - Vigência: 01.01.90 a 31.12.90 * 6) Emílio Rodrigues Agra - Termo Aditivo 021 ao Contrato 0025/88 - Vigência: 01.01.90 a 31.12.90 * 7) Manoel Augusto Lisboa - Termo Aditivo 057 ao Contrato 022/87 - Vigência: 10.03.90 a 09.07.90 * 8) José Ulisses da Silva - Termo Aditivo 058 ao Contrato 057/87 - Vigência: 01.04.90 a 31.03.91 * 9) Bernabé Lima Cavalcante - Termo Aditivo 060 ao Contrato 058/88 - Vigência: 01.04.90 a 31.03.91 * 10) José Bezerra Irmãos - Termo Aditivo 071 ao Contrato 054/88 - Vigência: 01.05.90 a 30.04.91 * 11) Cícero Manoel Barbosa - Contrato 055/90 - Vigência: 14.01.90 a 13.01.91 - Agência Postal de Inhapi.

Diretoria Regional de Minas Gerais

AVISOS DE LICITAÇÃO CONCURRENCIA Nº 08/90

A ECT, através de sua Diretoria Regional Minas Gerais, fará realizar a concorrência acima indicada para a venda de peças inservíveis. A licitação será realizada na Comissão Permanente de Licitação, às 09:30 horas do dia 23/07/90, na Av. Afonso Pena, 1270, sala 401, Belo Horizonte/MG, onde os interessados poderão obter o Edital, bem como outras informações.

(DIAS: 22, 25 e 26-06-90)

CONCURRENCIA Nº 09/90

A ECT, através de sua Diretoria Regional Minas Gerais, fará realizar a concorrência acima indicada para a venda de óleo lubrificante usado. A licitação será realizada pela Comissão Permanente de Licitação, às 14:00 horas do dia 23/07/90, na Av. Afonso Pena, 1270, sala 401, Belo Horizonte/MG, onde os interessados poderão obter o Edital, bem como outras informações.

MÁRCIO BERGO COUTINHO
Presidente da CPL

(Ofs. nºs 761 e 763/90)
(DIAS: 22, 25 e 26-06-90)

Diretoria Regional da Paraíba

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 03/90

A ECT, através de sua Diretoria Regional da Paraíba, fará realizar a Concorrência acima, para contratação dos serviços de transporte de carga postal para as 17 (dezoito) linhas de Compensação Integrada. A licitação será realizada pela Comissão Permanente de Licitação às 15:00 horas no dia 26 de julho de 1990, na Sala de Reunião da Gerência Financeira Administrativa-ECT/DR/PB, situada na Pça Pedro Américo, 70 2º Andar - João Pessoa-PB, onde os interessados poderão obter o Edital, bem como outras informações que desejarem. Os licitantes deverão possuir um capital mínimo integralizado de R\$ 2.668.150,00 (dois milhões seiscentos e sessenta e oito mil e cento e cinquenta cruzeiros).

(Of. nº 735/90)
(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

RITA DE CÁSSIA MARTINS ANDRADE
Presidente da CPLE

Telecomunicações Brasileiras S/A

COMPANHIA ABERTA
CGC Nº 00336701/0001-04
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Telecomunicações Brasileiras S/A - TELEBRÁS convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar na sede social, no Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Bloco E, em Brasília, Distrito Federal, no dia 29 (vinte e nove) de junho de 1990, com início às 16:00 h (dezesseis horas), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: - Alteração da Escritura de Debenturas - (1a. emissão). Brasília, 20 de junho de 1990.

Brasília, 20 de junho de 1990

(Of. s/nº de 20/06/90)
(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

JOOST VAN DAMME
Presidente.

Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIAS Nº DIE/017/90 e 018/90

A Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL comunica aos interessados que realizará, no dia 20.07.90, 2 (duas) Concorrências, uma referente à fabricação e montagem de 7 (sete) torres metálicas para o Tronco de Microondas Salvador-Recife e a outra à verificação de estabilidade, fabricação e montagem de plataformas e esteiras, e execução de eventuais reforços em 14 (quatorze) torres metálicas existentes no Tronco de Microondas Recife-Portaleira, conforme publicado nos dias 20.06.90, 21.06.90 e 22.06.90, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, encontrando-se os respectivos Editais à disposição na Av. Presidente Vargas, 1012, sala 1235, RJ, das 9:00 às 11:00 horas e das 13:30 às 15:00 horas, mediante o pagamento de R\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), a partir de 20.06.90.

DEPARTAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

(Of. s/nº, de 18/06/90)

AVISO DE ADIANTAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº DTT-003/90

A Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, comunica às empresas interessadas que a data de recebimento dos documentos de Habilitação e Propostas para a execução de serviços de instalação de cabos de fibras ópticas monomodo gelado, em Florianópolis-SC, Caxias do Sul-RS, Ribeirão Preto-SP, Penha-Ingleses-SP, Uberlândia-MG, Brasília-DF e Campo Grande-MS, foi postergada de 03.07.90 para 05.07.90, mantendo-se inalteradas as demais condições.

DEPARTAMENTO DE TRANSMISSÃO TERRESTRE

(Of. s/nº, de 19/06/90)

Telecomunicações do Maranhão S/A

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS CAL-DÁ Nº 002/90

A TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA comunica aos interessados que no dia 03/07/90 às 9:00 horas, receberá e abrirá propostas para fornecimento de 400.000 (quatrocentos mil) metros de Fio Telefônico FTE-1007 2 condutores, rão com 400 metros; Nº-24.1205-08/02, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, no dia 13.06.90

TOMADA DE PREÇOS CAL-DÁ Nº 003/90

A TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA comunica aos interessados que no dia 04/07/90 às 9:00 horas, receberá e abrirá propostas para fornecimento de Linhas de 1, 2 e 3 vias e Nota Fiscal de Serviço de Telecomunicações (formulário contínuo), conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, do dia 13.06.90

São Luís(MA), 8 de junho de 1990

(Of. nº 1.041/90)

CONCORRÊNCIA CAL-DT Nº 001/90

A TELECOMUNICAÇÕES DO MARANHÃO S/A - TELMA comunica aos interessados que realizará no dia 31/07/90, às 9:00 horas, Concorrência para Contratação dos Serviços de Expansão de Redes Telefônicas, na Capital e Interior do Estado, conforme publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, nos dias 25, 26 e 27.06.90

São Luís(MA), 21 de junho de 1990

(Of. s/nº, de 21/06/90)
(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

COMISSÃO DE ANÁLISE DE LICITAÇÃO DIRETORIA TÉCNICA

Telecomunicações de Rondônia S/A

AVISOS DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 04/90

Avisamos a quem interessar possa, que a TELERON fará licitação e será regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema TELEBRÁS.

1. OBJETO: Prestação de Serviços de Vigilância Ostensiva Armada para os Prédios da TELERON, neste Estado.
2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO: Certificado de Registro Cadastral de fornecedor emitido por Empresa do Sistema TELEBRÁS.
* Caso o interessado não possua o documento acima citado, deverá apresentar os documentos que compõe o referido cadastro.
3. LOCAL: Entrega de documentação e proposta na Sala de Licitação do Departamento de Suprimentos e Serviços, às 15:00 horas do dia 25-07-90, sito na Av. Lauro Sodré, s/nº, Parque dos Tanques, Porto Velho-RO.
4. O Edital e anexos, o qual contém todas as informações, poderá ser adquirido a razão de R\$ 1.000,00 no endereço supra citado a partir de 22-06-90.

(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

CONCORRÊNCIA Nº 05/90

A TELERON comunica aos interessados que receberá documentação e propostas, conforme Edital de Concorrência, que se realizará em obediência ao Regulamento de Licitações das Empresas do Sistema TELEBRÁS.

1. OBJETO: Tem por objetivo obter propostas para contratações de firma para Administração e Operação de Postos de Serviços Telefônicos da TELERON, neste Estado.
2. LOCAL: Sala de Licitação do Departamento de Suprimentos e Serviços, às 15:00 horas do dia 26-07-90, sito na Av. Lauro Sodré, s/nº, Parque dos Tanques, Porto Velho-RO.
3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:
3.1. Certificado de Registro Cadastral de Fornecedor emitido por empresa do Sistema TELEBRÁS.
3.2. Caso o interessado não possua o documento citado no subitem 3.1, deverá apresentar documentação que compõe o referido Cadastro.
4. O Edital e anexos, o qual contém todas as informações relativas a esta Concorrência, poderá ser adquirido a razão de R\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros), no mesmo Departamento, onde estará à disposição a partir de 25-06-90.

(Of. nº 18/90)
(DIAS: 25, 26 e 27/06/90)

Porto Velho, 22 de junho de 1990

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PODER JUDICIÁRIO
Superior Tribunal de Justiça

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE : Tomada de Preços nº 09/90.
OBJETO : Aquisição de uniformes para atender as diversas categorias funcionais dos servidores do S.J.T.
DOCUMENTAÇÃO : Serão recebidas até às 15:00 horas do dia 11 de julho de 1990, quando se dará a sessão destinada à análise de documentos e propostas, no auditório, localizado no 2º subsolo do Edifício Anexo do STJ. (SAS quadra 02, lote 07).
PROPOSTAS : O Edital estará a disposição na sala da Comissão de Licitações, situada no 8º andar do Ed. Anexo do STJ, no horário de 16 às 19 horas. Tels.: 224-0524 e 321-6317.

EDITAL E INFORMAÇÕES
(Of. nº 1.183/90)
(DIAS: 25, 26 e 27-06-90)

Brasília, 25 de junho de 1990.

Tribunal Regional do Trabalho

1ª Região

EDITAL DE 31 DE MAIO DE 1990

CONCURSO PÚBLICO PARA JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO.

Torne público, para conhecimento dos interessados, que estarão abertas na Secretaria da Comissão de Concurso, na Av. Presidente Antonio Carlos 251, 8º andar, Salão Nobre do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, no período de 25 de junho até 24 de julho de 1990, no horário das treze (13) às dezessete (17) horas, as inscrições para o Concurso de Juiz do Trabalho Substituto da 1ª Região, de acordo com o Edital, que ficará afixado no local das inscrições, e com as instruções aprovadas pelas Resoluções Administrativas nºs. 108/87, 10/89 e 09/90 do Colégio Tribunal Superior do Trabalho, publicadas no Diário da Justiça da União de 27 de outubro de 1987, as páginas 23.351/23354; de 21 de fevereiro de 1989, a página 1.579 e 02 de abril de 1990 a página 2.466, respectivamente e, para efeito deste Concurso, também no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - parte III.

(Nº 36.981 - 31/05/90 - Cr\$ 9.219,00) FERNANDO TASSO FRAGOSO PIRES
(DIAS: 04, 15 e 25/06/90) Juiz Presidente

16ª Região

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo nº 736/90

Contratada: Servi-San Ltda.

Contratante: T.R.T - 16ª Região

Espécie: Contrato de prestação de serviços.

Modalidade de Licitação: Carta Convite.

Prazo de Vigência: 180 dias a partir de 01.05.90

Valor Global: Cr\$ 548.124,00 (quinhentos e quarenta e oito mil, cento e vinte e quatro cruzeiros).

Processo Nº 0790/90

Contratada: Servi-San Ltda

Contratante: T.R.T-16ª Região

Espécie: Contrato de prestação de serviços.

Modalidade de Licitação: Carta Convite

Prazo de Vigência: 180 dias a partir de 01.05.90

Valor Global: Cr\$ 418.392,00 (quatrocentos e dezoito mil, trezentos e noventa e dois cruzeiros).

(Of. nº 20/90)

Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/90

O Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro torna público para conhecimento dos interessados, que, no dia 13 de julho de 1990, às 15 horas, na Sala da Subsecretaria de Material, na Rua Primeiro de Março, 42, nesta cidade, realizará a Tomada de Preços nº 01/90, para fornecimento de material de expediente e de embalagem, destinados às eleições de 03 de outubro do corrente ano, no Estado do Rio de Janeiro.

As propostas serão recebidas até às 14 horas daquela data no Protocolo Geral do Tribunal.

Só poderão participar da Tomada de Preços em questão as firmas que, até o dia 05 de julho do corrente ano, apresentarem os documentos de habilitação de que trata o art. 25 do Decreto-Lei nº 2.300, de 21-11-86, em envelopes apurados.

O Edital contendo as especificações, condições e exigências da Tomada de Preços encontra-se afixado na Portaria deste Tribunal, no endereço acima.

As informações necessárias serão prestadas na referida Subsecretaria de Material.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1990
SILVIO ANNECCHINI

(Nº 41.620 - 21/06/90 - Cr\$ 11.853,00)
(DIAS: 22, 25 e 26/06/90)

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

Juizado de Menores do Distrito Federal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/90

ESPECIE - Termo de Contrato celebrado entre o Juizado de Menores do Distrito Federal e a firma CH-COMPUTER HOUSE-THAM COM.E REPRESENTAÇÕES LTDA.
OBJETO - Serviços de Assistência Técnica e Manutenção de Microcomputadores.

LICITAÇÃO - Carta Convite nº 0011/90, de 18.04.90.

VIGÊNCIA - 02.05.90 a 02.05.91.

DATA ASSINATURA - 02.05.90.

ASSINAM - Dr. Nívio Geraldo Gonçalves-Juiz de Menores do Distrito Federal e o Sr. Luiz Haruo Hiratsugu-Sócio-Gerente.

(Of. nº 42/90)

Ineditoriais

Desafio Jovem Deus Já

EXTRATO DO ESTATUTO

O Desafio Jovem Deus Já é uma entidade civil, de caráter social, sem fins lucrativos e terá duração por tempo indeterminado, com sede no Setor de Chácara Ananhangüera, Chácara nº 04, Quadra 13 - Valparaíso II - Luziânia/GO, e foro em Luziânia/GO. A entidade tem por finalidade reintegrar o homem à sociedade, objetivando a recuperação de viciados em: tóxicos, álcool, tabagismo, etc. A administração será feita por uma Assembleia, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, não respondendo os membros nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da entidade. A entidade será representada ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente pelo seu Presidente, MURILLO JOSÉ AMENO, eleito em Assembleia no dia 06/01/90.

(Nº 42.102 - 22-06-90 - Cr\$ 2.634,00)

Fundação Evangélica de Ensinos e Orfanatos

EXTRATO DO ESTATUTO

A Fundação Evangélica de Ensinos e Orfanatos é uma entidade civil, de caráter social, sem fins lucrativos e terá duração por tempo indeterminado, com sede provisória à QS 6, Conjunto 230, Casa 17, Vila Areal em Taguatinga Sul-DF, e foro em Brasília-DF. A entidade tem por finalidade criar condições financeiras para proteger aos órfãos, aos menores carentes, fundar e administrar escolas de artes do misticas, de dactilografia e outras que visem ao preparo técnico-profissional, orfanatos, creches, internatos e externatos e outras unidades de proteção e serviços que visem ao desenvolvimento integral da personalidade humana, na esfera cívica-cultural e social. A administração será feita por uma Assembleia, uma Diretoria e um Conselho Fiscal, não respondendo os sócios nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da entidade. A entidade será representada ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente pelo seu Presidente, SAMUEL DE OLIVEIRA SILVA, eleito em Assembleia no dia 04/03/90 para um período de 2 anos.

(Nº 42.103 - 22-06-90 - Cr\$ 2.195,00)

Associação dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho da 10ª Região - AJUCLA-X

ALTERAÇÕES APROVADAS EM ASSEMBLÉIA GERAL

ARTIGO 3º - PARÁGRAFO ÚNICO - I. O sócio efetivo adquirirá direito a votar e ser votado, 03 (três) meses, após a sua efetiva admissão.

ARTIGO 7º - Beneméritos são aqueles que tiverem prestado relevantes serviços ou benéficos à Associação, por indicação da Diretoria e aprovação de 2/3 (dois terços), da Assembleia Geral, convocada especialmente para esse fim.

ARTIGO 11 - A personalidade social é estabelecida em 3% (três por cento) do salário base do Juiz Substituto de Junta de Conciliação e Julgamento. PARÁGRAFO ÚNICO - 1% (um por cento) da personalidade será aplicada em conta remunerada ou outra modalidade, de acordo com o que for aprovado exclusivamente na Escola de Aperfeiçoamento dos Juizes Classistas da 10ª Região.

ARTIGO 13 - PARÁGRAFO I - O associado terá direito à ampla defesa, assegurando os diversos graus de recursos. PARÁGRAFO II - Fica criada uma comissão de Ética e Disciplina, que será integrada por 03 (três) membros efetivos e respectivos suplentes, que apreciará e dará parecer em Primeira Instância, sob qualquer assunto que venha incorrer em penalidades dos Associados da AJUCLA-X.

ARTIGO 14 - Estará sujeito ao disposto no artigo 12 o sócio que: a) faltar a 03 (três) Assembleias Gerais consecutivas, ou 06 (seis) intercaladas, sem causa justificada.

ARTIGO 30 - A Diretoria é composta de 10 (dez) membros titulares e de 04 (quatro) membros suplentes, a saber: 1. Presidente, 1. Vice-Presidente, 1. Diretor 1º Secretário, 1. Diretor 2º Secretário, 1. Diretor 1º Tesoureiro, 1. Diretor 2º Tesoureiro, 1. Diretor de Ensino, 1. Diretor de Assistência aos Associados, 1. Diretor de Consumo e de Crédito Habitacional, 1. Diretor Social e 4. Diretores Suplentes.

ARTIGO 34 - A Diretoria terá mandato de 02 (dois) anos, iniciando-se no 1º dia útil a do fim do mandato da Diretoria anterior.

ARTIGO 38 - LETRA P - Elaborar e aprovar o Regimento Interno da Associação, bem como os regulamentos necessários que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral. LETRA Q - Nomear um delegado representante e suplente da Associação junto à Associação Nacional dos Juizes Classistas da Justiça do Trabalho. LETRA R - Dentro da respectiva base territorial a Diretoria criará Delegacia para melhor proteção de seus associados.

ARTIGO 39 - A Diretoria poderá constituir comissões de qualquer natureza e grupos de trabalho integrados por diretores, sócios ou elementos, reconhecidamente idôneos, que prestarão contas dos seus atos.

ARTIGO 61 - Haverá eleições normais para a Diretoria, Conselho Fiscal e de renovação do quadro, a cada 02 anos.

ARTIGO 63 - As eleições serão realizadas bienalmente, na segunda quinzena de julho, em data marcada pela Diretoria na segunda quinzena de junho do ano imediatamente anterior.

ARTIGO 64 - As chapas serão admitidas no registro pela Diretoria até 10 (dez) dias antes da data fixada para as eleições, em livro próprio.

ARTIGO 66 - Cada pedido de registro de chapa poderá indicar até 02 (dois) nomes suplentes para recomposição da chapa, caso até 01 (um) dia antes das eleições ocorra algum fato que impeça a permanência de candidato no pleito.

ARTIGO 68 - A regulamentação do processo eleitoral será regulamentado pelo Regimento Interno.

ARTIGO 65 - LETRA D - Conselho técnico, composto por Juizes Classistas aposentados da 1ª Região.

ARTIGO 87 - Ficam mantidos os atuais membros da Diretoria e Conselho Fiscal. **PARÁGRAFO ÚNICO** - Os novos cargos serão preenchidos através de Assembleia Geral Extraordinária, para tal fim convocada, e seus mandatos terão a mesma vigência da atual diretoria.

(Nº 42.061 - 22-06-90 - Cr\$ 9.219,00)

Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas

BALANÇO PATRIMONIAL REALIZADO EM 31-12-89 A T I V O

ATIVO CIRCULANTE

DISPONÍVEL

-Saldo em caixa	NCz\$	20.791,23	
-Banco conta corrente	NCz\$	(1.954,22)	
-Banco conta aplicação	CCz\$	45.692,96	
-Carteira de poupança	NCz\$	196.158,84	260.678,81

ATIVO PERMANENTE

IMOBILIZADO

-Móveis e utensílios	NCz\$	5.982,06	
-Equipamentos de recreação	NCz\$	183,00	6.165,06
TOTAL DO ATIVO			266.843,87

P A S S I V O

PATRIMÔNIO SOCIAL

-Superávit do exercício	NCz\$	251.022,28	
-Superávit do exercício anterior	NCz\$	9.656,53	
-Bens	NCz\$	6.165,06	266.843,87
TOTAL DO PASSIVO			266.843,87

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31-12-89, somando o ativo e passivo a idêntica importância de NCz\$ 266.843,87 (duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quarenta e três cruzados novos e oitenta e sete centavos). De acordo com a documentação apresentada para contabilidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31-12-89

(+) RECEITAS			
-Mensalidades e promoções	NCz\$	138.037,83	
-Rebates de aplicações financeiras	NCz\$	287.913,21	
-Recuperação de despesas	NCz\$	528,52	
-Receitas diversas	NCz\$	10,00	426.489,56

(-) DESPESAS

-Despesas gerais e administrativas	NCz\$	43.218,22	
-Despesas com viagens e estadas	NCz\$	14.255,85	
-Despesas postais e telefônicas	NCz\$	2.957,94	
-Despesas com pessoal	NCz\$	47.573,36	
-Despesas bancárias	NCz\$	484,32	
-Encargos sociais	NCz\$	8.507,98	
-Serviços de terceiros	NCz\$	58.469,61	175.467,28
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO			251.022,28

Reconhecemos a exatidão da demonstração.

Brasília, 31 de dezembro de 1989

MARCOS WILLIAM PORFÍRIO
CRC-DF 5.626
CPF 116.072.111-49

MAGALI DE FÁTIMA MORAES RORIZ
Presidente
CPF 119.442.501-20

(Nº 42.071 - 22/06/90 - Cr\$ 6.585,00)

Fundação Padre Almir Neves de Medeiros — Funpalme

EXTRATO DO ESTATUTO

Título I. DO NOME, SEDE, FORO E PRAZO DE DURAÇÃO. Art. 1º - A Fundação Padre Almir Neves de Medeiros - FUNPALME é pessoa jurídica de direito privado, distinta de seu instituidor, sem fins lucrativos, de dupla personalidade, com sede e foro na cidade de Brasília, Distrito Federal. Art. 2º - A FUNPALME terá atuação sobre a área do Distrito L-31 da Associação Internacional de Lions Clubes...

Título II. DOS OBJETIVOS. Art. 3º - A FUNPALME tem como objetivos: I - dar assistência social, educacional, cultural, moral, médica, odontológica, farmacêutica e hospitalar aos necessitados; II - criar banco de sangue, banco de olhos, banco de órgãos, banco de próteses e banco de aparelhos auditivos em favor dos necessitados; III - apagar a infância e a velhice desvalidas; IV - divulgar, na comunidade, o civismo e o ecologismo, estimulando e promovendo movimentos nessas áreas; V - ou a engajar-se em movimentos patrocinados por entidades públicas e/ou privadas; VI - apoiar, caso entenda conveniente, atividades esportivas de iniciativa de Lions Clubes do Distrito L-31. Parágrafo Único - A FUNPALME poderá celebrar acordos e convênios com entidades públicas e privadas, visando ao cumprimento de seus objetivos.

Título III. DO INSTITUIDOR. Art. 4º - É instituidor da Fundação o Distrito L-31 da Associação Internacional de Lions Clubes.

Título IV. DO PATRIMÔNIO. Art. 5º - O patrimônio da FUNPALME é constituído: I - da dotação inicial constante da sua escritura pública de constituição; II - dos bens móveis e imóveis que possuía ou venha a adquirir; III - das doações ou legados que vier a receber de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras; IV - do usufruto que lhe for conferido e quaisquer direitos que lhe forem transferidos; V - do aluguel, vantagens ou rendimentos adquiridos pelo uso de seus bens ou aplicação de seus recursos; VI - das rendas em seu favor constituídas por heranças, VII - das contribuições e subvenções de quaisquer natureza e origem. Parágrafo Único - A FUNPALME não distribuirá lucros, nem vantagens ou bonificações de qualquer espécie.

Título V. DA ADMINISTRAÇÃO. Art. 6º - São órgãos administrativos da FUNPALME: I - o Conselho Deliberativo; II - a Diretoria; III - o Conselho Fiscal. § 1º - É requisito para membro dos órgãos administrativos da FUNPALME a condição de sócio ativo de qualquer Lions Clube do Distrito L-31.... **Capítulo I. DO CONSELHO DELIBERATIVO.** Art. 7º - ... § 1º - O mandato dos membros do Conselho Deliberativo é de (três) anos, sempre com início a 1º de julho. **Capítulo II. DA DIRETORIA.** Art. 10 - ... § 1º - O Presidente da Diretoria é indicado pelo Governador do Distrito L-31 e preside a Fundação. § 3º - O mandato do Presidente da Diretoria e demais membros diretores é de 3 (três) anos, iniciando-se a 1º de julho. **Capítulo III. DO CONSELHO FISCAL.** Art. 21 - ... § 1º - O mandato dos conselheiros fiscais é de 3 (três) anos, iniciando-se a 1º de julho.

Título VI. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS. Art. 32 - A FUNPALME será extinta, uma vez verificada a impossibilidade da realização de seus objetivos, por deliberação conjunta do Conselho Deliberativo e da Diretoria, tomada pela maioria absoluta dos seus membros. § 2º - Na hipótese de extinção da FUNPALME o seu patrimônio será transferido, mediante aprovação da autoridade competente, para Fundação de finalidades iguais ou semelhantes registrada no Conselho Nacional do Serviço Social (CNSS).

Título VII. DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS. Art. 34 - O primeiro Conselho Deliberativo da FUNPALME será empossado pelo Instituidor da entidade, Distrito L-31 da Associação Internacional de Lions Clubes, representado, no ato, pelo seu Governador. Parágrafo Único - Na mesma reunião o Conselho Deliberativo, depois de empossado, dará posse aos membros do Conselho Fiscal e da Diretoria.

(Nº 42.050 - 22-06-90 - Cr\$ 8.341,00)

Núcleo de Criadores de Gado da Raça Tabapuã de Brasília e sua Região Geoeconômica

EXTRATO DO ESTATUTO

Art. 1º. O Núcleo de Criadores de Gado da Raça Tabapuã de Brasília e sua Região Geoeconômica é uma associação civil sem fins lucrativos, de duração ilimitada, regulada pelo presente Estatuto, assim como, subsidiariamente, pelo Código Civil e demais leis em vigor. Parágrafo Único - A entidade adota a sigla NCGTB. Art. 2º. O NCGTB tem sede na cidade de Brasília, Capital da República Federativa do Brasil e, por finalidade, o aprimoramento e a difusão da Raça Tabapuã, tal como definida no Estatuto da Associação Brasileira dos Criadores do Mochô Tabapuã, e todas as demais atividades afins. Parágrafo Único - Integram a Região Geoeconômica de Brasília, para fins do presente Estatuto, os Municípios enumerados em Lei e regulamentos do Distrito Federal. Art. 3º. O NCGTB se compõe de todos os criadores de gado da Raça Tabapuã de Brasília e sua Região Geoeconômica, que a ele se associarem. Art. 7º. O NCGTB será administrado pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria, competindo à Assembleia-Geral deliberar sobre assuntos que não sejam de atribuição específica desses órgãos. Art. 8º. O Conselho Deliberativo compõe-se de seis (6) membros, eleitos com mandato de dois (2) anos. Art. 9º. Ao Conselho Deliberativo compete: a) convocar a Assembleia-Geral; b) eleger a Diretoria; c) baixar normas e regulamentos de administração; d) pedir prestação de contas à Diretoria; e) deliberar sobre a organização de eventos e sobre a participação da entidade em eventos programados por outras associações; f) aplicar penalidades ao associado, na forma prevista neste Estatuto. Parágrafo Único - As deliberações do Conselho, da Diretoria e da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria de votos em sessão a que compareça pelo menos metade de seus integrantes. Art. 10. A Diretoria compõe-se de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro. Art. 11. Compete à Diretoria a administração geral da entidade, a promoção de reuniões, o contato com as associações conexas e com os associados, a organização dos serviços de secretaria e tesouraria, bem como das mostras, exposições, divulgação e fomento da Raça Tabapuã, das novas técnicas do seu aprimoramento, fixação de taxas e anuidades devidas pelos associados, esporte e lazer rural. Art. 12. Ao Presidente compete representar a entidade em juízo ou fora dele, contratar e demitir empregados, celebrar acordos e convênios mediante prévia deliberação do Conselho, presidir as reuniões da Diretoria, assinar, juntamente com o Tesoureiro, os cheques e ordens de pagamento, convocar as reuniões da Diretoria, praticar os demais atos de gestão e apresentar relatório anual das atividades do Núcleo. Art. 22. Para reforma deste Estatuto será necessária proposta subscrita por metade dos associados e, a aprovação de quorum de dois terços da composição da Assembleia-Geral. Art. 23. Em caso de extinção do NCGTB, os seus bens serão incorporados ao patrimônio da Associação de Criadores do Planalto.

(Nº 42.049 - 22/06/90 - Cr\$ 6.146,00)

Original com Impressão Reduzida

12248

SEÇÃO I

DIÁRIO OFICIAL

SEGUNDA-FEIRA, 25 JUN 1990

Previstihl — Sociedade de Previdência Privada

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 1989 e 1988 (Em cruzados novos e milhares de cruzados)					
Ativo			Passivo		
	1989	1988		1989	1988
Disponível:			Exigível operacional:		
Bancos	34	8	Reservas de sociedades ligadas	20.797	4.321
Investimentos	6.002.454	116.934	Reservas técnicas:		
Realizável a longo prazo:			Riscos não expirados	6.310.594	126.925
Investimentos	560.159	27.272	Não exigíveis:		
			Fundo de cobertura das oscilações de riscos	231.256	12.968
	6.562.647	144.214		6.562.647	144.214
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS					
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1989 e 1988 (Em cruzados novos e milhares de cruzados)					
	1989	1988			
	(12 meses)	(9 meses)			
Receitas			Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras		
Receitas previdenciais	1.204.675	81.098	Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 1989 e 1988		
Contribuições e jöias	1.204.675	77.661	(Em cruzados novos e milhares de cruzados)		
Doação inicial	-	3.437	1 - Contexto Operacional - A Previstihl - Sociedade de Previdência Privada é uma entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, tendo por objetivo assegurar aos funcionários da Andreas Stihl Moto-Serras Ltda. benefícios em caso de aposentadoria, morte e invalidez.		
Receitas de investimentos	5.434.221	64.742	2 - Práticas Contábeis - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o disposto na Resolução MPAS/CPC nº 04/80, Portaria SPC nº 54 de 26 de outubro de 1983 e demais normas complementares.		
Títulos governamentais	3.762.285	41.709	3 - Reservas Matemáticas - As reservas-matemáticas foram constituídas em bases atuariais, sob a responsabilidade de atuário independente, mediante a aplicação de coeficientes de expectativa de vida.		
Títulos e valores mobiliários	1.383.040	11.412	4 - Investimentos		
Títulos vinculados à venda ou venda	288.896	11.621		1989	1988
	6.638.896	145.840	Títulos governamentais:		
	*****	*****	Letras hipotecárias CEF	159.378	-
Despesas			OTM	-	17.593
Despesas de investimento	176.154	1.630	LBO/LFT	3.853.509	27.408
Diretas	160.096	1.501	Overnight	304.211	39.067
Administração dos investimentos	16.058	129		4.317.098	84.068
Despesas administrativas	60.785	4.317	Títulos e valores mobiliários:		
Constituição de reservas	6.401.957	139.893	Ações	1.685.355	25.286
Reservas matemáticas	6.183.669	126.925	Depósitos a prazo fixo	-	7.600
Fundos	218.288	12.968		1.685.355	32.886
	6.638.896	145.840		6.002.453	116.934
	*****	*****		*****	*****
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			Os títulos de renda fixa estão demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos até a data do balanço. As ações estão avaliadas pelo valor de custo acrescido da diferença entre este e o valor de mercado.		
PARECER DOS AUDITORES					
Em nossa opinião, com base em nosso exame e no parecer do atuário, mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam, adequadamente, a posição financeira da Previstihl - Sociedade de Previdência Privada em 31 de dezembro de 1989 e 1988 e o resultado de suas operações, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos e normas do Ministério da Previdência e Assistência Social para entidades fechadas de previdência privada, aplicados com uniformidade.					
30 de janeiro de 1990.					
KWPG - Peat Warkvick Dreyfuss					
CRC-SP-14.428/S/RS					
Walter Iorio					
Contador CRC-SP-84.113/S/RS.					

PARECER DOS AUDITORES

A
Diretoria da
Previstihl - Sociedade de Previdência Privada
São Leopoldo - RS
Examinamos os balanços patrimoniais da Previstihl - Sociedade de Previdência Privada, em 31 de dezembro de 1989 e 1988 e as respectivas demonstrações de resultados, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas. Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
As reservas técnicas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário. Nossa opinião, no que se relaciona a essas provisões, é fundamentada no parecer do referido atuário.

(Nº 42.045 - 22/06/90 - Cr\$ 17.560,00)

Transbrasil S/A Linhas Aéreas

C.G.C.M.F. Nº. 60872173/0001-21

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE, REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 1990.

TRANSCRIÇÃO PARCIAL

As 14:30 horas do dia 24 (vinte e quatro) de maio de 1990, nos escritórios da empresa, no Hangar de Congonhas, São Paulo, reuniu-se, em caráter ordinário, o Conselho de Administração e Controle da Transbrasil S/A Linhas Aéreas, estando presentes: Omar Fontana - Presidente, Rubens Márcio Brum Negreiros - Vice-Presidente e Secretário Geral. Gabriel Athayde, Antonio Celso Cipriani, José Farani, Hélio Paes de Barros, Roberto Teixeira, Luiz Ferraz do Amaral, Manoel Francisco Mendes Franco, Marcos Antonio Lacerda de Athayde, Humberto Cerruti Filho e José de Anchieta Moreira Hólicas. Destacou-se, da referida ata, o seguinte: "... Passando a ser tratado o Item 03 da Agenda "REFORMULAÇÃO PARCIAL DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA EMPRESA E DO ORGANOGRAMA", o Conselho elegeu para compilar a Diretoria Executiva: Vice-Presidente de Marketing, Hélio Paes de Barros, brasileiro, casado, militar da reserva, RG. Nº 10.138 e do CPF. Nº 042.847.557-49, residente à domicílio na cidade do Rio de Janeiro, à Rua Caning, nº 26 - Cobertura - Ipanema; Vice-Presidente para Assuntos Governamentais, José Farani, brasileiro, casado, médico, RG. Nº CRM 127, CPF. Nº 000.327.351-20, residente e domiciliado na cidade de Brasília à SCE Sui - Trecho 04 - Lote B-1; Diretor de Informática e Telecomunicações, Alfredo Malan D'Agrogné, brasileiro, casado, militar

da reserva, RG. Nº 109.008 - Min. Aer., CPF. Nº 028.294.877-53, residente e domiciliado na cidade do Rio de Janeiro à Rua Domingos Ferreira, Nº 66 - Aptº. 401. Dessa forma, a Diretoria Executiva ficou composta por: Omar Fontana - Presidente Executivo, acumulando a Vice-Presidente Técnico Operacional, Rubens Márcio Brum Negreiros, Vice-Presidente Executivo, acumulando a Vice-Presidente Econômico Financeira e a Diretoria de Relações com o Mercado, Hélio Paes de Barros - Vice-Presidente de Marketing, José Farani - Vice-Presidente para Assuntos Governamentais e Alfredo Malan D'Agrogné - Diretor de Informática e Telecomunicações. Deixou-se à Diretoria Executiva poderes para preparar a nova proposta de organograma da empresa, a ser submetida ao Conselho de Administração e Controle oportunamente. "... A presente é cópia fiel extraída do Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e Controle da Transbrasil S/A Linhas Aéreas.

São Paulo, 08 de Junho de 1990.

RUBENS MÁRCIO BRUM NEGREIROS

Secretário Geral

J.C.D.F. REG. SOB Nº 531727.1, DE 22 DE JUNHO DE 1990.
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL.
CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta, fica arquivado e registrado sob número e data estampados mecanicamente.

PAULO HENRIQUE COMES DA CRUZ
Secretário Geral

(Nº 42.030 - 22-06-90 - Cr\$ 7.902/90)

Sociedade Beneficente Jardim de Luz

EXTRATO DE ESTATUTO

Sede em Planaltina de Goiás, chácara nº 133, Setor de Mansões, por tempo indeterminado com a finalidade de atender crianças carentes. Representa a atividade por seu Presidente e Vice-Presidente em juízo ou fora dele. Patrimônio constituído através de doações e subvenção dos poderes públicos.

(Nº 41.773 - 22/06/90 - Cr\$ 878,00)

Associação dos Servidores da Fundação Educar — Asmob/MG

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente Edital de convocação a Associação dos Servidores da Fundação EDUCAR - ASMOB/MG, sediada em Belo Horizonte, na forma do Título V, Cap. II, Arts. 29 e IV do Estatuto convoca os associados a comparecer em ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no dia 13 de maio do mês de julho do ano de 1990, às 15:00 horas na sua sede, à Av. Contorno, 3257 St. Efigênia, em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados, em segunda, 15 (quinze) minutos após a primeira, com 1/3 (um terço) e a 3ª e última convocação 10 (dez) minutos após, com qualquer número de associados, para deliberarem a respeito do destino jurídico e patrimonial desta Associação. Belo Horizonte 20 de junho de 1990. Wanderley Pereira Mendes Presidente ASMOB/MG.

(Nº 41.973 - 22/06/90 - Cr\$ 1.756,00)

Federação Nacional dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários e Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens

EDITAL DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DOS SINDICATOS-DA
CATEGORIA DOS CAMINHONEIROS AUTÔNOMOS

Estão convocados os Sindicatos representativos da categoria dos caminhoneiros autônomos em suas áreas, quer transportadores rodoviários autônomos de bens, quer dos condutores autônomos de veículos rodoviários e transportadores rodoviários autônomos de bens ou cargas, quer condutores autônomos de veículos rodoviários, para proferirem seu voto, rejeitando ou aprovando a pretendida criação da Federação Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens, apurados em Assembleia Geral Extraordinária com data marcada para o dia 29 do corrente, às 08:00 horas, à Av. Franklin Roosevelt, nº 115, Grupo 1101, Centro, Rio de Janeiro, RJ.

Rio de Janeiro, 20 de junho de 1990.

LOURIVAL ALVES DE ALMEIDA
Presidente da FENCAVIR

(Nº 41.960 - 22/06/90 - Cr\$ 3.073,00)

Partido Liberal Progressista — PLP

EDITAL DE CONVOCAÇÃO(*)

O Presidente da Comissão Diretora Zonal Provisória do Núcleo Bandeirante, na forma da lei eleitoral vigente, convoca os eleitores filiados ao Partido para Convenção Zonal (ou da 10ª Zona Eleitoral), a realizar-se no dia 01.07.90, na Av. Central, Bl. 585, sala 210, às 9:00 horas, que se prolongará até às 17:00 horas, nesta cidade, para deliberação da seguinte ordem do dia: a) Discussão e aprovação do Manifesto, Programa e Estatuto do PLP; b) Eleição dos Membros e dos Suplentes do Diretório Zonal; c) Escolha do Delegado e respectivo Suplente à Convenção Regional. Presidente: Magda Paixão Marinho. data: 22.06.90.

(*) Republicado por ter saído com incorreção no D.O. de 11/06/90, pág. 12330.

Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens do Estado do Rio Grande do Sul

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Presidente da Entidade supra, no uso de suas atribuições, convoca os associados quites e em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 27/06/90, às 18 hs em 1ª convocação, e às 19 hs em 2ª convocação com qualquer nº de associados presentes, na sede deste Sindicato, na rua D. Pedro 2, nº 241, cidade do Rio Grande - RS, a fim de deliberarem sobre o pedido de criação da Federação Nacional dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens, e a filiação deste Sindicato à mesma, concedendo poderes aos representantes eleitos para efetivação do aludido ato.

(Nº 42.010 - 22/06/90 - Cr\$ 2.195,00) WALTER DE MORAES TORMA
Presidente

Governo do Estado do Tocantins

Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas

CONCURRENCIA Nº 021/90

A Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas do Estado do Tocantins, torna Público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14:00 horas do dia 26 de julho de 1990, em sua sede, Licitação Pública, para execução de Galerias de Águas Pluviais, meios-fios, Sarjetas, Terraplanagem e Pavimentação com extensão de 120.000. Metros quadrados, em Palmas - TO. O Edital, seus anexos e os projetos básicos, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Secretaria de Viação e Obras Públicas - SEVOP, em Palmas - TO. Poderá ser adquirido até o dia 18 de julho de 1990, a um custo de 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

CONCURRENCIA Nº 022/90

A Secretaria de Estado de Viação e Obras Públicas do Estado do Tocantins, torna Público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, às 14:00 (quatro) horas do dia 26 de julho de 1990, em sua sede, Licitação Pública, para execução de Galerias de Águas Pluviais, meios-fios, Sarjetas, Terraplanagem e Pavimentação com extensão de 120.000. Metros quadrados, em Palmas - TO. O Edital, seus anexos e os projetos básicos, encontram-se à disposição dos interessados na sede da Secretaria de Viação e Obras Públicas - SEVOP, em Palmas - TO. Poderá ser adquirido até o dia 19 de julho de 1990, a um custo de 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros).

Palmas, 14 de junho de 1990
MARIA AMÉLIA ANDRADE REGO
Centro Executivo de Licitação

(Nº 41.304 - 20/06/90 - Cr\$ 18.438,00)
(DIAS: 21, 22 e 25/06/90)

EDITORAÇÃO DE
PUBLICAÇÕES
OFICIAIS

248 páginas
Cr\$ 90,00

EDITORAÇÃO DE
PUBLICAÇÕES
OFICIAIS

As aquisições deverão ser feitas diretamente na Seção de Vendas ou mediante envio de cheque visado à Imprensa Nacional, acompanhado de esclarecimentos. Em caso de Orçamento Público, mediante cópia da Nota de Empenho.

Maiores informações na SEDIV - End.: SIG
Quadra 06 - Lote 800 - CEP: 70604. Fones:
(061) 321-5566 R. 305 e 309 ou (061) 226-2586;
226-6812

PROJETO DO CÓDIGO
CIVIL BRASILEIRO

Vol. 2 da Coleção Memória Jurídica
Nacional.
Autor — Coelho Rodrigues
Edição — 1980
400 pp.
Cr\$ 140,00
Aquisições — Imprensa Nacional

COELHO RODRIGUES

PROJETO DO CÓDIGO CIVIL
BRASILEIRO

IMPRESSA JORNAL
NACIONAL

Publicação elaborada pela Subcomissão de Política Editorial e Normalização, da Comissão de Publicações Oficiais Brasileiras e co-editada pela Imprensa Nacional e Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal contendo informações e regras básicas sobre editoração de publicações oficiais.

ÍNDICE DE NORMAS

EXECUTIVO	
MEDIDA PROVISÓRIA 192, 22-06-90.....	12.159
DECRETO EXECUTIVO 99.339, 22-06-90.....	12.167
DECRETO EXECUTIVO 99.339, 22-06-90.....	12.167
DECRETO EXECUTIVO 99.340, 22-06-90.....	12.169

CONGRESSO NACIONAL	
DECRETO LEGISLATIVO 13, 22-05-90.....	12.159

MINISTERIO DA AERONAUTICA	
CONTRATO 1, DEPV, 30-05-90.....	12.235
CONTRATO 2, DEPV, 30-05-90.....	12.235
PORTARIA 140, CHB, 30-06-90.....	12.195

MINISTERIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRARIA	
AVISO 4, DNOCs, 20-06-90.....	12.240
AVISO 5, DNOCs, 20-06-90.....	12.240
AVISO 6, DNOCs, 20-06-90.....	12.240
CONTRATO, CEPLAC, 12-06-90.....	12.240
CONTRATO 11, CODEVAF, 19-06-90.....	12.240
TERMO ADITIVO, CODEVAF, 21-05-90.....	12.240

MINISTERIO DO ENERGICTO	
AVISO 2A, DES/DE, 22-06-90.....	12.233
AVISO 4, CHL/1KH, 19-06-90.....	12.234

MINISTERIO DA EDUCACAO	
AVISO, SFPM, 18-06-90.....	12.234
AVISO 16, SFJR, 18-06-90.....	12.234
CONVENIO 19, UFAP, 19-06-90.....	12.234
CONTRATO, FUFMT, 08-02-90.....	12.234
DESPACHO, CH, 13-06-90.....	12.234
TERMO ADITIVO, EAL, 18-06-90.....	12.234

MINISTERIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO	
------------------------------------------------	--

ACORDO, 1CC/2C, 21-06-90.....	12.197
ACORDO, 1CC/2C, 22-06-90.....	12.197
ATO DECLARATORIO 1, COTEPF, 18-06-90.....	12.197
ATO DECLARATORIO 106, SFM/CST, 11-06-90.....	12.203
ATO DECLARATORIO 112, SFM/CST, 22-06-90.....	12.203
ATO DECLARATORIO 113, SFM/CST, 22-06-90.....	12.203
AVISO 1, ZDE, 22-06-90.....	12.238
AVISO 2, ZERPPO, 25-06-90.....	12.238
AVISO 4, ZERPPO, 22-06-90.....	12.238
AVISO 8, RB/DQRE, 22-06-90.....	12.239
AVISO 54, BMS, 21-06-90.....	12.239
AVISO 187, BMS, 12-06-90.....	12.239
AVISO 189, BMS, 12-06-90.....	12.239
AVISO 203, BMS, 12-06-90.....	12.239
AVISO 250, BMS, 12-06-90.....	12.239
COMUNICADO 12, BNDES, 21-06-90.....	12.205
COMUNICADO 13, BNDES, 21-06-90.....	12.205
COMUNICADO 30, DFM, 21-06-90.....	12.204
COMUNICADO 1.764, BCS, 21-06-90.....	12.204
COMUNICADO 2.123, BCS, 22-06-90.....	12.204
CONTRATO, CEF, 22-06-90.....	12.238
CONTRATO 65, INB, 21-06-90.....	12.239
DESPACHO, BCI, 22-06-90.....	12.204
DESPACHO, SRRF/IOFI, 31-05-90.....	12.204
PARTE, 3CC/1C, 22-06-90.....	12.204
PORTARIA 3, SG, 09-01-90.....	12.196
PORTARIA 23, SFM/CSAR, 20-06-90.....	12.203
PORTARIA 24, SFM/CSAR, 20-06-90.....	12.203
PORTARIA 25, SFM/CSAR, 20-06-90.....	12.203
PORTARIA 26, SFM/CSAR, 20-06-90.....	12.203
TERMO ADITIVO, CEF, 21-06-90.....	12.238
TERMO ADITIVO, CEF, 22-06-90.....	12.238

MINISTERIO DA INFRA-ESTRUTURA	
AVISO, DNARE, 21-06-90.....	12.243
AVISO 1, TELHA, 21-06-90.....	12.245
AVISO 2, TELHA, 08-06-90.....	12.245
AVISO 3, DNHE, 21-06-90.....	12.245
AVISO 3, DNHE, 21-06-90.....	12.245
AVISO 3, DNHE, 21-06-90.....	12.245
AVISO 4, DNARE, 21-06-90.....	12.243
AVISO 4, TELHA, 22-06-90.....	12.245
AVISO 5, CODEBA, 18-06-90.....	12.245
AVISO 5, TELERON, 22-06-90.....	12.245
AVISO 17, ENRATES, 22-06-90.....	12.245
CONTRATO, CBUT, 16-05-90.....	12.244
CONTRATO, DNHE, 16-06-90.....	12.244
CONTRATO, DNPH, 16-06-90.....	12.243
CONTRATO, DNPH, 16-06-90.....	12.243
CONTRATO, FOSFERTIL, 22-06-90.....	12.243
CONTRATO, PETROBRAS, 22-06-90.....	12.243

CONTRATO 4, FOSFERTIL, 22-06-90.....	12.244
CONTRATO 36, GEFOOT, 18-06-90.....	12.244
DESPACHO, CH, 22-06-90.....	12.206
DESPACHO, CH, 22-06-90.....	12.207
EDITAL, CHESB, 22-06-90.....	12.243
PORTARIA, DNARE, 31-05-90.....	12.243
PORTARIA 10, SMC, 05-06-90.....	12.212
PORTARIA 16, SMC, 18-06-90.....	12.207
PORTARIA 130, DNARE, 18-06-90.....	12.207
PORTARIA 131, DNARE, 18-06-90.....	12.207
PORTARIA 132, DNARE, 18-06-90.....	12.207
PORTARIA 133, DNARE, 18-06-90.....	12.207
RELACAO 1, SGT/DRAL, 19-06-90.....	12.244
TERMO ADITIVO, GEFOOT, 19-06-90.....	12.244

MINISTERIO DA JUSTICA	
AVISO 87, IN/CPFL, 22-06-90.....	12.232
CONVENIO 2, DAF, 22-06-90.....	12.193
DESPACHO, SMOG, 22-06-90.....	12.193
DESPACHO, SMOG/DOI, 20-06-90.....	12.193
DESPACHO, SMOG/DPE, 01-06-90.....	12.193
DESPACHO, SMOG/DPE, 21-06-90.....	12.193
DESPACHO, SMOG/DPE, 22-06-90.....	12.193
PORTARIA 573, FUNAI, 12-06-90.....	12.193
PORTARIA 577, FUNAI, 12-06-90.....	12.195

MINISTERIO DA MARINHA	
AVISO 40.112, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.113, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.114, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.116, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.119, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.120, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233
AVISO 40.121, DSMRJ, 22-06-90.....	12.233

MINISTERIO DA SAUDE	
CONVENIO 1, CH, 19-06-90.....	12.236
CONVENIO 1, CH, 22-06-90.....	12.241
CONVENIO 1, INANPS/DG, 22-06-90.....	12.236
CONTRATO 8, INANPS/COTGOS, 18-06-90.....	12.237
CONTRATO 13, INAN, 21-06-90.....	12.236
TERMO ADITIVO 3, INANPS/DAN, 05-06-90.....	12.236
TERMO ADITIVO 11, INANPS/DG, 22-06-90.....	12.236

MINISTERIO DO TRABALHO E DA PREVIDENCIA SOCIAL	
AVISO, SENAC, 15-06-90.....	12.240
AVISO 1, IAPAS/SRRM, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, IAPAS/SRRM, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, IAPAS/SRPE, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, IAPAS/SRPE, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, IAPAS/SRRM, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, IAPAS/SRSE, 22-06-90.....	12.241
AVISO 2, SENAC, 22-06-90.....	12.242
AVISO 3, IAPAS/SRSE, 22-06-90.....	12.242
AVISO 3, IAPAS/SRSE, 22-06-90.....	12.242
AVISO 12, INPS/SRPE, 22-06-90.....	12.242
CONTRATO, IAPAS/SRPE, 01-06-90.....	12.241
CONTRATO, SENAC, 12-06-90.....	12.241
CONTRATO 1, IAPAS/SRRM, 12-06-90.....	12.241
CONTRATO 2, IAPAS/DG, 07-06-90.....	12.241
CONTRATO 2, INPS/SRSE, 22-06-90.....	12.242
CONTRATO 26, DAN, 22-06-90.....	12.242
CONTRATO 26, DATAREV, 22-06-90.....	12.242
DESPACHO, SMT, 12-06-90.....	12.205
DESPACHO, SPT, 21-06-90.....	12.205
PORTARIA 3.497, CH, 22-06-90.....	12.205
TERMO ADITIVO, IAPAS/SRSC, 03-06-90.....	12.242
TERMO ADITIVO, DATAREV, 22-06-90.....	12.242
TERMO ADITIVO 1, IAPAS/SRSE, 01-06-90.....	12.241
TERMO ADITIVO 1, IAPAS/SRSC, 30-06-90.....	12.242
TERMO ADITIVO 2, IAPAS/SRPE, 16-06-90.....	12.241

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATEGICOS	
PORTARIA, CHEN, 22-06-90.....	12.192

PRESIDENCIA DA REPUBLICA	
MENSAGENS 499, 21-06-90.....	12.192
MENSAGENS 495, 22-06-90.....	12.192
MENSAGENS 496, 22-06-90.....	12.192
MENSAGENS 497, 22-06-90.....	12.192
MENSAGENS 498, 22-06-90.....	12.192

SECRETARIA DA CIENCIA E TECNOLOGIA	
AVISO 1, INT/CPFL, 22-06-90.....	12.232
AVISO 2, INT/CPFL, 22-06-90.....	12.232

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	
AVISO 9, SUFRAMA, 19-06-90.....	12.232
AVISO 10, SUFRAMA, 19-06-90.....	12.232
AVISO 11, SUFRAMA, 19-06-90.....	12.232

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	
PORTARIA 919, IBAMA, 20-06-90.....	12.192

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIO	
ATA 16, 1C, 12-06-90.....	12.225
ATA 23, PLENARIO, 23-05-90.....	12.213

TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	
CONTRATO 7, 02-05-90.....	12.246

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO	
CONTRATO, 16R, 01-05-90.....	12.246

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	
AVISO 9, 22-06-90.....	12.245

ÍNDICE POR ASSUNTO

- ADITAMENTO PORTARIA 31-05-90 MIES DNAEE.....	12.243
- ADJUDICAÇÃO CONCURRENCIA PÚBLICA AVISO Nº 21-06-90 MIES DNAEE.....	12.243
CONVITE DESCLASSIFICAÇÃO VIDRAGARIA ESPLANADA LTDA. VITRAL-VIDROS PLANOS LTDA. AVISO 87, 22-06-90 M3 IN/CPL.....	12.232
- AFORAMENTO MUNICÍPIO DE TERESINA - PI. PORTARIA 3, 09-01-90 NEFF SG.....	12.196
- ALUGUELO RECOLHIMENTO COMPULSORIO. DEPÓSITO À VISTA COMUNICADO 1.749, 21-06-90 NEFF BCB.....	12.204
- ALTERAÇÃO CLAUSULA OBRAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA DE PLANALTIMA-DF. TERMO ADITIVO 3, 03-06-90 RS INANPS/DAN.....	12.236
- ALTERAÇÃO CONTRATUAL SELEN - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. TERMO ADITIVO 21, 16-06-90 NTPS IAPAS/SRPE.....	12.241
AUMENTO DE CAPITAL INTERCÂMBIO DTVH LTDA. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
CORREÇÃO MONETÁRIA APORTE DTVH LTDA. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
- APOSENTADORIA PENSÃO CIVIL PENSÃO MILITAR ATA 16, 12-06-90 TCU IC.....	12.225
SALÁRIO CONTRIBUIÇÃO PORTARIA 3.447, 22-06-90 NTPS CH.....	12.205
- APROVAÇÃO CONCLUSÃO REPÚBLICAÇÃO DESPACHO, 13-06-90 MEC CH.....	12.195
FORMULÁRIO PORTARIA 16, 18-06-90 MIES SMC.....	12.207
INSTRUÇÃO PORTARIA 480, 20-06-90 MAER CHS.....	12.195
TEXTO CONVENÇÃO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA. DECRETO LEGISLATIVO 13, 22-05-90 CH.....	12.159
- AQUISIÇÃO EQUIPAMENTOS MAGNA CONTROL COMERCIO E INDUSTRIA ELETRONICA LTDA. CONTRATO 2, 30-05-90 MAER DEFV.....	12.235
EQUIPAMENTOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASTROS LUMINOSOS E FACHADAS LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238
MATERIAL ELETRÔNICO MAGNA CONTROL COMERCIO E INDUSTRIA ELETRONICA LTDA. CONTRATO 1, 30-05-90 MAER DEFV.....	12.235
- ÁREA INDICADA INTERDIÇÃO GARANTIA DE VIDA PORTARIA 573, 12-06-90 M3 FUNAI.....	12.194
PORTARIA 577, 12-06-90 M3 FUNAI.....	12.195
- ARQUIVAMENTO ENTIDADES SINDICAIS DESPACHO, 22-06-90 NTPS SNT.....	12.205
- ASILADO EXPEDIÇÃO PASSAPORTE TITUS NACA ZIRBAE. DESPACHO, 22-06-90 M3 SMDGJ.....	12.193
VAPA HALAKI. DESPACHO, 22-06-90 M3 SMDGJ.....	12.193
- ASSISTÊNCIA TÉCNICA UNIS-BRASILIA LTDA. CONTRATO 36, 15-05-90 MIES GEIPOT.....	12.244
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CH-COMPUTER HOUSE-THAMI COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA. CONTRATO 7, 02-03-90 TSDPT.....	12.246
PC-MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES LTDA. CONTRATO 24, 22-06-90 NTPS NATAPREV.....	12.242
- ATO INTERNACIONAL MENSAGER-498, 22-06-90 PR.....	12.192
TRANSPORTE AEREO MENSAGER 497, 22-06-90 PR.....	12.192
TRATADO DE EXTRADIÇÃO DECRETO EXECUTIVO 99.340, 22-06-90.....	12.189
- AUMENTO DE CAPITAL ALTERAÇÃO CONTRATUAL INTERCÂMBIO DTVH LTDA. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
REFORMA ESTATUTÁRIA CORREÇÃO MONETÁRIA ISOLIS S/A CIVIL E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
- ATO DE INFRAÇÃO DESPACHO, 21-06-90 NTPS SPT.....	12.205
- AUTORIZAÇÃO ESTUDO GEOLOGICO TOPOGRAFICO COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SMO FRANCISCO-CHESF. PORTARIA 132, 18-06-90 MIES DANEE.....	12.207
PROLONGAÇÃO DE PRAZO LEAL SANTOS PESCADOS S/A - RS. PORTARIA 919, 20-06-90 SENA ZBANA.....	12.192
- BTH COMUNICADO 32, 21-06-90 NEFF BTH.....	12.204
VALOR ATO DECLARATORIO 113, 22-06-90 NEFF SPM/CST.....	12.203
- C CÁLCULO REAJUSTE ÍNDICE COMUNICADO 13, 21-06-90 NEFF BNDES.....	12.205
- CANCELAMENTO CONVITE AVISO 2, 22-06-90 NTPS IAPAS/SRPE.....	12.241
CONVITE-SECT INT/CPL NR 1 AVISO 1, 22-06-90 SECT INT/CPL.....	12.232
Tomada de Preço AVISO 3, 22-06-90 NTPS IAPAS/SRCE.....	12.242
- CLASSIFICAÇÃO FILME DIFÍCIL DE NATAR. E OUTROS. DESPACHO, 20-06-90 M3 SMDGJ/DCX.....	12.193
CLAUSULA ALTERAÇÃO OBRAS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PARÓQUIA DE PLANALTIMA-DF. TERMO ADITIVO 3, 03-06-90 RS INANPS/DAN.....	12.236
- CONCESSÃO DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 131, 18-06-90 MIES DNAEE.....	12.207
DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA RENOVAÇÃO CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 130, 18-06-90 MIES DNAEE.....	12.207
- CONCLUSÃO REPÚBLICAÇÃO APROVAÇÃO DESPACHO, 13-06-90 MEC CH.....	12.195
- CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL EDITAL, 22-06-90 MIES CHESF.....	12.243
- CONCORRÊNCIA PÚBLICA AVISO, 21-06-90 MIES DNAEE.....	12.243
AVISO 1, 21-06-90 MIES TELHA.....	12.245
AVISO 4, 19-06-90 ME CHL/1HN.....	12.234
AVISO 4, 20-06-90 MARA DNOCS.....	12.240
AVISO 4, 22-06-90 MIES TELERON.....	12.245
AVISO 5, 20-06-90 MARA DNOCS.....	12.240
AVISO 5, 22-06-90 MIES TELERON.....	12.245
AVISO 6, 20-06-90 MARA DNOCS.....	12.240
ADJUDICAÇÃO AVISO 4, 21-06-90 MIES DNAEE.....	12.243
- CONCORRÊNCIA PÚBLICA-NEFF/CEF NR 016/90 TERMO ADITIVO, 21-06-90 NEFF CEF.....	12.238
- CONSERVAÇÃO E LIMPEZA ADMINISTRADORA E CONSERVADORA MATALENSE LTDA. CONTRATO, 13-06-90 MIES DNMR.....	12.244
CONTRATO, 16-06-90 MIES DNPM.....	12.243
SERLIMVI-SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA. TERMO ADITIVO, 03-06-90 NTPS IAPAS/SRSC.....	12.242
CALINDO-CATARIENSE DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA. TERMO ADITIVO 1, 30-04-90 NTPS IAPAS/SRSC.....	12.242
- CONTRATOS-NEC/FUHT PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ERONDIO FINTO DE HIRANDA, E OUTROS. CONTRATO, 04-02-90 NEC FUHT.....	12.224
- CONTRATOS-NEFF/CEF LOCAÇÃO DE IMÓVEL JOSE AUGUSTO EMBAGNE, E OUTROS. CONTRATO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238
- CONTRATOS-MIES ECT/BRAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COLIVETTI - MÓVEIS E EQUIPAMENTOS LTDA. E OUTROS. RELACAO 1, 19-06-90 MIES ECT/BRAL.....	12.244
- CONVENÇÃO APROVAÇÃO TEXTO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA HUNGRIA. DECRETO LEGISLATIVO 13, 22-05-90 CN.....	12.159
- CONVITE CANCELAMENTO AVISO 2, 22-06-90 NTPS IAPAS/SRPE.....	12.241
DESCLASSIFICAÇÃO ADJUDICAÇÃO VIDRAGARIA ESPLANADA LTDA. VITRAL-VIDROS PLANOS LTDA. AVISO 87, 22-06-90 M3 IN/CPL.....	12.232

- CONVITE-SECT INT/CPL NR 1 CANCELAMENTO AVISO 1, 22-06-90 SECT INT/CPL.....	12.232	- PORTARIA 577, 12-06-90 NJ FUNAI.....	12.195
- CONVITES-SECT INT/CPL NR 2 E OUTROS RESULTADO CIA EDITORA BARBERO LTDA. E OUTROS. AVISO 2, 22-06-90 SECT INT/CPL.....	12.232	- GEOLOGICO TOPOGRAFICO AUTORIZAÇÃO ESTUDO COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF. PORTARIA 132, 18-06-90 NIES DANEE.....	12.207
- CORREÇÃO CÂMBIAL FATOR COMUNICADO 12, 21-06-90 NEFF BNDES.....	12.205	- IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO ATO DECLARATORIO 112, 22-06-90 NEFF SFN/CST.....	12.204
- CORREÇÃO MONETARIA ALTERAÇÃO CONTRATUAL APORTE DTVH LTDA. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204	- IPT PAUTA, 22-06-90 NEFF 3CC/1C.....	12.237
- AUMENTO DE CAPITAL REFORMA ESTATUTARIA ISOLDY S/A CVM E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204	- IMPOSTO DE RENDA ACORDÃO, 21-06-90 NEFF 1CC/2C.....	12.197
- DEPOSITO A VISTA ALICUOTA RECOLHIMENTO COMPULSORIO COMUNICADO 1.764, 21-06-90 NEFF BCB.....	12.204	- ACORDÃO, 22-06-90 NEFF 1CC/2C.....	12.197
- DESCLASSIFICAÇÃO ADJUDICAÇÃO CONVITE VIDRACARIA ESPANADA LTDA. VITRAL-VIDROS PLANOS LTDA. AVISO 47, 22-06-90 NJ IN/CPL.....	12.232	- INDICE CALCULO REAJUSTE COMUNICADO 13, 21-06-90 NEFF BNDES.....	12.205
- DESPACHOS-NIES/CH RECURSO TANA DE ARMAZENAGEM AUTO-POSTO IBERARÃO LTDA. E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NIES CH.....	12.206	- INSTRUÇÃO APROVAÇÃO PORTARIA 480, 20-06-90 HAER CHG.....	12.195
- DESPACHOS-NIMFRA/CH TANA DE ARMAZENAGEM CARITAS ARQUIDIOCEANA DE SALVADOR. E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NIES CH.....	12.206	- INTERCÂMBIO UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL CONVENIO 29, 15-06-90 MEC UFSE.....	12.234
- DISPONIBILIDADE REMUNERADA PESSOAL MINISTERIO DO TRABALHO DECRETO EXECUTIVO 99.339, 22-06-90.....	12.167	- INTERDICO GARANTIA DE VIDA AREA INDIGENA PORTARIA 573, 12-06-90 NJ FUNAI.....	12.194
- DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA CONCESSÃO CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 131, 18-06-90 NIES DNARE.....	12.207	- PORTARIA 577, 12-06-90 NJ FUNAI.....	12.195
- ENERGIA ELÉTRICA RENOVAÇÃO CONCESSÃO CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 130, 18-06-90 NIES DNARE.....	12.207	- IPI CERVEJARIA ANTARTICA NIGER S/A. ATO DECLARATORIO 106, 11-06-90 NEFF SFN/CST.....	12.203
- DISTRIBUIÇÃO GRATUITA SORTEIO DAUGSTO-LOJAS DE CONFECÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA. DESPACHO, 31-06-90 NEFF SRRF/10RF.....	12.204	- IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO PAUTA, 22-06-90 NEFF 3CC/1C.....	12.237
- EMPRESA DE TRANSPORTE AEREO AMERICAN ALLINES INC. DECRETO EXECUTIVO 99.338, 22-06-90.....	12.159	- LICITAÇÃO AVISO, 15-06-90 NTPS SENAC.....	12.240
- ENERGIA ELÉTRICA CONCESSÃO DISTRIBUIÇÃO CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 131, 18-06-90 NIES DNARE.....	12.207	- LICITAÇÕES RESTRITAS-NEFF/BB NRS 260 A 270/90 AVISO 260, 22-06-90 NEFF BB.....	12.239
- RENOVACAO CONCESSÃO DISTRIBUIÇÃO CELIG-CENTRAIS ELÉTRICAS DE GOIÁS S/A. PORTARIA 130, 18-06-90 NIES DNARE.....	12.207	- LIQUIDEZ COMUNICADO 2.123, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
- ENTIDADES SINDICAIS ARQUIVAMENTO DESPACHO, 12-06-90 NTPS ENT.....	12.205	- LOCAÇÃO DE IMÓVEL GEFSON VIEIRA MAGRINI. CONTRATO 1, 12-06-90 NTPS TAPAS/SRRJ.....	12.241
- EQUIPAMENTOS AQUISIÇÃO MAGNA CONTROL COMERCIO E INDUSTRIA ELETRONICA LTDA. CONTRATO 1, 30-06-90 HAER DEPV.....	12.235	- CONTRATOS-NEFF/CEP JOSE AUGUSTO RIAGINI, E OUTROS. CONTRATO, 22-06-90 NEFF CEP.....	12.238
- ESTUDO GEOLOGICO TOPOGRAFICO AUTORIZAÇÃO COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF. PORTARIA 132, 18-06-90 NIES DANEE.....	12.207	- MATERIAL ELETRONICO AQUISIÇÃO MAGNA CONTROL COMERCIO E INDUSTRIA ELETRONICA LTDA. CONTRATO 1, 12-06-90 NTPS TAPAS/SRRJ.....	12.235
- EXPEDIENTE PASSAPORTE ASILADO VAPA HALAKE. DESPACHO, 22-06-90 NJ SNOGJ.....	12.193	- MEDICAMENTOS CENTRAL DE MEDICAMENTOS - CEME. CONVENIO 1, 21-06-90 HS CH.....	12.236
- FATOR CORREÇÃO CÂMBIAL COMUNICADO 12, 21-06-90 NEFF BNDES.....	12.205	- MEDIDA LIMINAR MEDIDA PROVISÓRIA 192, 22-06-90.....	12.159
- FILME CLASSIFICAÇÃO RITZEL DE HAYAR, E OUTROS. DESPACHO, 20-06-90 NJ SNOGJ/DCI.....	12.193	- PASSAPORTE ASILADO EXPEDIENTE VAPA HALAKE. DESPACHO, 22-06-90 NJ SNOGJ.....	12.193
- FORMULÁRIO APROVAÇÃO PORTARIA 16, 18-06-90 NIES SNO.....	12.207	- TITUS NAGA ZIRBAE. DESPACHO, 22-06-90 NJ SNOGJ.....	12.193
- GARANTIA DE VIDA AREA INDIGENA INTERDICO PORTARIA 573, 12-06-90 NJ FUNAI.....	12.194	- PENSÃO CIVIL PENSÃO MILITAR APOSENTADORIA ATA 16, 12-06-90 TCU 1C.....	12.225
		- PENSÃO MILITAR APOSENTADORIA PENSÃO CIVIL ATA 16, 12-06-90 TCU 1C.....	12.225
		- PERMANENCIA DE ESTRANGEIRO HEROSHI MIRA. DESPACHO, 01-06-90 NJ SNOGJ/DPE.....	12.193
		- PRORROGAÇÃO DE PRAZO PILAR FALCON WIEDERHUR, E OUTROS. DESPACHO, 21-06-90 NJ SNOGJ/DPE.....	12.193
		- FREDDY RODRIGUEZ GARCIA. DESPACHO, 21-06-90 NJ SNOGJ/DPE.....	12.193
		- PESQUISA AGRICOLA PRETO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRICOLAS - ANDEF. CONTRATO, 12-06-90 MARA CEPLAC.....	12.240
		- PESSOAL DISPONIBILIDADE REMUNERADA MINISTERIO DO TRABALHO DECRETO EXECUTIVO 99.339, 22-06-90.....	12.167
		- PORTARIAS-NIES/SNC NRS 10 A 17/90 RADIODIFUSÃO RADIO E TELEVISÃO UNIFON LTDA. PORTARIA 10, 05-06-90 NIES SNO.....	12.212
		- POTENCIA USINA TERMOELÉTRICA RETIFFICACAO TERMOELÉTRICA UTF-ELECTRON. PORTARIA 133, 18-06-90 NIES DNARE.....	12.207
		- PRESIDENCIA TRANSFERENCIA PORTARIA, 22-06-90 SAR CNEN.....	12.192

- PRESTAÇÃO DE CONTAS TOMADA DE CONTAS ATA 13, 23-05-90 TCU PLENARIO.....	12.213	PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA - BA. CONVENIO 1, 19-06-90 MS GH.....	12.236
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA. CONVENIO 2, 22-06-90 MJ DAP.....	12.232	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. CONTRATO 33, 21-06-90 MS INAN.....	12.237
SERVI-SAN LTDA. CONTRATO, 01-05-90 TRT 16R.....	12.246	TRANSPERENCIA PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR. CONVENIO 1, 22-06-90 MS INANPS/DC.....	12.236
SERVI-SAN LTDA. CONTRATO, 01-05-90 TRT 16R.....	12.246	PREFEITURA MUNICIPAL DE FICOS/PI. CONVENIO 1, 22-06-90 MS INANPS/DC.....	12.236
ICARAO DE CASTRO, HÉLIO ARQUITETOS ASSOCIADOS S/C LTDA. CONTRATO, 12-06-90 HTPS-SERAC.....	12.241	- REFORMA ESTATUTARIA CORREÇÃO MONETARIA AUMENTO DE CAPITAL ISOLDI S/A CVR, E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NEFF BCB.....	12.204
CONTRATO, 18-06-90 NIES DMFH.....	12.243	- RENOVACÃO CONCESSÃO DISTRIBUIÇÃO ENERGIA ELÉTRICA CEL-CONTATIE ELÉTRICAS DE GÓIAS S/A. PORTARIA 130, 18-06-90 NIES DNAEE.....	12.207
PROCETH TELECOMUNICAÇÕES E ELETRICIDADE COMERCIAL LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238	- REPUBLICAÇÃO APROVAÇÃO CONCLUSÃO DESPACHO, 13-06-90 MEC GH.....	12.195
ARTHUR D. LITTLE LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES PETROSBRAS.....	12.243	TOMADA DE PREÇO AVISO 2A, 22-06-90 NE DGS/DSE.....	12.233
BELGO NIMEIRA SISTEMAS LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES FOSFERTIL.....	12.243	- RESULTADO CONVITE-SECT INT/CPJ Nº 2 E OUTROS CIA EDITORA BARREIRO LTDA, E OUTROS. AVISO 2, 22-05-90 SECT INT/CPJ.....	12.232
ANALISE DO VALOR CONSULTORIA E TREINAMENTO S/C LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES PETROSBRAS.....	12.243	TOMADA DE PREÇO AVISO 3, 22-06-90 HTPS IAPAS/SRSC.....	12.242
TELE-RIO COMERCIO DE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMATICA LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES PETROSBRAS.....	12.243	- REVALIDAÇÃO ATO DECLARATORIO 1, 18-06-90 NEFF COTEPE.....	12.197
SES-PROJETOS TELECOMUNICAÇÕES E ELETRONICA LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES PETROSBRAS.....	12.243	POTENCIA USINA TERMOELETRICA TERMOELETRICA UFF-ELECTRON. PORTARIA 133, 18-06-90 NIES DNAEE.....	12.207
V. S. COMERCIO SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA. CONTRATO 2, 22-06-90 HTPS INPS/SRCE.....	12.242	- RETIRADA DE MENSAGEM MENSAGEM 495, 22-06-90 FR.....	12.192
ASSOCIAÇÃO PROFISSIONALIZANTE DO MEMOR DE BELO HORIZONTE. CONTRATO 4, 22-06-90 NIES FOSFERTIL.....	12.244	- SALARIO CONTRIBUIÇÃO S APOSENTADORIA PORTARIA 3.447, 22-06-90 HTPS GH.....	12.205
LUMINOSOS LUMI-TEC LTDA. TERMO ADITIVO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238	- SERVIÇO DE MANUTENÇÃO TRIEME ENGENHARIA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NIES FOSFERTIL.....	12.243
CALDAS E SCALETSKY LTDA. TERMO ADITIVO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238	ELEVADORES SCHINDLER DO BRASIL S/A. CONTRATO 2, 07-06-90 HTPS IAPAS/DC.....	12.241
SERVTEC ENGENHARIA LTDA. TERMO ADITIVO 1, 12-06-90 NEFF CEF.....	12.238	LABORATORIA DE IVONETE DA SILVA SOEZA. CONTRATO 8, 18-06-90 MS INANPS/CCTCSC.....	12.237
ARXILADORA PADIAL RIO S/A. TERMO ADITIVO 1, 22-06-90 HTPS DATAPREV.....	12.242	DIGITEC INFORMATICA LTDA. CONTRATO 25, 22-06-90 HTPS DATAPREV.....	12.242
TERMO ADITIVO 11, 22-06-90 MS INANPS/DC.....	12.236	CEDAT-CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA. CONTRATO 41, 19-06-90 NARA CODEVASF.....	12.240
ASTROS LUMINOSOS E FACHADAS LTDA. CONTRATO, 22-06-90 NEFF CEF.....	12.238	ASSISTENCIA TECNICA CH-COMPUTER MOSE-THANT COR. E REPRESENTAÇÕES LTDA. CONTRATO 7, 07-06-90 TDOPT.....	12.246
CONTRATOS-NEG/FFVHT ERONDINO PIETO DE MIRANDA, E OUTROS. CONTRATO, 08-02-90 MEC FFVHT.....	12.234	PO-MANUTENÇÃO DE MICROCOMPUTADORES LTDA. CONTRATO 24, 22-06-90 HTPS DATAPREV.....	12.242
CONTRATOS-MIES ECT/DRAI COLIVETTE - MOVES E EQUIPAMENTOS LTDA. E OUTROS. RELATÓRIO 1, 19-06-90 NIES ECT/DRAI.....	12.244	- SERVIÇO MEDICO BORIS BERENSTEIN RADIOLOGIA S/A. CONTRATO, 16-05-90 NIES CST.....	12.244
- PROJETO PESQUEIRA AGRICOLA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRICOLAS - ANDEF. CONTRATO, 12-06-90 NARA CEPLAG.....	12.240	- SERVIÇO DE VIGILANCIA SITRA VIGILANCIA LTDA. CONTRATO, 01-06-90 HTPS IAPAS/SRPE.....	12.241
- PROJETO DE LEX MENSAGEM 494, 21-06-90 FR.....	12.192	- SISTEMA DE ARRECADACAO BANCO MONTREAL S/A. PORTARIA 23, 20-06-90 NEFF SFN/CSAR.....	12.203
MENSAGEM 496, 22-06-90 FR.....	12.192	BANCO INTERMUN S/A. PORTARIA 28, 20-06-90 NEFF SFN/CSAR.....	12.203
- PROMOCACAO DE PREÇO LITCA - INDUSTRIA METALURGICA CASTRO ALVES S/A. TERMO ADITIVO, 21-05-90 NARA CODEVASF.....	12.240	BANCO EMPRESARIAL S/A. PORTARIA 25, 20-06-90 NEFF SFN/CSAR.....	12.203
SERGI-SERVIÇOS GERAIS LTDA. TERMO ADITIVO, 12-06-90 MEC ESAL.....	12.234	BANCO-ROSA S/A. PORTARIA 26, 20-06-90 NEFF SFN/CSAR.....	12.203
SERVIÇO DE VIGILANCIA PARTICULAR DE LIVRAMENTO. TERMO ADITIVO 1, 01-06-90 HTPS IAPAS/SRSC.....	12.241	- SORTEIO DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DAUGUSTO-LOJAS DE CONFECÇÕES E REPRESENTAÇÕES LTDA. DESPACHO, 31-05-90 NEFF SRAP/10RF.....	12.204
AUTORIZAÇÃO LEAL SANTOS PISCADOS S/A - RS. PORTARIA 919, 20-06-90 SERA ISANA.....	12.192	- TAXA DE ARMAZENAGEM DESPACHOS-MIES/GH RECUSO AUTO POSTO TUBARÃO LTDA, E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NIES GH.....	12.206
PERMANENCIA DE ESTRANGEIRO FREDDY RODRIGUEZ GARCIA. DESPACHO, 21-06-90 N° SNDCO/DPE.....	12.193	DESPACHOS-MINHARA/GH CARITAS ANGILODESANA DE SALVADOR, E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NIES GH.....	12.206
PILAR FALCON VIEDERKHN, E OUTROS. DESPACHO, 21-06-90 N° SNDCO/DPE.....	12.193	- TEXTO CONVENÇÃO AFRIVACAO GOVERNO DA REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. GOVERNO DA REPUBLICA POPULAR DA HUNGRIA. DECRETO LEGISLATIVO 13, 22-03-90 CH.....	12.159
- RADIODIFFUSÃO PORTARIAS-MIES/SNC NRS 10 A 17/90 RADIO E TELEVISÃO UNIAO LTDA. PORTARIA 10, 05-06-90 NIES SNC.....	12.212	- TOMADA DE CONTAS PRESTAÇÃO DE CONTAS ATA 23, 23-05-90 TCU PLENARIO.....	12.213
- REAJUSTE INDICE CALCULO COMUNICADO 13, 21-06-90 NEFF BNDES.....	12.205	- TOMADA DE PREÇO AVISO, 18-06-90 MEC UFRN.....	12.234
- REAJUSTE SALARIAL TERMO ADITIVO, 19-06-90 NIES CEIPOT.....	12.244	AVISO 1, 22-06-90 NEFF IBGE.....	12.238
- RECONHECIMENTO COMPULSORIO DEPOSITO A VISTA ALICUOTA COMUNICADO 1.764, 21-06-90 NEFF BCB.....	12.204	AVISO 1, 22-06-90 HTPS IAPAS/SRSC.....	12.241
- RECONSIDERAÇÃO LAURENCE EDUARD FETTER. JUDITH ANNE FETTER DESPACHO, 22-06-90 N° SNDCO/DPE.....	12.193	AVISO 2, 08-06-90 NIES TELHA.....	12.245
- RECURSO TEKACO BRASIL S/A. DESPACHO, 22-06-90 NIES GH.....	12.207		
TAXA DE ARMAZENAGEM DESPACHOS-MIES/GH AUTO POSTO TUBARÃO LTDA, E OUTROS. DESPACHO, 22-06-90 NIES GH.....	12.206		
- RECURSOS FINANCEIROS PREFEITURA MUNICIPAL DE OLINDA - PE. CONVENIO 1, 19-06-90 MS GH.....	12.236		

AVISO 2, 22-06-90 NTPS SENAC.....	12.240	CANCELAMENTO	
AVISO 2, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRRN.....	12.241	AVISO 3, 22-06-90 NTPS IAPAS/SRCE.....	12.242
AVISO 2, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRMT.....	12.241	REPUBLIÇÃO	
AVISO 2, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRPH.....	12.241	AVISO 2A, 22-06-90 ME DGS/DSE.....	12.233
AVISO 2, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRRS.....	12.241	RESULTADO	
AVISO 2, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRRS.....	12.241	AVISO 3, 22-06-90 NTPS IAPAS/SRSC.....	12.242
AVISO 2, 22-06-90 NEFF SERPRO.....	12.238	- TOMADAS DE PREÇOS-MEC/UFRJ NRS 16 A 20/90	
AVISO 3, 08-06-90 NIES TELMA.....	12.245	AVISO 16, 18-06-90 MEC UFRJ.....	12.234
AVISO 3, 21-06-90 NIES DNER.....	12.244	- TOMADAS DE PREÇOS-MEC/BNB NRS 54 A 59/90	
AVISO 3, 22-06-90 NIES ENBRATEL.....	12.245	AVISO 54, 21-06-90 NEFF DNE.....	12.239
AVISO 4, 22-06-90 NEFF SERPRO.....	12.238	- TOMADAS DE PREÇOS-NIES/ENBRATEL NRS 17 E 18/90	
AVISO 5, 18-06-90 NIES CODEBA.....	12.244	AVISO 17, 22-06-90 NIES ENBRATEL.....	12.245
AVISO 8, 22-06-90 NEFF BR/DEORG.....	12.239	- TOPOGRAFICO	
AVISO 9, 19-06-90 SDR SUFRAMA.....	12.232	AUTORIZAÇÃO	
AVISO 9, 22-06-90 STJ.....	12.245	ESTUDO	
AVISO 10, 19-06-90 SDR SUFRAMA.....	12.232	GEOLOGICO	
AVISO 10, 22-06-90 NTPS TAPAS/SRRS.....	12.241	COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO-CHESF.	
AVISO 11, 19-06-90 SDR SUFRAMA.....	12.232	PORTARIA 132, 18-06-90 NIES DANIEL.....	12.207
AVISO 12, 22-06-90 NTPS INPS/SRPR.....	12.242	- TRANSFERENCIA	
AVISO 187, 12-06-90 NEFF BNS.....	12.239	PRESIDENCIA	
AVISO 189, 12-06-90 NEFF BNS.....	12.239	PORTARIA, 22-06-90 SAE CNEN.....	12.192
AVISO 203, 12-06-90 NEFF BNS.....	12.239	RECURSOS FINANCEIROS	
AVISO 40.112, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO BELTRÃO/PR.	
AVISO 40.113, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	CONVENIO 1, 22-06-90 NS ZNAPS/DS.....	12.236
AVISO 40.114, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	PREFEITURA MUNICIPAL DE PICOS/PI.	
AVISO 40.118, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	CONVENIO 1, 22-06-90 NS ZNAPS/DS.....	12.236
AVISO 40.119, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	- TRANSPORTE AEREO	
AVISO 40.120, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	ATO INTERNACIONAL	
AVISO 40.121, 22-06-90 NH DSHRJ.....	12.233	MENSAGEM 497, 22-06-90 PR.....	12.192
CONTRATO 65, 21-06-90 NEFF IBS.....	12.239	- TRATADO DE EXTRADIÇÃO	
		ATO INTERNACIONAL	
		DECRETO EXECUTIVO 99.340, 22-06-90.....	12.189
		- USINA TERMOELÉTRICA	
		POTENCIA	
		TERMOELÉTRICA UTF-ELECTRON.	
		PORTARIA 133, 18-06-90 NIES DNAEE.....	12.207
		- VALOR	
		BTN	
		ATO DECLARATORIO 113, 22-06-90 NEFF SPN/CST.....	12.203

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Publicação mensal organizada pelo
Serviço de Divulgação do STF
e Editada pela Imprensa Nacional
Reimpressão de números esgotados

Volume	Mês	Ano	Preço Cr\$
01 a 03	abril a dezembro	1957	90,00 (cada)
04 a 07	janeiro a dezembro	1958	90,00 (cada)
08 a 11	janeiro a dezembro	1959	90,00 (cada)
12 a 14	janeiro a setembro	1960	90,00 (cada)
106★ a 106★★★	outubro a dezembro	1983	140,00 (cada)
107★ a 110★★★	janeiro a dezembro	1984	140,00 (cada)
111★ a 114★★★	janeiro a dezembro	1985	140,00 (cada)
115★ a 116★★	janeiro a maio	1986	140,00 (cada)

Aquisições: Imprensa Nacional, através de remessa de cheque vi-

sado.
Importante-mencionar CEP correto de sua Cidade ou Região
SIG — Quadra 6, Lote 800 — CEP: 70604 — Brasília/DF.
Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional
Fones: (061) 321-5566 — R: 305 e 309 ou 226-2586; 226-6812

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA

Volume 123★ (Páginas 391 a 823) Fevereiro de 1988